

HUMANA RES



Apresentação da Revista Humana RES

Caro leitor,

A Revista Humana Res é parte de um projeto idealizado pelo Centro de Ciências Humanas e Letras e pelo Núcleo de Estudos Estado Poder e Política - NEEPP, no intuito de integrar, de forma sincrônica, o ensino com a pesquisa e a extensão. Nesse sentido, este meio de divulgação eletrônica assume a função de difundir junto ao público interno e externo, o conhecimento que vem sendo produzido, no âmbito desta Instituição de Ensino Superior.

É ainda pretensão desta revista constituir-se como via de acesso à produção acadêmica de profissionais de outras IES, seja no país ou no exterior, abrangendo os campos das Humanidades, Ciências Sociais, Artes e Tecnologias, publicando em suas páginas matérias enviadas para esse fim. Trata-se, enfim, de um periódico interdisciplinar, que se propõe a congregar análises produzidas a partir de perspectivas e olhares diversos acerca da realidade local, nacional e internacional.

Neste **volume 7, número 11**, referente ao período de janeiro a julho de 2025, a Revista Humana Res não apresenta um dossiê temático específico, em razão da diversidade de artigos recebidos, que abordam distintas temáticas. Entretanto, presta homenagem de capa à antropóloga Niède Guidon, falecida em 4 de junho de 2025, no município de São Raimundo Nonato, Piauí.

Sejam todos bem-vindos!

Maria do Socorro Rios Magalhães

Editora – Chefe

Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Antonia Valtéria Melo Alvarenga

Editora

Universidade Estadual do Piauí – UESPI



Revista Humana Res
Edição 011 Ano 007
Janeiro/Dezembro | 2025
ISSN: 2675-3901

EQUIPE EDITORIAL

COORDENAÇÃO EDITORIAL

MARIA DO SOCORRO RIOS MAGALHÃES
(UESPI / LETRAS-PORTUGUÊS / EDITORA-CHEFE)

MARCELO SOUSA NETO
(UESPI / HISTÓRIA-CCM / EDITOR)

JOÃO BATISTA VALE JÚNIOR
(UESPI / HISTÓRIA / EDITOR)

ANTONIA VALTÉRIA MELO ALVARENGA
(UESPI / HISTÓRIA / EDITORA)

JOSEANNE ZINGLEARA SOARES MARINHO
(UESPI / HISTÓRIA / EDITORA)

VIVIANE PEDRAZANNI
(UESPI / HISTÓRIA/ EDITORA)

CLARICE HELENA SANTIAGO LIRA
(UESPI / HISTÓRIA/ EDITORA)

CONSELHO EDITORIAL

ANTONIA VALTÉRIA MELO ALVARENGA
(UESPI / HISTÓRIA / EDITORA)

OMAR MÁRIO ALBORNOZ
(UESPI/LETRAS-ESPANHOL/ EDITOR)

MARCELO SOUSA NETO
(UESPI / HISTÓRIA-CCM/ EDITOR)

MARIA DO SOCORRO RIOS MAGALHÃES
(UESPI / LETRAS-PORTUGUÊS / EDITORA)

JOÃO BATISTA VALE JÚNIOR
(UESPI / HISTÓRIA / EDITOR)

JOSEANNE ZINGLEARA SOARES MARINHO
(UESPI / HISTÓRIA / EDITORA)

CLARICE HELENA SANTIAGO LIRA
(UESPI / HISTÓRIA)

ELIZABETH MARY BAPTISTA
(UESPI / GEOGRAFIA)

FABRÍCIO FLORES FERNANDES
(UESPI / LETRAS-PORTUGUÊS)

ANA CRISTINA MENESES
(UESPI / HISTÓRIA)

JORGE EDUARDO DE ABREU PAULA
(UESPI / GEOGRAFIA)

JOSÉ BISPO MIRANDA
(UESPI / CIÊNCIAS SOCIAIS)

JOSINALDO OLIVEIRA DOS SANTOS
(UESPI / LETRAS/ESPANHOL)

LUCIANA MARIA LIBÓRIO EULÁLIO
(UESPI / LETRAS-ESPANHOL)

LUCIRENE DA SILVA CARVALHO
(UESPI / LETRAS-PORTUGUÊS)

ANTONIO MAURENI VAZ VERÇOSA DE MELO
(UESPI / HISTÓRIA)

MÁRLIA SOCORRO LIMA RIÉDEL
(UESPI / LETRAS-INGLÊS)

VIVIANE PEDRAZANNI
(UESPI / HISTÓRIA/EDITORIA)

CONSELHO CIENTÍFICO

ALCEBÍADES COSTA FILHO
(UESPI)
ANA PAULA VOSNE MARTINS
(UFPR)
ARYDMAR VASCONCELOS GAYOSO
(UEMA)
TERESINHA DE JESUS MESQUITA QUEIROZ
(UFPI)
CATARINA FROIS
(AR)
CLÁUDIA CRISTINA DA SILVA FONTINELES
(UFPI)
CRISTIANA COSTA DA ROCHA
(UESPI)
DANILO BEZERRA
(UESPI)
ELIZANGELA BARBOSA CARDOSO
(UFPI)
FERNANDO BAGIOTTO BOTTON
(UESPI)
FRANCISCO CHAGAS OLIVEIRA ATANÁSIO
(UESPI)
GISELE PORTO SANGLAND
(FIOCRUZ- RJ)
IRLANE GONÇALVES DE ABREU
(UFPI)
JACKSON DOS SANTOS RIBEIRO
(UEMA)
JÔNATAS LINCOLN ROCHA FRANCO
JONAS RODRIGUES MORAES
(UFMA)
JOSÉ BISPO DE MIRANDA
(UESPI / CIÊNCIAS SOCIAIS)
LÍEGE DE SOUZA MOURA
(UESPI)
LIVIA SUELEN SOUSA MORAES MENESES
(UFPI)
LUIS REZNIK
(UERJ)
MÁRCIA EDLENE MAURIZ LIMA
(UESPI)
MARGARETH TORRES DE ALENCAR COSTA
(UESPI)
MARIA ELDELITA FRANCO HOLANDA
(UESPI)
MARIA LUZINEIDE GOMES DE PAULA
(UESPI)
MANOEL RICARDO ARRAES FILHO
(UFPI)
MUGIANY OLIVEIRA BRITO PORTELA
(UFPI)
PEDRO PIO FONTINELLES FILHO
(UESPI)
ZILDA MARIA MENEZES LIMA
(UECE)

EQUIPE TÉCNICA

GABRIEL ROCHA DA SILVA
(UESPI / HISTÓRIA / APOIO TÉCNICO)

JOSIAS GOMES DOS SANTOS NETO
(UESPI / HISTÓRIA / CHEFETÉCNICO)

SUMÁRIO

ARTIGOS

“UMA CABEÇA QUEBRADA”: MENTE, APRENDIZAGEM E ANTROPOLOGIA.....04

Alef de Oliveira Lima

COM “VISTAS DE FILHO AMANTE E AGRADECIDO”: MONSENHOR CHAVES E A ESCRITA HISTÓRICA DE TERESINA NA COMEMORAÇÃO DO SEU CENTENÁRIO18

Kamila Vytória Santos e Silva

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

ESPERANÇA GARCIA: UM SÍMBOLO DE LUTA NA DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO35

Maria Ivoneide Leal

“NA ORLA DOS SEPULCROS CAIADOS”: LIMA BARRETO, RIO DE JANEIRO E A REPÚBLICA DOS PRESSÁGIOS59

Willians Alves da Silva

SILÊNCIOS QUE EDITAM: A PRESENÇA DE DELCI MARIA TITO COMO INTELECTUAL MEDIADORA NAS ENTRELINHAS DE A. TITO FILHO E NO CAMPO CULTURAL PIAUIENSE.79

Antonio Maurení Vaz Verçosa de Melo

OS DONOS DA TERRA: PODER, POSSE E CONFLITO NO ESPAÇO RURAL DE CUMBIQUE – PAÇO DO LUMIAR (1983)102

Lucas Cândido da Silva Martins

Jakson dos Santos Ribeiro

A COR LOCAL NOS ROMANCES REGIONALISTAS DE JOSÉ DE ALENCAR E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL124

Maria do Socorro Rios Magalhães

QUEM CONTA A HISTÓRIA? A BATALHA DO JENIPAPO E AS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS (2000–2022)145

Ana Thais da Silva Cardoso
 Antonia Valtéria Melo Alvarenga

AS VERTENTES CONSTITUTIVAS DA NOVA TENDÊNCIA NA LITERATURA CONTEMPORÂNEA DE LÍNGUA PORTUGUESA: ECCE HOMO FICTUS ATRAVÉS DAS OBRAS O ANO DA MORTE DE RICARDO REIS DE JOSÉ SARAMAGO E AUTOBIOGRAFIA DE SARAMAGO (ROMANCE) DE JOSÉ LUÍS PEIXOTO167

Rafael Sidney Gomes dos Santos
 Herasmo Braga de Oliveira Brito

O CORPO FEMININO: A MORAL E A BELEZA NOS ALMANAQUES, REVISTAS E JORNAIS.180

Aricélia Soares Barros
 Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

MÍMESIS E NARRATIVA NA LITERATURA E NO CINEMA: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A INFLUÊNCIA DO REGIONALISMO LITERÁRIO NAS PRODUÇÕES DO CINEMA CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO ATRAVÉS DA OBRA AS ÓRBITAS DA ÁGUA (2021) DE FREDERICO MACHADO201

Ruty de Sousa Melo
 Herasmo Braga de Oliveira Brito

METODOLOGIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: PERCEPÇÕES DOCENTES NA UNIDADE ESCOLAR GABRIEL FERREIRA, NOVA SANTA RITA-PI (2024)221

Lucileia Coelho do Nascimento
 Olavo José de Sousa
 Gabriela Alves Monteiro

ARTIGOS LIVRES

PROSPECÇÃO CIENCIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCAÇÃO 5.0241

Kelly Antoniêta Cosme da Silva
 Kênia Cosme da Silva Cardozo
 Francisco Marques Cardozo Júnior

INSERÇÃO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA AO CRÉDITO: PERSISTÊNCIA DA ARMADILHA PARA ENTRADA NA CIRANDA DO CRÉDITO-DÉBITO.263

Magda Núcia Albuquerque Dias

Resenha

NABOKOV,Vladimir. **Lolita**. Rio de Janeiro, Ed. Alfaguara, 2011.....275

Caio Silas Alvarenga Malaquias

Entrevista

Entrevista com o Prof. Dr Antonio Fonseca dos Santos Neto278

Antônia Melo Alvarenga

Apresentação da Revista Humana RES

Caro leitor,

A Revista Humana Res é parte de um projeto idealizado pelo Centro de Ciências Humanas e Letras e pelo Núcleo de Estudos Estado Poder e Política - NEEPP, no intuito de integrar, de forma sincrônica, o ensino com a pesquisa e a extensão. Nesse sentido, este meio de divulgação eletrônica assume a função de difundir junto ao público interno e externo, o conhecimento que vem sendo produzido, no âmbito desta Instituição de Ensino Superior.

É ainda pretensão desta revista constituir-se como via de acesso à produção acadêmica de profissionais de outras IES, seja no país ou no exterior, abrangendo os campos das Humanidades, Ciências Sociais, Artes e Tecnologias, publicando em suas páginas matérias enviadas para esse fim. Trata-se, enfim, de um periódico interdisciplinar, que se propõe a congrega análises produzidas a partir de perspectivas e olhares diversos acerca da realidade local, nacional e internacional.

Neste **volume 7, número 11**, referente ao período de janeiro a julho de 2025, a Revista Humana Res não apresenta um dossiê temático específico, em razão da diversidade de artigos recebidos, que abordam distintas temáticas. Entretanto, presta homenagem de capa à antropóloga Niède Guidon, falecida em 4 de junho de 2025, no município de São Raimundo Nonato, Piauí.

Sejam todos bem-vindos!

Maria do Socorro Rios Magalhães

Editora – Chefe

Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Antonia Valtéria Melo Alvarenga

Editora

Universidade Estadual do Piauí – UESPI



Revista Humana Res
Edição 011 Ano 007
Janeiro/Dezembro | 2025
ISSN: 2675-3901

EQUIPE EDITORIAL

COORDENAÇÃO EDITORIAL

MARIA DO SOCORRO RIOS MAGALHÃES
(UESPI / LETRAS-PORTUGUÊS / EDITORA-CHEFE)

MARCELO SOUSA NETO
(UESPI / HISTÓRIA-CCM / EDITOR)

JOÃO BATISTA VALE JÚNIOR
(UESPI / HISTÓRIA / EDITOR)

ANTONIA VALTÉRIA MELO ALVARENGA
(UESPI / HISTÓRIA / EDITORA)

JOSEANNE ZINGLEARA SOARES MARINHO
(UESPI / HISTÓRIA / EDITORA)

VIVIANE PEDRAZANNI
(UESPI / HISTÓRIA/ EDITORA)

CLARICE HELENA SANTIAGO LIRA
(UESPI / HISTÓRIA/ EDITORA)

CONSELHO EDITORIAL

ANTONIA VALTÉRIA MELO ALVARENGA
(UESPI / HISTÓRIA / EDITORA)

OMAR MÁRIO ALBORNOZ
(UESPI/LETRAS-ESPANHOL/ EDITOR)

MARCELO SOUSA NETO
(UESPI / HISTÓRIA-CCM/ EDITOR)

MARIA DO SOCORRO RIOS MAGALHÃES
(UESPI / LETRAS-PORTUGUÊS / EDITORA)

JOÃO BATISTA VALE JÚNIOR
(UESPI / HISTÓRIA / EDITOR)

JOSEANNE ZINGLEARA SOARES MARINHO
(UESPI / HISTÓRIA / EDITORA)

CLARICE HELENA SANTIAGO LIRA
(UESPI / HISTÓRIA)

ELIZABETH MARY BAPTISTA
(UESPI / GEOGRAFIA)

FABRÍCIO FLORES FERNANDES
(UESPI / LETRAS-PORTUGUÊS)

ANA CRISTINA MENESES
(UESPI / HISTÓRIA)

JORGE EDUARDO DE ABREU PAULA
(UESPI / GEOGRAFIA)

JOSÉ BISPO MIRANDA
(UESPI / CIÊNCIAS SOCIAIS)

JOSINALDO OLIVEIRA DOS SANTOS
(UESPI / LETRAS/ESPANHOL)

LUCIANA MARIA LIBÓRIO EULÁLIO
(UESPI / LETRAS-ESPANHOL)

LUCIRENE DA SILVA CARVALHO
(UESPI / LETRAS-PORTUGUÊS)

ANTONIO MAURENI VAZ VERÇOSA DE MELO
(UESPI / HISTÓRIA)

MÁRLIA SOCORRO LIMA RIÉDEL
(UESPI / LETRAS-INGLÊS)

VIVIANE PEDRAZANNI
(UESPI / HISTÓRIA/EDITORIA)

CONSELHO CIENTÍFICO

ALCEBÍADES COSTA FILHO
(UESPI)
ANA PAULA VOSNE MARTINS
(UFPR)
ARYDMAR VASCONCELOS GAYOSO
(UEMA)
TERESINHA DE JESUS MESQUITA QUEIROZ
(UFPI)
CATARINA FROIS
(AR)
CLÁUDIA CRISTINA DA SILVA FONTINELES
(UFPI)
CRISTIANA COSTA DA ROCHA
(UESPI)
DANILO BEZERRA
(UESPI)
ELIZANGELA BARBOSA CARDOSO
(UFPI)
FERNANDO BAGIOTTO BOTTON
(UESPI)
FRANCISCO CHAGAS OLIVEIRA ATANÁSIO
(UESPI)
GISELE PORTO SANGLAND
(FIOCRUZ- RJ)
IRLANE GONÇALVES DE ABREU
(UFPI)
JACKSON DOS SANTOS RIBEIRO
(UEMA)
JÔNATAS LINCOLN ROCHA FRANCO
JONAS RODRIGUES MORAES
(UFMA)
JOSÉ BISPO DE MIRANDA
(UESPI / CIÊNCIAS SOCIAIS)
LÍEGE DE SOUZA MOURA
(UESPI)
LIVIA SUELEN SOUSA MORAES MENESES
(UFPI)
LUIS REZNIK
(UERJ)
MÁRCIA EDLENE MAURIZ LIMA
(UESPI)
MARGARETH TORRES DE ALENCAR COSTA
(UESPI)
MARIA ELDELITA FRANCO HOLANDA
(UESPI)
MARIA LUZINEIDE GOMES DE PAULA
(UESPI)
MANOEL RICARDO ARRAES FILHO
(UFPI)
MUGIANY OLIVEIRA BRITO PORTELA
(UFPI)
PEDRO PIO FONTINELLES FILHO
(UESPI)
ZILDA MARIA MENEZES LIMA
(UECE)

EQUIPE TÉCNICA

GABRIEL ROCHA DA SILVA
(UESPI / HISTÓRIA / APOIO TÉCNICO)

JOSIAS GOMES DOS SANTOS NETO
(UESPI / HISTÓRIA / CHEFETÉCNICO)

SUMÁRIO

ARTIGOS

“UMA CABEÇA QUEBRADA”: MENTE, APRENDIZAGEM E ANTROPOLOGIA.....04

Alef de Oliveira Lima

COM “VISTAS DE FILHO AMANTE E AGRADECIDO”: MONSENHOR CHAVES E A ESCRITA HISTÓRICA DE TERESINA NA COMEMORAÇÃO DO SEU CENTENÁRIO18

Kamila Vytória Santos e Silva

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

ESPERANÇA GARCIA: UM SÍMBOLO DE LUTA NA DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO35

Maria Ivoneide Leal

“NA ORLA DOS SEPULCROS CAIADOS”: LIMA BARRETO, RIO DE JANEIRO E A REPÚBLICA DOS PRESSÁGIOS59

Willians Alves da Silva

SILÊNCIOS QUE EDITAM: A PRESENÇA DE DELCI MARIA TITO COMO INTELECTUAL MEDIADORA NAS ENTRELINHAS DE A. TITO FILHO E NO CAMPO CULTURAL PIAUIENSE.79

Antonio Maurení Vaz Verçosa de Melo

OS DONOS DA TERRA: PODER, POSSE E CONFLITO NO ESPAÇO RURAL DE CUMBIQUE – PAÇO DO LUMIAR (1983)102

Lucas Cândido da Silva Martins

Jakson dos Santos Ribeiro

A COR LOCAL NOS ROMANCES REGIONALISTAS DE JOSÉ DE ALENCAR E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL124

Maria do Socorro Rios Magalhães

QUEM CONTA A HISTÓRIA? A BATALHA DO JENIPAPO E AS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS (2000–2022)145

Ana Thais da Silva Cardoso
Antonia Valtéria Melo Alvarenga

AS VERTENTES CONSTITUTIVAS DA NOVA TENDÊNCIA NA LITERATURA CONTEMPORÂNEA DE LÍNGUA PORTUGUESA: ECCE HOMO FICTUS ATRAVÉS DAS OBRAS O ANO DA MORTE DE RICARDO REIS DE JOSÉ SARAMAGO E AUTOBIOGRAFIA DE SARAMAGO (ROMANCE) DE JOSÉ LUÍS PEIXOTO167

Rafael Sidney Gomes dos Santos
Herasmo Braga de Oliveira Brito

O CORPO FEMININO: A MORAL E A BELEZA NOS ALMANAQUES, REVISTAS E JORNAIS.180

Aricélia Soares Barros
Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

MÍMESIS E NARRATIVA NA LITERATURA E NO CINEMA: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A INFLUÊNCIA DO REGIONALISMO LITERÁRIO NAS PRODUÇÕES DO CINEMA CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO ATRAVÉS DA OBRA AS ÓRBITAS DA ÁGUA (2021) DE FREDERICO MACHADO201

Ruty de Sousa Melo
Herasmo Braga de Oliveira Brito

METODOLOGIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: PERCEPÇÕES DOCENTES NA UNIDADE ESCOLAR GABRIEL FERREIRA, NOVA SANTA RITA-PI (2024)221

Lucileia Coelho do Nascimento
Olavo José de Sousa
Gabriela Alves Monteiro

ARTIGOS LIVRES

PROSPECÇÃO CIENCIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCAÇÃO 5.0241

Kelly Antoniêta Cosme da Silva
Kênia Cosme da Silva Cardozo
Francisco Marques Cardozo Júnior

INSERÇÃO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA AO CRÉDITO: PERSISTÊNCIA DA ARMADILHA PARA ENTRADA NA CIRANDA DO CRÉDITO-DÉBITO.263

Magda Núcia Albuquerque Dias

Resenha

NABOKOV,Vladimir. **Lolita**. Rio de Janeiro, Ed. Alfaguara, 2011.....275

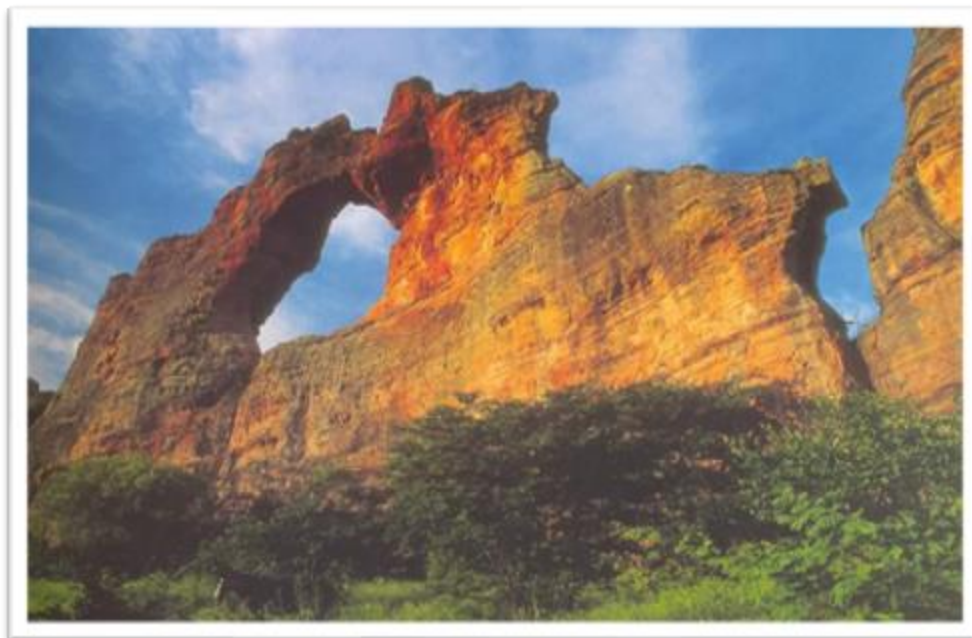
Caio Silas Alvarenga Malaquias

Entrevista

Entrevista com o Prof. Dr Antonio Fonseca dos Santos Neto278

Antônia Melo Alvarenga

EDITORIAL



Homenagem à Niède Guidon

A *Revista Humana Res*, periódico interdisciplinar dedicado à produção e à difusão de conhecimento nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, tem a honra de apresentar sua nova edição. Nesta publicação, a revista presta uma homenagem especial à memória e ao legado da antropóloga **Niède Guidon**, arqueóloga, pesquisadora e professora universitária brasileira, que faleceu em 04 de junho de 2025, no município de São Raimundo Nonato-PI. Figura de referência incontornável nos estudos sobre pré-história, arqueologia e patrimônio cultural, sua trajetória, marcada por rigor científico, compromisso com a preservação e coragem intelectual, permanece como um farol para as gerações que compreendem a pesquisa como ato de resistência e de amor ao conhecimento.

A edição não apresenta um dossiê em arqueologia, mas ao celebrar Niède Guidon em sua capa, a *Humana Res* reafirma seu compromisso com a valorização de percursos intelectuais que ampliam a compreensão do humano em toda a sua complexidade histórica, cultural e simbólica. Essa homenagem representa, portanto, não apenas o reconhecimento de uma vida dedicada à ciência, mas também uma tomada de posição: a defesa de uma visão crítica, plural e transformadora das Ciências Humanas e Sociais, capaz de articular memória, território e identidade.

Esta edição reúne artigos que atravessam diferentes campos das Ciências Humanas e Sociais — antropologia, história, literatura, educação e estudos culturais —, compondo um mosaico de abordagens que se entrelaçam pela busca comum de compreender o humano em suas múltiplas dimensões.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. I – III , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

Entre os trabalhos apresentados, destacam-se:.

Inicia-se com o artigo **“Uma cabeça quebrada: mente, aprendizagem e antropologia”**, de Alef de Oliveira Lima, texto que simboliza os desafios da pesquisa e a abertura crítica a novos horizontes do saber. A partir da reflexão sobre as categorias de “mente” e “aprendizagem”, o autor propõe um olhar antropológico que desestabiliza visões reducionistas e convida o leitor a compreender o aprender como experiência cultural e relacional.

Com ‘vistas de filho amante e agradecido’: Monsenhor Chaves e a escrita histórica de Teresina na comemoração do seu centenário, de Kamila Vytória Santos e Silva e Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz, que realiza uma revisão crítica da narrativa histórica de Monsenhor Chaves, articulando memória, imprensa e identidade regional.

Esperança Garcia: um símbolo de luta na desconstrução do racismo, de Maria Ivoneide Leal, que resgata a importância de Esperança Garcia como figura central na luta por cidadania e pelos direitos da população afrodescendente.

Na orla dos sepulcros caiados: Lima Barreto, Rio de Janeiro e a república dos presságios, de Willians Alves da Silva, que revisita a obra de Lima Barreto, destacando o caráter crítico e denunciativo de sua escrita nos anos iniciais da Primeira República.

Silêncios que editam: a presença de Delci Maria Tito como intelectual mediadora nas entrelinhas de A. Tito Filho e no campo cultural piauiense, de Antonio Maureni Vaz Verçosa de Melo, que valoriza o protagonismo de Delci Maria Ribeiro Matos Tito como intelectual mediadora e figura essencial no campo cultural piauiense.

“Os donos da terra”: poder, posse e conflito no espaço rural de Cumbique – Paço do Lumiar (1983), de Lucas Cândido da Silva Martins e Jakson dos Santos Ribeiro, que analisa conflitos fundiários no Maranhão, revelando as tensões entre poder, território e resistência camponesa.

A cor local nos romances regionalistas de José de Alencar e a formação da identidade nacional, de Maria do Socorro Rios Magalhães, que examina o papel da literatura alencarina na consolidação de uma identidade nacional brasileira.

Quem conta a história? A Batalha do Jenipapo e as linhas de interpretação nos livros didáticos (2000–2022), de Ana Thais da Silva Cardoso e Antonia Valtéria Melo Alvarenga, que analisa as representações da Batalha do Jenipapo nos livros didáticos de História, discutindo as disputas de memória e narrativa no campo do ensino.

As vertentes constitutivas da nova tendência na literatura contemporânea de língua portuguesa: ecce homo fictus através das obras *O ano da morte de Ricardo Reis*, de José Saramago, e *Autobiografia*, de José Luís Peixoto, de Rafael Sidney Gomes dos Santos e Herasmo Braga de Oliveira Brito, que investiga a ficcionalização de escritores nas obras dos dois autores, explorando os limites entre biografia, ficção e identidade literária.

O corpo feminino: a moral e a beleza nos almanaques, revistas e jornais, de Aricélia Soares Barros, que analisa os discursos normativos sobre corpo e moral feminina na imprensa piauiense, evidenciando as tensões entre idealização, consumo e controle simbólico.

“Mímesis e narrativa na literatura e no cinema: um estudo comparativo sobre a influência do regionalismo literário nas produções do cinema contemporâneo brasileiro através da obra *As órbitas da água* (2021), de Frederico Machado, de Ruty de Sousa Melo e Herasmo Braga de Oliveira Brito, que investiga o diálogo entre literatura e cinema, discutindo a permanência do regionalismo como estética e sensibilidade narrativa.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. I – III , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

Metodologias no ensino de História: percepções docentes na Unidade Escolar Gabriel Ferreira, Nova Santa Rita–PI (2024), de Lucileia Coelho do Nascimento, Olavo José de Sousa e Gabriela Alves Monteiro, que discute práticas metodológicas do ensino de História em diálogo com a BNCC e o Currículo do Piauí, enfatizando o papel docente na mediação dos saberes escolares.

Na seção de artigos livres, dois estudos se destacam pela relevância contemporânea e pelo rigor analítico:

Prospecção cienciométrica da produção científica sobre Educação 5.0”, de Francisco Marques Cardozo Júnior, Kelly Antoniêta Cosme da Silva e Kênia Cosme da Silva Cardozo, que analisa as transformações educacionais promovidas pela revolução tecnológica e pelas novas concepções de ensino-aprendizagem no contexto da Educação 5.0, e

Inserção da população de baixa renda ao crédito: persistência da armadilha para entrada na ciranda do crédito-débito”, de Magda Núcia Albuquerque Dias, que atualiza uma pesquisa doutoral sobre o endividamento das populações de baixa renda, refletindo sobre os paradoxos da inclusão financeira e as armadilhas estruturais do sistema de crédito.

Integram esta edição, ainda, uma resenha e uma entrevista concedida por uma personalidade de destaque da vida acadêmica piauiense. A primeira trata da obra *Lolita*, de Vladimir Nabokov, publicada pela Editora Alfaguara em 2011. O texto, de autoria de Caio Silas Alvarenga Malaquias, apresenta uma escrita elegante e instigante, cuja crítica refinada desperta no leitor o desejo de conhecer a obra resenhada. A entrevista, por sua vez, é uma conversa realizada pela historiadora Valtéria Alvarenga com o Prof. Dr. Antônio Fonseca dos Santos Neto, historiador da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e membro da Academia Piauiense de Letras (APL), da Academia de Ciências do Piauí (ACIPI) e do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI). O diálogo aborda aspectos de sua formação acadêmica, de sua trajetória política e de sua atuação nas instituições das quais faz parte.

Com esta edição, a *Humana Res* reafirma seu propósito de ser um espaço de reflexão e de diálogo interdisciplinar comprometido com o pensamento crítico, a diversidade epistemológica e o fortalecimento das humanidades em tempos de desafios éticos e políticos. A pluralidade de vozes e perspectivas aqui reunidas revela a vitalidade de um campo de saber que, mais do que responder a problemas imediatos, busca compreender o sentido profundo das experiências humanas e suas contradições. Ao reunir pesquisas que atravessam temas como memória, identidade, resistência, cultura e educação, a revista reafirma seu papel como veículo de circulação de ideias que promovem a transformação social e a valorização da dignidade humana. Que esta edição, dedicada a Niède Guidon, inspire a comunidade acadêmica e o público leitor a continuar investigando, escrevendo e ensinando com o mesmo vigor que guiou a vida e a obra dessa notável cientista — uma mulher que fez da pesquisa um gesto de permanência e esperança. Assim, a *Humana Res* segue comprometida com a missão de promover o encontro entre pensamento e sensibilidade, razão e imaginação, ciência e cultura — convicção que reafirma a centralidade das Ciências Humanas e Sociais na construção de um futuro mais justo, plural e consciente de suas próprias memórias.

Editores

“UMA CABEÇA QUEBRADA”: MENTE, APRENDIZAGEM E ANTROPOLOGIA

Alef de Oliveira Lima¹

RESUMO

Este artigo versa sobre as categorias de “mente” e “aprendizagem” a partir de um olhar antropológico. Argumenta-se que ambas as noções tomadas comumente por uma perspectiva cognitivista escamoteiam importantes aspectos no que se refere a complexidade dos processos e formas do aprender. Autoras/es como Christina Toren, Jean Lave, Tim Ingold, Gregory Bateson são evocados nessa problematização, bem como, uma breve revisão do cânone antropológico no campo das relações de Aprendizado e Cultura. Para exemplificar essa dimensão processual e indivisível de ambas as categorias, se utiliza uma entrevista não-diretiva, construída durante o trabalho de campo com Educação de Jovens e Adultos, no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016-2017). Em que se pode perceber a diversidade da experiência de aprendizagem de um jovem de vinte anos, morador de Porto Alegre, evangélico, que perdeu cerca de um quarto de sua massa encefálica, em um acidente de moto. Palavras-chave: Aprendizagem; Mente; Etnografia; Antropologia

ABSTRACT

“A BROKEN HEAD”: MIND, LEARNING AND ANTHROPOLOGY

This article deals with the categories of “mind” and “learning” from an anthropological point of view. It is argued that both notions commonly taken from a cognitivist perspective conceal important aspects regarding the complexity of the processes and ways of learning. Authors such as Christina Toren, Jean Lave, Tim Ingold, Gregory Bateson are evoked in this problematization, as well as a brief review of the anthropological canon in the field of Learning and Culture relations. To exemplify this procedural and indivisible dimension of both categories, a non-directive interview is used, built during fieldwork with Youth and Adult Education, at the Colégio de Aplicação of the Federal University of Rio Grande do Sul (2016-2017). In which one can perceive the diversity of the learning experience of a twenty-year-old young man, resident of Porto Alegre, evangelical, who lost about a quarter of his brain mass in a motorcycle accident.

Keywords: Learning; Mind; Ethnography; Anthropology

“UNA CABEZA ROTO”: MENTE, APRENDIZAJE Y ANTROPOLOGÍA

¹ Doutor em Antropologia Social; Secretaria da Educação do Estado Ceará; E-mail: aleflimaufgs@gmail.com

RESUMEN

Este artículo aborda las categorías de "mente" y "aprendizaje" desde una perspectiva antropológica. Se sostiene que ambas nociones comúnmente tomadas desde una perspectiva cognitivista esconden aspectos importantes respecto de la complejidad de los procesos y formas de aprendizaje. En esta problematización se evocan autores como Chirstina Toren, Jean Lave, Tim Ingold, Gregory Bateson, así como una breve revisión del canon antropológico en el campo del aprendizaje y las relaciones culturales. Para ejemplificar esta dimensión procedimental e indivisible de ambas categorías, se utiliza una entrevista no directiva, construida durante un trabajo de campo con Educación de Jóvenes y Adultos, en la Facultad de Aplicación de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (2016-2017). En el que se puede ver la diversidad de la experiencia de aprendizaje de un joven de veinte años, residente en Porto Alegre, evangélico, que perdió alrededor de una cuarta parte de su masa cerebral en un accidente de motocicleta.

Palabras clave: Aprendizaje; Mente; Etnografía; Antropología

Introdução

O presente artigo busca repensar as categorias de “mente” e “aprendizagem” a partir de um olhar antropológico. Logo, as ideias de força do texto visam desconstruir invólucros conceituais que frequentemente operam nos domínios intelectuais da psicologia, educação e antropologia. As relações entre a mente e aprendizagem enquanto fenômenos complexos, com aspectos psíquicos, políticos, sociais e pedagógicos se valem de intrincadas interações e aproximação, que geralmente passam despercebidos dos/as pesquisadores/as. Tal fato ocorre não por “descaso”, mas por excesso de cuidado em delimitar campos intelectuais, arenas de conhecimento. O exercício que o artigo se propõe, vai em um sentido de reaver essa complexidade dos debates acerca dos processos de aprendizagem – instituindo um pano de fundo etnográfico de interlocução.

O material empírico se baseia em uma entrevista não-diretiva e semiestruturada feita com um jovem de vinte anos, porto-alegrense, evangélico (neopentecostal), estudante da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAp. UFRGS). Seu depoimento foi coletado durante a construção de minha pesquisa de dissertação, defendida em 2018, pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS). Na investigação, com uma abordagem voltada para as práticas de aprendizagem social nas experiências de escolarização tardia, foquei na elaboração de

argumentos que desnaturalizassem e evidenciassem os modos de aprender por um viés não exclusivamente marcado pelo cognitivismo.

Na referida entrevista com Tiago (nome fictício do interlocutor), identifiquei elementos que escapam uma interpretação estritamente psicológica ou “culturalista” das práticas de aprendizagem. De maneira geral, Tiago narra com detalhes um momento tenso e dramático de sua vida pessoal, um acidente de moto que o lesionou profundamente e o fez perder quase um quarto de sua massa encefálica. O evento em si é contado em meio a flashes de lembranças evocadas entre a colisão com um muro de concreto, o coma pós-impacto e o todo o processo de se reestabelecer enquanto sujeito. Nessa narrativa a aprendizagem e a mente se tornam categorias não-estáveis, porém, cruciais para formar um quadro inteligível de questionamentos e provocações corroborando em uma espécie de transformação – uma nova “perspectiva de vida”, nas afirmações de Tiago, que também organizavam uma outra percepção sobre a importância da escola.

Quanto a organização da exposição pretendo dialogar brevemente com cânone antropológico sobre as inter-relações entre as ideias de cultura e aprendizado. Com objetivo de perceber uma historicidade dessa interface frente ao campo educativo. Posteriormente, intercalando com a história de Tiago, introduzo novas maneiras de conceber as noções mente e aprendizagem na contribuição das antropologias contemporâneas: tanto por uma chave fenomenológica de interpretação quanto em relação às construções da intersubjetividade e materialidade entre os sujeitos, o mundo e as coisas apregoadas pelas recentes “viradas” conceituais. Finalizo, problematizando os imaginários que se compõe acerca dos processos de aprendizagem apenas situados enquanto dimensões cognitivas intracranianas.

Aprendizado: a cultura como iniciação

Antes de explorar as contribuições de Tiago e levantar a complexidade das teorizações de mente e aprendizagem. Gostaria de demonstrar o conjunto de relação do cânone antropológico clássico com os debates educativos. Tal exercício é desafiador por pelo menos duas razões: 1) a ciência antropológica não “consolidou” (em sentido particular) um campo equânime de pesquisas sobre os objetos pedagógicos (e/ou educacionais) no âmbito dos temas tratados pelos autores cânones. 2) Mais do que revelar um determinado “desprezo” por parte dos antropólogos, tal aspecto pode representar o quanto a noção de cultura, tão cara à constituição da Antropologia como ciência, realizou um apagamento da dimensão educacional

achatada no entorno dos processos de socialização. Pode-se pensar então, que a temática do fenômeno educativo se traduzia na ideia de educação como cultura (Brandão, 2002). Posto que, a produção dessas primeiras etnografias atinava para uma concepção alargada de educação:

[...]. Assim, se os antropólogos clássicos pouco falaram especificamente sobre educação em suas etnografias, isso se dava pois eles não observavam processos formalizados de ensino e aprendizagem aos moldes ocidentais. Nos grupos onde realizavam pesquisa não fazia sentido conceber um processo educativo em separado das demais atividades da vida cotidiana. (Schweig, 2015, p. 23)

7

A questão dos fatos educacionais era lida por uma chave analítica difusa, cuja compreensão era regida pela noção descritiva de cultura (Cuche, 2002). Mesmo assim, os verbetes do termo educação apareciam nos índices onomásticos de antropólogos consagrados como Bronislaw Malinowski, Radcliffe-Brown e Edmund Leach (Brandão, 2009). Evans-Pritchard ilustra bem esse posicionamento quando trata do treinamento de um jovem Azande no processo gradativo de iniciação da arte oracular:

Pelo que pude observar, é comum que um jovem manifeste o desejo de se tornar um adivinho para um membro mais velho da corporação em seu distrito, e solicite que este seja seu patrono. Assim, ao falar do modo pelo qual os noviços são instruídos, tenho em mente a transmissão normal da magia de um adivinho ara seu jovem aprendiz. Cheguei a ver, contudo, rapazes de menos de 16 anos, e até mesmo crianças de quatro e cinco anos, receberem drogas para ingerir. Em tais casos, trata-se em geral de um pai ou tio materno que deseja ver seu filho ou sobrinho seguir a profissão, e que começa a treiná-lo desde a infância, além de buscar fortalecer seus espíritos com as drogas. Vi garotos pequenos dançarem a dança dos adivinhos e ingerirem suas drogas, copiando os movimentos dos mais velhos nas sessões e nas refeições mágicas coletivas. (Evans-Pritchard, 2005, p. 111)

Portanto, essa perspectiva implicava reconhecer a esfera educacional como mais um dos componentes de um imenso campo indefinível de crenças, hábitos e modos de pensamento. O papel do antropólogo, nesse sentido, estaria associado a possibilidade de relacionar padrões educacionais dentro de processos de transmissão cultural no tempo e no espaço. De outro lado, autoras como Neuza Gusmão (1997) e Tânia Dauster (2003), reconhecem o surgimento de um diálogo entre Antropologia e Educação no âmbito da abordagem antropológica culturalista dos Estados Unidos. Franz Boas, Ruth Benedict e, principalmente, Margaret Mead, seriam autores fundamentais para entender de que modo a ciência antropológica entendia que os assuntos educacionais (*sui generis*) poderiam insurgir, como problemas antropológicos mais amplos.

Dessa maneira, um pouco rudimentar, o campo da Antropologia da Educação dos Estados Unidos se forma como um local de “Antropologia aplicada” em que as problemáticas educacionais, mediadas por fatores diversos, como: raça, gênero e diferenças “culturais” seriam discutidos no âmbito da escola e dos sistemas educativos. Benedict e Mead deram uma importante contribuição nesse aspecto, ao transformar a agenda político-reformista de Boas, em um campo comparativo. Para ambas o interesse nos padrões de sentimento, pensamento e ação dos indivíduos se devia, prioritariamente, a formação cultural de seus *ethos*. Assim, a Educação intrafamiliar e informal que as crianças e os jovens, em cada organização social recebiam, detinha um caráter de problema etnológico capaz de explicitar uma relação direta entre cultura e personalidade

Naquele contexto, nas décadas de 1940 a 1960, o culturalismo despontava ao questionar (e utilizar) os recortes teóricos da psicologia, de autores como Freud e Piaget, para compor sua base de análise a respeito do modo pela qual as sociedades produziam seus padrões culturais (Benedict, 2013) e os inculcavam nos indivíduos. Não por acaso, as leituras sobre a “formação social das personalidades”, no entorno das discussões sobre o cuidado, o treinamento, as relações de reciprocidade e os aprendizados dos tabus e regramentos eram vistos como formas de transmissão de uma herança para o ajustamento social dos sujeitos. Margaret Mead, nos seus trabalhos etnográfico-comparativos com o povo autóctone de Samoa (1961); entre os Manus da Papua-Nova Guiné (1973) e também entre as sociedades Mundugumor, Arapesh e Tchambuli no famoso livro *Sexo e Temperamento* (1990), é tributária de parte desse modelo, mas, confere às sociedades que vivenciou um panorama diferenciado, ao esboçar nessas etnografias, o exame de uma cultura da adolescência e da criança, no que se refere às formas de socialização (Erny, 1986), que para ela se incluíam em um conceito lato de educação:

[...] quando falo de educação, refiro-me apenas ao processo pelo qual um indivíduo em formação é iniciado na herança cultural que lhe corresponde, e não aos procedimentos específicos usados para transmitir o conhecimento das complexas técnicas modernas a uma certa quantidade de crianças, postas em filas apertadas, dentro de uma sala de aula escolar. (Mead, 1973, p. 162, tradução do autor)

Mead, mais do que qualquer outro autor ou autora, elege a problemática educacional em seus estudos de modo a compor um conjunto de comparações entre a sociedade estadunidense e os escopos de uma “pedagogia do cuidado” que as populações nativas centravam com seus jovens e crianças. Sua questão era tanto etnológica quanto educativa

(aplicada). Por um lado, destinava-se a entender os significados próprios de educação, ensino e liberdade que encontrava em seus trabalhos de campo e os conflitos geracionais, que vez por outra, apareciam nesses “processos de transmissão” (Bonte; Izard, 1991), por outro, visava integrar seu material etnográfico como forma de “iluminar” dilemas educacionais americanos que se referiam justamente à adolescência, à infância e à vida escolar.

Na contemporaneidade a discussão visa estabilizar um campo fértil de novas questões e abordagens (algumas que serão apresentadas ao longo do artigo). Porém, a função de resenhar esse contexto teórico que encaminhou é mostrar que parte da ideia de cultura enquanto representação e a educação na forma de uma assimilação progressiva de cultura se tornaram problemáticas frente aos desafios de construir uma teoria antropológica não dual. Com novas chaves interpretativas a antropologia passou a reconsiderar seu arsenal epistemológico e, situar, sua posicionalidade nas conjunturas políticas da atualidade. Dessa perspectiva é o avanço na problematização das noções de cultura, práticas de aprendizagem e socialidade, que permite novos entendimentos do real e suas performances. Tendo essa compreensão e a necessidade de ultrapassar uma visão binária das relações entre antropologia e educação, passamos ao depoimento de Tiago.

9

Uma cabeça quebrada: a mente espalhada pelo chão

Tiago me chamou atenção durante as aulas de filosofia que eu acompanhava na EJA, que durou doze meses de trabalho de campo, na turma, ele sempre foi muito falante e extrovertido. Em certo momento, quando formamos uma equipe, ele, eu e os demais colegas para discutir o conceito de alienação de Marx, Tiago me viu olhando para seu braço direito (que não conseguia movimentar bem). Então, sorridente, ele pergunta: “você quer saber porque meu braço é desse jeito? ” Os outros colegas, em coro, reclamam: “Isso de novo não, esse acidente de novo cara”. Estranhei as reclamações e pontuei que caso fosse de seu interesse, ele poderia me contar em uma entrevista. Marcamos e nossa reunião ocorreu em 16 de outubro de 2016. Foi justamente sobre esse acontecimento que comecei a entrevista:

Está certo, então.... No dia treze de outubro de 2013. Eu tinha 19 anos na época. Eu estava em uma festa com alguns amigos, daí resolvi pegar a moto de um amigo emprestado para aprender a andar, eu não sabia ainda. E quando eu estava concluindo a primeira volta. Eu acabei perdendo o controle da moto, e quando perdi o controle eu bati no cordão (meio fio) da calçada e fui arremessado para cima de um muro. Só que na hora que eu sofri a pancada,

não estava com o capacete. O meu osso da cabeça esfacelou. Então acabei perdendo um quarto da minha cabeça (cérebro). Depois de um tempo, da recuperação e tudo, depois de um ano voltei a pensar em estudar. Minha mãe me deu maior força. “Bah! Quem sabe tu não voltas a estudar. Termina teus estudos.” Daí, comecei a voltar a estudar. (Entrevista 01, 16/10/2017, p. 1)

Segundo Tiago, já havia se passado três anos do acidente, o braço “torto” seria uma das mínimas consequências. Ele falava com uma tranquilidade e mencionou seu processo de recepção na EJA junto com a preocupação de sua mãe nesse retorno, marcado pelas suas novas condições físicas e, também, intelectuais:

Se (eu) sofresse algum tipo de bullying, ou outro tipo de preconceito. Ah “fulano manca”; “fulano tem o bracinho torto”. Até porque a minha mãe logo no começo que eu vim para cá. Eu vim aqui com ela. E a gente conversou com a coordenadora. Explicando e tudo. Dizendo que tinha sofrido o acidente, que eu não podia sofrer queda. Falando que eu tinha que ter um tratamento diferente. Até porque eu perdi massa cefálica, e talvez não pudesse acompanhar as aulas (fala de acompanhar as explicações, relaciona a perda de massa cefálica com possíveis dificuldades em aprender os conteúdos). A coordenadora perguntou se eu não queria que a minha mãe ficasse durante a aula comigo. Falei que não. Não é necessário. Porque, talvez ela me ajudasse um pouco. Mas, graça a Deus conseguir sem a ajuda dela, conseguir me manter na aula. No começo ainda foi meio difícil. Até hoje tenho dificuldade. Eu assimilo as coisas que me falam com mais lentidão. Demora um pouco para cair à ficha. Sério! Eu acho que sei lá. (Nós se entre olhamos e rimos). (Entrevista 01, 16/10/2017, p. 1-2)

Uma coisa curiosa aconteceu, depois de seu retorno a vida estudantil e desse processo de se “reajustar”, Tiago me confidencia uma coisa interessante e importante, algo razoavelmente intuitivo (uma sensação particular dele próprio). A percepção de que o evento traumático, que quase lhe custou a vida, serviu para “abrir” sua cabeça, em uma espécie de maturação moral e pessoal que se refletia nas suas habilidades com a filosofia e a matemática, algo impensado, já que sua escolarização foi vivenciada com três reprovações, “displicência” e brincadeiras antes da evasão da escola.

Eu nunca imaginei gostar tanto de Filosofia. Eu gostei por que.... Não sei.... Sei lá. A aula em si me cativou. E ele (o professor) disse que muito das coisas complexas que tinha para responder eu já respondia antes dos outros alunos. Ele falou que me escutava mesmo baixinho. Eu não sou muito de falar alto. Só quando acho que tenho certeza, eu respondia. Também na matemática consigo entender melhor, não sei explicar, pensar melhor.... *Acho que o acidente de moto, aquela atitude irresponsável me abriu a cabeça.* (Grifos meus) (Entrevista 01, 16/10/2017, p. 4-5)

Nessa altura do depoimento gostaria de introduzir uma pergunta. Como compreender a abertura tão radical e traumática ao qual Tiago foi submetido sem, de certo, repensar o que se entende a respeito dos conceitos de aprendizagem e mente? Por exemplo, o discurso psicológico, mais precisamente, as Psicologias do desenvolvimento de escopo cognitivo, estabeleceram tacitamente que o conceito de mente traduz um modelo representacional (PERNER, 1991) dos modos que os seres humanos organizam processos de reconhecimento, pensamento e linguagem internamente. Essa compreensão é mediada por uma visão evolucionista e ecológica do desenvolvimento psíquico-biológico (Jou; Sperb, 1999). A mente seria uma estrutura processual de mediação e representação das formas e circunstâncias do mundo que utilizamos para instituir nossas memórias, habilidade, sentimentos etc.

A mente, na forma de uma configuração consciente de pensamentos e representações do mundo, estaria desde os gregos fixada sobre a experiência subjetiva dos indivíduos em se localizarem no espaço-tempo. É apenas no início do século XIX que a mente passa a ter um estatuto de objeto epistemológico e a ser investigada no suporte filosófico-psicológico da modernidade, autores como: William James, Alexander Bain, Maine de Biran se destacam enquanto percursores de um olhar teórico sobre esse assunto. Mas, de maneira geral, é a filosofia da mente e os filósofos da ciência cognitiva que atualmente encampam uma virada epistêmica. Para, Daniel Dennett, filósofo estadunidense (2007) o que se chama de mente não se constituiria em um centro narrativo e interativo das experiências individuais, ao contrário, estaria configurada em entradas e saídas sensoriais em que um conjunto mais ou menos desordenados de “softwares” funcionariam simultaneamente.

No caso, uma abordagem antropológica da mente e suas configurações, precisariam sair uma perspectiva intracraniana. Gregory Bateson, psicólogo e antropólogo, historicamente invisibilizado no cânone clássico da antropologia trouxe novas inspirações para essa discussão. A mente, para o autor, é um princípio imanente de ligações, que emergem com certo grau de auto-organização, são sistemas interligados que não podem ser aferidos apenas aos seres humanos e sim a todo um conjunto de formas de vida, como: plantas e animais. Porque a mente, como ele mesmo comenta, é uma *mentação* (Bateson, 1986, p. 194). Uma atividade complexa e ativa, em que diferentes elementos e estruturas, são evocados na produção das capacidades e habilidades. Logo, o caráter interativo da *ecologia da mente* (Bateson, 2006) como supra comunicacional e voltado a pensar a diferença, enquanto dimensão casuística dos processos mentais leva-o a propor a noção de uma mente “irrestrita” apenas a componentes neurais, cognitivos, culturais e psicológicos. Diria que, em Bateson, a mente não está dada. Tiago

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 4 – 17 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

exemplifica tal aspecto ao refletir que sua “cabeça aberta”, mesmo com perda da massa cefálica, é capaz de aprender.

O cérebro espatifado no meio fio, sobre o asfalto e o sangue, não era o Tiago todo, mas um pedaço de quem ele era. Não era a mente dele que havia pulado para fora de seu crânio com o impacto, e sim um de seus componentes – geralmente invisível. O acontecimento disruptivo o fez repensar sua vida escolar, suas relações familiares, suas práticas religiosas, bem como os demais pertencimentos que cultivou em sua trajetória. Ao se perceber, na figura de um sujeito acidentado, que passou seis meses em coma, Tiago reelabora suas relações com a aprendizagem e seus sentidos anteriormente tratados com irrelevância. Ele recebeu o acidente quase como se fosse um “beliscão do destino”, um ato revelador, uma possibilidade de recomeçar. No próximo tópico exploro a maneira que os modos de aprender estariam estritamente relacionados ao conceito de mente, em razão de serem concebidos por um processo cognitivo, envolvendo o processamento e a decodificação de informações.

Ontologias sociais da aprendizagem: história, corpo e modos de ser

Tiago se mostrou emocionado em alguns momentos da entrevista, principalmente naqueles em que narrava sua fisioterapia e o esforço de amigos e familiares para fazer com que ele voltasse a andar, falar e tivesse o mínimo de autonomia no cotidiano. Nesse sentido, Tiago expressava as sensações e desafios de reaprender habilidades tomadas antes como “naturais”, “evidentes”. Andar, correr, se alongar e mesmo o reconhecimento de sua responsabilização jurídica pós-coma eram questões atravessavam essa reaprendizagem com o mundo.

A fisioterapia é bastante lenta. Mas, eles explicaram que seria lenta. Eu teria até cinco anos para recuperar tudo o que eu conseguisse. Já faz três anos desde o acidente até agora estou indo bem. Dói bastante, dói pra caramba. Mas, eu sei que é para o meu bem. Eu faço um pouco por mim. Faço mais pela minha mãe e pela minha família. Porque eu sei que foi um erro que eu cometi, que eu fiz. Que eu tive de displicência minha de pegar aquela moto que nem era minha, eu não sabia andar. Mas, eu faço mais por eles. Pelo o que eles passaram nesses três anos comigo: porque eu voltei de sonda e fralda para casa. Então passaram um mês limpando a minha bunda, mais de um mês limpando minha bunda. Minha motivação maior na fisioterapia com certeza são eles. Na hora que eu estou sentido dor lá, quando está doendo pra caramba, que eu estou quase desistindo do aparelho. Eu penso: Bah! Mas, eu tenho que melhorar para eles. Tenho que dá meu máximo aqui. Assim eu consigo ter melhores resultados na fisioterapia.

[...]

Uma coisa que nem eu sabia que existia é a *curatela*. Descobrir quando fui fazer a fisioterapia. A pessoa (pausa, pergunta a si mesmo). Como é que eu posso te dizer, meu deus. A pessoa te cuida, é uma cuidadora. Ela assina por te. Por exemplo, se eu ficasse vegetativo, que era o meu prognóstico. Ela iria ser minha curadora, iria assinar por mim. Tudo o que ela fizesse iria ser por mim. Que nem agora minha assinatura não vale nada. Eu não faço nada. Não sou como um cidadão. Eu não voto. Não faço nada. Mas, continuando, eu espero tirar a curatela. A curatela dá para se tirar. Tirar a curatela se conseguir passar no vestibular. Eu vou fazer o ENEM também. E se eu conseguir uma nota boa no ENEM também eu tento uma faculdade. Se não conseguir passar no vestibular, porque o vestibular da UFRGS é muito difícil. (Entrevista 01, 16/10/2017 p. 8-9)

A aprendizagem em um sentido de “recuperação da autonomia” de Tiago enquanto sujeito pode ser remetida aos esforços de conceituar as ontologias sociais do aprender. Isto é, pensar a o fenômeno do aprendizado entrelaçado nas práxis de produção de sujeitos históricos e subjetivos. Nas palavras da antropóloga escocesa Christina Toren:

[...] O aprendizado é um processo espaço-temporal dinâmico que em cada ponto, de modo inevitável, situa historicamente os humanos em relação a outros seres, em lugares e momentos específicos do tempo no mundo que habitam. Em outras palavras, qualquer ser humano é, em todos os aspectos de seu ser, um produto transformador dinâmico do passado por ele vivido e está situado em relação a todos os outros (jovens e velhos, vivos e mortos) cujas ideias e práticas estejam contribuindo para estruturar as condições de sua existência presente. “Qualquer ser humano”, significa, aqui, qualquer feto, neonato, bebê, criança, adolescente, adulto ou idoso, porque a autopoiese é um processo que se inicia na concepção e só termina com a morte. Podemos, portanto, considerar a nós próprios como vivendo e manifestando os processos históricos que nos envolvem em literalmente todos os aspectos de nosso ser. (Toren, 2012, p. 22)

Dessa maneira aprender, na perspectiva de Toren não pode ser resumido ou encapsulado por um princípio tão somente intelectual – as atividades da memória, cognição, emoção, criatividade, atenção e as competências envolvidas no engajamento dos seres no mundo, requerem um corpo e um constante processo transformacional. Logo, aprendizagem nomearia um sistema autopoietico: “[...] incorporamos a história de nossa própria criação porque, como outros sistemas vivos, somos autopoieticos – ou seja – autocriadores e autoreprodutores” (TOREN, 1999, p. 23, tradução do autor). Essa condição humana transicional, inspirada nas ideias dos filósofos chilenos Francisco Varela, Juan Llorens e Humberto Maturana (1997) implode noções estritas e fechadas de mente e aprendizagem, ao argumentar a existência um campo multidimensional das interpelações constitutivas dos sujeitos, com as coisas, o mundo

e seus desenvolvimentos. Toren, nesse sentido, reconecta a experiência humana em um fluxo histórico-material.

Mas, algo importante deve ser enfatizado, o processo de Tiago em se recompor como pessoa, tendo inclusive, que mostrar para uma juíza (fato referente a curatela) sua capacidade intelectual de tomar decisões e se autodeterminar. Se aprendizagem é a *alma matter* de um movimento ulterior de desenvolvimento dos indivíduos sejam eles humanos ou não. A questão de Tiago, em reassumir o controle de sua vida e depositar suas expectativas na fisioterapia que já perdura dois anos é atravessada por uma catalisação de relações. Jean Lave, antropóloga estadunidense, nos apresenta uma discussão que procura reestabelecer à ubiquidade da aprendizagem compreendida enquanto fonte de práxis social relacionando-a, por sua vez, ao escopo da vida cotidiana, e caracterizando esses princípios em seus efeitos políticos e ontológicos. Para a autora, é um “erro pensar a aprendizagem como um tipo particular de atividade” (Lave; Parker, 2011, p. 13).

O caráter difuso e as dimensões contextuais em que a aprendizagem ocorre impedem que uma teorização estritamente cognitiva consiga entender os modos em que a experiência de aprender vaza em diversos sentidos e direções. Lave (2015) entende que essa recolocação do cotidiano e da dimensão tácita do aprender, no interior do que ela mesma chama, de marxismo existencial, admite levantar novas questões sobre o ser e o estar no mundo. Reconhecendo como essas formas implícitas e difusas do aprender são postas no engajar-se da “vida ordinária”. A discussão atravessa o campo de uma *ontologia social da aprendizagem* que refaz, ou pelo menos tenta adicionar, os espectros de uma vida cotidiana, situada social e historicamente a partir de uma teoria da prática. Tanto a cognição, quanto o conhecimento e os jeitos de acioná-lo dependem, largamente, de contextos de prática e, por efeito, as aprendizagens não apenas são constitutivas dos sujeitos e dos contextos como também se estabelecem mutuamente: existe um ser aprendente em devir.

Dessa configuração é necessário entender que as angústias de Tiago, na produção de suas condições e habilidades, introduzem outras alternativas para conceituar uma teoria antropológica da aprendizagem, em que a prática, o contexto, a temporalidade, corporalidade ocupam um espaço existencial e formativo. Em outro momento de seu depoimento, ele admite que as relações com a turma e a escola como um todo, foram fundamentais para o desenvolvimento e a sua própria percepção desse processo de “reaprender” e voltar aos estudos:

Eu sofri esse acidente e logo quando eu vim para cá estudar, ainda estava me recuperando. Então, eu caminhava mal, (demora um pouco para descrever esse momento), tinha a deficiência no meu braço que era muito mais notável. Então era bem complicado ter um convívio. Já que eu era um estranho no meio deles. Eu não conhecia ninguém era muito mais difícil. A gente sempre tem mais receio no primeiro contato (fala me olhando). Mas, juntando com esse medo de si mesmo. Fui conseguindo adquirir confiança e a cada aula que passava eu conseguia responder melhor a professora. Conseguir melhorar minha participação em aula. Eu vi que tinha que falar, tinha que responder. Tinha que ser eu mesmo. Depois as pessoas vieram me falar que nem perceberam que eu tinha algum problema. Eu que expliquei que tinha sofrido o acidente e tudo mais. Mas, foi bem tranquilo depois de ter conhecido o pessoal. Eles me apoiaram. (Entrevista 01, 16/10/2017, p. 10)

O que entra nas percepções de Tiago, é a inclusão de novos elementos para pensar o campo da aprendizagem, se consideramos o que a educação, compreendida no incucamento de representações, produz nos termos de uma “intervenção ontológica” nos processos de aprendizagem. Segundo, o antropólogo britânico Tim Ingold, os pressupostos das ciências cognitivas, que informam parte considerável das noções sobre aprendizagem, educação, mente e desenvolvimento, afirmam: “[...] especificamente, que o conhecimento é informação, e que os seres humanos são mecanismos para processá-lo”. (2010, p.7). Tendo em vista outra perspectiva, o autor contesta essa suposição e insiste: “[...] nosso conhecimento consiste, em primeiro lugar, em habilidades, e que todo o ser humano é um centro de percepções e agência em um campo de prática” (*ibid.*, p.7). O que Ingold demonstra é que o problema de pensar os modos de aprender baseado em um viés cognitivista, oclui uma abundante gama dos aspectos que compõe as aprendizagens dos sujeitos.

Considerações finais

A compreensão da aprendizagem e da mente na forma de categorias teóricas e fenômenos sociais-psíquicos requer uma consideração profundada acerca dos modos de integrar diferentes elementos que, em abordagens convencionais ou dualistas, não são materializados. Corpo, temporalidade, relações sociais, subjetividade, dimensões somáticas e políticas são aspectos que materializam os processos de aprendizagens e da mente, isso, em uma perspectiva epistemológica mais pluralista e menos centrada em supostas realidades antinômicas entre: o externo e interno, a alma e corpo, o transcendente e o imanente. Na narrativa de Tiago se exemplifica as maneiras não-duais em que um sujeito pode se

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 4 – 17 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

“reconstituir” em termos sociais e cognitivos, mesmo em situações extremas envolvendo o risco de vida e os limites disruptivo de acontecimentos incapacitantes.

Tiago exibiu ao longo da entrevista um semblante animador, já com três anos de fisioterapia e o reconhecimento dos cuidados familiares para com sua condição, ela passou a contemplar sua vida estudantil com outros “olhos” e outra “cabeça”. Em certa altura de nossa conversa, ele me confidenciou que pretende prestar vestibular para Licenciatura em Teatro, seu objetivo é tornar-se comediante, fazer stand-up comedy. Trata-se de um “sonho antigo” e segundo sua perspectiva é um “dom de Deus”. Talvez, um pouco na leitura entrelinhas de seu depoimento, o acidente seja filtrado por sua autopercepção religiosa – um evento simbólico de redenção, um “milagre”. Ultrapassar seis meses de coma, mais três na condição de acamado, e em menos de um ano se colocar em “ação” para finalizar as últimas etapas da educação básica, são vistos por Tiago enquanto uma aprendizagem de si, em prol, quiçá, de seu aperfeiçoamento espiritual.

Tudo era versado a partir de plano de Deus que, no ditado antigo, “escreve certo por linhas tortas”. No texto a aprendizagem e a mente de Tiago são tomadas em meio a um processo formativo e social cujo o entrelaçamento se baseia tanto na reconstrução de suas condições subjetivas para operar no mundo com outras aptidões. Essas condições, estavam em um devir de materialização e de fluxo, seu corpo havia mudado, a proximidade com entes queridos e suas socialidades também. A complexa interação dos elementos retrava-se na sua volição íntima por autonomia pós-coma e seu entendimento que tal autonomia nunca chegaria completamente. Assim, a escolarização foi reabilitada enquanto rota de autonomização e “recuperação” de suas atividades intelectuais e interativas. A história de Tiago ilustra que longe de ser um exercício repetitivo e interno – os processos de aprendizagem, realizam-se em meio as necessidades dos sujeitos produzido saberes difusos, não imaginados, não ativados, mas quando expostos ao limite se tornam dimensões potenciais dos agentes.

Referências

- BATESON, Gregory. **Mente e Natureza**: uma unidade necessária. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- BATESON, Gregory. **Una Unidad Sagrada**: pasos ulteriores hacia una ecología de la mente. Barcelona: Gedisa, 2006.
- BENEDICT, Ruth. **Padrões de cultura**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BONTE, P. e IZARD, M. **Dictionnaire de l’Ethnologie et de L’Anthropologie**. Paris, PUF, 1991.
- BRANDÃO, Carlos. R. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.
- BRANDÃO, Carlos. R. “Algumas palavras sobre a cultura e a educação”. In: ROCHA, Gilmar; TOSTA Sandra P. (Org.) **Antropologia e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 10-21, 2009.
- CUCHE, Denys. **O Conceito de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.
- DAUSTER, Tânia. **Um saber de fronteira** – entre a Antropologia e a Educação. 26ª Reunião Anual da ANPEd. Poços de Calda, p. 1-15, 2003.
- DENNETT, Daniel. **Neuroscience and Philosophy**: Brain, Mind, and Language. Columbia: University Press, 2007.
- ERNY, P. **Etnologia da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- EVANS-PRITCHARD, Edward E. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- GUSMÃO, Neusa. “Antropologia e Educação”: origens de um diálogo. **Cadernos de Pesquisa CEDES/UNICAMP**, Campinas, n. 43, ano XVIII. p. 8-25, 1997.
- INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p.6-25, 2010.
- JOU, Graciela Inchausti de; SPERB, Tania Mara. “Teorias da mente”: diferentes abordagens. **Psicologia**: reflexão e crítica, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 17-29, 1999.
- LAVE, Jean; PACKER, Martin. “Hacia una ontología social del aprendizaje”. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 40, p. 12-22, 2011.
- MATURANA R., Humberto; VARELA GARCIA, Francisco J; ACUÑA LLORENS, Juan. **De máquinas e seres vivos**: autopoiese, a organização do vivo. Porto Alegre: Artes médicas, 1997.
- MEAD, Margaret. **Educación y Cultura**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1973.
- TOREN, Christina. “Antropologia e Psicologia”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 80, p. 21-36, 2012.
- TOREN, Christina. **Mind, materiality and history**: explorations in Fijian ethnography. London: Routledge. 1999.
- WHITEN A. & PERNER, J. “Fundamental issues in the multidisciplinary study of mindreading”. In: WHITEN, A. (Org.). **Natural theories of mind**. Oxford: Blackwell, p. 1-18, 1991.

**COM “VISTAS DE FILHO AMANTE E AGRADECIDO”:
MONSENHOR CHAVES E A ESCRITA HISTÓRICA DE TERESINA NA
COMEMORAÇÃO DO SEU CENTENÁRIO**

Kamila Vytória Santos e Silva ¹
Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz ²

RESUMO:

O presente artigo tem o objetivo de analisar a escrita histórica da cidade de Teresina desenvolvida por Monsenhor Chaves na ocasião da passagem do centenário da mesma, celebrado no ano de 1952. Como fontes basilares para essa escrita, recorre-se a obra *Teresina: subsídios para a História do Piauí*, de Monsenhor Chaves (1952), além de matérias jornalísticas recolhidas de periódicos como *O Dia*, e *O Piauí*; e de textos literários produzidos na época em evidência por nomes como João Ferry (1952), Hindemburgo Dobal Teixeira (1992) e Arimathéa Tito Filho (1990). É sugerido também estabelecer interlocuções com outros estudos sobre essa conjuntura, a saber: Iara Moura (2015), Francisco Nascimento (2021) e Maurício dos Santos (2014).

Palavras-chave: Centenário de Teresina; Monsenhor Chaves; Escrita histórica.

**WITH “THE EYES OF A LOVING AND GRATEFUL SON”:
MONSENHOR CHAVES AND THE HISTORICAL WRITING OF TERESINA IN
THE CELEBRATION OF ITS CENTENNIAL**

ABSTRACT:

This article aims to analyze the historical writing of the city of Teresina developed by Monsenhor Chaves on the occasion of its centennial celebration, held in 1952. The main source for this analysis is Monsenhor Chaves *Teresina: Subsidies for the History of Piauí* (1952), along with newspaper articles collected from periodicals such as *O Dia* and *O Piauí*, as well as literary texts from the period by authors such as João Ferry (1952), Hindemburgo Dobal Teixeira (1992) and Arimathéa Tito Filho (1990). The study also proposes establishing dialogues with other works that address this historical context, namely those by Iara Moura (2015), Francisco Nascimento (2021) and Maurício dos Santos (2014).

Keywords: Teresina centennial; Monsenhor Chaves; Historical writing.

**CON “LA OJOS DE UN HIJO AMOROSO Y AGRADECIDO”:
MONSENHOR CHAVES Y LA ESCRITURA HISTÓRICA DE TERESINA EN LA
CELEBRACIÓN DE SU CENTENARIO**

RESUMEN:

Este artículo tiene como objetivo analizar la escritura histórica de la ciudad de Teresina desarrollada por Monsenhor Chaves con motivo de la celebración de su centenario, celebrada en 1952. La fuente principal para este análisis es Monsenhor Chaves *Teresina: Subsidios para la Historia de Piauí* (1952), junto con artículos periodísticos recopilados de periódicos como *O Dia* y *O Piauí*, así como textos literarios de la

¹ Mestranda - UFPI - kamilavasantos19@ufpi.edu.br

² Professora Associada da Universidade Federal do Piauí - Campus Ministro Petrônio Portella, onde atua junto ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (Mestrado e Doutorado). Desenvolve pesquisas sobre História e Literatura, História e Imprensa, História Política, História e Sociabilidades e Historiografia Piauiense. - teresinhaqueiroz@bol.com.br.

COM “VISTAS DE FILHO AMANTE E AGRADECIDO”: MONSENHOR CHAVES E A ESCRITA HISTÓRICA DE TERESINA NA COMEMORAÇÃO DO SEU CENTENÁRIO

época de autores como João Ferry (1952), Hindemburgo Dobal Teixeira (1992) y Arimathéa Tito Filho (1990). El estudio también propone establecer diálogos con otras obras que abordan este contexto histórico, como las de Iara Moura (2015), Francisco Nascimento (2021) y Maurício dos Santos (2014).

Palabras clave: Centenario de Teresina; Monseñor Chaves; Escritura histórica.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar a escrita histórica de Teresina desenvolvida por Monsenhor Chaves na ocasião da passagem do centenário da cidade, celebrado em 1952. De modo específico, no primeiro momento, é contextualizado o cenário que envolvia Teresina no despontar da década de 1950, com vistas para uma cidade visível e real; em sequência, nos detemos sobre as iniciativas de organização da cidade para a comemoração do seu centenário; por fim, a pesquisa se debruça sobre o processo de produção e publicação do livro *Teresina: subsídios para a história do Piauí* (Chaves, 1952), apontando as principais particularidades e nuances da sua narrativa. Para a construção desse texto, além da obra supracitada, recorre-se ao uso de matérias jornalísticas recolhidas de periódicos como *O Dia* e *O Piauí*; e de textos literários produzidos na época em evidência por nomes como João Ferry (1952), Hindemburgo Dobal Teixeira (1992) e Arimathéa Tito Filho (1990). É sugerido também tecer interlocuções com outros estudos sobre essa conjuntura, a saber: Iara Moura (2015), Francisco Nascimento (2021) e Maurício dos Santos (2014).

“A cidade completa cem anos... A vida é calma”³: A cidade de Teresina às vésperas do seu Centenário

Nos primeiros anos da década de 1950, em Teresina, jornais e revistas assinalavam a realidade urbana que circundava a capital piauiense, testemunhando problemáticas ligadas à sua dimensão social, econômica, política e cultural. Nesse quadro, a preocupação em torno das deficiências apresentadas por Teresina acentuava-se em virtude da proximidade das comemorações do aniversário de cem anos da capital, que seria celebrado em agosto de 1952, sinalizando o centenário da cidade que nasceu às margens do Parnaíba em 1852.

No texto intitulado “Teresina, seus problemas e o seu crescimento”, publicado no jornal *O Dia* em 1951 (Franco, 1951), o vereador José Patrício Franco ponderava acerca do

³ Expressão encontrada nos versos do **Roteiro Sentimental e Pitoresco de Teresina**, escrito por H. Dobal, para descrever Teresina em 1952 (Teixeira, 1992).

crescimento demográfico ocorrido no Piauí durante a última década, que, segundo ele, se manifestou de modo acelerado. No início dos anos 1940, a população da cidade de Teresina, considerando as zonas urbana e suburbana – sem contar a região rural do município –, era de 34.695 habitantes, enquanto uma década depois, no início dos anos 1950, a população teresinense chegou a aproximadamente 53.100 habitantes, evidenciando um aumento demográfico de cerca de 53%. Os dados trazidos pelo vereador são significativos na medida em que reconhecemos tal crescimento – às vésperas das festividades em foco – como um agravante dos entraves sociais e econômicos sentidos pela cidade, reverberando a urgência da necessidade de planejamento de ações por parte dos gestores públicos visando o desenvolvimento ordenado de Teresina.

Dentre tantas dificuldades comunicadas na imprensa piauiense do período, o *Jornal do Comércio*, em março de 1952, por meio do artigo “Pobre Teresina”, denuncia a ausência de um aeroporto com pista pavimentada e de uma ligação rodoviária entre Teresina e Parnaíba – a segunda cidade mais importante do Estado –, inviabilizando a ligação entre a nossa capital e o restante do Piauí e do Brasil. Ademais, segundo o texto, buracos, lama, poeira e lixo compunham a estética descuidada da cidade que, nesse mesmo ano, completaria cem anos de existência. Nas páginas do jornal, lê-se:

Cidade esburacada; cheia de lama no inverno e também na seca; poeira, lixo e até carniça e mictórios nas ruas urbanas; os meio-fios quer onde já passa o calçamento e onde o mesmo não passa, muito descuidados e cheios de mato e lama podre; mercados imundos, e nos bares e botequins... nem é bom falar.[...]. E a vergonha será somente para nós apresentarmos Teresina, no seu primeiro Centenário, nas condições em que se acha. [...]. Se um turista que nos chegue pelo Centenário visitar o Cemitério, os Mercados, o Matadouro e a Praça Deodoro, é certo que dirá ter pisado a terra mais imunda e abandonada do mundo. Sairá cuspiendo de nojo. (Jornal do Comércio, 1952).

Segundo Maurício Feitosa dos Santos (2017), uma outra adversidade que assolou Teresina no início dos anos 1950, sobremaneira entre 1951 e 1953, foi a grande seca que atingiu a região Nordeste, complicando as condições sociais de existência da população, especialmente, do interior do Estado do Piauí, que migrava para a capital em busca de assistência e inquietava as autoridades locais, preocupadas com o embelezamento da cidade para a passagem dos seus primeiros cem anos. Assim, na imprensa local, era comum encontrar referências aos “sertanejos que ocupavam as ruas de Teresina em busca de auxílios em decorrência da calamidade desencadeada pela ausência de chuvas” (Santos, 2017, p.159). Nascimento (2021), por sua vez, evidencia aspectos como a defasagem do serviço de defesa sanitária no município, o abandono

**COM “VISTAS DE FILHO AMANTE E AGRADECIDO”:
MONSENHOR CHAVES E A ESCRITA HISTÓRICA DE TERESINA NA
COMEMORAÇÃO DO SEU CENTENÁRIO**

de espaços públicos – como mercados e praças –, o aumento no preço dos alimentos básicos e outros traços que abalavam a sociedade teresinense do período e eram noticiadas por meio de articulistas e cronistas nos jornais da época.

Ainda no início do ano do Centenário, o jornal *O Dia* relatava outro infortúnio social que se refletia nas ruas de Teresina e incomodava a fisionomia da cidade: a presença de cegos, aleijados e crianças desnutridas implorando por caridade pública. O periódico assinala:

Se há problema social que deva ser encarado com mais seriedade pelos poderes públicos, o da mendicância, em Teresina, é um deles, pois está transformando rapidamente a fisionomia risonha de nossa progressista cidade num vasto abrigo de inválidos, onde cegos, aleijados, crianças desnutridas e mulheres em trapos percorrem diariamente as nossas ruas, implorando a caridade pública. (A mendicância, 1952).

A questão da mendicância é colocada como um problema central a ser enfrentado pelas autoridades públicas do Estado, considerando que dela se originam outros entraves, como a prostituição. Além disso, afirma-se, no texto destacado, que a mendicância se constitui como pano de fundo para a realidade da pobreza que atormentava a cidade de Teresina, clarificando o contraste e a desigualdade entre os grupos sociais da capital centenária. O artigo se encerra com um pedido de cooperação, compreensão e solidariedade dos cidadãos teresinenses no combate a esse infortúnio que tanto afligia a cidade, tendo em vista que “em qualquer lugar público de Teresina, seja de dia ou às horas caladas da noite, há sempre um mendigo à nossa espera, às vezes em pranto, de lágrimas aos olhos, de mão estendida implorando *uma esmola pelo amô de Deus...*” (A mendicância, 1952).

Também nas narrativas literárias era comum encontrar caracterizações sobre Teresina, trazendo em suas linhas o espectro do atraso e o desejo de transformar a capital do Piauí em um centro cultural moderno e ativo. Arimathéa Tito Filho, em 1990, ao rememorar a cidade de Teresina dos anos anteriores ao seu relato, testemunha as condições precárias do tecido urbano da década de 1950, que seria modernizado, segundo ele, somente nas décadas posteriores. Em suas palavras:

[...] Ainda em 1952, época do primeiro centenário da cidade, Teresina padecia tristíssimas condições de conforto, em todos os sentidos. Péssimo calçamento das ruas, ausência de higiene, falta de escolas, mendicância generalizada. Chegaria, [com o passar do tempo] porém, o chamado progresso físico, o asfalto, os aviões a jato, o comércio de prestações, os restaurantes sofisticados, o carro financiado, a casa do BNH, a televisão, o jornal moderno, a civilização da lancheira, o supermercado onde as matronas compram frango depenado. (Tito Filho, 1990, p.9).

À vista disso, são diversas as críticas à realidade de Teresina veiculadas por periódicos locais, colocando em pauta a qualidade da administração pública no que concerne à estrutura da cidade e à sua formação política, social, cultural e econômica. Portanto, essa cidade real, registrada em artigos jornalísticos, crônicas e narrativas literárias, à época da ocasião do seu aniversário de cem anos, indicava tensões e desafios que deveriam ser superados por não se aproximarem dos símbolos de modernidade esperados de uma capital centenária.

“Teresina precisa de você”⁴: As iniciativas em torno da comemoração do Centenário de Teresina.

Em virtude da passagem do aniversário de cem anos de Teresina, o Estado do Piauí, no início da década de 1950, em clima de comemoração, instituiu uma Comissão Organizadora do Centenário³, com um total de quarenta membros divididos em diversas categorias que deveriam tratar de assuntos relacionados à política, cultura, religião, esportes e imprensa em torno das solenidades festivas. Após reunião da Comissão para discussão e deliberação de medidas a serem adotadas na celebração do centenário, o jornal *O Piauí*, em 10 de fevereiro de 1952, publicou uma matéria com o título “Centenário de Teresina”, na qual informava a escassez de recursos para custear as festividades e, visando solucionar o problema, sugeria “o estabelecimento de uma contribuição mensal, cujo valor seria determinado pelo próprio contribuinte. Quem deveria contribuir: os funcionários públicos, comerciantes, comerciários, professores, entre outros” (Centenário, 1952, p.4).

Além disso, outra medida proposta a partir da mesma reunião foi a criação de comandos sanitários “destinados a trabalhar pela melhoria das condições sanitárias da cidade em todos os sentidos, especialmente no que diz respeito à higienização de bares, restaurantes, hotéis, pensões e estabelecimentos congêneres” (Centenário, 1952, p.4). Por conseguinte, a fim de sensibilizar o povo teresinense para a colaboração financeira, com o desejo de realizar reformas e construções de modernas edificações na cidade, a Comissão promoveu uma campanha ao

⁴ A expressão é encontrada no apelo feito pela Comissão Organizadora do Centenário aos habitantes de Teresina por meio do jornal *O Piauí* (Teresina, 1952).

³ A Comissão Organizadora do Centenário foi composta pelo presidente de honra - Getúlio Vargas (Presidente da República) e Pedro de Almendra Freitas (Governador do Estado); presidente - João Mendes Olímpio de Melo (Prefeito); vice-presidente - Artur Passos (Jornalista); primeiro-secretário - Raimundo Portela Basílio; segundo secretário - Juscelino de Souza Lima; tesoureiro - José Patrício Franco. Ao todo, essa comissão contava com a participação de quarenta membros, de diversas categorias políticas, culturais, religiosas, esportivas e jornalísticas, que se reuniam às quintas-feiras na Câmara Municipal de Teresina. In. MOURA, *Op. Cit.*, 2015.

**COM “VISTAS DE FILHO AMANTE E AGRADECIDO”:
MONSENHOR CHAVES E A ESCRITA HISTÓRICA DE TERESINA NA
COMEMORAÇÃO DO SEU CENTENÁRIO**

público leitor da imprensa local, tendo em vista a demora da aprovação do auxílio vindo do Governo Federal para a ocasião. Através da matéria intitulada “Teresina precisa de você”, a Comissão, por meio das palavras do redator Helvécio Coelho, se dirigia aos teresinenses dizendo:

[...] a nossa história está escrita em cada rua, em cada casa. Elas atestam a marcha lenta do nosso progresso, constrangida – às vezes – pelas dificuldades ambientes superadas a golpe de força de vontade [...] Olhando com satisfação as construções que se alinham esteticamente pelas ruas e avenidas simétricas, vemos em cada casa a comprovação do carinho que todos sentem pela cidade e do desejo unânime de concorrer para o seu desenvolvimento. (Teresina, 1952).

23

Segundo exposto, a campanha buscava atrair a sensibilidade e solidariedade dos habitantes de Teresina, recorrendo ao sentimento de ligação desses com as ruas, casas e construções que modelavam a capital do Piauí, buscando solidificar o elo que unia o sujeito leitor à cidade centenária e defendendo que o desenvolvimento que a envolvia era resultado do carinho nutrido por seus moradores e do desejo comum de melhoria. A noção de vínculo entre o cidadão e a cidade é reforçada no parágrafo que finaliza o texto:

Bela a capital do Piauí! Nós que te queremos tanto, que somos teus vassalos, vamos cumprir por ti, a grata obrigação de homenageá-la condignamente, pela passagem do teu centenário – oportunidade única que se oferece a esta geração. E é por ti, para engalanar-te, que apelamos para os que aqui morejam, piauienses ou não, brasileiros ou estrangeiros, que vivem nesta comunhão fraterna de homens livres, solicitando-lhes seu concurso para uma causa justa e que deve aprazer a todos os nossos corações. E diremos a todos, parodiando o Tio Sam, TERESINA PRECISA DE VOCÊ! (Teresina, 1952).

Com essas palavras, em tom apelativo, Helvécio Coelho convida – e convoca – os habitantes de Teresina, independentemente da sua naturalidade, a aglutinarem-se no propósito de realizar uma homenagem digna aos cem anos da cidade, proclamando, para tanto, que Teresina precisa da ajuda daqueles que nela fincaram vida e moradia. Também o jornal *O Dia*, em fevereiro do presente ano, após exposição do prefeito João Mendes Olímpio de Melo acerca do precário quadro econômico municipal, notificou aos teresinenses a ausência de recursos para iniciar obras públicas que tinham o propósito de revitalizar o tecido urbano da capital e alertou a desconsideração dos poderes federais a respeito do auxílio financeiro para as festividades diante do primeiro centenário da cidade. Assim informou o periódico:

A exposição feita pelo jovem administrador da comuna teresinense, às proximidades de uma festa tão significativa para todos os corações piauienses, deixa-nos compungidos ao notarmos o descaso dos altos poderes da República, não nos proporcionando um auxílio para que possamos, entre as alegrias do nosso povo exultante de contentamento, ver passar um século de lutas e de trabalho de uma geração honrada e progressista. (Apelo, 1952).

Mais uma vez em tom apelativo e declarando a necessidade de união dos habitantes de Teresina, o jornal convoca todos os piauienses, que se considerem dignos desse nome à luz da sua identidade patriota, a colaborar para a magnificência das celebrações de aniversário de cem anos da capital do Piauí, seja limpando as fachadas das casas, consertando as calçadas dos prédios ou higienizando as ruas, a fim de tornar a cidade “bela, admirada e imperecível” (Apelo, 1952). Sinais de uma cidade que buscava se modernizar, às vésperas do seu primeiro aniversário de cem anos, são vistos ainda em outras matérias no jornal *O Dia* ao longo do ano de 1952, ao tratar, a título de exemplo, de caracteres que dizem respeito ao entretenimento dos cidadãos, com destaque para o rádio e o teatro. Sobre o primeiro, em maio do presente ano, o supracitado jornal informa o início de uma coluna dedicada a incentivar o interesse pelo rádio, por meio de críticas e sugestões aos programas existentes⁵.

No plano das melhorias encaminhadas pela Prefeitura Municipal nos meses que antecederam a comemoração do centenário da capital piauiense, visando o embelezamento e o desenvolvimento do processo de urbanização da cidade e buscando favorecer um traçado citadino organizado e moderno, diversas obras foram realizadas, com realce para as regiões centrais de Teresina. Esse aspecto, segundo Santos (2014, p.34), incidia diretamente na disciplinarização dos costumes da população, pretendendo alcançar a tão sonhada civilidade dos espaços urbanos. Nesse sentido, as iniciativas frente à reforma física da cidade caminhavam, paralelamente, por uma dimensão física e cultural, pois preparar Teresina para a festa que se aproximava significava também dispor sobre uma conduta civilizada dos seus habitantes.

Com a proximidade da data comemorativa, a preocupação em torno da fisionomia da capital centenária, pontuada por meio da imprensa local, era constante e expressava urgência, tendo em vista a ansiosa espera da visita de figuras ilustres vindas de todo o país, como o

⁵ Somente poucos anos antes, em 1948, Teresina recebera sua primeira emissora de rádio: a Rádio Difusora de Teresina (RDT). Quando fundada e nos primeiros anos de existência, a emissora funcionava em condições precárias, estabelecendo uma programação que intercalava música, jornalismo e programas que exploravam temáticas populares, discutindo problemas da comunidade local. Somente em 1952, a RDT assumiu uma nova feição frente a sociedade piauiense, tornando-se parte do cotidiano da cidade e transformando-se em um importante espaço de sociabilidade, cultura e lazer (Lima, 2007).

**COM “VISTAS DE FILHO AMANTE E AGRADECIDO”:
MONSENHOR CHAVES E A ESCRITA HISTÓRICA DE TERESINA NA
COMEMORAÇÃO DO SEU CENTENÁRIO**

Presidente da República – Getúlio Vargas –, para prestigiar as celebrações dos cem anos de fundação de Teresina (Moura, 2015, p.2). Nesse quadro, mostrava-se necessária a efetivação de ações conjuntas entre políticos, intelectuais, religiosos e populares na missão de tornar Teresina atraente, civilizada, moderna e bela aos olhos dos seus visitantes, “porque é preciso ter em vista que um acontecimento de tal magnitude atrairá sobre nós as vistas e as atenções do mundo oficial e do público brasileiro em geral. Seremos medidos e julgados através de um século de atividades (Estado do Piauí, 1951, p.19). Dessa maneira, em meio a essa conjuntura, a imprensa piauiense foi uma importante entusiasta das celebrações festivas, divulgando-as e conclamando a participação de todos, ao tempo em que expunha os contraditórios dilemas da vida real da cidade de Teresina.

25

“Aos homens de letras de dentro e fora do Estado”⁶: um convite à escrita da história do Piauí.

Nesse cenário, é percebida também uma inquietação com a dimensão histórica da cidade e com a construção de uma identidade que atuasse como fio condutor entre os seus habitantes e o seu território. Nesse viés, o poder público, por meio de iniciativas vinculadas à Prefeitura Municipal, se propôs a incentivar a escrita e publicação de obras que se dedicassem a narrar a história de Teresina – em formato de livros ou de artigos difundidos na imprensa piauiense –, produzindo uma memória do passado local, através do presente e de suas problemáticas, tensões e incômodos. Diante disso, buscando consolidar a data festiva como marco histórico e com o propósito de delinear os novos traços da capital centenária, evocava-se a escrita da história de Teresina, entrelaçada ao longo de um século, suscitando reflexões sobre o tempo e sobre a historicidade dos dilemas sentidos pela capital piauiense em suas faces social, econômica, política e cultural (Santos, 2014, p.42).

Sobre esse aspecto, é interessante lembrar as palavras do vereador Artur Passos, por ocasião de assembleia na Câmara Municipal de Teresina em fevereiro de 1951. Nesse momento, a data prevista para a comemoração do centenário da cidade era o dia 20 de outubro de 1951, por força da Lei Municipal nº 107 aprovada em 1949. Entretanto, como um entusiasta e estudioso da história local, Artur Passos assumiu posição contrária em relação ao dia estabelecido como marco para a fundação de Teresina, apresentando, para tanto, outro projeto

⁶ A expressão é encontrada no apelo feito pelo governador Pedro Freitas aos intelectuais do Piauí em 1952 na imprensa local (Estado do Piauí, 1951).

de lei que sugeria a alteração da data da referida festividade (Teresina, 1951). A crítica do vereador à data indicada para celebrar o aniversário de Teresina encontrava no seu interesse pessoal pela cultura e pela história do Piauí uma motivação que caminhava lado a lado com a triste constatação de que, até àquela altura, não havia trabalhos históricos que se dispusessem a esclarecer os acontecimentos que resultaram na transferência da capital de Oeiras para Teresina no século XIX (Santos, 2014, p.48). Assim, expondo suas justificativas ao projeto de lei que defendia, na opinião de Artur Passos, o símbolo festivo para o aniversário de Teresina deveria ser o dia 16 de agosto de 1852 – “data da instalação da cidade de Teresina” (Teresina, 1951).

Percebe-se, em meio a tanto, a preocupação de Artur Passos com a carência de uma narrativa histórica, fundamentada em pesquisas sobre a documentação existente, que fosse capaz de pontuar e analisar os principais passos percorridos pela cidade de Teresina ao longo dos cem anos vividos e, conseqüentemente, que pudesse legitimar o Centenário da capital piauiense como um dia festivo e histórico. Segundo Moura (2015, p.4), nos anos 1950, o Piauí dispunha de poucos trabalhos de caráter historiográfico, citando, como exemplo, as pesquisas de Miguel Borges, Pereira de Alencastre, Pereira da Costa e Abdias Neves⁷. Sob esses pressupostos, entre os meses de maio e agosto de 1952, o jornal *O Dia* publicou uma coluna intitulada “O centenário da cidade”, com artigos de autoria de Joel de Oliveira que se dispunham a contar a história da fundação da capital do Piauí, com destaque para o processo de transferência de Oeiras para Teresina. Nesse momento, também o periódico *Jornal do Comércio*, através do jornalista Celso Pinheiro Filho, torna público uma série de trinta artigos que dizem respeito à história de Teresina no seu primeiro século.

No universo literário, o poeta H. Dobal inscreve o *Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina* (Teixeira, 1992) que, não obstante ser publicado somente em 1991 nas páginas do jornal *Folha da Manhã* e também sob a forma de livro, foi escrito no ano de 1952 como maneira de homenagear a cidade em decorrência das comemorações do seu centenário. Organizada em capítulos curtos que evidenciam o cotidiano de Teresina, a obra enfatiza as transformações experimentadas pelo tecido urbano local ao longo de cem anos, bem como problematiza o descaso público em relação às praças, mercados e prédios da cidade; a pobreza da maioria da sua população, representada através do Manelão, Peru, Maria Sapatão, Jaime Doido e do Braguinha; e os abusos das autoridades políticas e econômicas do Estado. Ademais, aborda o

⁷ Respectivamente: Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis, que ocuparam cargos de importância na província do Piauí, de 1879; Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí, de 1857; Cronologia histórica do estado do Piauí, de 1909; A guerra do Fidié, de 1907.

**COM “VISTAS DE FILHO AMANTE E AGRADECIDO”:
MONSENHOR CHAVES E A ESCRITA HISTÓRICA DE TERESINA NA
COMEMORAÇÃO DO SEU CENTENÁRIO**

retrato provinciano que emoldurava a capital piauiense, percebido em particularidades que constituíam o cenário cultural da mesma, como suas praças centrais, cafés, bares, espaços de eventos culturais – como o Teatro 4 de Setembro e o Clube dos Diários –, e as sagradas missas e compras de domingo no Mercado Velho (Moura, 2015, p.10-11). Lançando um olhar melancólico sobre a intimidade da vida cotidiana de Teresina, o poeta projeta uma cidade pacata, pitoresca e com ares provincianos, mas que expressa em suas ações e discursos o desejo de tornar-se uma capital moderna e progressista, superando “os signos de um passado que insistia em permanecer” (Santos, 2014. p.34). Nas palavras do *Roteiro Sentimental e Pitoresco de Teresina*, assim o poeta descreve Teresina em 1952:

[...] É uma cidade, sem dúvida. Tem um comércio muito barulhento e uma indústria muito modesta... O carnaval é fraco. Também o futebol. A luz elétrica é boa, a água é melhor. O céu é imenso para os aviões e os urubus e nele um barbeiro da Rua Grande já viu o disco voador. A cidade completa cem anos... A vida é calma. (Teixeira, 1992).

Também no balanço das homenagens ao aniversário de Teresina, no quadro literário, por meio de nota divulgada no jornal *O Dia*, em junho de 1952, é anunciada a publicação de *Chapada do Corisco* (Ferry, 1952), obra escrita pelo poeta João Ferry com o apoio da Comissão do Centenário (O Dia, 1952). Nessa produção, o autor dirige sua atenção para uma Teresina que, durante a década de 1950, era ainda uma cidade provinciana, com poucos atrativos modernos e com uma população majoritariamente formada por mestiços e analfabetos. Em paralelo, com as marcas do apreço dirigido por Ferry à capital piauiense, “nas páginas de *Chapada do corisco* desfilam numa interminável profusão de cores, de paisagens e de ritmos, as imagens sucessivas de personagens vários, tipos exóticos, bizarros, e até de duendes e fantasmas que se movimentam, falam e predizem coisas e acontecimentos” (Leão, 1952).

Teresina chegava a completude de cem anos de existência e, à medida que a efeméride se aproximava, a Comissão responsável pelos festejos do Centenário propôs, em 1952, um concurso para a apresentação de pesquisas acerca da história do Piauí e de Teresina, aspirando produzir obras de referência para a construção da memória histórica do Estado e de sua capital. Conforme às normas instituídas pela Comissão, os trabalhos deveriam apresentar o formato de “crônicas, antiguidades históricas, feição típica dos primitivos habitantes e povoadores da província, de modo geral e, em particular, quanto às peripécias, tropeços e injunções opostos à idéia da mudança da capital” (Passos, 1954). O prêmio designado foi de Cr\$ 5 mil cruzeiros para o estudo que fosse considerado mais conivente com a referida proposta. Meses

antes, no início de 1951, o governador Pedro Freitas já conclamava a colaboração dos homens de letras, de dentro e fora do Estado, a fim de preencher as lacunas existentes em relação à história piauiense, dizendo:

Temos material à mão para excelente trabalho evocativo, sério, útil e instrutivo, repassado ele e embebido todo ele em metódica recomposição de atos e fatos de uma tese e história regional. Daí, pois, a imperiosa necessidade de apelo feito à base de prêmios compensadores, aos homens de letras de dentro e fora do Estado, no propósito de obter-se, quanto antes, trabalhos históricos, que julgados, possamos preencher satisfatoriamente essa sensível lacuna, abrilhantando de igual passo as festividades de agosto [de 1952]. (Estado do Piauí, 1951).

No contexto em questão, em 1952, Monsenhor Joaquim Chaves – então pároco da Igreja Matriz de Teresina e amante da história do Piauí – atendeu ao chamado público feito aos homens de letras e, mediante calorosa pesquisa no Arquivo Público do Estado, dedicou-se a escrever a história de Teresina. De forma específica, a história contada por Monsenhor Chaves assume relevância também por encontrar-se inserida na dimensão das celebrações religiosas em virtude do centenário da capital piauiense, tendo em vista constituir-se como um gesto de gratidão e retribuição ao auxílio concedido pela população teresinense nas reformas à Igreja do Amparo e, especialmente, na construção das torres que, hoje, ornaram a fachada do templo, que também estava sendo preparado para as festividades. Nesse cenário, o sacerdote, natural de Campo Maior (PI), relatou:

Em retribuição àquela generosidade do povo de Teresina, resolvi escrever um livro sobre a cidade e me dediquei à pesquisa no Arquivo. Publiquei *Teresina: subsídios para a história do Piauí*, o primeiro livro que lancei. Foi publicado pelo doutor João Mendes Olímpio de Melo, que era o prefeito. (Entrevista, 1997).

Em 1952, a Prefeitura de Teresina promoveu a publicação da pesquisa desenvolvida por Monsenhor Chaves, denominada *Teresina: subsídios para a história do Piauí* (Chaves, 1952). A obra contempla, sobretudo, a história das cinco primeiras décadas da nascente capital piauiense, ou seja, desde a sua fundação em 1852 até 1900. Nas linhas que seguem esse artigo, propomo-nos a pensar os principais traços que compõem a narrativa escrita por Monsenhor Chaves na presente produção.

**COM “VISTAS DE FILHO AMANTE E AGRADECIDO”:
MONSENHOR CHAVES E A ESCRITA HISTÓRICA DE TERESINA NA
COMEMORAÇÃO DO SEU CENTENÁRIO**

Com “vistas de filho amante e agradecido”⁸: Teresina: subsídios para a história do Piauí

No retrato de Teresina escrito pelo sacerdote historiador, o povo piauiense é alçado ao papel de protagonista, de modo que seus medos, alegrias, tristezas e esperanças moldam as múltiplas faces da cidade. Em paralelo, também o cotidiano de Teresina assume primazia, ao tempo em que lavadeiras, pedreiros, carregadores d’água, mulheres, pobres, crianças, velhos, mendigos, escravos, indígenas, vaqueiros, soldados, e outros tantos sujeitos entram em cena em um espetáculo da vida real, com seus dramas, anseios, tensões e particularidades. Essa é uma história do encontro entre distintas categorias sociais e profissionais, do encontro entre diversas figuras humanas “na sua mais prosaica humanidade – na alegria, na dor, na esperança, na luta diuturna pela sobrevivência material” (Queiroz, 2015, p.111).

Monsenhor Chaves adota como fonte central da sua investigação os registros hemerográficos piauienses do século XIX e XX. Esses jornais, por não se restringirem ao cenário político, administrativo e elitista que envolvia a sociedade local, trazem informações referentes ao cotidiano da cidade, pontuando desde os acontecimentos mais triviais aos mais heróicos, evidenciando fatos que, por vezes, escapam à atenção da documentação oficial. Nessa dimensão, através das fontes hemerográficas, “a cidade se constitui, ela própria, desde que é a materialização do então fenômeno urbano, em personagem singular. Tudo o que nela ocorre se transforma em espetáculo digno de nota” (Queiroz, 2015, p.111).

Contudo, devido a sua limitada experiência na prática historiográfica – reconhecendo que essa é a primeira pesquisa histórica sistemática realizada pelo autor, que alcançou maior rigor científico em obras posteriores –, Monsenhor Chaves não faz devida alusão à documentação utilizada para a elaboração da obra citada, apesar da presença de fontes jornalísticas em diálogo com outros registros documentais, como correspondências e arquivos oficiais do governo. Além disso, o autor opta por não seguir uma ordem cronológica dos acontecimentos narrados, priorizando uma organização temática – ora abordando aspectos relativos à vida cultural, ora à vida política, ora à vida religiosa – por meio de capítulos curtos. Por não se deter a uma rigidez teórica, metodológica e temporal, a escrita de Padre Chaves é marcada por uma sensibilidade particular, tornando-se, em alguns momentos, até mesmo crítica e irreverente, de maneira que, ao analisar o cotidiano da cidade de Teresina, o sacerdote

⁸ Expressão utilizada por Teresinha Queiroz para caracterizar a perspectiva com a qual Monsenhor Chaves produz a obra aqui evidenciada (Queiroz, 2015, p.113).

demonstra sentir as dores e alegrias do seu povo (Moura, 2015, p.7).

Distanciando-se da história dos vencedores e aproximando-se da história dos vencidos, dos sujeitos comuns e pouco admirados, *Teresina*: subsídios para a história do Piauí sugere novas perspectivas para a compreensão da história de Teresina (Queiroz, 2015, p.111). Entretanto, esse aspecto da sua escrita não pode ser relacionado às influências metodológicas resultantes do processo de evolução do campo da pesquisa histórica, tendo em vista que, embora a historiografia brasileira no início da década de 1950 apresentasse discretas oscilações frente às possibilidades de analisar a história, os principais personagens eram ainda aqueles ligados sobremaneira ao universo político e econômico nacional. Nessa direção:

Ele [Monsenhor Chaves] teria inovado não por se apropriar do conhecimento teórico advindo da evolução da disciplina, mas em virtude de uma prática pessoal que lhe permitia olhar com argúcia para as coisas do povo, para o cotidiano denso de sofrimentos, para as dificuldades individuais e sociais. (Queiroz, 2015, p.114)

Dessa forma, a natureza do trabalho historiográfico de Padre Chaves, ao escutar a voz dos sujeitos comuns de Teresina, expressa um trajeto que parte do empírico ao teórico, considerando que, conforme já indicado, a escolha do autor pela adoção desses personagens como centrais no seu estudo não ocorre por questões de ordem formal e teórica, mas vincula-se a sua própria trajetória pessoal. Assim, a sensibilidade que move Monsenhor Chaves, ao voltar-se para o povo teresinense, é vista como resultado da sua formação teológica e da prática sacerdotal desenhada ao longo de décadas de cuidado diário para com os fiéis da cidade, por meio da qual o pároco se deparava com as tristezas e felicidades da sociedade teresinense.

A abordagem histórica de Padre Chaves sobre os primeiros cinquenta anos de Teresina se inicia com o processo de discussão acerca da transferência da capital do Piauí de Oeiras para uma outra localidade, ao considerar que “Oeiras, primeira capital do Piauí, apesar do ingente esforço de seus filhos, não conseguiu agradar a todos os governadores e presidentes que por ela passaram” (Chaves, 2013, p.23). Segundo Monsenhor Chaves, chegando ao Piauí em 1850, como presidente da província, José Antônio Saraiva, natural da Bahia, foi o responsável por efetivar o processo de mudança da capital para as margens do Parnaíba, próximo à região onde se localizava a Vila do Poti – chamada Chapada do Corisco e, logo depois, denominada Teresina. Em sequência, Monsenhor Chaves se detém sobre a explicação dos edifícios públicos erguidos nos primeiros dez anos da nova capital, afirmando que Teresina cresceu, em sua primeira década, de forma prematura e apressada. Logo foram construídos aparatos como a igreja do Amparo – considerado o marco zero da cidade –; instituições de ensino, como o Liceu

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 18 – 34 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

**COM “VISTAS DE FILHO AMANTE E AGRADECIDO”:
MONSENHOR CHAVES E A ESCRITA HISTÓRICA DE TERESINA NA
COMEMORAÇÃO DO SEU CENTENÁRIO**

e o Colégio de Educandos Artífices; prédios burocráticos como a Tesouraria e a Assembleia Provincial; dentre outros, como o Quartel do Corpo de Polícia, o Hospital de Caridade, o Teatro Santa Teresa, o cemitério, a cadeia, o mercado, além dos primeiros estabelecimentos comerciais, como a Drogaria Imperial e a Livraria Econômica.

Sob esse viés, o sacerdote historiador observa Teresina tornando-se uma cidade em sua dimensão espacial, pontuando e nomeando também as principais ruas que compunham o traçado urbano em ascensão, bem como o crescimento demográfico da nova capital durante suas primeiras décadas. O autor se debruça também sobre o cotidiano citadino, sinalizando as festas e comemorações de caráter religioso, cívico ou popular; os códigos de postura municipais que visava disciplinar a população e controlar o espaço urbano; a educação primária e secundária; os problemas relativos à saúde pública e ao saneamento básico; as primeiras manifestações teatrais, jornalísticas e literárias. Nesse quadro, são apresentados os primeiros passos da formação de Teresina, a partir de ângulos que enfocam a organização econômica, administrativa, política, cultural, social e religiosa da cidade.

Ademais, exemplo do olhar sensível de Padre Chaves para eventos, por vezes, considerados comuns, reside no tópico intitulado “Teresina pitoresca”, no qual o autor observa acontecimentos como a chegada da primeira máquina de fazer sorvete em 1866, vista como um objeto de luxo e, por isso, sendo motivo de euforia da população; o esporte de passeios a cavalo e a chegada dos carros puxados a cavalo, os botequins e a primeira cafeteria, os fenômenos celestes que assustavam e empolgavam os cidadãos, os banquetes públicos e o sereno dos bailes. Monsenhor Chaves realça também o desenvolvimento da infraestrutura de serviços urbanos, como a comunicação, o abastecimento de água, a iluminação pública e o sistema de telefonia, além de centralizar sua atenção em episódios como a fundação da Companhia de Navegação do Rio Parnaíba e a chegada do primeiro barco a vapor, que resultou em um instante de festa, comemoração e entusiasmo da população, no qual “até os aleijados e doentes, carregados em redes por escravos, demandavam o rio, apressados, para verem de perto aquilo que mais lhes parecia um sonho” (Chaves, 2013, p.69).

O autor salienta ainda os impactos da seca que atingiu a província em 1877, evidenciando a luta do povo piauiense por sobrevivência, bem como as medidas públicas a fim de conter os prejuízos provocados pela calamidade. Lança seu olhar também sobre os escravos, que, numerosos, foram responsáveis por erguer os primeiros edifícios urbanos da nova capital do Piauí. Na tentativa de inserir Teresina no contexto nacional, Joaquim Chaves conclui sua

obra sublinhando a participação da capital piauiense em importantes acontecimentos políticos ocorridos em nível nacional, como a Questão Christie (1863), a Guerra do Paraguai (1865), o processo de libertação dos escravos, finalizada em 1888, a Proclamação da República (1889), a Revolução Federalista (1893) e a Guerra de Canudos (1897).

Em síntese, o pároco historiador aprecia, na “altura de cem anos, Teresina saindo do nada, por assim dizer, e crescendo vertiginosamente na Chapada do Corisco, lá por volta do ano de 1852” (Chaves, 2013, p.23), conquistando ao mato o terreno para costurar suas ruas, edifícios e habitações. Conforme os pontos aqui elencados, Monsenhor Chaves não constrói uma história do Estado, como fizeram muitos de seus antecessores, mas uma história da cidade e do povo piauiense, em seus dramas e conflitos mais secretos. Assim, embora dirija destaque para a ação de alguns políticos – como Saraiva –, em sua história, os heróis não são os grandes personagens, mas as pessoas comuns e anônimas que compunham Teresina em suas primeiras cinco décadas. Portanto, com “vistas de filho amante e agradecido –, em que pese assumir a posição de aprendiz no ofício de historiador, afirmando agir como um “franco atirador”, “sem experiência no campo da pesquisa histórica [e] sem a requerida alusão às fontes” (Entrevista, 1997) –, Monsenhor Chaves observa a cidade de Teresina “ora engalanada e festiva, ora nervosa e ensombrecida, ora trabalhadora, ora ociosa”, mas sempre circundada pela presença humana em sua mais íntima sensibilidade (Queiroz, 2015, p.113).

A narrativa histórica de Monsenhor Chaves sobre Teresina, portanto, caminha entre a compreensão de uma cidade visível, sensível e imaginada, como proposto por Sandra Jatthy Pesavento (2001). Assinala em sua narrativa uma Teresina real, desenhada, traçada e edificada em suas ruas, prédios e casas, na concretude que as constitui, nos muitos significados que chegam aos sentidos dos seus habitantes e nas ações rotineiras que modelam o seu cotidiano. Para além dessa, uma Teresina percebida nas sensibilidades que acompanham os episódios que constroem a sua história, por meio das emoções sentidas e expressadas pelos cidadãos. E, ainda, uma Teresina sonhada, esperada e desejada, projetada por meio do pensamento, que também insiste em se fazer presente, sendo, por vezes, mais real do que a própria cidade visível aos olhos dos passantes e moradores.

Considerações finais

**COM “VISTAS DE FILHO AMANTE E AGRADECIDO”:
MONSENHOR CHAVES E A ESCRITA HISTÓRICA DE TERESINA NA
COMEMORAÇÃO DO SEU CENTENÁRIO**

A escrita da história do Piauí e, especialmente, de sua capital, produzida por Monsenhor Chaves, foi publicada pela Prefeitura Municipal no contexto das comemorações em torno do centenário de Teresina, no ano de 1952. De forma mais específica, a publicação da referida obra encontra-se inserida nas tentativas dos poderes públicos locais em construir, nesse cenário, uma memória que consolidasse esse marco festivo como histórico e, além disso, fortalecer os vínculos afetivos e simbólicos dos habitantes com Teresina, em um momento em que a cidade procurava reafirmar sua identidade frente às transformações sociais, culturais e urbanas decorrentes da passagem do seu primeiro século. Dessa maneira, o tornar pública a história de Teresina contada por Monsenhor Chaves, as autoridades municipais a adotam e legitimam como uma memória basilar da cidade. As explicações para tanto, possivelmente, residem nas escolhas temáticas realizadas pelo autor, ao privilegiar uma cidade sensível, prosaica e humana. Essas escolhas, por sua vez, ligam-se ao lugar social de onde Padre Chaves escreve, como sacerdote em íntimo contato com o povo e como filho de Teresina – por amor e por lei, em virtude do título de cidadão teresinense recebido durante a administração do prefeito Jofre do Rego Castelo Branco, na década de 1960.

Isso posto, observa-se que *Teresina*: subsídios para a história do Piauí não apenas atende a um propósito de construção da memória histórica piauiense no contexto em torno do centenário de Teresina aqui descrito, mas revela também uma dimensão afetiva e identitária enraizada na experiência vivida do autor com a cidade. Nesse quadro, a história contada por Monsenhor Chaves, por meio da sensibilidade com a qual traduz uma nascente cidade em desenvolvimento, apontando suas origens e o seu percurso no tempo, é delineada através do presente e das suas problemáticas e interesses próprios, de maneira que “assim como pensa o seu futuro, a cidade inventa o seu passado, sempre a partir das questões do seu presente” (Pesavento, 2007, p.17).

Referências

- A MENDICÂNCIA em Teresina. **Jornal O Dia**. Teresina, ano 1, n. 49, 6 jan.1952. APÊLO aos piauienses. **O Piauí**, Teresina, ano 11, n. 53, 3 fev. 1952.
- CENTENÁRIO de Teresina. **O Piauí**, Teresina, ano 62, n. 758, p. 4, 10 fev. 1952.
- CHAVES, Joaquim (Pe). **Teresina**: subsídios para a história do Piauí. Teresina: [s.n.], 1952.
- CHAVES, Monsenhor. **Obra completa**. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 18 – 34 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

Chaves, 2013.

ENTREVISTA Monsenhor Chaves. **Cadernos de Teresina**. Teresina, ano X, n.27, dezembro de 1997.

MENSAGEM APRESENTADA à Assembléia Legislativa pelo governador Pedro de Almendra Freitas em 1951. **Estado do Piauí**. Teresina, 1951.

FERRY, João. **Chapada do corisco**. Teresina: Imprensa Oficial, 1952.

FRANCO, José Patrício. Teresina, seus problemas e o seu crescimento. **O Dia**, Teresina, 11 fev. 1951.

JORNAL DO COMÉRCIO. Teresina, ano 6, n. 926, 20 jan. 1952.

LEÃO, Fabrício de Arêa. Em plena Chapada do Corisco. In: FERRY, João. **Chapada do Corisco**. Teresina: Imprensa Oficial, 1952.

LIMA, Nilsângela Cardoso. **Invisíveis asas das ondas ZIQ-3: Sociabilidade, cultura e cotidiano em Teresina (1948-1962)**. 1 ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. A Produção Escriturística do Centenário de Teresina (PI). **XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis**, 2015.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. As Múltiplas Portas da Cidade no Centenário de Teresina. In. **Cartografias sentimentais e narrativas historiográficas sobre Teresina e Oeiras**. Teresina: EdUESPI, 2021.

O DIA. Teresina, ano 2, n. 75, p. 3, 6 jun. 1952.

PASSOS, Artur. **História, economia e lendas: município de Jerumenha**. Teresina: CEP, 1954. QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Obra completa de Monsenhor Chaves. In. QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Do singular ao plural**. Teresina: EDUFPI, 2015.

SANTOS, Maurício Feitosa dos. **Comemoração, pobreza e cultura letrada no centenário de Teresina** (1952). 240f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014.

SANTOS, Maurício Feitosa dos. Seca, migrações e pobreza no centenário de Teresina: Narrativas e crítica social sob o olhar da imprensa. **Tempos Históricos**, v. 21, n. 1, p. 154-183, 2017.

TEIXEIRA, Hindemburgo Dobal. **Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1992.

TERESINA. Câmara Municipal. **Ata da 12 sessão ordinária de 23 de fevereiro de 1951**.

Livro 03, p.138-140.

TERESINA precisa de você. **Jornal do Piauí**, Teresina, ano 1, n. 34, 10 fev. 1952.

TITO FILHO, A. **Crônicas**. Teresina: Gráfica Júnior, 1990.

ESPERANÇA GARCIA: UM SÍMBOLO DE LUTA NA DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO

Maria Ivoneide Leal¹

RESUMO

O presente artigo destaca a relevância da figura de Esperança Garcia na luta contemporânea por cidadania e direitos dos grupos afrodescendentes, contextualizando sua importância no enfrentamento do preconceito e do racismo estrutural. A pesquisa, defendida no mestrado em História da UFFS em 2021, analisa como a história de Esperança Garcia, uma mulher negra que resistiu e lutou por seus direitos no século XVIII, reverbera nas lutas atuais. Com isso, o trabalho proporciona outros olhares acerca do racismo a grupos afrodescendentes que por vários séculos sobreviveu sobre o estigma de exclusão dos espaços públicos sem acesso aos direitos básicos, sendo ainda o grupo que mais sofre com a violência dos agentes do estado.

Palavras-chave: Esperança Garcia, Desconstrução do Racismo, Cidadania.

ESPERANÇA GARCIA: A SYMBOL OF STRUGGLE IN THE DECONSTRUCTION OF RACISM

ABSTRACT

This article highlights the relevance of the figure of Esperança Garcia in the contemporary struggle for citizenship and rights of Afro-descendant groups, contextualizing her importance in confronting prejudice and structural racism. The research, defended in the master's degree in History at UFFS in 2021, analyzes how the story of Esperança Garcia, a black woman who resisted and fought for her rights in the eighteenth century, reverberates in current struggles. With this, the work provides other perspectives on racism to Afro-descendant groups that for several centuries survived under the stigma of exclusion from public spaces without access to basic rights, being still the group that suffers the most from the violence of state agents.

Keywords: Esperança Garcia, Deconstruction of Racism, Citizenship.

ESPERANZA GARCÍA: UN SÍMBOLO DE LUCHA EN LA DECONSTRUCCIÓN DEL RACISMO

RESUMEN

Este artículo destaca la relevancia de la figura de Esperança García en la lucha contemporánea por la ciudadanía y los derechos de los grupos afrodescendientes, contextualizando su importancia en la lucha contra los prejuicios y el racismo estructural. La investigación, presentada en la maestría en Historia de la UFFS en 2021, analiza cómo la historia de Esperança García, una mujer negra que resistió y luchó por sus derechos en el siglo XVIII, resuena en las luchas actuales. Con esto, el trabajo ofrece otras perspectivas sobre el racismo a los grupos afrodescendientes que durante siglos sobrevivieron bajo el estigma de la exclusión

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) ivoneideleal2019@gmail.com

ESPERANÇA GARCIA: UM SÍMBOLO DE LUTA NA DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO

de los espacios públicos y sin acceso a derechos básicos, siendo aún el grupo que más sufre la violencia de los agentes estatales.

Palabras clave: Esperança García, Deconstrucción del Racismo, Ciudadanía.

1 Introdução

A luta contra o racismo e as desigualdades estruturais no Brasil, profundamente enraizadas no legado da escravidão, exige uma revisão constante das histórias e vozes que foram silenciadas ao longo do tempo. Nesse contexto, a figura de Esperança Garcia se destaca como um símbolo de resistência e luta contra a opressão racial. Escravizada no século XVIII, Esperança foi capaz de subverter as normas do seu tempo ao escrever uma carta ao governador do Piauí, denunciando os abusos que sofria e reivindicando seus direitos. Este gesto de coragem, raro para uma mulher negra e escravizada, não só desafiou o sistema de poder colonial, mas também antecipou as discussões sobre igualdade, justiça e desconstrução do racismo que ecoam até os dias atuais. A história de Esperança Garcia, ao ser reavaliada, oferece uma oportunidade para refletir sobre a resistência negra, especialmente das mulheres negras, e suas implicações tanto no passado quanto na luta contemporânea contra o racismo estrutural.

A problemática central deste estudo gira em torno de como a carta de Esperança Garcia, enquanto um ato de resistência individual de uma mulher negra e escravizada, contribui para a desconstrução do racismo no Brasil e qual é o impacto dessa ação nas lutas sociais e raciais atuais. Como podemos compreender o significado de sua carta dentro de um contexto de extrema opressão e como ela antecipa as questões que ainda estão na agenda de luta da população negra no Brasil? Essa reflexão é essencial para a construção de uma memória histórica mais inclusiva, que valorize as vozes e ações de resistência que, muitas vezes, foram invisibilizadas.

O objetivo principal deste trabalho é investigar a carta de Esperança Garcia e compreender seu impacto na resistência ao racismo no Brasil, tanto no contexto colonial quanto nas lutas atuais. Especificamente, a pesquisa visa explorar o contexto histórico da escravidão no Brasil e o modo como as estruturas de opressão racial foram perpetuadas, além de analisar a carta de Esperança Garcia como um instrumento de resistência e denúncia das injustiças estruturais que marcavam a sociedade colonial. Outra questão central deste estudo é refletir sobre o legado dessa resistência para as lutas contemporâneas por igualdade e justiça racial, especialmente no que se refere à valorização da memória e das histórias de mulheres

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 35 – 58 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

A pergunta que orienta esta pesquisa é: De que maneira a carta de Esperança Garcia, como um ato de resistência escrita por uma mulher negra escravizada, contribui para a desconstrução do racismo no Brasil e como sua trajetória se insere nas lutas raciais contemporâneas? Esta questão visa aprofundar a análise de uma resistência particular e histórica, com o intuito de compreender seu impacto em uma luta contínua contra o racismo e a opressão. Esperança Garcia, ao escrever essa carta, não só desafiava um sistema opressor, mas também lançava as sementes para uma história de resistência que se estenderia ao longo dos séculos.

A justificativa para a realização deste estudo reside na necessidade urgente de resgatar e valorizar as histórias de resistência negra que, muitas vezes, são apagadas ou minimizadas na historiografia oficial do Brasil. Ao estudar figuras como Esperança Garcia, podemos não apenas resgatar o papel fundamental das mulheres negras na formação da sociedade brasileira, mas também oferecer um olhar mais crítico sobre as formas de resistência ao racismo que surgiram nas camadas mais oprimidas da sociedade colonial. Esse resgate é essencial para a compreensão das lutas raciais contemporâneas, que continuam a enfrentar os legados da escravidão e da exclusão racial, e para a construção de uma história mais justa e representativa.

A metodologia adotada foi qualitativa, combinando análise documental e revisão bibliográfica. A pesquisa se concentrou na carta de Esperança Garcia, que será analisada em detalhe para entender suas implicações dentro do contexto histórico da escravidão e da resistência negra. Além disso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o sistema escravocrata no Brasil, as formas de resistência dos negros e as lutas contemporâneas contra o racismo. O estudo também buscou estabelecer conexões entre a carta de Esperança Garcia e outras manifestações de resistência negra, tanto no passado quanto nas lutas sociais atuais. A pesquisa se apoiou, ainda, em uma análise comparativa, relacionando o contexto histórico da escravidão com as questões raciais contemporâneas, a fim de compreender o legado da resistência negra ao longo do tempo.

Este estudo pretende não apenas resgatar a memória de Esperança Garcia como um marco na história da resistência negra, mas também refletir sobre as lições que sua trajetória nos oferece para as lutas atuais contra o racismo. Sua ação, ao escrever uma carta para denunciar as injustiças que sofria, é um exemplo de como a resistência, mesmo nas condições mais adversas, pode transformar a narrativa histórica e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A luta contra o racismo, como demonstrado por Esperança Garcia, é uma tarefa contínua e urgente, que exige o reconhecimento das histórias e das contribuições daqueles que, em silêncio e nas margens da história, resistiram e continuam

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 35 – 58 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

ESPERANÇA GARCIA: UM SÍMBOLO DE LUTA NA DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO

resistindo.

Portanto, o trabalho apresentado tem como objetivo analisar a construção da identidade negra no estado do Piauí, enfatizando a figura de Esperança Garcia e sua carta do século XVIII, onde denunciou os maus-tratos que sofria como escravizada. Desde a descoberta dessa carta, ela se tornou um símbolo de resistência e uma referência para os grupos afrodescendentes na luta por direitos e por equidade racial.

2 Referencial teórico

2.1 A vida e a trajetória de Esperança Garcia

O Brasil colonial foi uma sociedade profundamente marcada pela escravidão, que teve como base a exploração brutal de milhões de africanos e seus descendentes ao longo de mais de três séculos. Durante o século XVIII, quando Esperança Garcia viveu, o país estava estruturado em uma rígida hierarquia social, onde os negros, majoritariamente escravizados, ocupavam a base da pirâmide. A escravidão não apenas sustentava a economia colonial, especialmente nas plantações de açúcar e nas minas de ouro, mas também moldava a sociedade de maneira desigual e racista. Como aponta a historiadora Angela Alonso (2021), "o Brasil colonial construiu-se sobre as estruturas de dominação racial, o que fez com que as pessoas negras fossem consideradas, oficialmente, mercadorias, e não seres humanos". Nesse contexto, surgem figuras como Esperança Garcia, cuja trajetória e resistência são marcos significativos na luta contra o racismo e a opressão.

Esperança Garcia foi uma mulher negra, provavelmente de origem africana, que viveu no Maranhão e se destacou por sua coragem ao escrever uma carta ao governo português em 1770. Nessa carta, ela denunciava os abusos cometidos por seus senhores de escravidão e pedia providências para garantir os direitos de pessoas escravizadas. Essa atitude ousada e rara na época faz dela uma das primeiras mulheres negras a se manifestar de forma tão direta contra o sistema escravista. A historiadora Nilma Lino Gomes (2018) ressalta a importância desse tipo de documento, afirmando que "a escrita de mulheres negras escravizadas como Esperança é um testemunho da resistência intelectual e política que foi invisibilizada durante séculos". Ao escrever, Esperança não só questionava o sistema de opressão, mas também exigia o reconhecimento da dignidade e humanidade de pessoas negras, algo fundamental para a construção da consciência crítica sobre a escravidão e o racismo.

A carta de Esperança Garcia se distingue pela sua clareza jurídica e moral. Ela expõe,

Maria Ivoneide Leal

de forma contundente, os abusos que ela e outros estavam sofrendo e pede que os direitos humanos sejam respeitados, mesmo para os negros e escravizados. Embora não tenha tido efeito imediato na alteração do sistema escravista, a carta representa um ato de resistência e uma forma de luta pela justiça e pela dignidade. A historiadora Beatriz Nascimento (2019) destaca que a resistência das mulheres negras sempre foi um campo de luta criativa contra a violência e o racismo, e Esperança se inscreve nesse movimento, ao se insurgir contra um sistema que queria invisibilizar sua voz.

A importância de Esperança Garcia vai além de sua ação pontual no século XVIII. Ela se configura como um símbolo de resistência, especialmente das mulheres negras, que, apesar das condições desumanas da escravidão, sempre buscaram formas de lutar pela liberdade e pelos direitos de sua comunidade. Para Djamila Ribeiro (2020), "o racismo estrutural no Brasil tem suas raízes profundas na escravidão, mas as vozes de resistência como a de Esperança Garcia nos mostram que a luta pela igualdade e dignidade nunca cessou". Sua carta, ao ser resgatada e conhecida, se torna uma forma de reafirmar o legado de resistência das pessoas negras e de mostrar que a luta contra o racismo sempre esteve presente, mesmo nos momentos mais sombrios da história do Brasil.

Ao longo dos séculos, figuras como Esperança Garcia desempenharam um papel fundamental na desconstrução do racismo. Elas não apenas resistiram às opressões de seu tempo, mas também ajudaram a forjar as bases de uma luta mais ampla por justiça social e igualdade racial. Seu ato de resistência, embora realizado em um contexto de extrema repressão, reverbera até os dias de hoje como um símbolo poderoso de luta contra a opressão. Como observam Álvaro Ricci e Carlos Moore (2022), a resistência das populações negras brasileiras tem sido uma constante desde o período colonial, moldando uma narrativa de luta e enfrentamento que continua a inspirar gerações de ativistas e militantes antirracistas.

Em resumo, Esperança Garcia é um exemplo claro de como as mulheres negras, mesmo nas condições mais adversas, sempre buscaram formas de resistir e afirmar sua humanidade frente a um sistema de opressão. Sua carta é um dos primeiros registros históricos da resistência de mulheres negras no Brasil, antecipando o movimento abolicionista e os debates sobre a igualdade racial. Ao resgatar sua memória e refletir sobre seu legado, é possível entender como a luta contra o racismo no Brasil tem sido, e continua a ser, uma luta constante e necessária, que deve ser enfrentada por todos e todas que buscam uma sociedade mais justa e igualitária.

2.2 A carta de Esperança Garcia: a voz de uma mulher na luta contra a injustiça

A carta escrita por Esperança Garcia em 1770 representa um momento fundamental na história da resistência contra a escravidão e o racismo no Brasil. Ao se dirigir diretamente às autoridades coloniais portuguesas, Garcia denuncia os abusos de seus senhores de escravatura e reivindica o reconhecimento de direitos que, até então, eram sistematicamente negados aos negros escravizados. O conteúdo da carta é extremamente significativo, não apenas pela coragem de sua autora, mas também pela forma como ela articula as demandas de justiça e dignidade. Esperança Garcia expõe com clareza os abusos físicos e psicológicos que ela e outros companheiros de cativeiro sofriam, e, ao fazer isso, revela uma consciência aguçada das estruturas de poder que a subjugavam. Sua escrita, em um contexto em que a maioria das pessoas negras não tinha acesso à educação formal, é um testemunho da resistência intelectual e da busca por alternativas para a opressão.

A importância histórica da carta não pode ser subestimada. Embora o Brasil colonial fosse uma sociedade profundamente hierarquizada e marcada pela segregação racial, onde a voz das pessoas negras era frequentemente silenciada, Esperança Garcia conseguiu se utilizar de um dos poucos meios disponíveis para expressar sua indignação e reivindicar seus direitos. Historicamente, a carta se inscreve como um marco da resistência contra o sistema escravocrata, antecipando um movimento de enfrentamento mais amplo que só ganharia forma plena no século XIX com o abolicionismo. A historiadora Nilma Lino Gomes (2018) afirma que a carta de Esperança é "um testemunho da resistência intelectual e política que foi invisibilizada durante séculos", destacando a habilidade de Garcia em articular uma crítica ao sistema de exploração e ao racismo estruturado na sociedade colonial. Esse gesto de resistência escrita, portanto, vai além de uma simples reclamação individual: é uma manifestação que se conecta diretamente com as formas de resistência cotidianas vividas pelos negros e negras, desde os quilombos até os movimentos abolicionistas que surgiram posteriormente.

A relevância da carta de Esperança Garcia também se estende à sua contribuição na construção de um legado contínuo contra a escravidão e o racismo no Brasil. Sua escrita, ao ser recuperada, coloca em perspectiva o papel fundamental das mulheres negras na resistência à opressão racial, um aspecto frequentemente negligenciado pela historiografia dominante. Ao escrever, Esperança não apenas desafia a ordem social de seu tempo, mas também projeta uma semente para as futuras gerações de militantes antirracistas. Como observa Djamila

Ribeiro (2020), a resistência das mulheres negras no Brasil sempre foi uma constante, mesmo em tempos de extrema repressão. A carta de Garcia se inscreve como um precedente crucial, que antecipa as lutas por direitos e igualdade que, mais tarde, se tornariam parte das reivindicações centrais do movimento abolicionista. Além disso, a carta também revela uma das primeiras formas de resistência institucionalizada, ao fazer uso de uma via legal e política para contestar a opressão, desafiando a legitimidade das estruturas de poder da época.

Em um contexto mais amplo, a carta de Esperança Garcia assume um valor simbólico significativo, pois exemplifica a luta por justiça em um momento histórico no qual a escravidão estava no auge de sua cruel implementação. Sua denúncia, mesmo sem os efeitos imediatos que poderiam ser esperados de uma mobilização popular mais ampla, simboliza a resistência intelectual e a busca por mudanças estruturais que, ao longo do tempo, se fortaleceriam na formação de um movimento abolicionista mais coeso. De acordo com a historiadora Lília Schwarcz (2021), a resistência de pessoas como Esperança Garcia não se limitou ao momento de sua ação, mas ecoou em movimentos futuros, contribuindo para a formação de um legado antirracista que atravessa gerações.

Portanto, a carta escrita por Esperança Garcia, ao ser resgatada e estudada, tem o poder de iluminar um capítulo fundamental da história de resistência no Brasil. Ela é, simultaneamente, um marco de denúncia contra os abusos da escravidão e um símbolo de resistência que reflete a capacidade de ação política e social de pessoas negras, mesmo nas condições mais adversas. O resgate dessa memória não só amplia nossa compreensão sobre as formas de resistência ao racismo estrutural, mas também ajuda a descolonizar a narrativa histórica, permitindo que a luta dos negros e negras pela liberdade e pela justiça seja reconhecida em toda sua profundidade e complexidade.

2.3 O legado de Esperança Garcia na luta contemporânea contra o racismo

A história da escravidão no Brasil é marcada por um profundo apagamento das vozes dos negros e negras que resistiram ao sistema opressor. Nesse contexto, a recuperação da memória de figuras como Esperança Garcia, uma mulher negra que, em 1770, ousou escrever uma carta denunciando os abusos sofridos pelos escravizados, é fundamental para a compreensão das múltiplas formas de resistência que existiram, mas que muitas vezes foram marginalizadas. A figura de Esperança Garcia se insere nesse movimento de recuperação de memórias históricas, tornando-se um símbolo poderoso de luta contra a opressão e uma referência para as gerações atuais no combate ao racismo estrutural.

Por muitos anos, a história da resistência negra no Brasil foi invisibilizada, e as figuras de destaque nesse processo foram relegadas ao esquecimento. No caso de Esperança Garcia, **Hum Res**, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 35 – 58 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

ESPERANÇA GARCIA: UM SÍMBOLO DE LUTA NA DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO

sua história permaneceu oculta por mais de 200 anos, sendo redescoberta apenas no século XXI, quando pesquisadores começaram a resgatar as memórias de figuras negras que resistiram ao sistema escravocrata. A historiadora Lília Schwarcz (2021) destaca que a recuperação de memórias como a de Esperança Garcia é crucial para a reinterpretação da história brasileira, uma vez que permite a inclusão das vozes daqueles que foram silenciados, mas que sempre estiveram na linha de frente da luta contra a opressão. "A história das populações negras no Brasil não deve ser contada apenas a partir da escravidão, mas sim a partir das vozes de resistência que sempre se fizeram presentes", afirma Schwarcz, sublinhando a importância de dar visibilidade às ações de resistência, como a de Garcia.

Esse resgate da memória de Esperança Garcia também está relacionado a um movimento mais amplo de valorização da contribuição das mulheres negras na luta contra o racismo e a opressão. Ao resgatar sua história, a sociedade brasileira começa a dar visibilidade a outras mulheres negras que, como Garcia, desempenharam um papel fundamental na desconstrução das estruturas de poder e opressão. Para Djamila Ribeiro (2020), "a memória das mulheres negras é uma chave essencial para compreender as raízes da luta contra o racismo e a desigualdade social no Brasil". Recuperar a memória de Esperança Garcia é, portanto, uma forma de corrigir a narrativa histórica e de reconhecer a importância das vozes negras no processo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A memória de Esperança Garcia, resgatada nas últimas décadas, tem exercido um impacto significativo no movimento negro contemporâneo e nas discussões sobre igualdade racial no Brasil. Sua coragem e sua ação pioneira representam um exemplo de resistência que transcende o tempo e serve como inspiração para as lutas atuais. A carta escrita por Garcia, ao denunciar os abusos e ao reivindicar direitos básicos para os negros, antecipou muitas das reivindicações que viriam a ser centrais nos debates sobre a abolição da escravidão e sobre os direitos civis dos negros no Brasil. A importância histórica de sua luta também se reflete na forma como ela contribui para a construção de uma memória coletiva de resistência que sustenta as lutas contemporâneas. Para Beatriz Nascimento (2019), a resistência das mulheres negras sempre foi um campo de ação política fundamental, e Esperança Garcia representa essa tradição. Sua escrita não foi apenas um ato de denúncia contra os abusos de seus senhores, mas também uma forma de reivindicação da humanidade dos negros e negras, um gesto que reverbera nas demandas atuais por justiça racial e igualdade de direitos.

No contexto do movimento negro atual, Esperança Garcia se inscreve como um símbolo do poder da resistência individual frente a um sistema opressor, inspirando novas

Maria Ivoneide Leal

gerações de militantes a continuarem a luta por igualdade racial e reparação histórica. Sua figura foi resgatada por ativistas e pesquisadores para fortalecer a narrativa de que a resistência negra no Brasil não se limitou às grandes revoltas, mas se expressou em diversos atos cotidianos, como a denúncia dos abusos por meio da escrita. Para Silvio Almeida (2022), "a luta contra o racismo estrutural no Brasil é uma luta pela reparação de uma história profundamente marcada pela negação de direitos e pela opressão, e a memória de figuras como Esperança Garcia é fundamental para a construção de uma agenda de reparação que tenha como base a verdade histórica".

O legado de Esperança Garcia se estende também ao empoderamento das gerações atuais. Sua resistência, embora limitada pelas condições do seu tempo, revela a capacidade de ação e agência das pessoas negras, especialmente das mulheres, dentro de um sistema de opressão. Hoje, ao recuperar sua história, ela se torna um símbolo de resistência, inspiração e empoderamento para as novas gerações de negras e negros que continuam a enfrentar os desafios do racismo estrutural no Brasil.

A trajetória de Esperança Garcia também dialoga diretamente com as questões atuais de empoderamento feminino e racial. Djamila Ribeiro (2020) afirma que "a luta das mulheres negras é uma luta de resistência diária, um processo de afirmação de identidade e de direito à voz", e o exemplo de Esperança Garcia é um reflexo desse movimento de afirmação de identidade e de luta por direitos. Sua ação, ao escrever e denunciar os abusos, é um poderoso símbolo de que, mesmo nas condições mais adversas, é possível resistir e reivindicar um espaço de dignidade e humanidade. Assim, Esperança Garcia inspira, principalmente, mulheres negras a se reconhecerem como agentes de mudança e a lutarem contra as estruturas de opressão que ainda persistem na sociedade brasileira.

Além disso, o legado de Esperança Garcia reflete a importância da memória como ferramenta de resistência e empowerment. Ao conhecer e reconhecer a história de pessoas como ela, as gerações atuais podem se fortalecer na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Como afirma Lélia Gonzalez (2022), "o empoderamento das mulheres negras passa pela valorização da nossa história e da nossa memória, pois elas são os pilares sobre os quais se constroem as lutas por um futuro melhor". Esperança Garcia, portanto, não apenas como uma figura histórica, mas como um símbolo de resistência, continua a ser uma fonte inesgotável de inspiração para a luta antirracista e pelo empoderamento das mulheres negras no Brasil.

Em suma, a recuperação da memória de Esperança Garcia e o impacto de sua luta nas gerações atuais mostram como o resgate de histórias de resistência negra é crucial para entender as raízes do racismo estrutural no Brasil e para fortalecer as lutas contemporâneas por justiça e igualdade racial. Sua história, como símbolo de resistência e empoderamento, **Hum Res**, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 35 – 58 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

ESPERANÇA GARCIA: UM SÍMBOLO DE LUTA NA DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO

continua a inspirar novas gerações a desafiar as estruturas de opressão e a lutar por um mundo mais justo.

3 Metodologia

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a trajetória de Esperança Garcia e sua relevância na luta contra a escravidão e o racismo no Brasil, a partir de uma revisão bibliográfica que resgata e interpreta fontes acadêmicas e históricas sobre o tema. Para isso, adotamos uma abordagem qualitativa, com foco na pesquisa bibliográfica, pois buscamos compreender como a figura de Esperança Garcia se insere na história da resistência negra no Brasil colonial e como sua memória tem sido recuperada no contexto contemporâneo. A pesquisa foi desenvolvida a partir da análise crítica de obras de historiadores, sociólogos, filósofos e estudiosos do movimento negro contemporâneo que tratam da resistência escravocrata, da luta antirracista e da recuperação da memória das figuras negras que contribuíram para esses processos.

A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica das principais obras e artigos acadêmicos que tratam diretamente da figura de Esperança Garcia e do contexto de resistência negra no Brasil, além de incluir estudos mais amplos sobre a história da escravidão e o movimento negro. Entre os autores mais relevantes, destaca-se Nilma Lino Gomes (2018), que trata da resistência das mulheres negras e da invisibilidade histórica dessas figuras, sublinhando que "a história das mulheres negras é uma história de luta pela afirmação da identidade e pela busca de reconhecimento de seus direitos" (Gomes, 2018, p. 22). Lília Schwarcz (2021), por sua vez, discute a importância do resgate de memórias históricas que incluam as resistências negras, afirmando que "o resgate das memórias de figuras como Esperança Garcia ajuda a descolonizar a história do Brasil e a romper com o silenciamento histórico" (Schwarcz, 2021, p. 47). Djamila Ribeiro (2020) também é fundamental para a compreensão da resistência das mulheres negras, destacando que "as lutas das mulheres negras contra o racismo e a opressão não são um fenômeno recente, mas parte de uma longa trajetória de resistência" (Ribeiro, 2020, p. 51).

Além da análise das obras secundárias, a pesquisa também se concentrou na análise das fontes primárias, em especial a carta escrita por Esperança Garcia em 1770. Este documento histórico é crucial para entender a resistência de Garcia e o contexto da escravidão no Brasil, pois revela a denúncia de abusos contra os escravizados e a solicitação de intervenção do governo português. A partir da versão transcrita e publicada por historiadores,

Maria Ivoneide Leal

a carta será analisada no contexto jurídico e social da época, buscando compreender seu papel na denúncia do sistema escravocrata e na construção da resistência intelectual e política dos negros e negras. Segundo Djamila Ribeiro (2020), "o processo de recuperação da memória das mulheres negras é um passo essencial para a construção de um Brasil mais justo e igualitário, onde as vozes silenciadas durante séculos possam finalmente ser ouvidas" (Ribeiro, 2020, p. 67).

A pesquisa também se debruçou sobre debates contemporâneos sobre a memória e a resistência, utilizando os conceitos de "memória social" e "história subalterna". A análise do papel da memória na resistência política e social será fundamental para entender como figuras como Esperança Garcia podem ser vistas não apenas como ícones históricos, mas também como símbolos vivos de resistência. Beatriz Nascimento (2019) argumenta que a resistência das mulheres negras sempre foi uma ação política fundamental, e Esperança Garcia representa essa tradição. Para ela, "a história das mulheres negras precisa ser recuperada e valorizada, pois é através dessa memória que conseguimos entender as lutas pela justiça e pela igualdade racial" (Nascimento, 2019, p. 112).

A análise dos dados foi realizada por meio de uma combinação de técnicas de análise de conteúdo e análise comparativa. A análise de conteúdo foi utilizada para examinar os textos acadêmicos e os documentos históricos, identificando e interpretando temas centrais como resistência, memória e luta por dignidade. Já a análise comparativa buscou estabelecer relações entre as diferentes interpretações de autores como Schwarcz (2021), Gomes (2018) e Ribeiro (2020), com o objetivo de compreender como a figura de Esperança Garcia contribui para o debate atual sobre o racismo estrutural e a resistência negra.

O objetivo principal desta pesquisa é contribuir para o entendimento das múltiplas formas de resistência negra e para a valorização da memória histórica de figuras como Esperança Garcia. A recuperação da memória de Garcia é crucial para descolonizar a narrativa histórica brasileira e ampliar o debate sobre o impacto das mulheres negras nas lutas contra a escravidão e o racismo. Como destaca Lélia Gonzalez (2022), "o empoderamento das mulheres negras passa pela valorização de nossa história, pois só assim podemos entender as raízes do racismo e da opressão, e construir as bases para um futuro mais justo e igualitário" (Gonzalez, 2022, p. 90). Ao recuperar a memória de Esperança Garcia, esta pesquisa busca não apenas iluminar o passado, mas também fortalecer as lutas contemporâneas por justiça racial e igualdade de direitos no Brasil.

4 Resultados e discussões

A análise da identidade negra no Piauí revela um processo complexo, mediado por símbolos e personagens que moldaram a experiência afrodescendente na região. Esperança Garcia, em particular, é destacada por sua coragem em denunciar abusos, tornando-se uma figura emblemática na narrativa de luta por direitos.

Souza (2014) afirma que a carta de Esperança Garcia é um documento importante não apenas por seu conteúdo, mas também por seu papel como catalisador nas lutas contemporâneas. Grupos afrodescendentes utilizam essa carta como uma referência histórica em suas reivindicações por políticas públicas e na luta contra o racismo. O reconhecimento dessa figura histórica e de sua luta é essencial para fortalecer a identidade coletiva e promover uma maior equidade.

O trabalho também aborda a importância do retorno ao passado histórico como um meio de construção da imagem de Esperança Garcia. Ao revisitar sua história, os grupos afrodescendentes encontram inspiração e legitimidade para suas lutas atuais. Como aponta Benito Schmidt (1996), o interesse por figuras históricas que desempenharam papéis significativos é fundamental para a busca de referências que ajudem a moldar a conduta presente.

Dessa forma, a figura de Esperança Garcia não é apenas um ícone do passado, mas uma fonte de inspiração para a construção de uma identidade negra mais forte no Piauí. A pesquisa contribui para um entendimento mais profundo das narrativas sobre memória e identidade, ressaltando a importância de figuras históricas na luta contemporânea por direitos e justiça social. Essa abordagem não só valoriza a história afrodescendente, mas também reforça a necessidade de políticas públicas que atendam às demandas da comunidade.

As citações apresentadas ressaltam a relevância de Esperança Garcia como um símbolo da resistência negra e da luta contra a opressão. Através de sua experiência de violência e de sua coragem em denunciá-la, Esperança representa uma narrativa poderosa que transcende o tempo, refletindo as lutas contemporâneas de homens e mulheres negras.

A frase de Souza (2020) destaca como a história de Esperança Garcia capta a essência da experiência humana enfrentada por pessoas negras durante a escravidão. Essa "fotografia real" não apenas documenta o sofrimento, mas também sublinha a capacidade de resistência diante de um sistema opressor. Essa experiência de enfrentamento se torna uma fonte de prestígio, simbolizando a luta contra as diversas formas de segregação e discriminação que ainda persistem.

A afirmação de Costa (2012) ressalta a importância histórica do ato de Esperança Garcia na construção da identidade negra, especialmente entre as mulheres afrodescendentes do Piauí. A luta de Esperança é um referencial significativo para essas mulheres, que, ao se apropriarem de sua história, buscam afirmar seus direitos e sua identidade em um contexto social que ainda enfrenta desafios relacionados ao racismo e à desigualdade de gênero.

Esperança Garcia se torna, portanto, uma figura emblemática não apenas pela sua resistência individual, mas também por seu papel na construção de uma identidade coletiva. Sua história é uma ferramenta poderosa para as comunidades afrodescendentes, que a utilizam para fortalecer suas vozes e reivindicações nas lutas atuais por justiça social e igualdade.

Essas reflexões sobre Esperança Garcia mostram como sua história continua a ressoar nas lutas contemporâneas, conectando passado e presente. Sua figura não é apenas um ícone da resistência, mas também um símbolo da força e da resiliência das mulheres negras, contribuindo para a construção de uma identidade que busca superar as barreiras do preconceito e da discriminação. Essa legacia é fundamental para a afirmação dos direitos e da dignidade dos grupos afrodescendentes no Brasil. Segundo Souza (2020) Esperança Garcia, nascida em uma sociedade profundamente marcada pela escravidão, se destacou ao recusar as limitações impostas a ela. Sua coragem ao denunciar os abusos que sofria não apenas desafiou as condições escravocratas da época, mas também estabeleceu um precedente de resistência e empoderamento.

O ato de Esperança em expor seu algoz é um testemunho poderoso da luta pela liberdade. Ao fazer isso, ela não apenas buscou justiça para si mesma, mas também lançou luz sobre a opressão vivida por muitos escravizados, tornando sua história um componente essencial na narrativa de resistência negra. Essa coragem se torna um símbolo inspirador para as gerações atuais, que enfrentam desafios relacionados ao racismo e à desigualdade.

O reconhecimento de sua ação se torna, assim, um elemento central na luta moderna contra preconceitos de raça e gênero. As gerações afrodescendentes, ao se apropriarem de sua história, afirmam suas identidades e reivindicam seu espaço na sociedade. Essa apropriação é crucial, especialmente para as mulheres, que encontram em Esperança um modelo de força e resiliência.

Segundo Santos (2020) a figura de Esperança Garcia também está ligada à valorização das lutas e políticas de gênero. Seu legado inspira mulheres a se posicionarem contra a discriminação, a lutarem por seus direitos e a buscarem espaços de representação. O reconhecimento de sua história ajuda a fortalecer a interseccionalidade nas discussões sobre raça e gênero, promovendo uma luta mais inclusiva e abrangente.

ESPERANÇA GARCIA: UM SÍMBOLO DE LUTA NA DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO

A trajetória de Esperança Garcia transcende seu tempo, oferecendo uma poderosa narrativa de resistência que ressoa nas lutas atuais. Sua coragem e determinação são fontes de inspiração para aqueles que buscam liberdade e igualdade, reafirmando a importância da valorização da história negra e das políticas de gênero no Brasil contemporâneo. Essa conexão entre passado e presente é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Segundo Ana Beatriz da Silva (2018, p. 30), "o racismo estrutural não se limita a atos isolados de discriminação, mas é um fenômeno profundamente enraizado nas instituições e nas relações sociais."

Estudos que conjugam análises de gênero e raça têm evidenciado a condição singular das mulheres negras e revelam a complexidade dos efeitos provocados pelo entrecruzamento entre discriminação racial, sexual, classe e de gênero tanto na sociedade brasileira, como em outras regiões da diáspora africana. Em outro espaço de proposição seria fundamental dar ênfase aos aspectos pouco explorados para análises acerca da presença das mulheres negras nos movimentos sociais, como um todo (Silva, 2018, p. 30),

A análise de Bruna Santos (2020) sobre a negação da violência de raça e gênero é crucial para entender as complexas interseções entre essas dimensões na história da escravidão. Santos argumenta que as mulheres negras enfrentaram não apenas as brutalidades da escravidão, mas também o peso das desigualdades de gênero, revelando que as relações entre homens e mulheres escravizados nunca foram equivalentes.

De acordo com Santos, (2020) as mulheres negras foram submetidas a uma dupla opressão: como escravizadas e como mulheres. Essa perspectiva evidencia que as violências que elas enfrentaram eram amplificadas por sua condição de gênero, tornando-as vulneráveis a formas específicas de abuso e discriminação. As consequências da escravidão, portanto, não se limitam apenas ao contexto econômico e social, mas se estendem à esfera íntima e à vivência cotidiana dessas mulheres.

Os estudos feministas que se concentram nas interações entre raça, gênero e classe oferecem uma visão mais abrangente das relações sociais. Esses enfoques ajudam a preencher lacunas nas narrativas históricas, permitindo uma compreensão mais completa das dinâmicas de opressão que operam em múltiplas dimensões. Ao considerar as experiências de mulheres negras, é possível revelar como o racismo e outros mecanismos de dominação se entrelaçam, influenciando as relações sociais ao longo do tempo.

Essa análise é fundamental para as lutas atuais, pois destaca a importância de abordar

Maria Ivoneide Leal

as questões de gênero e raça de forma interseccional. As experiências históricas de violência e discriminação enfrentadas por mulheres negras ainda ressoam na contemporaneidade, exigindo uma resposta que leve em conta suas múltiplas identidades e os desafios únicos que enfrentam.

Assim, a obra de Bruna Santos (2020) contribui para uma compreensão mais profunda das relações sociais e das formas de dominação que impactaram as vidas das mulheres negras, tanto no passado quanto no presente. Ao enfatizar a necessidade de uma análise interseccional, ela nos convida a refletir sobre a importância de reconhecer e combater as desigualdades que persistem nas sociedades contemporâneas, promovendo uma luta mais justa e inclusiva por direitos e dignidade.

Os grupos de mulheres negras emergem como uma resposta contundente à lógica da violência e da desumanização que perdurou por séculos. Esses coletivos buscam romper com as estruturas opressivas e reivindicar seus direitos, afirmando sua presença e protagonismo na sociedade.

Segundo Oliveira (2019) a figura de Esperança Garcia é central nesse processo, pois seu ato de resistência não apenas denunciou as injustiças de sua época, mas também se tornou um símbolo poderoso para as mulheres negras piauienses. Seu legado inspira ações coletivas, servindo como referência para a luta por participação em espaços públicos e pela garantia de direitos que historicamente foram negados.

Oliveira (2019) afirma que a influência simbólica de Esperança Garcia se reflete na maneira como grupos de mulheres negras se organizam e se mobilizam. Elas utilizam sua história como um catalisador para a luta contra a discriminação de gênero e raça, criando redes de apoio e promovendo a valorização da identidade negra. Essa conexão com a figura de Esperança fortalece a resistência e a determinação dessas mulheres em enfrentar os desafios contemporâneos. A atuação desses grupos é fundamental para a reivindicação de direitos que foram sistematicamente violados ao longo do tempo. Ao se organizarem, as mulheres negras buscam não apenas reparação histórica, mas também um espaço de voz e influência nas decisões que afetam suas vidas. A luta por direitos sociais, econômicos e políticos é uma extensão da resistência iniciada por figuras como Esperança Garcia, que desafiaram as normas de sua época.

Segundo Oliveira (2019), portanto, o papel de Esperança Garcia transcende seu tempo, tornando-se um símbolo de luta e resiliência para as mulheres negras no Piauí. A organização e a ação desses grupos são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, onde as vozes das mulheres negras sejam ouvidas e respeitadas. A busca por direitos e pela participação ativa nos espaços públicos continua a ser uma parte vital da luta por equidade e justiça social. A importância de figuras históricas como Esperança Garcia no contexto político

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 35 – 58 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

ESPERANÇA GARCIA: UM SÍMBOLO DE LUTA NA DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO

atual. Ela simboliza a resistência negra e representa a redescoberta de valores identitários, promovendo uma maior visibilidade das questões étnico-raciais. A pesquisa enfatiza que sua luta não é apenas um reflexo do passado, mas uma ferramenta poderosa para os movimentos contemporâneos que buscam dismantlar estruturas de exclusão e opressão.

Monteiro (2008) afirma que os movimentos sociais negros, especialmente os feministas afrodescendentes, desempenham um papel crucial na luta por direitos e na ampliação de suas atuações políticas. No contexto das mulheres piauienses, esses movimentos visam denunciar e superar as múltiplas opressões que resultam de relações de dominação baseadas em raça, gênero e classe social.

As mulheres negras enfrentam uma intersecção de violências que se manifestam em diversas esferas da vida, sendo fundamentais as lutas contra as desigualdades impostas por essas estruturas. A análise de Santos (2020) ressalta que a superação dessas violências é essencial para transformar as realidades históricas que ainda as afetam. Essa transformação não apenas busca garantir direitos, mas também promover a equidade social, essencial para o fortalecimento das comunidades afrodescendentes.

Os movimentos sociais têm como objetivo central a superação das discrepâncias na construção das identidades raciais e a desconstrução das intolerâncias. Oliveira (2019) aponta que essa luta é vital para permitir a integração social de todas as mulheres negras no tecido social. A busca por reconhecimento e valorização da identidade negra é um passo importante para a construção de um espaço mais inclusivo e equitativo. Ao se articularem em torno de suas experiências e lutas, esses movimentos não apenas promovem a reivindicação de direitos, mas também desafiam as narrativas dominantes que perpetuam a desigualdade. Essa ação coletiva contribui para uma maior visibilidade das questões enfrentadas pelas mulheres negras, permitindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas.

Monteiro (2008) afirma que os movimentos sociais negros e feministas afrodescendentes no Piauí são fundamentais para a luta contra as opressões que as mulheres negras enfrentam. Ao superar as violências estruturais e buscar a equidade social, eles transformam não apenas suas realidades, mas também a sociedade como um todo. A luta pela justiça e pela inclusão é um caminho essencial para construir um futuro mais justo e igualitário.

Bruna Letícia descreve que:

Mesmo que não exista uma homogeneidade na origem do movimento de mulheres negras, seus objetivos e motivos de desenvolvimento são os mesmos – construir um movimento social que representasse as demandas da realidade das mulheres negras que por compartilharem com os homens negros a vivência da opressão de raça e classe não os excluam de seu

Conforme argumentam Mariana Panta e Nikolas Pallisser (2017), a identidade negra é uma construção que se fundamenta na valorização da história, cultura e experiências compartilhadas por indivíduos negros. Esse entendimento é crucial para fortalecer o senso de pertencimento e solidariedade dentro da comunidade. A valorização da história e da cultura negra não apenas resgata tradições e narrativas que foram marginalizadas, mas também reafirma a identidade coletiva. Essa mobilização cultural é vital para a construção de uma autoestima positiva e para a promoção de uma identidade que resiste às tentativas de desumanização e invisibilização.

Além de seu aspecto cultural, a identidade negra serve como uma poderosa ferramenta política. Ao unir indivíduos em torno de experiências comuns, essa mobilização permite enfrentar o racismo estrutural de forma mais eficaz. Movimentos que enfatizam a identidade negra não apenas lutam por igualdade de direitos, mas também combatem a discriminação racial de maneira mais ampla, promovendo um diálogo crítico sobre as injustiças históricas e contemporâneas.

A construção dessa identidade coletiva fortalece a solidariedade dentro da comunidade negra, criando uma rede de apoio mútuo que é essencial em tempos de luta. Essa solidariedade é fundamental para resistir às opressões e para promover ações que busquem justiça social e igualdade.

A identidade negra, conforme discutido por Panta e Pallisser, é um elemento central na luta contra a discriminação racial e na promoção da igualdade. A valorização da história e da cultura, juntamente com a mobilização política, forma uma base sólida para a construção de uma comunidade unida e resiliente, capaz de enfrentar os desafios impostos pelo racismo estrutural. Essa abordagem não apenas busca justiça, mas também celebra a riqueza e a diversidade da experiência negra.

A figura de Esperança Garcia, conforme destacado por Monteiro (2008), é fundamental na formação da identidade e na afirmação do pertencimento étnico-racial, especialmente para os afrodescendentes e, em particular, para as mulheres negras. Sua história e seu ato de resistência se transformaram em um símbolo poderoso, inspirando novas narrativas e identidades.

Esperança Garcia representa não apenas a luta contra a opressão, mas também a possibilidade de construção de identidades que afirmam a riqueza da cultura negra. Essa idealização permite que as mulheres negras se conectem com uma história de resistência e coragem, reforçando seu pertencimento a uma comunidade que valoriza suas vivências e suas lutas.

ESPERANÇA GARCIA: UM SÍMBOLO DE LUTA NA DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO

Monteiro (2008) afirma que a criação de novas identidades, fundamentada na figura de Esperança, confere um sentido político à luta por direitos e visibilidade. Essa ressignificação da história de Esperança Garcia ajuda a mobilizar e unir os grupos afrodescendentes em torno de causas comuns, fortalecendo a luta contra o racismo e a discriminação. A identificação com sua figura simboliza um compromisso com a luta por justiça social e igualdade.

Ao se apropriar da história de Esperança, os movimentos sociais podem desafiar as narrativas hegemônicas que marginalizam as experiências afrodescendentes. Essa apropriação histórica se torna um veículo para a transformação social, promovendo a consciência crítica e a valorização das identidades negras.

Em suma, Esperança Garcia não é apenas uma figura histórica, mas um símbolo vivo de resistência e empoderamento. Sua idealização contribui para a formação de identidades étnico-raciais que desafiam as desigualdades e promovem a solidariedade entre as mulheres negras. Essa conexão com sua história é essencial para a luta contemporânea por direitos e pela afirmação da dignidade da população afrodescendente.

Para ilustrar a importância da valorização da população negra em Teresina, a tabela trazida do trabalho de Artemísia Monteiro destaca diversos grupos e organizações que atuam nesse sentido. Esses grupos são fundamentais para promover a cultura, a história e os direitos da comunidade negra, contribuindo para a construção de identidades e a luta contra a discriminação.

Tabela 1: Entidades que valorizam os grupos afro e a inclusão social:

Movimento Negro Unificado
Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia
Núcleo de Pesquisa sobre Africanidade e afrodescendência - Ifaradá
Grupo Afro-cultural coisa de nêgo
Agentes de pastoraís negros
Grupo Afro- Afoxá

Fonte: MONTEIRO; Artemísia Odila Cande. **O processo de construção da identidade negra em Teresina: o caso do grupo afro-cultural coisa de nêgo**. Salvador: UFBA – Programa multidisciplinar de pós-graduação em estudos étnicos e africanos (Dissertação de mestrado), 2008, p. 40.

O Coletivo tem como objetivo enaltecer a cultura afro e criar projetos políticos voltados para a inclusão social, especialmente para as mulheres. Esses grupos desempenham um papel crucial na promoção da conscientização sobre as questões raciais e na luta por direitos. Eles também oferecem um espaço para a expressão cultural, permitindo que a população negra em Teresina se reconecte com suas raízes e heranças. (Monteiro,2008)

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 35 – 58 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

A atuação desses grupos é fundamental para a valorização da população negra e para a promoção de uma sociedade mais justa e equitativa. Através de suas iniciativas, eles ajudam a construir uma identidade coletiva forte e a lutar contra as injustiças que historicamente afetaram a comunidade negra em Teresina. (Monteiro,2008)

A fundação do Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia em Teresina representa uma importante iniciativa voltada para a valorização da cultura afrodescendente e a promoção dos direitos das mulheres negras no Piauí. Criado em abril de 1994, o coletivo se destaca como um espaço de resistência e empoderamento, oferecendo uma série de programas e atividades que buscam a inclusão e o desenvolvimento da população afro. (Monteiro,2008)

A manutenção do Coletivo se dá por meio da colaboração de diferentes setores: governo estadual, municipal e privado, o que demonstra o reconhecimento da importância dessa iniciativa. Sendo uma entidade não governamental, sua atuação é essencial para garantir que as vozes das mulheres negras sejam ouvidas e que suas necessidades sejam atendidas.

Atualmente, o Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia não apenas preserva e promove a cultura afrodescendente, mas também atua como um espaço de aprendizado, empoderamento e resistência. Essa iniciativa é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, onde as mulheres negras possam ocupar seu espaço e reivindicar seus direitos com dignidade. O trabalho realizado pelo Coletivo exemplifica o papel ativo das mulheres negras na luta por equidade e visibilidade na sociedade. (Monteiro,2008)

Tanto o Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia quanto outras entidades desempenham um papel crucial no movimento negro, funcionando como plataformas para que afrodescendentes busquem reconhecimento e lutem contra a discriminação racial. Essas organizações desenvolvem projetos que visam elevar a autoestima da juventude, especialmente em áreas periféricas, promovendo a cultura afro e proporcionando um espaço seguro e enriquecedor. (Monteiro,2008)

Os projetos de oficinas e atividades oferecidos por essas entidades têm como objetivo fortalecer a identidade afrodescendente e distanciar os jovens da marginalidade. Ao proporcionar experiências que celebram a cultura afro e promovem habilidades práticas, esses programas empoderam a juventude, permitindo que se vejam como agentes de mudança em suas comunidades.

O discurso promovido por essas entidades é essencial para a narrativa dos movimentos negros, pois justifica e legitima a inserção de negros e negras de diferentes camadas sociais no poder público. Essa inclusão é fundamental para assegurar que as políticas públicas atendam às necessidades da população afrodescendente, refletindo suas vozes e experiências.

Essas ações contribuem para a construção de narrativas que valorizam a luta por direitos e igualdade. A visibilidade das conquistas e a luta contínua contra o racismo são

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 35 – 58 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

ESPERANÇA GARCIA: UM SÍMBOLO DE LUTA NA DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO

essenciais para desafiar estigmas e preconceitos, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva.

Resumindo, o trabalho realizado pelo Coletivo Esperança Garcia e outras entidades é vital para o fortalecimento do movimento negro. Ao empoderar a juventude e promover a cultura afro, essas organizações não apenas combatem a discriminação, mas também criam as bases para uma maior participação e representação da população negra nas esferas políticas e sociais. O impacto dessas iniciativas é profundo, moldando um futuro em que a diversidade e a equidade são reconhecidas e valorizadas. (Monteiro, 2008)

A discussão sobre a identidade negra e o empoderamento das mulheres afrodescendentes, especialmente através da figura de Esperança Garcia, revela a complexidade e a relevância desse tema nas lutas contemporâneas. Conforme afirmado por Evelyn Malafaia (2018), a ressignificação da identidade negra envolve a conscientização e valorização da cultura estética, um processo crucial para a inclusão e reconhecimento da diversidade cultural e étnica.

As marcas da escravidão ainda são sentidas na vida da população negra no Piauí e em todo o Brasil, o que torna essencial a discussão sobre esses legados. O empoderamento, especialmente das mulheres, é fundamental para que elas se autodeclarem e reivindiquem seus direitos. Esperança Garcia se torna um símbolo poderoso dessa luta, representando a coragem e a resistência contra um sistema opressor.

Leal (2021) destaca a importância de entender a construção da categoria "mulher negra" a partir da intersecção de conceitos que historicamente foram usados para dominar essas mulheres. Essa análise aponta para a necessidade contemporânea de desafiar esses conceitos, promovendo novos parâmetros que considerem raça, gênero, classe social e outras condições. A luta das mulheres negras é, portanto, multifacetada e exige uma abordagem holística. As ações políticas das mulheres negras visam transformar hierarquias e relações de poder desiguais, priorizando a interseccionalidade. A figura de Esperança Garcia se destaca como um exemplo inspirador na construção da identidade da mulher afro-piauiense, simbolizando a resistência e a luta por igualdade e reconhecimento. Sua carta de 1770, que denunciou abusos, ecoa até hoje como um chamado à ação. A luta de Esperança Garcia é um marco importante na história do Brasil, especialmente no contexto da resistência de mulheres negras e escravizadas. Ela se destacou por meio de sua petição escrita em 1770, considerada uma das primeiras manifestações jurídicas de uma mulher negra no Brasil colonial. Nesse documento, Esperança Garcia narrava sua situação de escravizada e pedia ao governo de Piauí sua liberdade, denunciando as injustiças que sofria. Sua carta representa uma denúncia das

condições desumanas a que eram submetidos os escravizados, além de demonstrar o uso da escrita como um meio de resistência.

Leal (2021) afirma que o resgate da memória de Esperança Garcia tem adquirido importância crescente, particularmente após a descoberta de sua carta. Este resgate tem se expandido por diversos campos, incluindo a academia, movimentos sociais e grupos culturais, que reconhecem nela uma figura simbólica e inspiradora para a luta pela liberdade e igualdade racial. Sua petição não é apenas um registro jurídico, mas também um símbolo de resistência, representando o esforço de uma mulher para se afirmar e reivindicar direitos em um contexto marcado pela violência e pela opressão. Além disso, o movimento que se formou em torno da redescoberta de sua história tem gerado um debate cultural e social profundo sobre o legado da escravidão no Brasil e sobre a importância de dar visibilidade a figuras históricas negras que, muitas vezes, foram marginalizadas ou esquecidas pela historiografia oficial. A luta de Esperança Garcia, portanto, transcende seu tempo, conectando-se com as lutas contemporâneas por justiça racial e reparação histórica. Sua figura, e especialmente sua carta, se tornaram um símbolo da busca por dignidade, liberdade e direitos civis para os negros e negras no Brasil, ressoando como um poderoso ato de resistência e afirmação.

Em 2017, a Ordem dos Advogados do Brasil reconheceu Esperança Garcia como um símbolo de resistência na luta pelos direitos, destacando a importância de tornar visíveis os crimes da escravidão. Esse reconhecimento é um passo importante para a reparação e para a luta contínua contra o racismo estrutural. A análise da desigualdade de gênero e da luta antirracista leva à reflexão sobre a importância de figuras como Esperança Garcia na construção da identidade afrodescendente. Sua coragem e resistência são fundamentais para inspirar novas gerações na luta por justiça e dignidade. Ao honrar seu legado, renovamos o compromisso com um futuro em que todos possam viver livres da opressão racial.

A luta contra o racismo é contínua, e mudanças significativas exigem perseverança e comprometimento. É fundamental reconhecer e valorizar as contribuições de diversas culturas, promovendo um ambiente de respeito mútuo. Para isso, políticas e práticas institucionais que promovam a igualdade racial e combatam a discriminação estrutural são essenciais. A educação contínua sobre questões raciais é um caminho crucial para promover a compreensão e a sensibilidade, envolvendo a sociedade na luta contra o racismo. Que a história de Esperança Garcia nos guie na busca por um amanhã mais justo e inclusivo, reafirmando a diversidade como um valor a ser celebrado.

Os resultados indicam que a história de Esperança Garcia serve como um ponto de partida para reexaminar as narrativas sobre o racismo e as experiências afrodescendentes. A dissertação evidencia que, apesar de séculos de luta, a população negra ainda enfrenta desafios significativos, incluindo a marginalização em espaços públicos e a violência institucional. A **Hum Res**, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 35 – 58 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

ESPERANÇA GARCIA: UM SÍMBOLO DE LUTA NA DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO

pesquisa propõe uma nova perspectiva sobre essas questões, utilizando a figura de Esperança Garcia para inspirar e fortalecer a luta por direitos básicos e por uma maior equidade social.

Assim, o trabalho não apenas resgata a história de Esperança Garcia, mas também a utiliza como um símbolo de resistência e de luta pela cidadania, contribuindo para um debate mais amplo sobre as injustiças enfrentadas pelos afrodescendentes. A importância da pesquisa reside na busca por uma compreensão mais profunda das dinâmicas de exclusão e na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

56

5 Considerações finais

A figura de Esperança Garcia representa não apenas uma história de resistência, mas também um poderoso símbolo da luta contra o racismo e a opressão no Brasil. Nascida escravizada e com uma trajetória de enfrentamento das injustiças de seu tempo, sua carta de 1770, endereçada ao governador da província do Piauí, é um marco na história da resistência negra. Esperança, ao se posicionar de maneira tão corajosa e articulada, antecipou questões que, séculos depois, ainda estão no cerne dos debates sobre igualdade racial, direitos humanos e justiça social no país.

Sua luta não se limita à sua época, mas reverbera até os dias de hoje, quando o racismo estrutural continua a marginalizar e a violentar populações negras no Brasil. A história de Esperança Garcia revela a importância de resgatar as vozes e experiências das mulheres negras, frequentemente silenciadas pela narrativa oficial. Ao destacar sua coragem, inteligência e resistência, ela se torna um exemplo de que, mesmo diante das adversidades mais extremas, a luta pela dignidade e pelos direitos fundamentais é uma força transformadora capaz de inspirar gerações.

Em conclusão, a trajetória de Esperança Garcia ilustra não apenas a resistência do povo negro à opressão, mas também a relevância da memória histórica como instrumento de combate ao racismo. Ao revisitar e valorizar figuras como ela, reforçamos a necessidade de continuar a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde as vozes de todos sejam ouvidas e respeitadas.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural no Brasil: a busca por reparação histórica e a resistência.** 2022.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 35 – 58 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

Maria Ivoneide Leal

ALONSO, Ângela. **A estrutura de dominação racial na sociedade colonial**. 2021.

COSTA, Francisca Raquel da. *A carta de Esperança Garcia e os usos da memória da escravidão para a construção da identidade negra piauiense*. **Anais do III Seminário Internacional História e Historiografia. X Seminário de Pesquisa do Departamento de História**. Fortaleza: UFC, 2012.

DOSSIÊ ESPERANÇA GARCIA: **Símbolo de resistência na luta pelo direito**. Organização, Maria Sueli Rodrigues de Sousa... [et al.] Teresina – EDUFPI, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **A resistência das mulheres negras: a invisibilidade histórica e a luta por direitos**. 2018.

GONZALEZ, Lélia. **O empoderamento das mulheres negras e a construção de um futuro justo**. 2022.

LEAL, Maria Ivoneide. **Quando a esperança é símbolo de liberdade: um estudo sobre a história de Esperança Garcia e a construção de sua imagem**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História, pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Chapecó, 2021.

MALAFAIA; Evelyn Dias Siqueira. *A importância da representatividade negra na construção de identificação em crianças negras a partir de literatura infantojuvenil negra*. In: **X COPENE – Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros. (Re) Existência intelectual negra e ancestral – 18 anos de enfreitamento**. Uberlândia: UFU, 2018., p. 15.

MONTEIRO; Artemisa Odila Cande. **O processo de construção da identidade negra em Teresina: o caso do grupo afro-cultural coisa de nêgo**. Salvador: UFBA – Programa multidisciplinar de pós-graduação em estudos étnicos e africanos (Dissertação de mestrado), 2008.

NASCIMENTO, Beatriz. **A resistência das mulheres negras e a luta contra a violência e o racismo**. 2019.

OEIRAS, Joca. **Um rosto para Esperança Garcia**. Site Overmundo. Disponível em <<http://www.overmundo.com.br/overblog/um-rosto-para-esperanca-garcia>>. Acesso em 11/07/2024.

OLIVEIRA; Edvaldo Cesar da Silva. **O Reino Iorubá: A conquista histórica do Memorial Zumbi dos Palmares por meio dos movimentos sociais e sua importância na oferta de práticas de Lazer para comunidade negra em Teresina –PI**. Brasília: Universidade Católica de Brasília – Programa de Pós-Graduação em Educação Física (Tese em doutorado), 2019.

PANTA, Mariana e PALLISSER, Nikolas, Identidade Nacional Brasileira, versus Identidade Negra: reflexões sobre branqueamento, racismo e construções identitárias. **Revista Espaço Acadêmico- n.195- agosto /2017- mensal ano XVII- ISSN1519.6186. p.119**.

RIBEIRO, Djamila. **O racismo estrutural e a luta por igualdade: o impacto da resistência das mulheres negras no Brasil**. 2020.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 35 – 58 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

ESPERANÇA GARCIA: UM SÍMBOLO DE LUTA NA DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO

RICCI, Alvaro; MOORE, Carlos. **A luta e resistência das populações negras no Brasil**. 2022.

SANTOS, Bruna Letícia de Oliveira dos. **“Os brancos não falam a verdade contra mim. Porque ele é homem e não havia de passar o trabalho que as fêmeas passam”. Maria Rita e a interseccionalidade de mulheres escravizadas (comarca de Rio Pardo séc. XIX)**. São Leopoldo: PPGH/Unisinos (Mestrado em História), 2020.

SCHMIDT, Benito Bisso. *O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação*. In: **Anos 90**. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, n. 6, dezembro de 1996.

SCHWARCZ, Lilia. **O resgate das memórias históricas: a importância das vozes negras na história do Brasil**. 2021.

SILVA, Ana Beatriz da: **Coisa de mulher e “crioula”: um estudo sobre aprendizagens decoloniais em ONGs de mulheres negras**. Rio de Janeiro: PPGEDU/UFRJ (Dissertação de Mestrado em Educação), 2018.

SOUZA, Elio Ferreira de. *A carta da escrava ‘Esperança Garcia’ de Nazaré do Piauí: uma narrativa de testemunho precursora da literatura afro-brasileira*. In: **LITERAFRO** – www.letas.ufmg.br/literafro. Acesso em 11 de julho de 2024.

SOUZA, Elio Ferreira de. *Literatura Afrodescendente: da gênese dos relatos de experiências escritos pelos próprios escravos do Brasil, Cuba e Estados Unidos à tradição da narrativa autobiográfica contemporânea da diáspora e no periódico Cadernos Negros*. In: EUGÊNIO, João Kennedy. **Escravidão negra no Piauí e temas conexos**. Teresina: EDUFPI, 2014.

ZEN, Daniel Dalla. **A Construção de representações coletivas: A semiótica no estudo do patrimônio público em Chapeco /SC**. Chapecó: PPGH/UFS (Dissertação de mestrado), 2019.

“NA ORLA DOS SEPULCROS CAIADOS”: LIMA BARRETO, RIO DE JANEIRO E A REPÚBLICA DOS PRESSÁGIOS

Willians Alves da Silva¹

RESUMO

Este artigo busca fazer um exercício de reflexão histórica sobre o literato Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) e a sua escrita denunciadora, gestada, principalmente, nos anos iniciais da Primeira República brasileira (1903-1922). O estudo apropria-se historicamente da vida e da obra do escritor carioca para entender as novas dinâmicas políticas, culturais e sociais do Rio de Janeiro, ao tempo em que investiga como o autor de *Os Bruzundangas* (1922), inserido no lastro de “paladinos malogrados” e “mosqueteiros intelectuais”, promove uma série de críticas ao governo republicano e às suas instituições. Lima Barreto é responsável por uma vasta produção escrita (à *clef*) que aborda variados temas que vão desde questões pessoais até suas ideias sobre liberdade, justiça, igualdade, relações interracialis e a dinâmica social no Rio de Janeiro do final do século XIX e início do século XX. Com isso, o trabalho se debruça sobre o *corpus* documental de seus diários, correspondências (ativa e passiva), e publicações de crônicas. Conceitualmente, a pesquisa dialoga com autores como Beatriz Resende (2004), Lilia Moritz Schwarcz (2004), Nicolau Sevcenko (1989), Emília Viotti da Costa (2010), além de outros.

Palavras-chave: História. Lima Barreto. Primeira República. Escrita militante.

ABSTRACT

This article is an exercise in historical reflection on the writer Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) and his denunciatory writing, which was mainly produced in the early years of Brazil's First Republic (1903-1922). The study takes a historical approach to the life and work of the Rio de Janeiro writer in order to understand the new political, cultural and social dynamics of Rio de Janeiro, while investigating how the author of *Os Bruzundangas* (1922), inserted in the ranks of “failed paladins” and “intellectual musketeers”, promoted a series of criticisms of the republican government and its institutions. Lima Barreto is responsible for a vast body of writing (a *clef*) that deals with a variety of themes, ranging from personal issues to his ideas on freedom, justice, equality, interracial relations and the social dynamics of Rio de Janeiro in the late 19th and early 20th centuries. With this in mind, the work focuses on the documentary corpus of his diaries, correspondence (active and passive), and published chronicles. Conceptually, the research dialogues with authors such as Beatriz Resende (2004), Lilia Moritz Schwarcz (2004), Nicolau Sevcenko (1989), Emília Viotti da Costa (2010), among others.

Keywords: History. Lima Barreto. First Republic. Militant writing.

¹ Doutorando em História do Brasil pelo Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí – PPGHB/UFPI. Mestre em História do Brasil pela mesma instituição. E-mail: williansalves@ufpi.edu.br.

**“NA ORLA DOS SEPULCROS CAIADOS”:
LIMA BARRETO, RIO DE JANEIRO E A REPÚBLICA DOS PRESSÁGIOS**

**“AL BORDE DE SEPULCROS ENCALADOS”: LIMA BARRETO, RIO DE JANEIRO
Y LA REPÚBLICA DE LOS PRESAGIOS**

RESUMEN

Este artículo es un ejercicio de reflexión histórica sobre el literato Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) y su obra de denuncia, que se desarrolló principalmente en los primeros años de la Primera República (1903-1922). El estudio aborda históricamente la vida y la obra del escritor carioca para comprender las nuevas dinámicas políticas, culturales y sociales de Río de Janeiro, al mismo tiempo que investiga cómo el autor de *Os Bruzundangas* (1922), inserto en las filas de los «paladines fracasados» y de los «mosqueteros intelectuales», promovió una serie de críticas al gobierno republicano y a sus instituciones. Lima Barreto es responsable de una vasta obra escrita (à clef) que aborda diversos temas, desde cuestiones personales hasta sus ideas sobre la libertad, la justicia, la igualdad, las relaciones interraciales y la dinámica social de Río de Janeiro a finales del siglo XIX y principios del XX. Para ello, el trabajo se centra en el *corpus* documental de sus diarios, correspondencia (activa y pasiva) y crónicas publicadas. Conceptualmente, la investigación dialoga con autores como Beatriz Resende (2004), Lilia Moritz Schwarcz (2004), Nicolau Sevcenko (1989), Emília Viotti da Costa (2010), entre otros.

Palabras clave: Historia. Lima Barreto. Primera República. Escritura militante.

Introito: à guisa de um panorama histórico

A segunda metade do século XVII e, principalmente o século XVIII, foram palco de mudanças profundas em muitas sociedades. Com o despontamento do *Enlightenment* e as suas iniciativas – a concepção da pessoa humana como indivíduo totalmente centrado², a supervalorização da razão, a humanidade enquanto totalidade –, as regras e os códigos políticos, pensados até então para gerir e respaldar monarquias absolutistas, começaram a ruir, colocando em xeque muitas formas de governos e instituições. Os Estados absolutistas passaram, então, a enfrentar o considerável avanço dos liberalismos, ao tempo em que assistiam os pilares mercantilistas desmoronarem. A Independência das Treze Colônias em 1776 e, posteriormente, a Revolução Francesa e a Revolução de *Saint-Domingue* provaram que os ideais de *liberté, égalité e fraternité* ganhavam cada vez mais fôlego, tornando-se catalisadores na derrocada de sistemas milenares, como o *Ancien Régime*.

Com a chegada de Napoleão Bonaparte ao poder francês, o mundo presenciou a proliferação de um expansionismo violento e a ascensão de novos códigos morais e civis.

² HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020, p. 10.
Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 59 – 78 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

Aplicando severas sanções e embargos econômicos às nações que descumprissem o Bloqueio continental – que castigava o império britânico, – Napoleão daria início a uma série de fugas às Coroas. Em 1808, pelo brusco movimento de peças-chave no tabuleiro político da Europa, algumas nações teriam seus destinos traçados, principalmente as nações ibéricas. A partir de 1812, Espanha, sob a égide governamental de José Bonaparte e a destituição do monarca Fernando VII, assistiria a um amontado de complicações em Cádiz. Em Portugal, o descumprimento ao bloqueio de 1806 levaria tropas napoleônicas à invasão do território lusitano, tendo como resultado a fuga da família real para terras brasileiras (uma de suas mais lucrativas colônias).

Esse pequeno panorama histórico serve para ilustrar e alargar o entendimento de nossa própria história, posto que nenhum evento histórico se fecha sobre si mesmo. Muitos dos desdobramentos políticos no Brasil dos séculos XVIII e XIX, e até depois, foram consequências diretas ou indiretas das efervescências políticas e das manobras de poderes escalonados, principalmente, no continente europeu. Não se procura com tais observações monopolizar a crise política na Europa como a responsável “legítima” para os muitos desdobramentos políticos ocorridos nas Américas. Os movimentos e desequilíbrios políticos processados na Europa ocidental, frisa-se, são apenas alguns dos muitos estratos e camadas que ajudam a perceber e entender o complexo histórico de muitas outras experiências.

Isso posto, todo esse cenário político, todas essas específicas condições históricas nos possibilitam entender muitas das transformações ocorridas no Brasil. O Rio de Janeiro, por exemplo, remodelado para ser a capital que atenderia aos reis, experimentaria com o avanço liberal (ainda que sob o regime autoritário de monarcas e regentes) um lastro de transformações urbanas, de mudanças sociais e de aberturas culturais e institucionais. A capital, no entanto, não atenderia plenamente aos desejos de liberdade, de igualdade e de fraternidade. Preservando o regime da escravidão, sustentando desigualdades e perpetuando todos os tipos de exclusões e preconceitos, a cidade carioca, que mais parecia um protótipo de *Luzes* bruxuleantes, serviria como *perfectam exemplum* de marginalização. Sepulcro caiado, o Rio de Janeiro, que sediou importantes decisões políticas e administrativas na época do Império e da República, ostentaria em sua superfície os homens de letras, os mosqueteiros intelectuais, as oligarquias, os positivismos, as grandes instituições e corporações, as administrações patrimoniais e burocráticas. Por dentro, no entanto, no mais desvelado de seu âmago, a capital continuaria a ser corroída por vermes ideológicos, por *bovarismos* e por darwinismos. Rio de Janeiro, capital,

“NA ORLA DOS SEPULCROS CAIADOS”: LIMA BARRETO, RIO DE JANEIRO E A REPÚBLICA DOS PRESSÁGIOS

belle époque, demolições³, desapropriações. Eis a grande cidade-máquina de gerar política e viabilizar exclusões.

“Com uma navalha nas phrases”⁴: Lima Barreto denuncia o abismo

Temática profícua e de interesse intelectual, a vinda do rei português Dom João VI ao Brasil e sua estadia no Rio de Janeiro estiveram presentes nos escritos de muitos literatos brasileiros, tantos dos que vivenciaram a experiência do Império brasileiro quanto dos que assistiram aos últimos presságios da monarquia, passando a experimentar o novo modelo político republicano. Este último exemplo serve bem para ilustrar os condicionamentos sociais, políticos e culturais do escritor carioca Afonso Henriques de Lima Barreto, literato que manteve uma escrita denunciativa sobre as novas estruturas políticas e administrativas do Brasil republicano. O professor Allan H. Pasco (2015)⁵, em artigo intitulado *Literature as Historical Archive*, explica que, embora os escritos literários não forneçam normalmente informações exatas e/ou precisas sobre discursos e leis, eles servem particularmente para compreender novas e expressivas camadas dos sujeitos e das sociedades, como opiniões, atitudes comuns e mesmo singulares aspectos da vida cotidiana.⁶ Dessa forma, a fonte literária pode fornecer uma janela fiável para o passado, trazendo nova luz à nossa percepção histórica. Segundo Robert Darnton (2016), historiador algum consegue entrar na consciência dos sujeitos históricos. Porém, com documentação suficiente, pode-se detectar padrões de pensamento e ação.⁷

³ No início do século XX, havia muita controvérsia sobre a demolição do Morro do Castelo, no Rio de Janeiro, em que opiniões se valiam de argumentos como a falta de higiene e o atraso que representava; para outros, significava a destruição da própria memória da cidade. Crítico assíduo do seu desmonte, Lima Barreto escreveria um artigo na revista *Careta*, de 28 de agosto de 1920, chamado “*Megalomania*”, no qual “chamava atenção para o descaso com a precariedade das habitações da população mais pobre, considerando que, por consequência, deixaria milhões de desabrigados”. In: SIMAS, Daniele. O desmonte do Morro do Castelo. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/noticias/o-desmonte-do-morro-do-castelo>. Acesso em 10 de julho de 2024.

⁴ A frase é de Carlos Maul. No dia 26 de abril de 1925 – três anos e cinco meses após a morte do escritor carioca Afonso Henriques de Lima Barreto – o jornal paulista *A Tribuna* publicou uma espécie de tributo fúnebre a Lima Barreto. In: MAUL, Carlos. Lima Barreto, desconhecido. *A Tribuna*. Santos, domingo, 26 de abril de 1925, ano XXXII, p. 02.

⁵ PASCO, Allan H. Distinguished Professor of Nineteenth-Century Literature - University of Kansas, KU, Department of French and Italian.

⁶ PASCO, ALLAN H. *Literature as Historical Archive*. New Literary History, Volume 35, Number 3, Summer 2004, pp. 373-394 (Article), p. 373. Disponível em: https://kuscholarworks.ku.edu/bitstream/handle/1808/16339/Pasco_Literature_as_Historical_Archive_2004.pdf;jsessionid=FFC240847FDE46499CCDA6BDF6B40D16?sequence=1. Acesso em 26 de julho de 2024.

⁷ DARNTON, Robert. *Censores em ação: como os estados influenciaram a literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 07.

Nascido no Rio de Janeiro a 13 de maio de 1881, e filho de pais mestiços, Afonso Henriques de Lima Barreto, por influência direta ou por afinidade eletiva, inscreve-se entre os raros herdeiros de Machado de Assis, não podendo seguir as trilhas do mestre por conta dos azares da fortuna e do temperamento⁸. Acrescenta-se, como observa Massaud Moisés (2016), que Lima Barreto se formou e criou a sua obra no ambiente efervescente da *belle époque*; no entanto, a despeito de sua extensa e expressiva obra, o literato permaneceu no anonimato logo após a sua morte, em 01 de novembro de 1922. O escritor foi somente resgatado dos escombros do esquecimento na década de 1950, graças à edição e publicação de suas obras completas organizadas por Francisco de Assis Barbosa, que se tornaria um de seus primeiros biógrafos. Segundo ainda Massaud, há em Lima uma sofreguidão, uma “operosidade eruptiva”, alheia aos golpes do método, a lançar chispas pra todos os lados, “como fogos de artifício que rápido brilham e rápido se apagam”.⁹

Lima Barreto é responsável por uma vasta produção escrita¹⁰, que inclui contos, romances – a maioria pertencente ao estilo *roman à clef* –, artigos de jornal, crônicas, ensaios, correspondências, diários; documentos que abordam variados temas que vão desde questões pessoais até suas ideias sobre liberdade, justiça, igualdade, relações interracialis e a dinâmica social no Rio de Janeiro do final do século XIX e início do século XX. O escritor fazia observações até de eventos mais antigos sobre a cidade. Em seu *Diário Íntimo*, à guisa de exemplo, Lima trazia alguns apontamentos sobre o traslado da Corte ao Brasil. A nota é do ano de 1904:

Dom João VI no Brasil [...]
Escolas superiores. A colônia artística. A cultura musical. [...].
Construções. Criações de novas capitânias. Regime das minas[...].
Modificações na vida comum. Aumento de esplendor. Teatros. Festas religiosas. Trajes. [...]. **Transformação. Museu Nacional.** Relações com o vice-reinado de Buenos Aires [...]. **A escravatura. Leis relativas. Aumento progressivo. Relações entre senhores e escravos. Tronco.** [...]. **Cantos de senzala.** Caráter dos negros. **Mulatos.** [...]. Viajantes estrangeiros. **Capacidade dessa gente pra civilizar-se.** (grifo meu).¹¹

⁸ MASSAUD, Moisés. **História da literatura brasileira, vol. II: do Realismo à Belle Époque.** São Paulo: Cultrix, 2016, p. 485.

⁹ Ibidem., p. 486.

¹⁰ Segundo Beatriz Resende, o conjunto da obra de Lima Barreto transita entre três planos: o plano ficcional, o plano histórico e o plano autobiográfico. In: RESENDE, Beatriz. **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora UNICAMP, 1993, p. 19-20.

¹¹ BARRETO, Lima. [Diário íntimo]. **Obra reunida** – volume 02. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021. ASSIS BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). Com a colaboração de Antônio Houaiss e M. Cavalcanti Proença. Obras de Lima Barreto. *Diário Íntimo: memórias.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p. 42-43.

“NA ORLA DOS SEPULCROS CAIADOS”: LIMA BARRETO, RIO DE JANEIRO E A REPÚBLICA DOS PRESSÁGIOS

Observa-se inicialmente na escrita de Lima Barreto um enfoque nas mudanças urbanas, principalmente no que diz respeito às transformações na infraestrutura e no fomento às novas instituições políticas e culturais na *urbs* carioca¹². Com as reformas ilustradas encabeçadas por Sebastião José de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal, – o Rio de Janeiro, em 1763, passou a ser a capital do Brasil, substituindo Salvador. Com a fuga da Família Real portuguesa, a cidade carioca elevaria ainda mais o seu *status*, sendo promovida também à Capital do Império português. A vinda da Corte deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. Esboçava-se, a partir de tais acontecimentos, uma nova vida cultural, com a chegada da imprensa, da circulação de livros e do acesso a diferentes ideias. Em setembro de 1808, veio a público o primeiro jornal editado na Colônia, *A Gazeta do Rio de Janeiro*; abriram-se também teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas, para atender as demandas da Corte e de uma população urbana em rápida expansão.¹³

A “escravatura”, como pontuava Lima Barreto no excerto, era uma questão que não estaria tão resolvida assim, mesmo após os eventos de 1888. “Leis relativas”, ironizava. Segundo observa Lilia Moritz Schwarcz (2011), o enraizamento da monarquia portuguesa em terras tropicais, o prolongamento da permanência da Corte no Brasil e o papel assumido pelo novo Reino Unido condicionariam todo o movimento de independência, o qual, conservador, optou por preservar a centralização, não tocando no regime de mão de obra escravocrata espalhada por todo o território.¹⁴ De acordo Emília Viotti da Costa (2010), ao inaugurar o século XIX o sistema colonial tradicional entrou em crise. A Revolução Industrial que se operava na Europa, o avanço de ideais de cunho liberal e o desenvolvimento das novas formas de capitalismo, bem como o processo de emancipação política das colônias americanas alteraram

¹² Como sede do Império, o Rio de Janeiro assistiu à instalação de uma série de instituições político-jurídicas e econômicas, tais como: o Ministério e o Conselho de Estado, o Desembargo do Paço, a Casa de Suplicação, a Intendência da Polícia, a Mesa de Consciência e Ordens, o Erário Régio, o Conselho Real de Fazenda, a Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação e o Banco do Brasil. Nos campos educacional, científico e cultural instalaram-se instituições como a Academia Real de Marinha (1808), a Academia Real Militar (1810), os cursos de Economia, Agricultura e Química (1808/1810), a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, a Biblioteca Pública (1810), o Real Jardim Botânico (1810), a Missão Artística Francesa (1816), os Cursos Médico-Cirúrgicos do Rio de Janeiro e da Bahia (1808) e o Museu Real (1818). In: GONDRA, José Gonçalves. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 24.

¹³ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019, p. 109.

¹⁴ COSTA E SILVA, Alberta da (Coord.). **Crise colonial e independência: 1808-1830**. História do Brasil nação: 1808-2010. SCHWARCZ, Lilia Moritz (direção). Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 14.

profundamente o esquema tradicional. Novas técnicas de domínio e exploração substituíram as antigas relações entre colônias e metrópoles.¹⁵

Em 1822 o Brasil emancipava-se politicamente, no entanto, as estruturas econômicas e tradicionais se mantinham em suas grandes linhas. Pressionado pelos interesses internacionais, de um lado, controlado pelos representantes dos setores agrários, de outro, e impossibilitado de desenvolver outros tipos de economias, o país continuava ligado às formas tradicionais de exploração de terra: “permaneciam as culturas do tipo extensivo, os latifúndios, o trabalho escravo, [...] todo o quadro, enfim, da agricultura colonial.”¹⁶ O desenvolvimento da cultura cafeeira veio reforçar ainda mais o quadro, tornando mais remotas as possibilidades ao trabalho livre. Com o avanço das políticas liberais e das novas demandas econômicas, sociais e jurídicas, impulsionadas após a Era das Revoluções¹⁷, leis que tratavam sobre a escravidão e os seus limites no Brasil começaram a surgir: Lei Feijó (1831), a Lei Eusébio de Queiroz (1850), Lei Nabuco de Araújo (1854), Lei do Ventre Livre (1871), Lei dos Sexagenários (1885). A lei de 13 de maio de 1888 veio dar o golpe de morte numa economia em crise e significou, para a maioria dos fazendeiros cafeeiros, a perda de *status*. Com a abolição, houve um deslocamento do poder político; acelerou-se, dessa forma, a decadência da oligarquia tradicional que detivera o poder durante as tramas políticas do Império.¹⁸

Em 1889 era proclamada a República. O poder econômico começava a concentrar-se em áreas mais dinâmicas. Tinham-se aperfeiçoado os métodos de beneficiamento de café, construído ferrovias que revolucionaram o sistema de transportes e experimentara-se o trabalho livre. Formava-se, a partir desses novos mecanismos políticos e econômicos, uma nova oligarquia que iria controlar o poder político durante a Primeira República. Com a Abolição, apesar dos vaticínios sombrios e da desorganização do trabalho e decadência rápida de certas áreas, o ritmo de desenvolvimento econômico do país acelerou-se. No entanto, as péssimas condições de vida de muitos trabalhadores permaneceram. As novas oportunidades foram aproveitadas pela emergência dos imigrantes; os ex-escravos, porém, marcados pelo lúgubre legado da escravidão, não conseguiriam – salvo raríssimas exceções – competir com o

¹⁵ DA COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 273-274.

¹⁶ Ibidem., p. 275-276.

¹⁷ Referência à obra do historiador Eric J. Hobsbawm, **A Era das Revoluções** (1962).

¹⁸ DA COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 342.

“NA ORLA DOS SEPULCROS CAIADOS”: LIMA BARRETO, RIO DE JANEIRO E A REPÚBLICA DOS PRESSÁGIOS

estrangeiro no mercado de trabalho. A grande maioria continuou como trabalhador de enxada, num estilo de vida tão precário quanto ao de outrora.¹⁹

Observando tais incongruências e limites na questão da Abolição, Lima Barreto, negro, não deixou de observar e registrar em seus diários e crônicas muito dos antagonismos políticos e jurídicos a que a nação brasileira vivia acometida. Crítico assíduo de seu tempo, o ferrão de sua escrita denunciava, por exemplo, os letrados e políticos que se aproveitaram da causa do 13 de maio para a autopromoção. Em registro do dia 02 de fevereiro de 1905, na ocasião da morte do jornalista José do Patrocínio (1853-1905), Lima censurava a comoção pública de sua morte, bem como o título que Patrocínio recebera, o de “alma da Abolição”. O escritor destacava em seu diário:

Quem conheceu o Patrocínio como eu o conheci, lacaio de todos os patoteiros, alugado a todas as patifarias, sem uma forte linha de conduta nos seus atos e nos seus pensamentos, não acredita que pudesse ter sido, como dizem, o apóstolo da Abolição. [...] Ele se serviu da coisa como um meio de arranjar facilmente dinheiro, explorou-a em seu proveito, na parte pecuniária e na parte gloriosa. A lei de 13 de maio vinha de longe, era convicção da nação a injustiça da escravidão, não precisava de jornalistas nem evangelizadores para mostrar-lhe a injustiça. (grifo meu).²⁰

Lima Barreto continua o registro observando que o sentimento de “ilegalidade” diante da questão escravista foi se espalhando pelo país e teve aumento extraordinário depois da guerra do Paraguai. Com a lei dos sexagenários ocorreu a mesma coisa. “E, quando já era quase universal no Brasil esse amargo sentimento” – pontua o escritor – “é que apareceu seu Patrocínio, que, sem honestidade e sem grandeza, aproveita-se da história e, pelo “jornalismo”, consegue ser elevado à altura de um apóstolo [...]”.²¹

Os constantes exemplos de descasos com a população negra recém liberta, em um país que lhes negava todo tipo de assistência, compõem ainda o panorama crítico da escrita- protesto em Lima Barreto. Para Emília Viotti (2010), como a Abolição resultara mais do desejo de livrar o país dos inconvenientes da escravidão do que de emancipar, de fato, o escravo, as camadas sociais dominantes não se ocuparam do negro e de sua integração na sociedade de classes. Assim, o ex-escravo foi abandonado à sua própria sorte²²: “É singular que, fazendo eles a

¹⁹ Ibidem., p. 342-343.

²⁰ BARRETO, Lima. [Diário íntimo]. **Obra reunida** – volume 02. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021. ASSIS BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). Com a colaboração de Antônio Houaiss e M. Cavalcanti Proença. Obras de Lima Barreto. **Diário Íntimo**: memórias. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p. 98.

²¹ Ibidem., p. 98.

²² DA COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 9.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 343.

República (os oficiais), ela não a fosse de tal forma liberal, que pudesse dar um lugar de professor a um negro. É singular essa República” – escrevia Lima Barreto, em 10 de janeiro de 1905.²³

O caso de João Henriques de Lima Barreto, pai de Lima Barreto, ilustra bem o descaso com a população negra no contexto da inauguração do regime republicano no Brasil – situação agravada para aqueles que estavam vinculados, de alguma forma, à antiga administração imperial. João Henriques, monarquista, possuía certo cabedal de conhecimentos, tendo boa formação em humanidades; era também autodidata, tendo feito exames preparatórios no Colégio Pedro II e prestado o vestibular na Faculdade de Medicina. Não prosseguiu nos estudos por falta de recursos e pela necessidade de ganhar a vida. Ainda menino, sob o regime de um Rio de Janeiro imperial, João Henriques entrou para o Imperial Instituto Artístico, onde aprendeu os ofícios de compositor e litógrafo. Trabalhou primeiro nas oficinas do *Jornal do Comércio*, e depois nas d’*A Reforma*, órgão do Partido Liberal. Foi nesse contexto que conheceu o futuro Visconde de Ouro Preto, que se tornaria seu protetor e compadre, além de padrinho de casamento (1878) e padrinho de seu segundo filho, Afonso Henriques de Lima Barreto.

Em 1878, João Henriques foi nomeado por Afonso Celso, então ministro da Fazenda, para a Imprensa Nacional, como operário de primeira classe (mais tarde é feito mestre de composição). Acompanhando o compadre de Ouro Preto, foi ainda chefe das oficinas da Tribuna Liberal, nos últimos tempos da monarquia. Com o advento da República, e por conta desse vínculo, acabou sendo demitido do seu emprego público. Em 1902 acontece a grande desgraça doméstica que irá assombrar a vida de Lima Barreto. O pai enlouquece. A forma como João Henriques fora tratado pelo regime da República, e as penúrias advindas disso, despertaram em Lima Barreto uma amargura sem precedentes pelo novo governo. Diagnosticado com neurastenia nervosa²⁴, João Henriques de Lima Barreto ficara sob os cuidados do filho Lima, que se tornara arrimo de sua família. Os apertos financeiros, as tentativas de sanar as antigas dívidas do pai, as constantes mudanças de lugar, as dificuldades domésticas e os muitos aborrecimentos burocráticos foram alguns dos infindáveis problemas

²³ BARRETO, Lima. [Diário íntimo]. **Obra reunida** – volume 02. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021. ASSIS BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). Com a colaboração de Antônio Houaiss e M. Cavalcanti Proença. Obras de Lima Barreto. **Diário Íntimo**: memórias. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p. 82.

²⁴ João Henriques de Lima Barreto recebe o diagnóstico de “neurastenia cerebral”, termo genérico para diversos transtornos mentais.

“NA ORLA DOS SEPULCROS CAIADOS”: LIMA BARRETO, RIO DE JANEIRO E A REPÚBLICA DOS PRESSÁGIOS

que Lima Barreto precisou enfrentar a partir de então. As trocas de correspondências com João Paulo Teixeira (senhorio), em 1903, evidenciam um pouco o drama experimentado por Lima:

Rio de Janeiro, 25 de março de 1903.

Amigo Doutor João Paulo da Rocha

Era de longa data a residência que meu pai e minha família faziam na vossa casa, sita no lugar do Carico da ilha do Governador [...]. Pois bem; anos correram e em setembro de 1902, meu pai, afetado de moléstia nervosa (neurastenia cerebral, segundo opiniões dos doutores [...]), viu-se na contingência de transferir, temporariamente, a sua residência para o Engenho Novo [...], onde se demorou cerca de dois meses e meio, findos os quais, por prescrição médica, voltou à ilha, residindo em vossa casa. Óbvio seria aqui notar-vos que, para uma família que vivia dos minguados recursos que um mesquinho ordenado dava, transtornos na sua economia causaram tão dispendiosas mudanças e acréscimo de despesas provindos do habitar a cidade, onde a vida é bastante cara. Motivo foi esse pelo qual meu Pai, anteriormente tão pontual, não pôde satisfazer o pagamento do segundo semestre na época regimental [...].²⁵

68

O fragmento expõe Lima Barreto tentando negociar as dívidas pendentes deixadas pelo pai, ao tempo em que manobrava o preço dos aluguéis. Como explica Francisco de Assis Barbosa (1956), essa troca de cartas entre inquilino e senhorio põe em evidência um dos aspectos trágicos vivenciados pela família do escritor. Segundo o próprio Lima, este histórico do referido acontecido proporcionou à vida econômica da família um conjunto de desgraças: “por isso, nas mais duras das contingências, meu pai [...] foi obrigado a suspender a execução dos seus compromissos, não porque lhe faltasse a vontade e a consciência do dever, mas sim pela completa falta de recursos [...]”.²⁶

Após a doença do pai e a sua consequente demissão do emprego, Lima Barreto, como pontuado, passou a ser o pilar financeiro de sua casa, pesando uma grande responsabilidade sobre o escritor que lutava por um lugar de renome na intelectualidade de um Rio de Janeiro que abrigava “mosqueteiros intelectuais”. A trajetória do próprio Lima e o seu esforço hercúleo para se estabelecer enquanto literato celebrado foi atravessada de intensos contrastes e contragostos. Em 1897, depois de concluir os exames preparatórios no Ginásio Nacional, Lima Barreto matriculou-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde iniciou o curso de Engenharia. Em 1903, quando ainda estava no terceiro ano da formação – e passando por enormes dificuldades acadêmicas (com notas baixíssimas nas disciplinas de cálculo) – foi obrigado a abandonar o curso devido à enfermidade do pai. A partir desse momento, Lima

²⁵ BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). **Obras de Lima Barreto**. Correspondência ativa e passiva [v. 01, vol. 02], São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p. 41-42.

²⁶ Ibidem., p. 42-43.

assumiria o sustento da família (do pai e de mais três irmãos). No ano de 1904 prestou concurso para o Ministério da Guerra, exercendo o cargo de escriturário até o seu aposento. As dívidas, no entanto, eram muitas. Os escritos e notas deixados pelo autor revelam detalhes dessa condição. Em carta enviada ao editor e escritor Carlos Viana, Lima Barreto expunha: “Estou perfeitamente arreventado. Vê se me arranja uns trinta mil-réis”.²⁷ Enfrentando os problemas da aposentadoria paterna²⁸, Lima Barreto confessava suas muitas dificuldades ao Diretor do Tesouro. Em carta enviada no ano de 1904, o escritor confessava:

Não será preciso, creio, muito esforço de pensamento para que Vossa Excelência calcule as dificuldades que sobrevêm à vida, à marcha e à economia de uma família que, vivendo de recursos oriundos de modesto ordenado de seu chefe, se vê, de uma hora para outra, constrangida a viver com menos da metade desse ordenado... Vossa Excelência imaginará como isso é difícil? Agora Vossa Excelência verá quanto mais difícil é, para essa gente, viver com coisa nenhuma! Não há negar: é horroroso. Pois bem, foi êsse o caso de meu Pai até dezembro de 1903, quando, por êsse tempo, eu fui nomeado amanuense da Secretaria da Guerra, emprêgo do qual vou tirando alguns recursos para sustentar a minha numerosa família. Entretanto, com serem escassos e apoucados, êsses recursos são provisórios, transitórios, dependem do meu estado civil, da minha saúde, da minha vida, a cujas contingências, não deve, creio, estar adstricto um funcionário com mais de vinte anos de serviço.²⁹

O fragmento expõe as angústias cotidianas de Lima Barreto e a precária condição financeira enfrentada pela sua numerosa família. Sem o emprego do pai, Lima se viu com menos da metade dos ordenados. Observa Nicolau Sevcenko (1989), que o advento da República fora uma experiência que marcara de forma incisiva e traumática Lima Barreto. Desde a exoneração de João Henriques do seu cargo público, logo nos dias que se seguiram ao desfile de Deodoro, o novo regime político só lhe trouxera uma série de inapeláveis desgraças familiares e pessoais. O autor, porém, nunca ocultou o seu profundo desgosto com a nova ordem, que considerava como fonte de todos os infortúnios que acometiam a nação³⁰: “é notório

²⁷ BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). **Obras de Lima Barreto**. Correspondência ativa e passiva [v. 01, vol. 02], São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p. 52.

²⁸ Segundo documentos existentes no arquivo do Ministério da Fazenda, verificou-se que o decreto da aposentadoria de João Henriques foi assinado pelo presidente da República em 2 de novembro de 1903. Só a 12 de julho de 1904 – mais de um ano depois – expediu-se o título de aposentadoria. De operário da Imprensa Nacional a administrador das Colônias de Alienados da ilha do Governador, o pai de Lima Barreto contou, ao todo, vinte e dois anos, dez meses e dois dias de serviço público. Aposentou-se com vencimento anual de 1:827\$111. In: BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). BARRETO, Lima. **Obras de Lima Barreto**: correspondência, tomo I. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

²⁹ BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). **Obras de Lima Barreto**. Correspondência ativa e passiva [v. 01, vol. 02], São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p. 57-58.

³⁰ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 125.

“NA ORLA DOS SEPULCROS CAIADOS”: LIMA BARRETO, RIO DE JANEIRO E A REPÚBLICA DOS PRESSÁGIOS

que aos governos da República do Brasil faltam duas qualidades essenciais a governos: majestade e dignidade”.³¹ Para o escritor, seria a República da Bruzundanga – “A Bruzundanga era um sarcófago de mármore, ouro e pedrarias, em cujo seio, porém, o cadáver mal embalsamado do povo apodrecia e fermentava”.³²

Outrossim, Lima denunciava a degeneração cultural que havia invadido a República, sobretudo com os efeitos do jornalismo sobre as consciências e a literatura. O processo de decadência intelectual e o de “glorificação das mediocridades” foi acompanhado com dissabor pelo escritor carioca.³³ “É incrível a ignorância dos nossos literatos; a pretensão que eles possuem não é secundada por um grande esforço de estudos e reflexão”³⁴ – insinuava Lima em registros de 1905. O escritor desdenhava, inclusive do diplomata Ruy Barbosa: “É um perfeito retórico esse tal Ruy, glória do Brasil e honra da América do Sul.”³⁵ Lima observava nestas mesmas notas que, pelos dias 16 a 20 de novembro, Ruy Barbosa havia publicado uma carta na *Tribuna*, fazendo considerações sobre os gloriosos acontecimentos dos dias 14 e 15 do referente mês. Segundo o literato carioca, o político afirmara “que a noite de 14 fora prenhe de ameaças, mas que a providência divina, protegendo o Brasil, permitira que a manhã de 15 fosse clara, radiante e azulada, como convinha a uma manhã cheia de boas novas...”³⁶ O fato era, lembrava o autor de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, que na manhã de tal dia havia chovido muito, e “foi feíssima, haja visto o testemunho dos que viveram e viram. Como a retórica exigia, lá vai pura, azulada e radiante”.³⁷

A corrosão da literatura, da sua capacidade expressiva e significação cultural foi sentida por Lima Barreto – assim como o foi com Euclides da Cunha – principalmente através da crítica, obcecada pelos rigores gramaticais.³⁸ Indagador assíduo de Floriano Peixoto e do florianismo, Lima Barreto renovaria sua carga de rancor contra Hermes da Fonseca e o herminismo,

³¹ BARRETO, Lima. [Diário íntimo]. **Obra reunida** – volume 02. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021. ASSIS BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). Com a colaboração de Antônio Houaiss e M. Cavalcanti Proença. Obras de Lima Barreto. *Diário Íntimo*: memórias. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p. 48.

³² BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). **Obras de Lima Barreto**. Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p. 268.

³³ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 126.

³⁴ BARRETO, Lima. [Diário íntimo]. **Obra reunida** – volume 02. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021. ASSIS BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). Com a colaboração de Antônio Houaiss e M. Cavalcanti Proença. Obras de Lima Barreto. *Diário Íntimo*: memórias. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p. 99.

³⁵ Ibidem., p. 84-85.

³⁶ Ibid., p. 85.

³⁷ Ibid., p. 85.

³⁸ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 126.

“estigmatizando cabalmente o jacobinismo, a intervenção dos militares na política e de forma geral todo e qualquer tipo de violência que se manifestasse no interior da sociedade”.³⁹ Em uma nota de 1904 em seu *Diário íntimo*, Lima refletia sobre o medo que o país lhe causava:

Este caderno esteve prudentemente escondido trinta dias. Não fui ameaçado, mas temo sobremodo os governos do Brasil. Trinta dias depois, o sítio é a mesma coisa. Toda a violência do governo se demonstra na ilha das Cobras. Inocentes vagabundos são aí recolhidos, surrados e mandados para o Acre. Um progresso! Até aqui se fazia isso sem ser preciso estado de sítio; o Brasil já estava habituado a essa história. Durante quatrocentos anos não se fez outra coisa pelo Brasil. Creio que se modificará o nome: estado de sítio passará a ser estado de fazenda. De sítio para fazenda, há sempre um aumento, pelo menos no número de escravos.⁴⁰

Pelo trecho, o autor estava fazendo alusão aos acontecimentos políticos de 1904 no Brasil. No início do século XX, no Rio de Janeiro, diligências em torno do combate a diversas doenças davam início a uma série de polêmicas no país. A campanha de combate à varíola resultou, em novembro de 1904, em uma revolta popular e militar chamada de Revolta da Vacina, ou Quebra-Lampiões. O movimento se organizava como um protesto contra a lei da obrigatoriedade da vacina em massa, instituída pelo prefeito Pereira Passos, e colocada em prática pelo então Diretor Geral de Saúde Pública, Oswald Cruz – contratado para combater os surtos de doenças que castigavam e amedrontavam o país, a exemplo da varíola e da febre amarela. Entre os dias 10 e 16 de julho de 1904, inúmeros protestos aconteceram, até que o então presidente Rodrigues Alves mobilizou o exército e decretou estado de sítio ao país.

Os episódios da Revolta da Vacina podem ser vistos na escrita particular de Lima Barreto. Em suas notas de 1904 para o *Diário Íntimo*, o escritor detalhava:

Eis a narrativa do que se fez no sítio de 1904. A polícia arrepanhava a torto e a direito pessoas que encontrava na rua. Recolhia-as às delegacias, depois juntavam na Polícia Central. Aí, violentamente, humilhanamente, arrebatavam-lhes os cós das calças e as empurrava num grande pátio. Juntadas que fossem algumas dezenas, remetia-as à ilha das Cobras, onde eram surradas desapidadamente.⁴¹

No lastro de sua memória, Lima Barreto via o movimento embebecido de grotesca violência, vexames e humilhações. Um terror sob tons: “O Terror do Alves; o do Floriano foi

³⁹ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 126-127.

⁴⁰ BARRETO, Lima. [Diário íntimo]. **Obra reunida** – volume 02. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021. ASSIS BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). Com a colaboração de Antônio Houaiss e M. Cavalcanti Proença. Obras de Lima Barreto. **Diário Íntimo**: memórias. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p. 49.

⁴¹ Ibidem., p. 49.

“NA ORLA DOS SEPULCROS CAIADOS”: LIMA BARRETO, RIO DE JANEIRO E A REPÚBLICA DOS PRESSÁGIOS

vermelho; do Prudente, branco, e o Alves, incolor, ou antes, de tronco de bacalhau”.⁴² A Revolta da Armada (1891-1894) também foi captada pela sua escrita mais particular. Em registro do dia 21 de setembro de 1893, Lima descrevia:

Infelizmente não posso lá ir. Corre o boato que a ilha está armada pelos revoltosos. Mande-me algum dinheiro, recebi sua carta de 19. Não sei em que dará isso, o fim há de ser feito. Aqui passamos como porcos, dormindo, comendo e brincando. O senhor deve saber que a “República” saiu para Santos com dois navios da Frigorífica e duas torpedeiras. Anteontem houve um combate, no qual morreu um soldado e feriram-se muitos.⁴³

72

Uma revolta de “caráter desagradável”, completava Lima Barreto o seu raciocínio. Não se deixavam entrar navios, nem sair: “o que será de nós? Morremos de fome. Os revoltosos já são senhores da Armação”.⁴⁴ As balas continuavam a chover em Niterói. As famílias que moravam no litoral abandonavam aos poucos as suas casas. Corria o boato de que a ilha estaria tomada. “Adeus. Lembrança a todos” – finalizava Lima Barreto apressado e aflito.

“Como ainda estamos longe de ser livres! Como ainda nos enleamos nas teias dos preceitos”⁴⁵

Porque... o que é verdade na raça branca, não é extensivo ao resto; eu, mulato ou negro, como queiram, estou condenado a ser sempre tomado por contínuo. Entretanto, não me agasto, minha vida será sempre cheia desse desgosto e ele far-me-á grande.

Lima Barreto, 26 de dezembro de 1904.

Até os anos de 1860 as ideias antiescravistas encontraram escassa repercussão perante a opinião pública.⁴⁶ Os projetos políticos apresentados ao parlamento, e que visavam uma melhoria, ainda que insípida, nas condições de vida dos escravos, despertaram forte resistência das grandes elites. A literatura, por outro lado, iniciou um papel importante em tais mecanismos e jogos de poder, fornecendo uma imagem “convencional” do negro, tornando-se aos poucos

⁴² Ibid., p. 49.

⁴³ BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). **Obras de Lima Barreto**. Correspondência ativa e passiva [v. 01, vol. 02], São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p. 28.

⁴⁴ Ibidem., p. 29.

⁴⁵ Frase dita por Lima Barreto ao lembrar das comemorações do dia 13 de maio de 1888. In: RESENDE, Beatriz; VALENÇA, Rachel (Org.). **Lima Barreto: toda crônica** – vol. 01: 1890-1919. Rio de Janeiro: Agir, 2004, p. 77.

⁴⁶ DA COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 335.

mais consciente dos problemas criados pela escravidão. Dos poetas, foi Castro Alves quem melhor encarou tal tendência; na prosa, destacou-se Joaquim Manuel de Macedo, em *As vítimas-algozes: quadros da escravidão* (1869). Com a Guerra do Paraguai, cresceria o número de obras desse gênero: novelas, contos, romances, peças teatrais, folhetos, panfletos. Multiplicavam-se os jornais abolicionistas e a imprensa preparava a opinião pública para aceitar as ideias de emancipação⁴⁷. Em São Paulo ficou conhecida a atuação de Luiz Gama, ex-escravo e advogado que batalhou pela Abolição, defendendo na justiça a causa dos africanos ilegalmente escravizados.

No início da década de 1880, a palavra “república” ganha reverberação no Brasil. Sobre tudo entre intelectuais, literatos, boêmios, políticos e jornalistas interessados em fazer vida literária e em entender de forma mais aprofundada o que causava a agitação política no país.⁴⁸ No final do século XIX, a mesma palavra “república” representava uma nova esperança de futuro; trazia a marca de um tempo novo e acelerado em que modernização era sinônimo de civilização. Conforme explica Heloísa Murgel Starling (2019), a definição de República foi remodelada a partir do conteúdo produzido pelas novíssimas doutrinas utilizadas na época – positivismo, evolucionismo, darwinismo social. No entanto, se as possibilidades de fundar a República no Brasil eram de fato reais, os resultados ficaram abaixo do desejado. A república era contornada de traços perversos: proclamado o novo regime político em 1889, o governo republicano formava uma elite conservadora, excludente e sem nenhuma sensibilidade para questões sociais e/ou raciais. Algo dera muito errado em nosso desejo de futuro, e os homens de letras estavam lá para confirmar e registrar tais fraturas.⁴⁹

Sentindo na pele a exclusão de sua cor, e vivenciando cotidianamente a herança nefasta deixada pela escravidão, Lima Barreto representa o modelo das hostilidades enfrentadas por um literato condicionado pelas especificidades do seu tempo e do seu lugar: um homem negro, vivendo no Brasil do final do século XIX e início do século XX, pobre, com um pai acometido pela loucura, endividado, concorrendo com literatos brancos, reconhecidos, de famílias abastadas e influentes. “Na prancha, ao embarcar, a ninguém pediam convite; mas a mim pediram. Aborreci-me [...]. É triste não ser branco”⁵⁰ – desabafava melancolicamente o escritor

⁴⁷ Ibidem., p. 335.

⁴⁸ STARLING, Heloísa Murgel. Letrados e República no Brasil. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. SATRLING, Heloísa M. (Orgs.). **Dicionário da República**: 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 191

⁴⁹ Ibidem., p. 192.

⁵⁰ BARRETO, Lima. [Diário íntimo]. **Obra reunida** – volume 02. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021. ASSIS BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). Com a colaboração de Antônio Houaiss e M. Cavalcanti Proença. Obras de Lima Barreto. **Diário Íntimo**: memórias. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p. 130.

“NA ORLA DOS SEPULCROS CAIADOS”: LIMA BARRETO, RIO DE JANEIRO E A REPÚBLICA DOS PRESSÁGIOS

carioca em 24 de janeiro de 1908. Lima Barreto encarava, sem máscaras, a face lúgubre de uma República que o segregava e o boicotava o tempo todo. Não é à toa que o literato teve recusado, por três vezes, o seu pedido à candidatura como membro imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL). Porém, como um bom articulador de palavras e de situações, não se calou frente a tamanhas exclusões: “E hoje é para mim motivo de alegria poder [...] tratar tão solenes instituições com semelhante desembaraço que não é fingido”⁵¹; ou ainda: “É satisfação para minh'alma poder oferecer contestação, atirar sarcasmos à soberba de tais sentenças, que me fazem sofrer desde os quatorze anos”.⁵²

O seu primeiro romance, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909), uma espécie de autobiografia, serve como verdadeiro manifesto contra o racismo escancarado no Brasil republicano. De acordo com Francisco de Assis Barbosa (1956), tal romance representa a luta contra o preconceito de cor, além de ser um combate contra a mediocridade, contra uma falsa concepção de imprensa e literatura, “acompanhada da amarga experiência da vitória, à custa de transigência de toda ordem e do sacrifício da própria dignidade humana”.⁵³ Um bom exemplo de como Lima Barreto enxergava o jogo das aparências na República pode ser investigado por meio de suas notas avulsas, conservadas por seus familiares após a sua morte. Tendo forte percepção do seu lugar social, dos seus vícios e da sua própria condição enquanto literato pobre e negro, Lima passou a gerenciar os seus próprios mecanismos de fuga e de autossabotagem. Vejamos um caso em específico.

Em abril de 1921, Afonso Henriques de Lima Barreto foi convidado para ministrar uma palestra no município de São José do Rio Preto, em São Paulo. Na manhã do fatídico dia, entretanto, desapareceu. Assustado com todo o desprendimento social que o “evento-inimigo”⁵⁴ promoveria, o escritor carioca – que não se considerava um exímio palestrante e muito menos galanteador o suficiente para atrair uma plateia⁵⁵ – foi encontrado por um suposto Dr. Prata.⁵⁶

⁵¹ BARRETO, Lima. [Diário íntimo]. **Obra reunida** – volume 02. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021. ASSIS BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). Com a colaboração de Antônio Houaiss e M. Cavalcanti Proença. Obras de Lima Barreto. *Diário Íntimo*: memórias. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p. 111.

⁵² Ibidem., p. 112.

⁵³ BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). **Obras de Lima Barreto**. Recordações do escrivão Isaías Caminha. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p. 13.

⁵⁴ Lima Barreto chamou o fatídico dia de inimigo: “Me eximi de experimentar fazê-las (as conferências), empregando para isto todos os subterfúgios, todas as escusas, desde a simples desculpa de doença até à fuga covarde diante do inimigo”. In: RESENDE, Beatriz (Org.). **Impressões de leitura e outros textos críticos**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017, p. 266.

⁵⁵ RESENDE, Beatriz (Org.). **Impressões de leitura e outros textos críticos**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017, p. 18.

⁵⁶ Ranulfo Prata era um jovem médico com ambições literárias.

Lima estava em um botequim, completamente bêbado, sujo, solitário e jogado às circunstâncias. Mas as angústias daquele crítico momento foram registradas. O texto sobreviveu. Lima Barreto deixaria, sem perceber, o seu testamento literário: um artigo-legado cheio de camadas sob o título de *O destino da literatura*.⁵⁷

Este documento, publicado na *Revista Souza Cruz* em outubro de 1921, muito tem a dizer de Lima Barreto e do seu tempo. A começar pela elucidação que o escritor tinha do Rio de Janeiro e da “República das aparências: “Esta (a aparência física) é a qualidade fundamental para se fazer uma excelente conferência, no julgar de todos ou de todas da cidade brasileira em que nasci”⁵⁸, denunciava o escritor. Como vítima que foi das muitas injustiças e hostilidades de sua época, Lima consegue lapidar em sua escrita um forte teor militante⁵⁹. Em *O destino da literatura* o autor observa que o homem não pode ficar adstrito aos preceitos e preconceitos de seu tempo, de seu nascimento, de sua pátria, de sua raça; ele pode ir mais longe para alcançar “a vida total do universo e incorporar a sua vida na do mundo”.⁶⁰

As crônicas de Lima Barreto também são reveladoras das suas muitas angústias, bem como desnudam seus embates contra a falsa ideia de liberdade. Publicado na *Gazeta da Tarde*, em 04 de maio de 1911, a crônica intitulada *Maio* destacava a saudosa recordação que Lima conservava da efeméride de 13 de maio de 1888:

Agora mesmo estou a lembrar-me que, em 1888, dias antes da data áurea, meu pai chegou em casa e disse-me: a lei de abolição vai passar no dia de teus anos. E de fato passou; e nós fomos esperá-la assinatura no Largo do Paço. Na minha lembrança [...] lá de uma das janelas eu vejo um homem que acena para o povo. Não me recordo bem se ele falou e não sou capaz de afirmar se era mesmo o Patrocínio. Havia uma imensa multidão ansiosa, com olhar preso às janelas do velho casarão. Afinal, a lei foi assinada e, num segundo, todos aqueles milhares de pessoas o souberam. A princesa veio à janela. Foi uma ovação: palmas, acenos com lenços, vivas... Fazia sol e o dia estava claro. Jamais, na minha vida, vi tanta alegria. Em geral, era total; e os dias que se seguiram, dias de folganças e satisfação, deram-me uma visão da vida inteiramente festa e harmonia.⁶¹

Na missa que assistira em celebração à ocasião, no Campo de São Cristóvão, o escritor lembrava do quadro *Primeira Missa no Brasil*, de Victor Meirelles: “Era como se o Brasil

⁵⁷ BARRETO, Lima. O destino da Literatura. *Revista Souza e Cruz*, Rio de Janeiro, n. 58, outubro de 1921.

⁵⁸ RESENDE, Beatriz (Org.). *Impressões de leitura e outros textos críticos*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017, p. 266.

⁵⁹ BOTELHO, Denilson. *A pátria que quisera ter um mito: história, literatura e política em Lima Barreto*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

⁶⁰ RESENDE, Beatriz (Org.). *Impressões de leitura e outros textos críticos*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017, p. 279.

⁶¹ Ibidem., p. 77.

**“NA ORLA DOS SEPULCROS CAIADOS”:
LIMA BARRETO, RIO DE JANEIRO E A REPÚBLICA DOS PRESSÁGIOS**

tivesse sido descoberto outra vez”.⁶² Nesta mesma crônica, agora passados vinte e três anos após o vultoso 1888, Lima denuncia a realidade social daquele antigo (e ainda recente) sonho de liberdade: “[...] mas como ainda estamos longe de ser livres! Como ainda nos enleamos nas teias dos preceitos, das regras e das leis!”.⁶³

Lima sonhava em ser grande, reconhecido. Desejava não ter mais dívidas, e seus poucos dias de paz foram aqueles em que conseguiu empréstimos nos bancos. Sonhava em ser tratado com dignidade e respeito. Também idealizou escrever uma história da escravidão no Brasil – “No futuro, escreverei a História da Escravidão Negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade.”⁶⁴ Com o tempo, porém, este sonho provou-se malogrado pelos condicionamentos e pelas rejeições que acometiam o autor: “Essas ideias que me perseguem de [...] fazer a vida escrava [...]. – a gente negra, virá, eu prevejo, trazer-me amargos dissabores, descomposturas, que não sei se poderei me por acima delas”⁶⁵ – confessa o literato em notas de 1905. O sonho se alargou e Lima deu início aos planos para uma espécie de romance sobre a vida e o trabalho dos negros em uma fazenda: “Será uma espécie de *Germinal* negro, com mais psicologia especial e maior sopro de epopeia. Animará um drama sombrio, trágico e misterioso, como os do tempo da escravidão”.⁶⁶ No entendimento de Lima Barreto, tal empreendimento lhe traria, ao mesmo tempo, riscos e glórias: Os ricos estariam em dizer que a obra se alocaria, conceitualmente, enquanto “negrismo” – uma nova espécie de indianismo; e a proximidade simplesmente aparente das *cousas* turbaria todos os espíritos em seu desfavor”.⁶⁷ “Mas... e a glória” – frisava Lima em conclusão – “e o imenso serviço que prestarei a minha gente e a parte da raça a que pertenço. [por isso] Tentarei e seguirei avante”.⁶⁸

A partir da segunda metade do século XIX insere-se no cenário brasileiro doutrinas de pensamento até então desconhecidas, como o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo⁶⁹. As teorias de superioridade e inferioridade racial, alinhadas a um discurso científico, higienista

⁶² Ibidem.

⁶³ Ibid., p. 78.

⁶⁴ BARRETO, Lima. [Diário íntimo]. **Obra reunida** – volume 02. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021. ASSIS BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). Com a colaboração de Antônio Houaiss e M. Cavalcanti Proença. Obras de Lima Barreto. **Diário Íntimo: memórias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p. 33.

⁶⁵ Ibidem., p. 84.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ Ibid.

⁶⁸ Ibid.

⁶⁹ Obras de Auguste Comte, como *Opúsculos de Filosofia Social* (1816-1828) (republicados em conjunto, em 1854, como apêndice ao volume IV do *Sistema de política positiva*), *Curso de filosofia positiva*, em 6 volumes (1830-1842), *Discurso sobre o espírito positivo* (1848), *Sistema de política positiva*, em 4 volumes (1851-1854); e de Charles Darwin, *A Origem das Espécies* (1859), são exemplos de livros que tratam e sistematizam tais pensamentos

e de progresso, encontrariam pronta aceitação na sociedade brasileira do século XIX e início do XX. Sociedade de poucos recursos, onde a concorrência pelas oportunidades era dramática.⁷⁰ Além disso, havia a herança da escravidão, que colocava à margem da sociedade vários negros recém-libertos, considerados, naquele momento, como a escória e o atraso do mundo. A “redenção de Cam” era desejada, e o embranquecimento da nação era estimulado. Prova disso é a ficha do arquivo no Hospital dos Alienados, em que Lima Barreto fora internado em 1904 por conta do seu vício no álcool. Na sua ficha de reconhecimento Lima é identificado como “branco” – talvez a única forma de conseguir um pouco melhor de tratamento no inóspito lugar.

Essas teorias acabavam dando substância e validade para atitudes segregacionistas “que de outra forma se acanhariam diante de um mero bom senso”.⁷¹ Tais teses e pressupostos científicos não amordaçaram a crítica de Lima Barreto, que denunciou sem medo as teorias darwinistas de sua época: “Vai se estendendo, pelo mundo, a noção de que há umas certas raças superiores e umas outras inferiores, e que essa inferioridade, longe de ser transitória, é eterna e intrínseca à própria estrutura da raça”.⁷² Segundo o literato, dizia-se ainda que as misturas entre essas raças eram como um vício social, “uma praga e não sei que coisa feia mais”. Tudo isto era proclamado em nome da ciência e a coberto da autoridade de sábios alemães.⁷³ Condenando as várias formas de exclusão e de teorias científicas – que tinham fortes raízes e substratos no continente onde as *Luzes* e os liberalismos despontaram – Lima complementava o seu registro do ano de 1905 em formato de protesto: “É que senti que a ciência não é assim um cochicho de Deus aos homens da Europa sobre a misteriosa organização do mundo”.⁷⁴

Considerações finais

Em Lima Barreto verifica-se o desejo de revelar, por meio de seus escritos, um relato maciço e condensado do presente, carregado, como explica Nicolau Sevcenko (1989), do máximo de registros e anotações dos vários níveis que o saber do seu tempo permitia captar e compreender. A exposição que fez da República brasileira e de todos os seus edemas revela-

⁷⁰ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 174.

⁷¹ Ibidem., p. 174-175.

⁷² BARRETO, Lima. [Diário íntimo]. **Obra reunida** – volume 02. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021. ASSIS BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). Com a colaboração de Antônio Houaiss e M. Cavalcanti Proença. Obras de Lima Barreto. **Diário Íntimo: memórias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p. 110.

⁷³ Ibidem., p. 110.

⁷⁴ Ibid., p. 112.

“NA ORLA DOS SEPULCROS CAIADOS”: LIMA BARRETO, RIO DE JANEIRO E A REPÚBLICA DOS PRESSÁGIOS

nos a sua capacidade em expor os vórtices de situações históricas, trazendo consigo uma dupla consequência de “sugerir mimeticamente a intensificação insólita dos processos de transformações contemporâneos à sua obra e de introduzir uma feição expressionista [...] pela exacerbação de suas próprias características”.⁷⁵

Praticamente tudo o que de mais significativo oferecia a realidade de sua época era apreendido pelas lentes afiadas de sua escrita. Tudo concorria para engendrar um imenso caleidoscópio, taciturno e ruidoso, que caracterizava a *Belle Époque* de “seus atavios de opulência e frivolidade”.⁷⁶ Ao denunciar e satirizar as mazelas do governo republicano, as suas falcatruas, empreguismos, nepotismos, imprensa financiada, a ciência (elevada à condição de mito da Belle Époque), Lima Barreto pintava o quadro de toda a pantomima ao qual o país estava imerso. “A politicagem desenfreada representava o pleno regime da irracionalidade administrativa percutindo por toda parte e sobre todos, gerando mal estar, insegurança, privação, miséria e marginalização”.⁷⁷

A República em que Afonso Henriques de Lima Barreto habitou proliferava desgraças sem medidas. A população da Bruzundanga ficava atormentada. As redes de leis, os códigos de posturas, os preceitos, os antagonismos, as misérias, os bovarismos. Tudo parecia compor um espelho da vida e das tragédias do próprio Lima Barreto: “De norte a sul, sucediam-se epidemias de loucuras. [...] Nas cidades, os hospícios e asilos de alienados regurgitavam. O sofrimento e a penúria levavam ao álcool, “para esquecer”; e o álcool levava ao manicômio”.⁷⁸ A República dos Presságios avançava a galope. A República dos Manicômios e das Neurastenias sussurravam para Lima Barreto, como que desenhando o seu triste destino. O literato seria atingido em cheio, sem piedade alguma. Triste fim de Lima Barreto. E sem exagero de pretensões, tudo que o melancólico visionário desejava na vida, e rogava a Deus por isso, era “um amor, um belo livro, e uma viagem pela Europa e pela Ásia”.⁷⁹

⁷⁵ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 161-162.

⁷⁶ Ibidem., p. 162.

⁷⁷ Ibid., p. 171.

⁷⁸ BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). **Obras de Lima Barreto**. Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p. 268-269.

⁷⁹ BARRETO, Lima. [Diário íntimo]. **Obra reunida** – volume 02. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021. ASSIS BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). Com a colaboração de Antônio Houaiss e M. Cavalcanti Proença. **Obras de Lima Barreto. Diário Íntimo: memórias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p. 96.

SILÊNCIOS QUE EDITAM: A PRESENÇA DE DELCI MARIA TITO COMO INTELLECTUAL MEDIADORA NAS ENTRELINHAS DE A. TITO FILHO E NO CAMPO CULTURAL PIAUIENSE.

Antonio Maurení Vaz Verçosa de Melo¹

RESUMO:

O presente artigo propõe uma imersão no campo da cultura piauiense, com ênfase na atuação de Delci Maria Ribeiro Matos Tito, esposa do renomado intelectual piauiense A. Tito Filho, destacando-a como intelectual mediadora. Sua participação não se restringiu ao apoio à produção cultural do marido, estendendo-se de forma significativa à cultura piauiense como um todo. Ao longo de sua trajetória ao lado de A. Tito Filho, Delci Maria Tito colaborou ativamente não apenas na elaboração e organização de suas obras literárias, mas também se afirmou como articuladora cultural, sobretudo no âmbito da Academia Piauiense de Letras, durante o período em que ele exerceu a presidência da instituição. Nesse contexto, destacou-se na organização de capas, na realização de pesquisas e na coordenação de publicações, consolidando-se como figura central na mediação cultural do estado. Para embasar esta análise, foram consultadas as obras de Brandim (2012), Gomes (2016, 2025), Mendes (2023), Tito Filho, A. (1991, 1981, 1978a, 1978b, 1977a, 1977b), Tito (1983), entre outros. As referências sobre o campo intelectual e o ativismo cultural de Delci Maria Tito evidenciam que ela desempenhou papel fundamental como intelectual mediadora, contribuindo de maneira expressiva para a produção, preservação e difusão da cultura literária no Piauí.

Palavras-chave: Intelectual mediadora. Piauí. Delci Maria Tito. Articuladora cultural.

SILENCES THAT EDIT: THE PRESENCE OF DELCI MARIA TITO AS A MEDIATING INTELLECTUAL IN THE BETWEEN-THE-LINES OF A. TITO FILHO AND IN PIAUÍ'S CULTURAL FIELD.

ABSTRACT:

This article proposes an immersion into the field of Piauí's culture, with emphasis on the work of Delci Maria Ribeiro Matos Tito, wife of the renowned intellectual from Piauí, A. Tito Filho, highlighting her role as a mediating intellectual. Her contribution was not limited to supporting her husband's cultural production but extended significantly to Piauí's cultural sphere as a whole. Throughout her trajectory alongside A. Tito Filho, Delci Maria Tito actively collaborated not only in the preparation and organization of his literary works but also asserted herself as a

¹ Antonio Maurení Vaz Verçosa de Melo. Doutor em História Social (UERJ). Mestre em Educação (UFPI). Bacharel em Direito (UESPI). Especialista em História Sociocultural (UFPI), Direito Constitucional (UESPI). Professor adjunto da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Professor da Educação Básica da Rede Estadual do Maranhão (SEDUC/MA). Membro do Grupo de Pesquisa: Núcleo de Estudos em Estado, Poder e Política (NEEP/UESPI). antoniomelo@cchl.uespi.br

SILÊNCIOS QUE EDITAM: A PRESENÇA DE DELCI MARIA TITO COMO INTELLECTUAL MEDIADORA NAS ENTRELINHAS DE A. TITO FILHO E NO CAMPO CULTURAL PIAUIENSE.

cultural articulator, especially within the Academia Piauiense de Letras, during the period in which he served as president of the institution. In this context, she stood out in the design of book covers, in conducting research, and in coordinating publications, consolidating herself as a central figure in the state's cultural mediation. To support this analysis, works by Brandim (2012), Gomes (2016, 2025), Mendes (2023), Tito Filho, A. (1991, 1981, 1978a, 1978b, 1977a, 1977b), Tito (1983), among others, were consulted. The references concerning the intellectual field and Delci Maria Tito's cultural activism reveal that she played a fundamental role as a mediating intellectual, making a significant contribution to the production, preservation, and dissemination of literary culture in Piauí.

Keywords: Mediating intellectual. Piauí. Delci Maria Tito. Cultural articulator.

80

SILENCIOS QUE EDITAN: LA PRESENCIA DE DELCI MARIA TITO COMO INTELLECTUAL MEDIADORA EN LAS ENTRELÍNEAS DE A. TITO FILHO Y EN EL CAMPO CULTURAL PIAUIENSE

Resumen:

El presente artículo propone una inmersión en el campo de la cultura piauiense, con énfasis en la actuación de Delci Maria Ribeiro Matos Tito, esposa del reconocido intelectual piauiense A. Tito Filho, destacándola como intelectual mediadora. Su participación no se limitó al apoyo a la producción cultural de su esposo, sino que se extendió de manera significativa a la cultura piauiense en su conjunto. A lo largo de su trayectoria al lado de A. Tito Filho, Delci Maria Tito colaboró activamente no solo en la elaboración y organización de sus obras literarias, sino que también se afirmó como articuladora cultural, sobre todo en el ámbito de la Academia Piauiense de Letras, durante el período en que él ejerció la presidencia de la institución. En este contexto, se destacó en la organización de portadas, en la realización de investigaciones y en la coordinación de publicaciones, consolidándose como figura central en la mediación cultural del estado. Para fundamentar este análisis, se consultaron las obras de Brandim (2012), Gomes (2016, 2025), Mendes (2023), Tito Filho, A. (1991, 1981, 1978a, 1978b, 1977a, 1977b), Tito (1983), entre otros. Las referencias sobre el campo intelectual y el activismo cultural de Delci Maria Tito evidencian que ella desempeñó un papel fundamental como intelectual mediadora, contribuyendo de manera significativa a la producción, preservación y difusión de la cultura literaria en Piauí.

Palabras clave: Intelectual mediadora. Piauí. Delci Maria Tito. Articuladora cultural.

Introdução

A ideia de escrever sobre Delci Maria Ribeiro Matos Tito surgiu durante as pesquisas realizadas no doutorado em História Social (UERJ), cuja temática abordava o compartilhamento de ideias e ações dos intelectuais piauienses durante a Era Vargas, especialmente no período de 1930 a 1945, no Piauí. Essa investigação me levou a percorrer diversos caminhos na tentativa de compreender não apenas os itinerários dos intelectuais que apoiaram o regime de Getúlio Vargas, mas também daqueles que lhe fizeram oposição.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 79 – 101 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

Nesse processo da pesquisa por fontes, deparei-me com ricas produções bibliográficas de intelectuais piauienses, entre as quais se destacam as obras de José Arimathéa Tito Filho², ou simplesmente A. Tito Filho, importante intelectual piauiense, conhecido como o cronista da cidade amada³, Teresina (PI), capital do estado. Em seus escritos, ele nunca deixou de registrar, com sensibilidade e rigor, as múltiplas facetas não só da capital, mas também do próprio Piauí e seu povo.

A trajetória intelectual de A. Tito Filho me levou a uma constatação que dá sentido à conhecida frase: “Por trás de um grande homem, há sempre uma grande mulher”. Neste caso, trata-se de Delci Maria Ribeiro Matos Tito, figura central deste artigo. Ao longo da pesquisa, identifiquei repetidas menções a Delci Maria Tito nas obras de A. Tito Filho feita por ele, não apenas como dedicatória, mas como real reconhecimento de sua contribuição enquanto organizadora editorial, responsável por capas, pesquisadora, divulgadora e, por vezes, colaboradora direta na redação dos textos.

Este artigo, portanto, busca lançar luz sobre a participação de Delci Maria Tito, não apenas como esposa do intelectual A. Tito Filho, mas como uma colaboradora ativa e significativa para a produção cultural piauiense, especialmente no período em que seu marido presidiu a Academia Piauiense de Letras (APL), entre os anos de 1971 a 1992.

Cabe ressaltar que este estudo não tem a pretensão de esgotar os caminhos percorridos por Delci Maria Tito. As reflexões aqui apresentadas baseiam-se em algumas fontes que registram sua atuação. Ainda assim, considero fundamental reconhecer e registrar sua

² José de Arimathéa Tito Filho. n. Barras (PI), 27/10/2024 - f. Teresina (PI), 23/06/1992. Bacharel em Direito. Professor secundário e universitário, jornalista, filólogo, sociólogo, ensaísta, historiador, cronista e crítico literário. Exerceu diversas funções públicas, tanto na esfera federal e estadual. Foi professor e diretor do Liceu Piauiense. Diretor da Casa Anísio Brito. Colaboro com diversos periódicos tais como: *Almanaque de Parnaíba*; *O Piauí* (1945); *Jornal do Comércio* (1947); *Resistência* (1948); *O Dia* (1951); *Jornal do Bolso* (1966); *Língua de Sogra* (1943) e *Libertação* (1946), ambos no Rio de Janeiro. E tantos outros periódicos. Foi membro da Academia Piauienses e Letras, e seu presidente por mais tempo até hoje, de 1971 a 1992 e outras agremiações literárias do Estado e fora dele. Publicou diversas obras, entre elas: *Combustível e alimento* (1951); *Estudo do Vocabulo da Lira Sertaneja* (1972); *Governos do Piauí* (1974); *Gente de Humor* (1974); *Praça Aquidabã, sem número* (1974); *Teresina, Ruas, Praças, Avenidas* (1976); *Crônica da Cidade Amada* (1977); *Carnavais de Teresina* (1978); *Igreja do Alto da Jurubeba* (1978); *Sua Excelência o Egrégio* (1978); *A Augusta Casa do Piauí* (1978); *Memorial da Cidade Verde* (1978) e demais obras, que versavam sobre diversas temáticas. Cf. BASTOS, Cláudio. **Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.465-466. *Passim*.

³ Frase que deu título a uma obra de TITO FILHO. A. *Crônica da Cidade Amada*. Teresina: [s.n.], 1977b.

SILÊNCIOS QUE EDITAM: A PRESENÇA DE DELCI MARIA TITO COMO INTELLECTUAL MEDIADORA NAS ENTRELINHAS DE A. TITO FILHO E NO CAMPO CULTURAL PIAUIENSE.

contribuição, tanto na cooperação editorial de diversas obras quanto na promoção e divulgação do trabalho intelectual de seu companheiro e, por extensão, da cultura piauiense.

A. Tito Filho: o cronista da cidade amada e de seu povo.

É interessante traçarmos um breve panorama da trajetória de A. Tito Filho na cultura piauiense, a fim de compreender melhor a inserção de Delci Maria Tito nesse cenário. A. Tito Filho foi um intelectual que promoveu a cultura do Estado do Piauí e de seu povo, não apenas por meio de sua escrita, tão diversa e rica, mas também por suas múltiplas ações culturais. Atuou em diversos campos, dentre eles: professor, jornalista, historiador, cronistas, crítico literário, destacando-se, sobretudo, por seu empenho em revelar e valorizar a história dos piauienses.

Filho de José Arimathéa Tito ⁴, bacharel em Direito que exerceu diversas funções públicas, tanto no campo da magistratura quanto no meio literário do Estado, pode-se afirmar que a veia cultural de A. Tito Filho já lhe era herdada. Seu pai fundou estabelecimentos educacionais não apenas em sua cidade natal, Barras (PI), como também em Piripiri (PI). Além disso, foi professor da Faculdade de Direito do Piauí, membro da Academia Piauiense de Letras e redator de publicações como *A Idéia* (1902) e *Esperança* (1903). Colaborou ainda com diversos periódicos, dentre os quais se destacam *Litericultura* (1912), *A Notícia* (1913), *Revista da Academia de Letras*, *Almanaque da Parnaíba*, *O Momento* (1933) e *O Piauí* (1945), este último, um jornal de oposição ao governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e ao interventor no Piauí, Leônidas Melo.

Seguindo os caminhos traçados pelo pai, A. Tito Filho ampliou ainda mais essa herança cultural. Logo se integrou ao universo intelectual do estado do Piauí, tornando-se uma das principais figuras culturais de sua época e influenciando toda uma geração de escritores, jornalistas e pensadores.

Aqui, não nos aprofundaremos na discussão do conceito de "intelectual", por considerá-lo complexo e por não ser o foco central deste trabalho. No entanto, adotamos o conceito

⁴ José de Arimatéia Tito. n. Barras (PI), 18/03/1887 – f. Teresina (PI), 24/03/1963. Bacharel em Direito (Recife (PE), em 17/12/1908. Promotor público em Barras (PI). Juiz Distrital em Piripiri. Juiz de Direito em Barras (PI), e Teresina (PI). Desembargador do Tribunal de Justiça do Piauí. Cf. BASTOS, Cláudio. **Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.465. *Passim* **Hum Res**, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 79 – 101 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

formulado por Antonio Gramsci⁵, que compreende o intelectual em seu sentido amplo: todos são intelectuais, embora nem todos desempenhem a função de intelectual na sociedade. A. Tito Filho, nesse sentido, exercia tal função com maestria, atuando na produção, circulação e legitimação de ideias aproximando-se da concepção defendida por Jean-François Sirinelli⁶, que vê o intelectual como agente influente na formação da opinião pública e na construção de identidades coletivas.

Após concluir seus estudos superiores no Rio de Janeiro, A. Tito Filho retorna à sua terra natal, o Piauí, mais especificamente à cidade de Teresina. É nesse espaço que sua produção literária ganha força, especialmente alimentada por sua memória afetiva sobre a cidade, o estado e seus habitantes. Como destaca Ana Cristina Meneses de Sousa Brandim.

Quando retornou da experiência no Rio de Janeiro, passou a criar, em diferentes momentos, uma cidade do passado, aquela que existia antes de viajar e iniciar seus estudos superiores. Lembrava, entre tantas outras coisas, que nos dias que antecederam sua partida, Teresina assistia à chegada das linhas telefônicas, o ajardinamento da praça Pedro II e o embelezamento da Avenida Frei Serafim⁷.

É essa cidade que o inspirou não apenas a escrever sobre seus espaços afetivos, mas também a se conectar com pessoas vinculadas ao universo da política, da cultura e com figuras simples do cotidiano da “cidade amada”. *Teresina, meu amor*, título de uma de suas obras em homenagem à capital piauiense, exemplifica essa relação afetiva, presente também nas dedicatórias que fazia às filhas. Em uma delas, ele expressa um pedido comovente: “À Scarlett O’Hara, Maureen O’Hara, Kathleen O’Hara, mimosas filhinhas, nascidas em Teresina, com um pedido do coração: nunca deixem de amar esta cidade”⁸. A paixão do intelectual A. Tito Filho pelo Piauí era continuamente nutrida e, ao mesmo tempo, transmitida tanto às suas filhas quanto ao povo piauiense por meio de sua produção literária.

Como já mencionado, sua escrita entrelaça a cidade não apenas pelos espaços físicos, mas também pelas pessoas, pelos eventos e pelos momentos marcantes, como o carnaval⁹.

⁵ GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

⁶ ZANOTTO, Gizele. **História dos Intelectuais e História Intelectual: contribuições da historiografia francesa**. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/maisonroberto,+bib+03+historia+dos+31-45.pdf>. Acesso em: 19 de jul. 2025.

⁷ BRANDIM, Ana Cristina Meneses de Sousa. **Escrita dos movimentos interiores: escrita de si e construção de uma trajetória de intelectualidade e distinção em A. Tito Filho (1971-1992)**. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). 2012.p.45.

⁸ TITO FILHO, A. **Teresina Meu Amor**. 2ªedi. Rio de Janeiro (RJ): Editora Artenova, 1974.

⁹ TITO FILHO. A. **Carnavais de Teresina**. Teresina: COMEPI, [s.d].

SILÊNCIOS QUE EDITAM: A PRESENÇA DE DELCI MARIA TITO COMO INTELLECTUAL MEDIADORA NAS ENTRELINHAS DE A. TITO FILHO E NO CAMPO CULTURAL PIAUIENSE.

Portanto, essa centralidade de Teresina na escrita de A. Tito Filho, nutrida por sua profunda ligação com a cidade, desdobra-se em múltiplas direções dentro do universo narrativo¹⁰.

A diversidade da produção literária de A. Tito Filho também percorre o campo da história política, onde sua contribuição ganhou grande relevância. Nesse sentido, destaca-se a obra *Governos do Piauí: Capitania – Província – Estado*¹¹, que, assim como outras, evidencia a atuação do autor também como historiador. Essa obra narra os governos piauienses ao longo dos três períodos da história política brasileira: colonial, imperial e republicano, apresentando todos os governantes do Piauí e suas principais realizações.

Na mesma linha de produção, encontra-se *A Augusta Casa do Piauí (Síntese Histórica)*¹², que percorre a trajetória da história da instituição da Assembleia Legislativa ao longo dos diversos momentos políticos de sua existência. Semelhante o fez com a escrita da história do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, *Sua Excelência o Egrégio (Síntese Histórica)*¹³, trazendo uma cronologia deste a sua criação, com a biografia dos seus desembargadores. Além dessas, há ainda outros escritos de A. Tito Filho dedicados à política, aos políticos piauienses, e a personalidades marcantes do nosso estado. Como também, outros temas, como humor, crítica literária, latim, eventos históricos.

No que se refere às personalidades piauienses, destaca-se a obra *Esmaragdo de Freitas*¹⁴ – *Homens de Episódios*¹⁵, organizada por A. Tito Filho e publicada no âmbito do plano editorial do governo de Alberto Tavares Silva¹⁶. A coletânea reúne diversos textos do intelectual Esmaragdo de Freitas, os quais abordam não apenas aspectos de sua atuação no campo jurídico,

¹⁰ TITO FILHO. *A Praça Aquidabã, sem número*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975a; FILHO TITO. A. *Teresina: Ruas – Praças – Avenidas*. Teresina: [s.n], 1977a; FILHO TITO. A. *Crônica da Cidade Amada*. Teresina: [s.n], 1977b; FILHO TITO. A. *Memorial da Cidade Verde*. Teresina: COMEPI, 1978a.

¹¹ TITO FILHO. A. *Governos do Piauí: Capitania – Província – Estado*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1978c.

¹² TITO FILHO. A. *A augusta casa do Piauí (Síntese Histórica)*. Brasília: Senado Federal, 1978b.

¹³ TITO FILHO. A. *Sua Excelência o Egrégio (Síntese Histórica)*. 2ª ed. Teresina: APL, 1991.

¹⁴ Esmaragdo de Freitas Sousa. N. Floriano (PI), 1887- f. Rio de Janeiro (RJ), 1946. Magistrado, sociólogo, professor, escritor, jornalista e político. Formou na Faculdade de Direito em Recife (1911). Exerceu diversos cargos públicos, como delegado de polícia, secretário de fazenda, desembargador e outros. Obras: *O Visconde da Parnaíba* (1947), *Manuel Clementino e O Padre Marcos, Justiça Piauiense* (1959), *O Esmaragdo de Freitas – Homens e Episódios* (1975) e outras obras. Cf. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado 1549 -2003*. 2ª ed. Teresina (PI): Halley S.A. Gráfica Editora, 2003. p. 395-396. *Passim*.

¹⁵ A. TITO FILHO. *Esmaragdo de Freitas – Homens de Episódios*. Teresina: COMEPI, 1973. Monografias do Piauí - Série Literária.

¹⁶ Alberto Tavares e Silva. n. Parnaíba (PI), 10/10/1918 -f. Teresina (PI), 28 /09/2009. Engenheiro e político, governador pela Arena (1971 a 1975), realizou diversas ações estruturante no Estado. Senador e novamente governador do Estado, no período de 1986. Membro da APL. Cf. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado 1549 -2003*. 2ª ed. Teresina (PI): Halley S.A. Gráfica Editora, 2003. p. 367-368. *Passim*.

mas também revelam sua faceta como estudioso da História do Piauí, de seus acontecimentos mais significativos e das particularidades do seu povo.

A. Tito Filho foi membro da Academia Piauiense de Letras (APL), ocupando a cadeira de número 29, cujo patrono é Gregório Taumaturgo de Azevedo¹⁷. Ele foi o segundo titular dessa cadeira, sucedendo seu pai, José de Arimathea Tito, o primeiro ocupante. Sua inserção na APL foi marcada por um sentimento de elevada honra, tanto por integrar a mais prestigiosa agremiação literária do estado quanto por dar continuidade à trajetória intelectual de seu pai, reafirmando o vínculo familiar com o espaço acadêmico e literário piauiense.

Na Academia Piauiense de Letras, A. Tito Filho desempenhou um papel de destaque, configurando-se como uma figura central durante o período em que integrou a instituição. Sua atuação foi marcada não apenas pela produção intelectual, mas também pelo esforço contínuo em projetar e valorizar o nome da APL nos mais diversos ambientes por onde circulava.

Eleito por seus pares, A. Tito Filho exerceu a presidência da Academia durante o mais longo mandato da história da instituição, ocupando o cargo por vinte e um anos consecutivos, de 1971 a 1992. A respeito desse extenso e significativo período, registra-se o depoimento do também acadêmico e intelectual Celso Barros Coelho¹⁸.

Por 21 anos esteve Arimathéa Tito Filho, na Presidência da Academia. E nela foi realizado o sonho que muitos alimentaram durante décadas: a sede da Academia. Não se poderia mais repetir a frase de Arimathéa Tito: “Não tem teto, mas vive!”. Agora vive sob um teto que a abrigará para sempre. Recolhido no seu gabinete de trabalho na sede da Academia, Arimathéa Tito se comunicava com o Brasil e com o mundo. O nome da Academia transpunha fronteira¹⁹.

¹⁷ Gregório Taumaturgo de Azevedo. n. Barras (PI), 17/11/1853 – f. Rio de Janeiro (RJ), 23/08/1921. Marechal do Exército. Bacharel em Direito (Recife). Desempenhou diversas funções no governo federal. Foi governador do Piauí, saneando as finanças. Elevou diversas vilas do Piauí, a categoria de cidade. Membro do IHGB, Academia Piauiense de Letras (APL), do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI) e outras agremiações culturais no Brasil e internacionalmente. Fundador e presidente da Cruz Vermelha no Brasil. Publicou *Representação ao Poder Legislativo contra o ex-ministro da Guerra, Joaquim Delfino Ribeiro da Cruz* (1888), *Discurso na ocasião da pedra fundamental do novo prédio da Faculdade do Recife* (1889), *Mensagem ao comércio amazonense* (1891), *O Acre e Limites do Brasil*. Cf. BASTOS, Cláudio. **Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.54. *Passim*.

¹⁸ Celso Barros Coelho. n. Pastos Bons (MA), 11/05/1922 – f. Teresina (PI), 10/07/2023. Bacharel em Direito, professor de Português. Um dos fundadores da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí. Professor de Universidade Federal do Piauí (UFPI). Exerceu diversas funções públicas na esfera federal e estadual. Deputado estadual e federal pelo Piauí. Jornalista, colaborou em *Zodiaco* e *O Dominical*. Membro da Academia Piauiense de Letras e Piauiense de Letras Jurídicas e diversas agremiações de ciências no Brasil. Publicou diversas obras, entre elas: *Da poesia Latina na Época de Augusto* (1958), *O Estado de Direito do Homem* (1961), *O Direito como Razão e como História* (1964), *Formação da Cultura Brasileira* (1973). Colaborou com 25 verbetes na Enciclopédia Saraiva de Direito. *Aspectos do pensamento político* (1991), *Homens de idéias e de ação* (1991). Cf. BASTOS, Cláudio. **Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.135-136. *Passim*

¹⁹ COELHO, Celso Barros. **Academia Piauiense de Letras – 75 anos**. Teresina: APL, 1994.p.18.

SILÊNCIOS QUE EDITAM: A PRESENÇA DE DELCI MARIA TITO COMO INTELLECTUAL MEDIADORA NAS ENTRELINHAS DE A. TITO FILHO E NO CAMPO CULTURAL PIAUIENSE.

Durante sua gestão na presidência da Academia Piauiense de Letras (APL), a instituição adquiriu uma nova dimensão, inclusive com a consolidação de sua sede atual. A partir desse espaço, A. Tito Filho não se limitou ao exercício de funções administrativas, mas assumiu um papel ativo na promoção da Academia, de seus membros e de suas produções intelectuais. Sua atuação estendeu-se ainda à valorização da cultura piauiense, articulando-se com instituições públicas para a realização de eventos acadêmicos e para patrocínio na publicação de obras de autores do estado.

86

Delci Maria Tito na organização, circulação e preservação da produção intelectual de A. Tito Filho e na promoção da cultura literária piauiense.

A obra *As Esposas*, da autora russa Alexandra Popoff²⁰, revela a atuação de diversas esposas nos bastidores do cenário literário russo, especialmente junto aos principais escritores daquele país. Essas mulheres desempenharam funções variadas no processo de produção literária ao lado dos seus maridos, atuando como pesquisadoras, editoras, datilógrafas, entre outras atividades essenciais, embora frequentemente invisibilizadas. Muitas delas permaneceram à margem do reconhecimento intelectual, apesar de sua contribuição significativa.

Em contraste, no Ocidente, as mulheres já conquistavam espaço no campo literário de forma mais autônoma, sendo reconhecidas não apenas por sua atuação ao lado de escritores consagrados, mas também por suas próprias obras e trajetórias autorais. Assim, essas mulheres já ocupavam uma posição estratégica no universo cultural. Identificar e acompanhar a trajetória dessas mulheres na história intelectual é essencial para revelar a complexidade e a riqueza do campo da produção cultural. Ao mesmo tempo, tal esforço permite compreender, nomear e historicizar a presença feminina nesse cenário, reconhecendo o papel fundamental que desempenharam para a cultura universal, inclusive como intelectuais mediadoras em diversas frentes de atuação

Delci Maria Tito enquadra-se na categoria de intelectual mediadora. Para além de sua atuação ao lado do marido, A. Tito Filho, ela desempenhou papel decisivo na organização e na

²⁰ POPOFF, Alexandra. *As esposas: As mulheres nos bastidores da vida e obra de prodígios da literatura russa*. São Paulo: Amarilys Editora. 2013.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 79 – 101 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

difusão de obras não apenas dele, mas também de diversos outros intelectuais piauienses, ampliando a circulação e o reconhecimento de suas produções. À luz da conceituação de Angela de Castro Gomes²¹, o intelectual mediador é aquele que transita entre autores, instituições e públicos, construindo pontes que permitem a legitimação do saber no espaço cultural, papel que Delci Maria Tito exerceu com destacada competência.

Como já mencionado anteriormente, Delci Maria Tito foi a esposa do escritor A. Tito Filho, companheira de segunda união, ao seu lado, desempenhou múltiplas funções no campo literário, atuando como uma intelectual mediadora. Sua atuação estendeu-se a atividades administrativas, especialmente no exercício da função de secretária executiva da Academia Piauiense de Letras (APL) durante a presidência de A. Tito Filho. O intelectual reconhecia publicamente não apenas seu valor como companheira de vida, mas também sua contribuição significativa como colaboradora direta em sua produção intelectual.

Durante a presidência do acadêmico A. Tito Filho, esta instituição cultural assumiu um papel de destaque, promovendo a valorização e a visibilidade da produção intelectual piauiense por meio das ações da Academia Piauiense de Letras. Tal relevância já foi ressaltada por Celso Barros Coelho, conforme mencionado anteriormente, e pode ser ainda complementada pela continuidade do pensamento do intelectual.

É a imagem do Piauí dilatava-se na dimensão de suas realizações culturais que, posto modestas em sua origem, não deixavam de ser úteis em sua penetração. A regularidade com era publicada a Revista da Academia; a criação de **Notícias Acadêmicas** através de cujas páginas se podem acompanhar as atividades mensais da instituição de livros de autores piauienses como estímulos às novas vocações literárias; a renovação dos quadros acadêmicos com as solenidades de praxes bem preparados e realizadas²². (Grifo do Autor).

Essa participação expressiva de A. Tito Filho contou com a atuação decisiva de Delci Maria Tito, não apenas na condição de esposa, mas como colaboradora direta em diversas frentes. Destacou-se especialmente nas atividades administrativas, na Academia Piauiense de Letras, bem como no campo editorial, contribuindo para a organização e produção de obras, inclusive na escolha e elaboração das capas de diversas publicações literárias.

²¹ GOMES, Angela de Castro. **O lugar dos “Intelectuais mediadores”**: entrevista com a Angela de Castro Gomes. Entrevistadores: Bruno Leal Pastor de Carvalho e Ana Paula Tavares Teixeira. In: **Café História**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/intelectuais-mediadores-entrevista-angela-de-castro-gomes/>. Publicado em: 31 ago. 2020. ISSN: 2674-5917. Acesso em: 21 de jul.2025.

²² COELHO, Celso Barros. **Academia Piauiense de Letras – 75 anos**. Teresina: APL, 1994. p.18-19.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 79 – 101 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

SILÊNCIOS QUE EDITAM: A PRESENÇA DE DELCI MARIA TITO COMO INTELLECTUAL MEDIADORA NAS ENTRELINHAS DE A. TITO FILHO E NO CAMPO CULTURAL PIAUIENSE.

A concepção das capas dos livros não se restringia apenas às obras de A. Tito Filho, estendendo-se também à de outros autores, como, por exemplo, Odilon Nunes²³, o intelectual que traçou em sua escrita, diversos aspectos da História do Piauí. Essa atuação junto às publicações de diferentes escritores evidenciava não apenas o perfil de Delci Maria Tito como mediadora cultural, mas também sua atenção ao leitor. A criação das capas literárias constitui a primeira forma de contato entre o leitor e a obra, podendo influenciar decisivamente não apenas na escolha e aquisição do livro, mas, sobretudo, na disposição para sua leitura. Uma capa bem elaborada tem o potencial de atrair o olhar, despertar interesse e, em muitos casos, transmitir visualmente a essência da narrativa. Vejamos algumas capas com a concepção intelectual e gráfica de Delci Maria Tito:

Imagem 01: Capas²⁴ de obras de A. Tito Filho e Odilon Nunes.



Fonte: Foto montagem elaborada pelo autor.

²³ Odilon José Nunes. n. Amarante (PI), 10/10/1899 – f. Teresina (PI), 22/08/1989. Foi quitandeiro e garçom. Professor em Teresina e em diversos estados. Fundador do Ginásio Amarantino (1928). Exerceu diversas funções públicas no estado do Piauí. Membro da APL e IHGPI. Recebeu diversas condecorações, entre elas Doutor honoris causa pela UFPI. Publicou diversas obras entre elas: O Piauí na História (1932); Sûmula de História do Piauí (1963); Pesquisas para História do Piauí (1963, em três volumes e quarto volume republicano em 1975); Economia e Finanças do Piauí Colonial (1972); Domingos Jorge Velho e o assentamento de bases econômicas no Piauí (1972); Devassamento e conquista do Piauí (1972); O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento (1973); Depoimentos Históricos do Piauí (1981); Um desafio da historiografia do Brasil (1979); Raízes do Terceiro Mundo (1973) e outras obras. Cf. BASTOS, Cláudio. **Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.398. *Passim*

²⁴ TITO FILHO. A. **Carnavais de Teresina**. Teresina: COMEPI, [s.d]; TITO FILHO. A. **Gente e humor**. 2ª ed. Teresina: COMEPI, 1981 e NUNES, Odilon. **Depoimentos Históricos**. Teresina: COMEPI, 1981.

As três capas apresentadas *Carnavais de Teresina*, *Gente e Humor* (ambas de A. Tito Filho) e *Depoimentos Históricos* de Odilon Nunes, revelam, cada uma à sua maneira, um trabalho intelectual e artístico que vai além da simples função estética. Elas comunicam visualmente parte do conteúdo, do espírito e da proposta de cada obra, configurando-se como elementos paratextuais fundamentais no diálogo entre o autor e o leitor.

Em algumas obras de A. Tito Filho, a atuação de Delci Maria Tito foi decisiva não apenas na divulgação, mas também na concepção das obras, participando desde o processo de pesquisa até a fase de escrita. Essa colaboração é reconhecida pelo próprio autor, como demonstra a dedicatória presente em uma de suas publicações: “Para DELCI MARIA, minha mulher, de exemplar dedicação, que me incentivou e ajudou a escrever este livro, trabalhando comigo todos os instantes”²⁵. Em outra dedicatória além da contribuição na escrita, pesquisa, ressalta a sua atuação de Delci Maria Tito na parte artística da obra, “Delci Maria me ajudou a escrever este livro, pesquisando dados e concebendo a parte artística – sem descanso, válida de muita ternura”²⁶. Em outra obra, lê-se a inscrição: “CAPA – Concepção e pesquisa”²⁷, evidenciando sua participação no projeto editorial.

Tais registros não apenas reforçam o vínculo afetivo entre o casal, mas constituem um reconhecimento explícito do trabalho intelectual de Delci Maria Tito, cuja contribuição ultrapassou os limites do apoio doméstico, configurando-se como uma verdadeira parceria na produção autoral, um trabalho, portanto, realizado a “quatro mãos”, como reconhecido pelo próprio A. Tito Filho.

Acrescenta-se que as dedicatórias que fazem referência à atuação intelectual de Delci Maria Tito não apenas reconhecem sua presença, mas também revelam a dinâmica colaborativa que ela desempenhava no processo de construção da produção literária. Sua participação ultrapassava os limites do apoio doméstico ou afetivo, envolvendo-se diretamente nas etapas de pesquisa, escrita, revisão e organização editorial das obras. Trata-se, portanto, de uma presença ativa e estruturante, ainda que muitas vezes invisibilizada pelas narrativas oficiais.

Essa atuação era reconhecida e valorizada pelo intelectual A. Tito Filho, que identificava em Delci Maria Tito uma parceira intelectual com sensibilidade estética, rigor crítico e domínio das práticas culturais. Sua inserção nesse espaço de produção reflete também um aspecto mais

²⁵ TITO FILHO. A. *Teresina: Ruas – Praças – Avenidas*. Teresina: [s.n], 1977a.

²⁶ TITO FILHO. A. *Sua Excelência o Egrégio (Síntese Histórica)*. 2ª ed. Teresina: APL, 1991.p. IX.

²⁷ TITO FILHO. A. *Memorial da Cidade Verde*. Teresina: COMEPI, 1978a. p.04.

SILÊNCIOS QUE EDITAM: A PRESENÇA DE DELCI MARIA TITO COMO INTELLECTUAL MEDIADORA NAS ENTRELINHAS DE A. TITO FILHO E NO CAMPO CULTURAL PIAUIENSE.

amplo da atuação de mulheres intelectuais que, mesmo à margem dos grandes centros e das instituições formais de saber, colaboraram decisivamente na construção da memória literária e histórica regional.

As obras mencionadas anteriormente nas dedicatórias de *Teresina: Ruas – Praças – Avenidas e Memorial da Cidade Verde*²⁸ e *Sua Excelência o Egrégio (Síntese Histórica)*, são produções marcadas por vigor intelectual e erudição, exigindo ampla pesquisa histórica, além de uma apurada noção de espaço-tempo e criteriosa seleção dos elementos urbanos a serem destacados. A primeira não se limita à descrição dos logradouros, ruas, praças e avenidas enquanto espaços públicos, mas valoriza também as personalidades e cidadãos comuns que lhes deram nome a estes espaços da cidade, conferindo densidade simbólica e histórica à malha urbana de Teresina.

Já a segunda obra apresenta uma narrativa que não apenas organiza cronologicamente os principais acontecimentos da capital piauiense, mas também resgata episódios significativos desde o ano de 1827, quando ainda era conhecida como vila do Poty, até 1962, já em pleno período republicano. O livro é enriquecido com breves biografias das figuras homenageadas nos logradouros da cidade, bem como com informações relativas à demarcação de terras da capital, demonstrando a profundidade e o rigor da pesquisa empreendida.

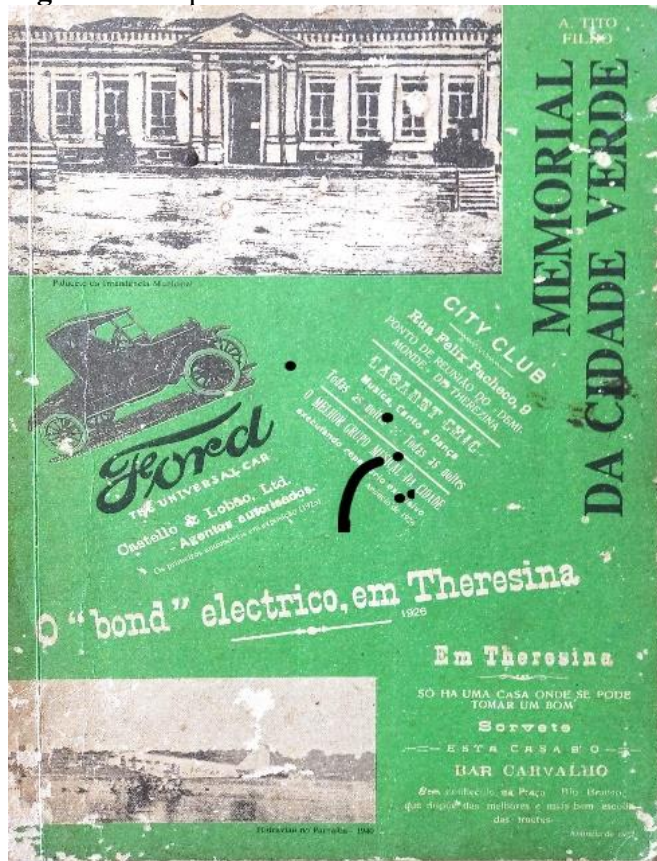
Na obra *Sua Excelência o Egrégio (Síntese Histórica)*, dedicada à história institucional do Tribunal de Justiça do Piauí, apresenta-se um panorama dos acontecimentos mais significativos relacionados a esse poder no estado, desde sua instalação, em 1891, até o ano de 1991, data de lançamento da segunda edição desta obra, publicada em comemoração ao centenário do Tribunal. A narrativa histórica é construída dentro do contexto político do Piauí, destacando-se, ainda, os primeiros magistrados e, em especial, os desembargadores, cuja trajetória é brevemente biografada, acompanhada de registros fotográficos dos mencionados na obra.

Destaca-se, ainda, a concepção da capa da obra *Memorial da Cidade Verde*, idealizada por Delci Maria Tito. Trata-se de uma produção que revela uma visão estética e intelectual refinada, em plena sintonia com o conteúdo da obra e com o próprio título. A composição visual, especialmente para a edição de 1978, demonstra uma profundidade notável para a época, ao

²⁸ Cidade Verde. Designação dada a cidade de Teresina pelo escritor Coelho Neto, em discurso durante o baile no Teatro 4 de Setembro, no dia 26/06/1899. Cf. BASTOS, Cláudio. **Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.130. *Passim*
Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 79 – 101 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

articular de forma expressiva a justaposição de imagens e frases que remetem ao processo de modernização de Teresina.

Imagem 02: Capa do livro Memorial da Cidade Verde.



Fonte: Acervo do autor.

Na imagem apresentada a seguir, observa-se Delci Maria Tito e A. Tito Filho em uma fotografia datada de 1978, que expressa não apenas o afeto conjugal, mas também a sintonia intelectual do casal, marcado por trocas mútuas no campo da produção cultural. A imagem foi extraída da dedicatória da obra *Memória sobre a Transferência da Capital do Piauí*²⁹, de autoria do intelectual Júlio Romão da Silva³⁰.

²⁹ SILVA, Júlio Romão da. **Memória sobre a transferência da capital do Piauí**. 3ª Ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.07.

³⁰ Júlio Romão da Silva. n. Teresina (PI), 1917 – f.Teresina, 2013 (PI). Bel. em Letras e em geografia e história (Faculdade de Filosofia – UB-Rio de Janeiro). Oficial de marcenaria. Funcionário do IBGE. Cofundador do Teatro Experimental do Negro, do Teatro Popular Brasileiro e da Orquestra Afro-Brasileira. Recebeu os títulos honorários de cidadão carioca e fluminense. Jornalista em Teresina dirigiu *O Artífice* (1936), *Terra de Mafrense* (1939). No Rio trabalhou no *O Malho*, *Revista da Semana*, *Vamos Ler*, *Jornal do Comércio* (revisor), *Diário Carioca* e *Correio da Manhã*, cujo suplemento econômico dirigiu. Secretário do *Boletim Geográfico* e da *Revista Brasileira de Geografia*. Membro da Associação Brasileira de Geografia, Sociedade Brasileira de Geografia e da APL. Publicou: **Hum Res**, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 79 – 101 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

SILÊNCIOS QUE EDITAM: A PRESENÇA DE DELCI MARIA TITO COMO INTELLECTUAL MEDIADORA NAS ENTRELINHAS DE A. TITO FILHO E NO CAMPO CULTURAL PIAUIENSE.

Na referida obra, o autor dedica as seguintes palavras ao casal: "Ao inolvidável cronista da Cidade Amada e consolidador da Casa de Lucídio de Freitas, ARIMATHEA TITO FILHO, as homenagens do autor. À sua amável e dedicada esposa, DELCIMARIA TITO, o testemunho da gratidão do memorialista"³¹. Essa dedicatória representa o reconhecimento explícito de Júlio Romão à contribuição de ambos na valorização e promoção da cultura piauiense, evidenciando o papel de Delci Maria Tito como colaboradora ativa no universo intelectual do estado.

92

Imagem: 03: O casal A. Tito Filho e Delci Maria Tito



Fonte: SILVA, Júlio Romão da. **Memória sobre a transferência da capital do Piauí**. 3ª Ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.p.05.

Outro momento significativo da participação de Delci Maria Tito no campo da difusão cultural no Piauí pode ser observado em sua colaboração nas parcerias entre o Estado e a Academia Piauiense de Letras (APL), por meio da Companhia Editora do Piauí (COMEPI), criada em 20 de maio de 1968 como sucessora da Imprensa Oficial do Piauí, a COMEPI tinha como finalidade principal a produção de todo o material gráfico do governo estadual. No entanto, sua atuação também se estendia à valorização da cultura piauiense, ao editar obras de diversos intelectuais e estabelecer parcerias com instituições culturais, como a própria APL.

Parnaíba Breve História de Um Rio (1945), Os Escravos (teatro-1947), Memória Histórica Sobre a Transferência da Capital do Piauí (1952), Golpe Conjurado (Teatro-1950), Luís Gama e Suas Poesias Satíricas (1952), Fundamentos do Sistema Estatístico Geográfico Brasileiro (1954). Ganhou diversos prêmios. Cf. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.p.540. *Passim*.

³¹ *Op. Cit.*, p.05.

Nesse contexto, Delci Maria Tito, atuando como secretária executiva da Academia Piauiense de Letras (APL) e parceira intelectual de A. Tito Filho, exerceu um papel fundamental na articulação e viabilização do projeto editorial financiado pelo governo estadual. Sua contribuição abrangeu tanto os aspectos administrativos quanto a mediação cultural, evidenciando seu comprometimento com a promoção da literatura e com a preservação da memória intelectual do Piauí.

Um exemplo expressivo dessa atuação foi sua participação na publicação da obra *Estudos de História do Piauí*, de Odilon Nunes, distribuída em quatro volumes³². Delci Maria Tito esteve envolvida diretamente na organização do conteúdo e na elaboração do projeto gráfico, incluindo a produção das capas, demonstrando sensibilidade estética e competência editorial no tratamento das obras de cunho histórico e literário.

Em 1983, no contexto da cooperação com a COMEPI, foi publicada a obra *Um jornalista na Academia*³³, cuja organização e concepção da capa foram inteiramente realizadas por Delci Maria Tito. Organizar uma obra implica assumir a responsabilidade intelectual pela seleção e disposição dos conteúdos, definição da estrutura interna, atuação como mediadora entre diferentes autores, além de promover a revisão e assegurar a coerência temática, elementos essenciais para garantir a unidade intelectual do trabalho.

A obra organizada por Delci Maria Tito refere-se à posse de Ofélio das Chagas Leitão³⁴ na Academia Piauiense de Letras, como ocupante da cadeira nº 14. É composta por um histórico do patrono e dos acadêmicos que anteriormente ocuparam essa cadeira, além de uma nota introdutória sobre a solenidade, que funciona como uma apresentação geral da obra,

³² NUNES, Odilon. *Estudos de História do Piauí – Devassamento e conquista do Piauí*. 2ª ed. Teresina: COMEPI, 1983, v.1, NUNES, Odilon. *Estudos de História do Piauí – O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento*. 2ª ed. Teresina: COMEPI, 1983. v. 2; NUNES, Odilon. *Estudos de História do Piauí – Os primeiros Currais (Geografia e História do Piauí Seiscentista)*. 2ª ed. Teresina: COMEPI, 1983. v. 3 e NUNES, Odilon. *Estudos de História do Piauí – Economia e Finanças (Piauí Colonial)*. 2ª ed. Teresina: COMEPI, 1983. v. 4. Estas obras foram publicadas primeira na *Revista Econômica* entre os anos de 1959 e 1960 e no ano de 1972 em parceria com o Governo do Piauí, foi publicada a primeira edição destas obras. Em 2014 a APL no contexto das comemorações do centenário da APL, reuniu todos estes volumes, juntamente com uma outra obra de Odilon Nunes, *Um desafio na historiografia do Brasil* e outros anexos em único volume NUNES, Odilon. *Estudos de História do Piauí*. 2ª ed. Teresina: APL, 2014. Coleção Centenário nº 8.

³³ TITO, Delci Maria Ribeiro Matos. (Org.). *Um jornalista na Academia*. Teresina: COMEPI/APL, 1983.

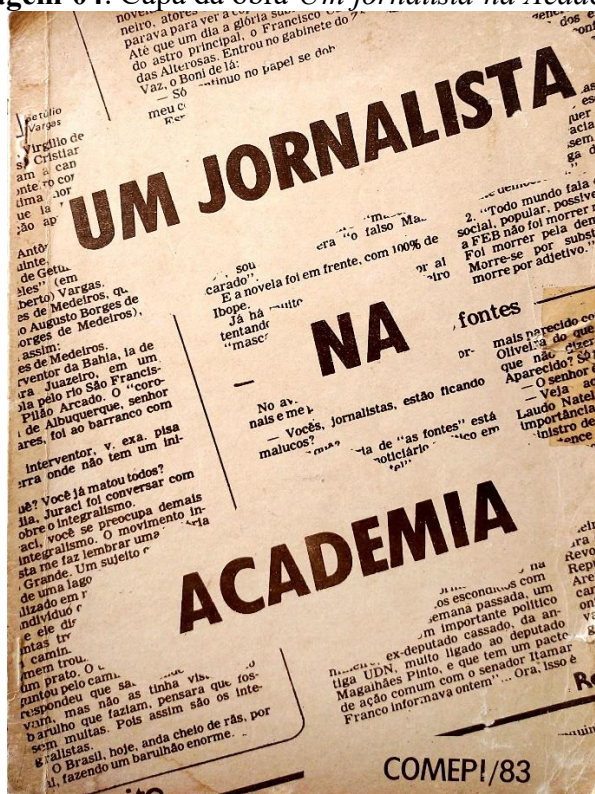
³⁴ Ofélio das Chagas Leitão. n. Picos (PI), 04/12/1915 – f. Teresina (PI), 30/05/1969. Advogado, professor e jornalista. Bacharel em Direito pela Faculdade do Maranhão. Foi juiz do trabalho e exerceu outros cargos públicos. Foi professor em diversos estabelecimentos educacionais do estado. Foi redator chefe da Imprensa Oficial do Estado e do jornal O Piauí. Trabalhou nos seguintes jornais: *O Imparcial*, *O Maranhão*. Publicou: *Euripedes de Aguiar – Varão de Plutarco*; *O Sindicalismo Brasileiro e Comércio e Sociedade Brasileira*. Foi membro da Academia Piauiense de Letras. Cf. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003*. Teresina: Editora Halley, 2003.p.108-109. p.221. *Passim*.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 79 – 101 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

SILÊNCIOS QUE EDITAM: A PRESENÇA DE DELCI MARIA TITO COMO INTELLECTUAL MEDIADORA NAS ENTRELINHAS DE A. TITO FILHO E NO CAMPO CULTURAL PIAUIENSE.

acompanhada do histórico da cadeira em questão. Integram ainda a publicação o discurso de posse de Ofélio Leitão, o discurso de recepção proferido por A. Tito Filho, uma sessão de fotografias do evento e uma nota oficial do Governo do Estado saudando o novo acadêmico, assinada pelo então governador Lucídio Portella Nunes.

Imagem 04: Capa da obra *Um jornalista na Academia*.

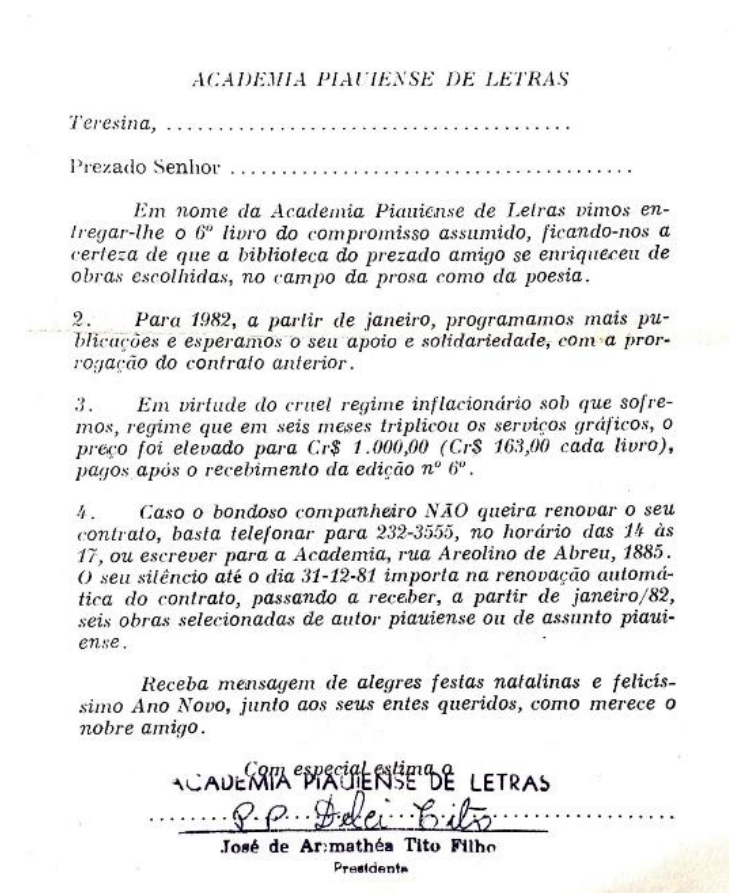


Fonte: Acervo do autor.

A capa, como já mencionado anteriormente, constitui um elemento fundamental em uma publicação. No caso específico desta obra, cuja concepção da capa partiu do trabalho intelectual de Delci Maria Tito, é possível identificar um valor simbólico e comunicacional direcionado ao leitor, representando uma interpretação estética e conceitual da obra. Ofélio Leitão, sendo um jornalista amplamente conhecido, torna significativo o título *um jornalista na Academia* e sua aplicação na capa, que estabelece conexões simbólicas reforçadas pelas imagens de folhas de jornal, compondo uma narrativa visual. Assim, a capa adquire a função de representar um tempo histórico e criar uma comunicação visual de ideias, configurando-se como uma intervenção intelectual na linguagem gráfica da obra, uma articulação entre imagem, conceito e identidade editorial.

Dentro do contexto de sua atuação como intelectual mediadora, Delci Maria Tito demonstrava constante preocupação com a divulgação das obras da Academia Piauiense de Letras (APL) e de seus membros. Uma das formas de expressar esse compromisso era por meio do envio de correspondências oficiais da APL, nas quais solicitava a renovação de assinaturas do informativo da instituição, ao mesmo tempo em que destacava as dificuldades enfrentadas para a manutenção dos serviços gráficos e os custos financeiros envolvidos na produção editorial.

Imagem: 05. Carta aos colaboradores da APL.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

A carta da APL, datada do final de 1981, revela não apenas aspectos administrativos da instituição, mas também carrega traços de uma cultura intelectual que buscava sobreviver em meio às limitações financeiras e à instabilidade do período. Trata-se de um documento que, à primeira vista, tem um caráter funcional de renovar assinaturas de leitores e apoiadores, mas que, em uma leitura mais atenta, evidencia práticas de mediação cultural, estratégias de comunicação institucional e uma tentativa de valorização da produção literária local.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 79 – 101 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

SILÊNCIOS QUE EDITAM: A PRESENÇA DE DELCI MARIA TITO COMO INTELLECTUAL MEDIADORA NAS ENTRELINHAS DE A. TITO FILHO E NO CAMPO CULTURAL PIAUIENSE.

Embora a carta esteja com o carimbo do seu presidente A. Tito Filho, presidente da APL, é possível perceber nas entrelinhas a atuação de Delci Maria Tito, que assina a mesma, então secretária executiva da instituição, cuja influência na organização editorial e administrativa já era notável. Essa correspondência, provavelmente redigida com sua colaboração direta, expressa a preocupação com a continuidade da circulação de obras piauienses e a manutenção de uma rede de leitores e colaboradores que sustentavam financeiramente a produção gráfica da Academia.

Delci Maria Tito, como intelectual mediadora, tinha um papel fundamental nesse processo: ela não apenas organizava os materiais e coordenava os fluxos de publicação, mas articulava estratégias para garantir a difusão da literatura local, mesmo em tempos adversos, como indica o trecho que menciona o "cruel regime inflacionário". A carta apela à solidariedade dos assinantes, utilizando uma linguagem afetiva e respeitosa, o que reforça o estilo de comunicação adotado por ela, uma mescla de formalidade acadêmica com um tom de proximidade que visava criar vínculos duradouros com o público leitor.

Além disso, o documento revela a tentativa de institucionalizar uma prática editorial regular, ao mencionar o envio periódico de "seis obras selecionadas de autor piauiense ou de assunto piauiense", o que insere a APL em um circuito de produção e circulação do saber. Essa prática não é apenas burocrática; é uma ação consciente de formação de um campo intelectual regional, no qual Delci Maria Tito atua como figura-chave nos bastidores, organizando, mediando, redigindo, coordenando prazos e assegurando a identidade gráfica das publicações.

A APL, enquanto agremiação literária, dependia da colaboração ativa de seus acadêmicos, leitores de suas publicações, e apoiadores para viabilizar suas atividades. Nesse sentido, as ações de Delci Maria Tito contribuíam significativamente para fortalecer os vínculos entre a Academia e a comunidade intelectual local, promovendo a continuidade da produção e circulação de obras literárias piauienses das mais diversas naturezas, desde discursos e memórias até ensaios e estudos históricos.

Sua atuação revela não apenas o papel administrativo que exercia, mas também um engajamento cultural mais amplo, voltado à valorização da literatura regional, à difusão do saber e à preservação da memória intelectual do Piauí. Delci Maria Tito assumia, assim, uma função estratégica na sustentação do circuito editorial da APL, mobilizando redes de apoio e reafirmando a importância da instituição no cenário literário local.

No contexto da presidência de A. Tito Filho na Academia Piauiense de Letras (APL), destaca-se a criação e o lançamento, em 1986, de um jornal informativo intitulado *Notícias Acadêmicas*, com o subtítulo *Informativo da Academia Piauiense de Letras*. Essa iniciativa visava ampliar a visibilidade das ações da instituição, divulgar suas atividades culturais e reforçar os laços entre os acadêmicos e a sociedade em geral. A organização editorial do periódico ficou sob a responsabilidade de Delci Maria Tito, cuja atuação revelou-se fundamental tanto na curadoria dos conteúdos quanto na articulação estética da publicação.

O informativo representou um instrumento estratégico de comunicação institucional, refletindo o esforço da APL, sob a liderança de Tito Filho, de modernizar seus canais de diálogo com o público e valorizar a memória e a produção intelectual da entidade. A seguir, apresenta-se a capa de uma das edições do referido periódico, que exemplifica o cuidado gráfico e editorial empregado na construção dessa iniciativa de difusão cultural.

Imagem 06: Capas dos periódicos *Notícias Acadêmica*.



Fonte: A primeira Imagem refere-se Ano I janeiro de 1988 nº1 e Ano I dezembro de 1988 Ano I nº10. Disponível em: <https://www.academiapiaiensedeletas.org.br/noticias-da-academia/>

A publicação possuía periodicidade mensal e era dirigida por A. Tito Filho, então presidente da Academia Piauiense de Letras. A redação ficava a cargo de Herculano Moraes³⁵,

³⁵ Herculano Moraes. Nasceu em São Raimundo Nonato (PI), n. 1945 - f. 2018. Jornalista, escritor, foi membro da Academia Piauiense de Letras e de outras agremiações literárias, escreveu diversas obras, entre elas temos: *Murmúrios ao Vento* (1965); *Vozes Sem Eco* (1967); *Meus Poemas Teus* (1969); *Território Bendito* (1973); *Cantigas do Amor Fundamental* (1974); *Seca, Enchente, Solidão* (1977); *Pregão* (1978); *Amor* (1987 e 1989); *Chão de Poetas* (1974); *A Nova Literatura Piauiense* (1976); *Visão Histórica da Literatura Piauiense*, 3 edições (1976, 1982 e 1991); *Fronteiras da Liberdade* (1981), romance; *Legendas* e outros. Foi incluído no livro *A Poesia Hum Res*, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 79 – 101, jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

SILÊNCIOS QUE EDITAM: A PRESENÇA DE DELCI MARIA TITO COMO INTELLECTUAL MEDIADORA NAS ENTRELINHAS DE A. TITO FILHO E NO CAMPO CULTURAL PIAUIENSE.

Ofélio Leitão e O. G. de Carvalho³⁶. A organização editorial, como já mencionado, era de responsabilidade de Delci Maria Tito, que também exercia a função de secretária executiva da instituição. Atuavam em colaboração com ela Maria Ivone Matos, responsável pela biblioteca da APL, e Estelita Teixeira, que desempenhava a função de secretária da presidência.

A diagramação do *Notícias Acadêmicas* revelava um projeto gráfico arrojado para a época, incorporando imagens e recursos visuais que conferiam dinamismo à publicação. Ao comparar o primeiro e o décimo segundo números da revista, ambos pertencentes ao ano I, observa-se uma rápida evolução gráfica do periódico. Além disso, o informativo era estruturado em diversas seções, o que demonstrava uma clara preocupação com a diversidade temática e com a organização editorial. Inicialmente composto por apenas duas páginas, o periódico passou a contar com edições de até oito páginas, incluindo edições especiais. A complexidade envolvida na produção editorial era significativa, sobretudo considerando sua periodicidade mensal. Esse esforço editorial evidencia o comprometimento da equipe responsável em manter um canal de comunicação eficiente, informativo e esteticamente qualificado, contribuindo para a valorização da memória institucional e para a difusão das atividades culturais promovidas pela APL.

Considerações Finais

A análise da trajetória de Delci Maria Tito revela uma figura que, embora muitas vezes silenciada pelas narrativas tradicionais, desempenhou um papel fundamental no campo cultural piauiense, especialmente no contexto da atuação de A. Tito Filho. Sua contribuição ultrapassa os limites da esfera doméstica ou da simples colaboração afetiva: ela se insere como uma verdadeira intelectual mediadora, figura essencial na articulação entre produção, circulação e preservação da memória literária e histórica do Piauí.

Piauiense no Século XX (1995), organizada por Assis Brasil e na coletânea *Piauí: Terra, História e Literatura* (1980), organizada por Francisco Miguel de Moura. Disponível em: <https://www.academiapiaiensedeletras.org.br/morre-aos-73-anos-academico-e-jornalista-herculano-moraes/>. Acesso em: 22 de jul. 2025.

³⁶ Orlando Geraldo Rego de Carvalho (O. G. Reo de Carvalho). n. Oeiras, 25/01/1930 – f. 09/11/2013. Romancistas, bacharel em Direito. Lecionou Literatura e Português no Liceu Piauienses. Escritor de renome nacional. Entre suas obras temos: *Somos Todos Inocentes* (1971), *Rio Subterrâneo* (1967) e outras obras. GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003**. Teresina: Editora Halley, 2003.p.108-109. *Passim*.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 79 – 101 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

Ao acompanhar os itinerários intelectuais de A. Tito Filho, não se pode ignorar a presença constante, estratégica e sensível de Delci Maria Tito em diferentes etapas de sua produção. Como secretária executiva da Academia Piauiense de Letras, organizadora de publicações, idealizadora de capas, mediadora de redes intelectuais e colaboradora textual, Delci Maria Tito contribuiu para consolidar o projeto editorial da APL e ampliar o acesso às obras piauienses. Ela assumiu, portanto, funções que se conectam às definições contemporâneas do que é ser um agente cultural ativo: alguém que articula espaços, saberes e públicos.

Ao iluminar sua atuação, este trabalho buscou romper com os silêncios que frequentemente relegam as mulheres às margens das histórias culturais e intelectuais. Delci Maria Tito é um exemplo de como esses silêncios podem ser editados pela própria prática de pesquisa e escrita historiográfica comprometida com a pluralidade de vozes que compõem o passado.

Sua história também nos convida a refletir sobre as formas pelas quais a memória intelectual é construída, e sobre a importância de reconhecer as parcerias, colaborações e mediações que viabilizam o trabalho dos chamados “grandes nomes”. Ao lado de A. Tito Filho, Delci Maria Tito construiu não apenas uma vida compartilhada, mas um legado cultural coletivo, marcado pela dedicação, pela competência e por uma visão estética apurada, que deixaram profundas marcas na história editorial e literária do Piauí.

Que este estudo sirva, portanto, como ponto de partida para novas investigações sobre as presenças femininas na construção do campo intelectual regional e como incentivo à revisão crítica dos papéis historicamente atribuídos às mulheres nos bastidores da cultura. Delci Maria Tito não foi apenas coadjuvante: ela foi protagonista silenciosa, cuja atuação merece ser plenamente reconhecida, estudada e valorizada na historiografia da cultura piauiense.

Referências bibliográficas:

- BASTOS, Cláudio. **Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.
- BRANDIM, Ana Cristina Meneses de Sousa. **Escrita dos movimentos interiores: escrita de si e construção de uma trajetória de intelectualidade e distinção em A. Tito Filho (1971-1992)**. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). 2012.
- BUENO, Alexandra Padilha; MELLO, Graciele Dellalibera de. **Permanências e rupturas nas trajetórias de duas intelectuais em suas práticas culturais de mediação no Paraná (1850-1920)**. Disponível em: Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 79 – 101 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

SILÊNCIOS QUE EDITAM: A PRESENÇA DE DELCI MARIA TITO COMO INTELLECTUAL MEDIADORA NAS ENTRELINHAS DE A. TITO FILHO E NO CAMPO CULTURAL PIAUIENSE.

<https://www.scielo.br/j/heduc/a/4xtZxHN9qnCyVMZF7WhSHRh/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em 20 jul. 2025.

CARVALHO, Regina Coeli B. de M. **Astúcias de mulher: Amélia Beviláqua e as relações de gênero**. Teresina: Halley Gráfica e Editora, 2007.

COELHO, Celso Barros. **Academia Piauiense de Letras – 75 anos**. Teresina: APL, 1994.

DAFLON, Verônica Toste; CAMPOS, Luna Ribeiro. **Pioneiras da Sociologia: Mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX**. Niterói (RJ): EDUFF, 2022.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003**. Teresina: Editora Halley, 2003.

TITO FILHO. A. **Sua Excelência o Egrégio (Síntese Histórica)**. 2ª ed. Teresina: APL, 1991.

TITO FILHO. A. **Gente e humor**. 2ª ed. Teresina: COMEPI, 1981.

TITO FILHO. A. **Memorial da Cidade Verde**. Teresina: COMEPI, 1978a.

TITO FILHO. A. **A augusta casa do Piauí (Síntese Histórica)**. Brasília: Senado Federal, 1978b.

TITO FILHO. A. **Governos do Piauí: Capitania – Província – Estado**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Artenova. 1978c.

TITO FILHO. A. **Teresina: Ruas – Praças – Avenidas**. Teresina: [s.n], 1977a.

TITO FILHO. A. **Crônica da Cidade Amada**. Teresina: [s.n], 1977b.

TITO FILHO. A. **Praça Aquidabã, sem número**. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975a.

TITO FILHO. A. **Teresina meu amor**. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975b.

TITO FILHO. A. **Esmaragdo de Freitas – Homens de Episódios**. Teresina: COMEPI, 1973. Monografias do Piauí - Série Literária.

TITO FILHO. A. **Carnavais de Teresina**. Teresina: COMEPI, [s.d].

TITO, Delci Maria Ribeiro Matos. (Org.). **Um jornalista na Academia**. Teresina: COMEPI/APL, 1983.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. (Orgs.) **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Angela de Castro; KODAMA; Kaori; FONSECA, Maria Rachel Fróes da. **Apresentação: Imprensa e mediadores culturais: ciência, história e literatura**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/YSb994PgNBnjG7PCCmpCb6L/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em 19 de jul. 2025.

GOMES, Angela de Castro. **O lugar dos “Intelectuais mediadores”: entrevista com a Angela de Castro Gomes. Entrevistadores: Bruno Leal Pastor de Carvalho e Ana Paula Tavares Teixeira**. In: **Café História**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/intelectuais-mediadores-entrevista-angela-de-castro-gomes/>. Publicado em: 31 ago. 2020. ISSN: 2674-5917. Acesso em: 18 de jul. 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

MENDES, Algemira de Macedo; BORRALHO, Henrique. **Literatura, Gênero, Imprensa: diálogos diaspóricos**. Teresina: Editora Cancioneiro, 2023.

MOURA, Iara Conceição Guerra de M. **Historiografia Piauienses: relações entre escrita histórica e instituições político-culturais**. Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves, 2015.

NUNES, Odilon. **Depoimentos Históricos**. Teresina: COMEPI, 1981.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da imprensa no Piauí**. 3 ed. Teresina: Editora Zodíaco, 1997.

POPOFF, Alexandra. **As esposas: As mulheres nos bastidores da vida e obra de prodígios da literatura russa**. São Paulo: Amarilys Editora. 2013.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 79 – 101 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

Rocha, Olívia Candeia Lima. **Mulheres, escrita e feminismo no Piauí (1875-1950)**. Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves, 2011.

SILVA, Júlio Romão da. **Memória sobre a transferência da capital do Piauí**. 3ª Ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

ZANOTTO, Gizele. **História dos Intelectuais e História Intelectual: contribuições da historiografia francesa**. Disponível em:

<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/maisonroberto,+bib+03+historia+dos+31-45.pdf>. Acesso em: 19 de jul. 2025.

OS DONOS DA TERRA: PODER, POSSE E CONFLITO NO ESPAÇO RURAL DE CUMBIQUE – PAÇO DO LUMIAR (1983)

Lucas Cândido da Silva Martins ¹
Jakson dos Santos Ribeiro²

RESUMO

O artigo analisa os conflitos fundiários na região de Cumbique, no estado do Maranhão, evidenciando as tensões entre empreendimentos imobiliários e agricultores familiares historicamente estabelecidos no território. O avanço da urbanização desordenada tem impulsionado a apropriação de terras tradicionalmente ocupadas por comunidades camponesas, sujeitando-as a processos de expulsão marcados por coerção e violência. Tais disputas refletem não apenas dinâmicas locais, mas integram um quadro estrutural mais amplo de concentração fundiária e urbanização excludente, característico do desenvolvimento desigual no Brasil. Nesse ínterim, salientamos que a resistência desses grupos representa não só a defesa da posse da terra, mas uma luta por reconhecimento, justiça social e preservação de modos de vida e saberes tradicionais. O estudo ressalta a necessidade de políticas públicas que assegurem os direitos territoriais dessas populações, cujas identidades e subsistência estão intrinsecamente vinculadas ao espaço que ocupam.

Palavras-Chaves: conflitos fundiários; cumbique; posse; comunidades tradicionais; Maranhão.

THE LANDOWNERS: POWER, POSSESSION AND CONFLICT IN THE RURAL SPACE OF CUMBIQUE – PAÇO DO LUMIAR (1983)

ABSTRACT

This article analyzes land conflicts in the Cumbique region of Maranhão state, highlighting the tensions between real estate developments and family farmers historically established in the territory. The advance of disorderly urbanization has driven the appropriation of lands traditionally occupied by peasant communities, subjecting them to processes of expulsion marked by coercion and violence. Such disputes reflect not only local dynamics, but are part of a broader structural framework of land concentration and exclusionary urbanization, characteristic of unequal development in Brazil. In the meantime, we emphasize that the resistance of these groups represents not only the defense of land ownership, but a struggle for recognition, social justice, and the preservation of traditional ways of life and knowledge. The study highlights the need for public policies that ensure the territorial rights of these populations, whose identities and subsistence are intrinsically linked to the space they occupy.

Keywords: land conflicts; cumbique; possession; traditional communities; Maranhão

¹ Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: lucascandido1459@gmail.com

² Professor Adjunto I da Universidade Estadual do Maranhão –CESC/UEMA. Doutor em História Social da Amazônia -UFPA. Mestre em História Social –UFMA. Espe. Em História do Maranhão -IESF. Graduado em História -UEMA. Pedagogo –UNICID. Cood. do Grupo de Estudos de Gêneros do Maranhão –GRUGEN. E-mail: noskajzaionnel@gmail.com

OS DONOS DA TERRA: PODER, POSSE E CONFLITO NO ESPAÇO RURAL DE CUMBIQUE – PAÇO DO LUMIAR (1983)

LOS PROPIETARIOS DE LA TIERRA: PODER, POSESIÓN Y CONFLICTO EN EL ESPACIO RURAL DE CUMBIQUE – PAÇO DO LUMIAR (1983)

RESUMEN

Este artículo analiza los conflictos de tierras en la región de Cumbique, estado de Maranhão, destacando las tensiones entre los desarrollos inmobiliarios y las familias campesinas históricamente establecidas en el territorio. El avance de la urbanización desordenada ha impulsado la apropiación de tierras tradicionalmente ocupadas por comunidades campesinas, sometiénolas a procesos de expulsión marcados por la coerción y la violencia. Estas disputas reflejan no solo dinámicas locales, sino que forman parte de un marco estructural más amplio de concentración de tierras y urbanización excluyente, característico del desarrollo desigual en Brasil. Al mismo tiempo, destacamos que la resistencia de estos grupos representa no solo la defensa de la propiedad de la tierra, sino una lucha por el reconocimiento, la justicia social y la preservación de las formas de vida y los conocimientos tradicionales. El estudio destaca la necesidad de políticas públicas que garanticen los derechos territoriales de estas poblaciones, cuya identidad y subsistencia están intrínsecamente ligadas al espacio que ocupan.

Palabras clave: conflictos territoriales; cumbique; posesión; comunidades tradicionales; Maranhão

Introdução

Este artigo constitui-se como uma produção acadêmico-científica voltada à análise das disputas territoriais no contexto rural brasileiro, com ênfase específica no caso de Cumbique, localizado no município de Paço do Lumiar, estado do Maranhão. A pesquisa insere-se no campo dos estudos agrários contemporâneos e dialoga com investigações recentes que têm problematizado a heterogeneidade sociocultural e econômica dos sujeitos camponeses no Brasil³.

Ao ampliar o escopo de análise sobre os sujeitos sociais que compõem o campo brasileiro, busco examinar as interfaces entre a diversidade desses atores e as dinâmicas da questão agrária, compreendida em sua complexidade histórica, política e social. A formação da sociedade brasileira foi estruturada sob a égide de uma forte concentração fundiária, acompanhada da sistemática exclusão dos camponeses do acesso à terra, o que produziu um ordenamento socioespacial permeado por tensões, conflitos e desigualdades. A multiplicidade de grupos sociais no meio rural manifesta-se por meio de distintas formas de resistência, apropriação e defesa de territórios historicamente ocupados, bem como em reivindicações por

³ Estudos recentes, como a obra *O campesinato brasileiro: uma história de resistência*, de Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2014), abordam a questão da agricultura no Brasil, frequentemente associada às grandes propriedades monocultoras e agroexportadoras. Essa visão resulta em uma "amnésia social", que ignora a importante contribuição do campesinato. Definido por um modo de vida e cultura próprios, o campesinato no Brasil enfrentou desafios significativos, como a modernização agrícola do século XX, que expulsou posseiros e moradores. Com a redemocratização, movimentos sociais rurais trouxeram novamente a questão fundiária ao debate público. O Censo Agropecuário de 2006 confirmou a existência de um setor de agricultores não patronais e não latifundiários, historicamente resistentes e, muitas vezes, marginalizados como "pobres do campo".

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 106 – 123 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

políticas públicas que visem à redistribuição da terra e à reconfiguração da estrutura fundiária nacional⁴.

A presente investigação parte do pressuposto de que os conflitos fundiários observados em Cumbique envolvendo, de um lado, empreendimentos empresariais com interesses especulativos, e, de outro, agricultores familiares e trabalhadores rurais são expressões concretas da denominada “questão agrária”⁵. Este conceito, amplamente debatido na literatura especializada, não é unívoco: diversas abordagens teóricas divergem quanto à sua delimitação, ora concebendo o campo como uma realidade autônoma e relativamente estanque, ora destacando a centralidade das interações entre o rural e o urbano, especialmente no contexto de avanço da industrialização e da financeirização do território.

Ao considerar essas diferentes interpretações, este estudo busca compreender os conflitos de terra em Cumbique não apenas como episódios localizados, mas como manifestações de um processo histórico mais amplo, que articula estruturas de poder, interesses econômicos, políticas públicas e práticas de resistência social.

1 Transformações legislativas e lutas pela terra no Brasil

A partir das contribuições da chamada *Escola dos Annales*, a historiografia passou a deslocar seu foco das narrativas centradas em eventos políticos e grandes figuras individuais para a análise das estruturas de longa duração e das experiências cotidianas de diversos grupos sociais. Essa virada historiográfica inaugurou uma nova sensibilidade epistemológica, conferindo centralidade a sujeitos historicamente marginalizados pelos discursos tradicionais como trabalhadores, camponeses, mulheres, famílias, categorias de classe e etnias subalternizadas. Nesse sentido, a história social, influenciada por esse paradigma, orienta-se para a problematização dos processos sociais a partir da vivência dos grupos que constituem as bases da sociedade, ampliando o escopo analítico da disciplina e permitindo novas formas de

⁴ A questão fundiária no Brasil tem sido objeto de debates e reivindicações por políticas públicas que busquem reorganizar a estrutura agrária nacional, devido à sua importância histórica na perpetuação de desigualdades sociais e econômicas. Leis como a Lei de Terras de 1850 e o Estatuto da Terra de 1964 foram marcos na regulação do acesso à terra, porém, o cenário de concentração fundiária e exclusão social permanece presente até os dias atuais, como revelam os dados do Censo Agropecuário de 2017 (BRASIL, 2020).

⁵ Entre os principais estudiosos da questão agrária no Brasil destaca-se José de Souza Martins, autor de *O Cativo da Terra* (1979), que analisa a modernização agrícola e seus impactos sobre as relações sociais no campo. Outro nome fundamental é Karl Kautsky, que, em sua obra *A Questão Agrária* (1899), foi um dos primeiros a examinar a questão agrária no contexto do capitalismo, abordando a transição das economias rurais para o modelo industrial. Esses e outros autores têm contribuído significativamente para o entendimento das dinâmicas agrárias no Brasil e no mundo.

OS DONOS DA TERRA: PODER, POSSE E CONFLITO NO ESPAÇO RURAL DE CUMBIQUE – PAÇO DO LUMIAR (1983)

interpretação do passado. Como observa Barros (2004), trata-se de “uma busca de olhares para essas novas abordagens”, que rompe com o modelo elitista da historiografia tradicional.

É sob essa perspectiva que se torna possível compreender as reivindicações de agricultores familiares, trabalhadores rurais e outros atores do campo, cujas lutas por terra expressam não apenas demandas econômicas, mas também disputas por reconhecimento, identidade e pertencimento coletivo. Essas mobilizações são atravessadas por uma lógica histórica de exclusão, cujo marco inicial remonta à introdução do regime de sesmarias no Brasil colonial. Inspirado na legislação romana e implementado por meio das Capitanias Hereditárias, esse sistema visava à ocupação e exploração econômica do território sobretudo por meio da monocultura canavieira voltada ao mercado externo, mas ao mesmo tempo instituiu um padrão fundiário excludente, alicerçado na concentração de terras em mãos de uma elite agrária. Como já apontava Caio Prado Júnior (1977):

O tipo de colono europeu que procura os trópicos não é o trabalhador, mas o empresário de um grande negócio. Vem para dirigir: e é para o campo que se encaminha, só uma empresa de vulto, a grande exploração rural em que figure como senhor, o pode interessar (Caio Prado Jr. 1977, p. 33).

Caio Prado Júnior (1977) argumenta que a estrutura agrária brasileira foi concebida para atender prioritariamente às exigências do sistema colonial, pautado na lógica da produção voltada à exportação, e não à promoção de um ordenamento fundiário justo ou equitativo. Tal conformação teve impactos profundos e duradouros na organização social e territorial do país, estabelecendo um padrão de concentração fundiária que atravessou séculos e continua a influenciar as dinâmicas agrárias contemporâneas. A política de sesmarias, nesse contexto, configurou-se como um mecanismo legal que institucionalizou a apropriação privada de extensas porções de terra, concedidas aos sesmeiros — indivíduos que, além de deterem o domínio sobre o solo, acumulavam também prerrogativas políticas e administrativas.

Como destaca Porto (1965), as terras das Capitanias foram outorgadas aos donatários, que não apenas desfrutavam de privilégios legais, mas exerciam soberania quase absoluta sobre os territórios sob sua jurisdição. Esse arranjo institucional não apenas consolidou o poder econômico nas mãos de uma elite fundiária, mas também lhes conferiu autoridade administrativa, jurídica e militar, reproduzindo um modelo de gestão patrimonial do território marcado pela assimetria de poder⁶ e pelo controle centralizado dos recursos. Assim, a gênese

⁶ Nesse viés, que Souza (2000) em sua obra *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*, aborda esse cenário apresentando suas complexas e contraditórias interações, não apenas em termos físicos, mas também nas dinâmicas de poder que se projetam sobre o território. O capitalismo continua existindo ao moldar o **Hum Res**, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 106 – 123 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

do sistema agrário brasileiro encontra-se intrinsecamente vinculada à lógica de exclusão social e à reprodução de desigualdades, fenômenos que permanecem como traços estruturantes das lutas pela terra no Brasil contemporâneo.

A concentração fundiária, resultante das políticas coloniais de concessão de terras, não apenas aprofundou as desigualdades sociais, como também fomentou conflitos⁷ recorrentes entre os povos tradicionais, agricultores familiares e trabalhadores rurais historicamente marginalizados. Conforme observa Martins (1982), os processos de ocupação da terra no Brasil colonial e imperial se deram sob uma lógica excludente, na qual a figura do fazendeiro, detentor de sesmarias, era associada ao prestígio, ao poder político e à centralidade social, enquanto o posseiro⁸ muitas vezes oriundo de camadas populares ou pertencente a comunidades tradicionais era tratado como elemento periférico, alijado da estrutura jurídica e institucional do sistema fundiário. Essa hierarquização fundiária intensificava a fragmentação social e exacerbava as tensões entre os distintos grupos que disputavam o acesso à terra, resultando em um cenário crônico de violência simbólica e material.

Importa destacar que o regime de sesmarias conferia legitimidade jurídica apenas aos sesmeiros legalmente reconhecidos, desconsiderando por completo a presença e os direitos dos posseiros, cuja ocupação era, em muitos casos, anterior e contínua. Essa exclusão sistemática gerou dinâmicas de coação e subalternização, nas quais os posseiros, mesmo sendo os verdadeiros responsáveis pela exploração produtiva da terra, eram frequentemente forçados a assumir a condição de agregados ou a pagar foros sob ameaça de despejo. Porto (1976) ressalta que, ao exigir o pagamento do foro e não obtê-lo, os sesmeiros recorrentes buscavam judicializar a posse da terra, o que, em certas circunstâncias, resultava em decisões favoráveis aos ocupantes. Tais decisões, porém, não decorriam de uma ruptura estrutural com a lógica excludente do regime fundiário, mas sim das ambiguidades jurídicas e dos limites práticos da

espaço conforme suas necessidades específicas, visando a expansão, a dominação e, assim, restringindo as oportunidades de compartilhamento equitativo da riqueza mundial.

⁷ Para Houaiss (2001) o conceito de conflito é quando existe uma profunda falta de entendimento entre duas ou mais partes quando há uma grande discordância. Este estado de divergência pode ser caracterizado pelo acentuado conflito ou oposição entre diferentes perspectivas, interesses ou posições. Quando duas ou mais entidades não conseguem concordar ou encontrar um terreno comum, surge um ambiente de conflito intenso e desacordo persistente. É nesses momentos que as divergências se manifestam de forma evidente, refletindo a dificuldade em alcançar consenso ou reconciliação entre as partes envolvidas.

⁸ Conforme Miranda (1988), Posseiro é aquele que, por uma necessidade básica e inerente à sua condição humana, estabelece residência, trabalha e assegura sua sobrevivência em uma área de terra específica. Esse indivíduo muitas vezes se vê compelido a ocupar a terra disponível para cultivar alimentos, construir sua moradia e criar um ambiente sustentável para si e para sua família. A relação do posseiro com a terra não é apenas de posse física, mas também de conexão profunda com o ambiente que o sustenta. Suas práticas agrícolas e modos de vida frequentemente refletem uma harmonia frágil, porém crucial, entre suas necessidades pessoais.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 106 – 123 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

OS DONOS DA TERRA: PODER, POSSE E CONFLITO NO ESPAÇO RURAL DE CUMBIQUE – PAÇO DO LUMIAR (1983)

aplicação da legislação vigente em contextos marcados por conflitos de legitimidade e ancestralidade territorial.

Diante do crescimento populacional e do acirramento das disputas pelo uso e controle da terra, o Estado imperial brasileiro foi compelido a adotar medidas regulatórias para enfrentar o caos fundiário herdado do regime colonial⁹. Em 1822, como tentativa de contenção e reorganização do sistema, suspenderam-se as concessões de sesmarias, embora a ausência de uma nova legislação efetiva por quase três décadas tenha intensificado a instabilidade no campo. A fragilidade jurídica, aliada à precariedade da demarcação e ao desconhecimento das fronteiras agrárias, expôs a complexidade e a disfuncionalidade da estrutura fundiária brasileira, marcada por conflitos constantes e sobreposições de posse.

Nesse contexto, a promulgação da Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601) representou um marco na tentativa de reconfigurar juridicamente a questão agrária no país. Para Jahnel (1984), essa legislação emergiu como resposta à proliferação desordenada da ocupação de terras devolutas, que, sem um marco regulatório, vinham sendo apropriadas de forma arbitrária. A Lei de Terras instituiu, pela primeira vez, o princípio da aquisição da terra pública exclusivamente por meio da compra, mediante leilões públicos, excluindo os mecanismos tradicionais de doação, como as sesmarias. Com isso, consolidava-se uma nova racionalidade jurídica e econômica voltada à regularização fundiária, à definição legal das terras devolutas e à limitação do acesso gratuito à terra. Paralelamente, visava-se fomentar a imigração europeia como estratégia para suprir a futura demanda de mão de obra livre nas lavouras, sobretudo nas regiões em que a cafeicultura estava em expansão, conforme observa Holanda (1995).

Contudo, conforme argumenta José Murilo de Carvalho (1981) em sua obra *Modernização frustrada: a política de terras do Império*, a Lei de Terras teve eficácia prática bastante limitada. Embora inovadora no plano legislativo, sua implementação foi sistematicamente sabotada por interesses dominantes em especial os dos grandes proprietários de terra, que detinham forte influência política e resistiam a qualquer tentativa de reordenamento do território que comprometesse seus privilégios fundiários. Dessa forma, a lei tornou-se um exemplo paradigmático da dissociação entre norma e prática, marcando o início

⁹ Gabler (2015) aponta que os frequentes litígios envolvendo a posse das terras culminaram na suspensão da concessão de sesmarias em 17 de julho de 1822. No entanto, a carta de sesmaria permaneceu como referência inicial na história da ocupação territorial das áreas em disputa, conferindo legalidade às posses estabelecidas pelos sesmeiros. Vale destacar que, em muitos casos, esses sesmeiros não cumpriram as exigências legais, como a obrigatoriedade de realizar a medição e a demarcação das terras, requisitos essenciais para validar plenamente a posse.

de um padrão recorrente na história legislativa brasileira: a promulgação de dispositivos modernos, mas esvaziados de aplicabilidade concreta.

Essa perspectiva é corroborada por Márcio Antônio (2025), que, em sua obra *Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”*, sustenta que a legislação foi concebida não apenas para organizar juridicamente a propriedade da terra, mas, sobretudo, para dificultar o acesso dos segmentos populares ao solo, criando obstáculos econômicos e burocráticos que favoreciam os grandes latifundiários. A distinção entre terras públicas e privadas buscava, ademais, consolidar um ambiente propício à atração de imigrantes europeus, vistos como substitutos ideais para a mão de obra escravizada, cuja abolição se tornava cada vez mais iminente no cenário internacional e interno.

Já no século XX, segundo Jahnel (1984), o Estatuto da Terra de 1964 marcou um novo momento da política fundiária brasileira, inserido no contexto das crescentes mobilizações camponesas¹⁰ e das pressões nacionais e internacionais por reformas estruturais. Promulgado sob a égide do regime militar, o Estatuto teve como finalidade central a modernização da base agrária nacional, promovendo o planejamento territorial, a valorização da propriedade produtiva e o estímulo à racionalização do uso da terra. Apesar de seu viés tecnocrático e empresarial, o documento incorporava uma linguagem voltada à justiça social e à distribuição mais equitativa da terra, ainda que sua execução tenha enfrentado os mesmos entraves históricos que marcaram a trajetória da política agrária brasileira: resistência das elites, burocratização excessiva e seletividade na implementação das medidas propostas.

O Estatuto da Terra, promulgado em 1964, instituiu um novo paradigma jurídico e político para a regulação fundiária no Brasil, ao consagrar a empresa rural como modelo hegemônico de exploração agrícola, alinhado às diretrizes do desenvolvimentismo estatal da época. Inspirado por uma concepção modernizante do campo, o Estatuto introduziu o princípio da função social da propriedade rural, estabelecendo que o direito à terra não seria mais absoluto, mas condicionado ao cumprimento de obrigações sociais, econômicas e ambientais, conforme previsto no artigo 186 da Constituição Federal de 1988, que o consolidaria posteriormente.

¹⁰ Conforme Fernandes (2000), Várias formas de organização surgiram, como as Ligas Camponesas, associações de trabalhadores rurais e sindicatos, que lutavam pela reforma agrária e contavam com o apoio frequente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Igreja Católica progressista. No entanto, essas entidades enfrentaram forte repressão, especialmente após a ilegalização do PCB em 1947 e durante o regime militar iniciado em 1964. Movimentos como as Ligas Camponesas foram violentamente reprimidos por fazendeiros e autoridades.

OS DONOS DA TERRA: PODER, POSSE E CONFLITO NO ESPAÇO RURAL DE CUMBIQUE – PAÇO DO LUMIAR (1983)

Essa vinculação entre propriedade e função social representou uma inflexão normativa relevante, uma vez que passou a permitir a desapropriação de latifúndios improdutivos especialmente para fins de reforma agrária com indenizações não necessariamente em moeda corrente, mas, muitas vezes, por meio de títulos da dívida pública. Tal mecanismo visava tornar viável a redistribuição de terras sem comprometer imediatamente os cofres públicos, embora tenha sido alvo de críticas por favorecer a morosidade dos processos e beneficiar setores dominantes com títulos valorizáveis a longo prazo.

Como observa Jahnel (1984), essas diretrizes buscaram não apenas reordenar a estrutura agrária brasileira, mas também fomentar um modelo de produção rural mais eficiente, racional e socialmente responsável, em consonância com os imperativos da modernização capitalista no campo. O Estado pretendia, assim, integrar o campesinato à lógica do mercado, ao mesmo tempo em que respondia às crescentes pressões por justiça agrária, especialmente no contexto das lutas camponesas que ganhavam visibilidade e força nas décadas de 1950 e 1960.

Importa destacar que essas legislações desempenharam papel central na conformação jurídica da propriedade rural e na tentativa de regulamentar, ao longo da história brasileira, as diversas formas de posse e ocupação do território. Para contextualizar historicamente essa trajetória normativa, apresenta-se a seguir uma sistematização das principais leis relativas à posse e uso da terra no Brasil, no período compreendido entre 1850 e 1983:

Evolução da Legislação Fundiária no Brasil (1850–1983)

Ano	Lei	Descrição
1850	Lei de Terras (Lei nº 601)	Estabeleceu o regime de propriedade privada da terra, com base na compra
1854	Lei nº 704	Regulamentou a Lei de Terras de 1850, permitindo aquisição de terras devolutas através de concessão
1855	Lei nº 725	Ampliou as disposições da Lei de Terras de 1850, facilitando aquisição de terras devolutas.
1864	Lei nº 1.237	Modificou as condições para concessão de terras devolutas.
1884	Lei nº 3.270	Introduziu o regime de "sesmarias" no Brasil, substituindo o regime de terras devolutas.
1912	Decreto nº 22.427	Criou o Serviço de Terras e Colonização, regulamentando a ocupação de terras devolutas.
1964	Lei nº 4.504 (Estatuto da Terra)	Estabeleceu normas gerais sobre a reforma agrária, uso e ocupação da terra rural.
1983	Lei nº 7.433	Aperfeiçoou dispositivos do Estatuto da Terra, especialmente em relação à desapropriação rural.

Fonte: *Elaboração própria, com base na legislação fundiária brasileira (1850–1983).*

Embora o ordenamento jurídico brasileiro tenha passado por significativas transformações ao longo do tempo como demonstrado na tabela anteriormente apresentada no intuito de democratizar o acesso à terra e promover justiça social no meio rural, a persistência de estruturas fundiárias excludentes evidencia os limites concretos da efetividade dessas normas. Diversos fatores de ordem histórica, econômica e política têm operado como entraves à implementação plena das reformas agrárias, contribuindo para a manutenção de um padrão concentrador de propriedade que favorece grandes latifundiários em detrimento de trabalhadores rurais e pequenos agricultores.

Nesse sentido, a configuração da estrutura agrária brasileira permanece marcada por uma profunda desigualdade, expressa na elevada concentração de terras nas mãos de segmentos específicos da elite agrária. Tal realidade não apenas alimenta dinâmicas de exclusão social e de precarização das condições de vida de comunidades tradicionais e camponesas, mas também aprofunda as tensões no campo, gerando conflitos fundiários e episódios recorrentes de violência estrutural contra os sujeitos historicamente marginalizados do processo de ocupação territorial.

Ademais, essa concentração fundiária impõe sérios desafios ao desenvolvimento econômico e sustentável das regiões rurais, uma vez que impede o acesso equitativo a recursos naturais estratégicos para a reprodução social das famílias agricultoras. Como destacam Gasparoto e Teló (2021), a iniquidade no acesso à terra compromete não apenas a segurança alimentar e a soberania territorial das comunidades rurais, mas também inviabiliza a consolidação de um modelo de desenvolvimento rural inclusivo e plural, fundado na valorização da diversidade produtiva, cultural e ambiental do campesinato brasileiro. observa-se que:

No Brasil existe uma grande concentração da propriedade da terra. Isso gera pobreza, desigualdade e violência contra as comunidades tradicionais e trabalhadoras e trabalhadores rurais. A relação entre concentração, desigualdade e violência está no centro do que chamamos de questões agrárias brasileira. (Gasparotto e Teló, p. 06, 2021).

A concentração fundiária no Brasil configura-se não apenas como um privilégio econômico, mas, sobretudo, como um instrumento de poder político historicamente acessível a uma minoria abastada. Essa estrutura excludente tem reiteradamente marginalizado as comunidades tradicionais e os trabalhadores rurais, dificultando tanto o acesso à terra quanto a permanência digna no campo. A desigualdade no domínio da terra perpetua as assimetrias

OS DONOS DA TERRA: PODER, POSSE E CONFLITO NO ESPAÇO RURAL DE CUMBIQUE – PAÇO DO LUMIAR (1983)

socioeconômicas e restringe drasticamente as possibilidades de desenvolvimento autônomo daqueles que dependem da agricultura como meio primário de subsistência e reprodução social.

Segundo Gasparoto e Teló (2021), desde os primórdios da colonização, a população camponesa brasileira tem resistido às dinâmicas de concentração, expropriação e exclusão territorial, frequentemente enfrentando o peso de um aparato jurídico e político estruturado para garantir a reprodução dos interesses dos grandes proprietários. Apesar das adversidades, diversas formas de resistência emergiram ao longo da história, revelando uma resiliência social e cultural voltada à preservação dos modos de vida vinculados à terra e ao território.

Nesse contexto, Fernandes (2000), em sua obra *Brasil: 500 anos de luta pela terra*, ressalta que, já no século XIX, a configuração da propriedade fundiária no Brasil foi deliberadamente articulada para favorecer a consolidação de um sistema capitalista em expansão, facilitando a transição da escravidão para um regime de trabalho livre, sem, no entanto, garantir acesso aos meios de produção aos libertos. Assim, embora formalmente livres, os trabalhadores permaneceram alijados da terra, enquanto antigos escravocratas se convertiam em capitalistas agrários, apropriando-se de vastas extensões territoriais.

Ainda conforme Fernandes (2000), a “cativa da terra” antecedeu a abolição da escravidão, o que impediu que os ex-escravizados se apropriassem da terra como patrimônio produtivo e simbólico. Paralelamente, o incremento da imigração europeia visava suprir a necessidade de mão de obra nas lavouras, embora tanto os imigrantes quanto os libertos enfrentassem condições precárias de vida e trabalho. Os antigos senhores de escravos continuaram a ocupar ilegalmente terras públicas, consolidando práticas de grilagem e exploração laboral nas novas frentes agrícolas. Nesse cenário emergia o posseiro: figura social marcada pela vulnerabilidade jurídica e pela resistência prática frente à expropriação.

No Maranhão, como observa Fernandes (2000), tal processo assumiu contornos específicos. A economia regional prosperou com o cultivo intensivo de algodão, cana-de-açúcar e arroz, fortemente alicerçada no trabalho escravo. Esses ciclos produtivos não apenas estruturaram a base econômica da província, como também moldaram as disputas territoriais e o padrão de uso da terra, ainda presentes nas dinâmicas agrárias contemporâneas do estado.

A posse da terra assumia, nesse contexto, um papel central na definição do status econômico e social dos sujeitos. Mesmo com o avanço das políticas de industrialização no século XX, a agricultura camponesa continuou a desempenhar um papel estratégico nos mercados locais e regionais, sendo cultivada tanto por pequenos produtores quanto por empresários rurais. Como bem sintetiza Miranda (1988), a terra é mais que um suporte físico: **Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 106 – 123 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.**

ela é o espaço existencial onde o sujeito estabelece seus vínculos afetivos, identitários e produtivos. É nela que se constrói o lar, se cultiva o alimento e se reafirma o pertencimento. Ao solo se retorna não apenas biologicamente, mas simbolicamente, pois dele provém não apenas a subsistência, mas também a continuidade da vida social e cultural.

A persistência da desigualdade fundiária no Brasil constitui um dos entraves estruturais mais profundos à consolidação de um modelo de desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável. A histórica concentração da terra nas mãos de uma minoria privilegiada contrasta de forma aguda com a realidade vivenciada por pequenos agricultores, trabalhadores rurais e comunidades tradicionais, que, em sua maioria, enfrentam enormes obstáculos para garantir não apenas o acesso à terra, mas também a permanência digna sobre ela.

Essa assimetria fundiária transcende os limites da economia agrária e reverbera em múltiplas esferas da vida social. Os efeitos da concentração de terras não se restringem à esfera produtiva ou à distribuição de renda: estendem-se à reprodução de relações sociais excludentes, à precarização das condições de trabalho no campo e à sistemática negação de direitos fundamentais. Ademais, a exclusão do acesso aos recursos naturais compromete a segurança alimentar, fragiliza os modos de vida tradicionais e impõe barreiras significativas à autonomia das populações rurais.

Do ponto de vista ambiental, a concentração fundiária também contribui para o aprofundamento de práticas predatórias. Grandes propriedades voltadas à monocultura e ao agronegócio frequentemente operam com base na intensiva exploração dos recursos naturais, promovendo a degradação de ecossistemas, o desmatamento e a contaminação de solos e águas, em contraste com as práticas mais sustentáveis geralmente adotadas pela agricultura familiar e pelas comunidades camponesas. Assim, a concentração de terras revela-se não apenas como uma injustiça social, mas também como um fator catalisador de desequilíbrios ambientais, comprometendo a resiliência dos territórios e das populações que deles dependem. Bem como apontar Fernandes (2000):

Desde as lutas messiânicas ao cangaço. Desde as Ligas Camponesas ao MST, a luta nunca cessou, em nenhum momento. Lutaram e estão lutando até hoje e entrarão o século XXI lutando. Desde as capitâneas hereditárias até os latifúndios modernos, a estrutura fundiária vem sendo mantida pelos mais altos índices de concentração do mundo. Esse modelo insustentável sempre se impôs por meio do poder e da violência. Agora, ou fazemos a reforma agrária ou continuaremos sendo devorados pela questão agrária. (Fernandes, 200, p.01)

OS DONOS DA TERRA: PODER, POSSE E CONFLITO NO ESPAÇO RURAL DE CUMBIQUE – PAÇO DO LUMIAR (1983)

Movimentos históricos, como as Ligas Camponesas nas décadas de 1950 e 1960, e posteriormente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), analisados por Fernandes (2000), constituem expressões emblemáticas da resistência camponesa à histórica concentração fundiária no Brasil. Esses movimentos não apenas reivindicam a reforma agrária¹¹ a como uma política pública estruturante, mas também articulam demandas mais amplas por justiça social, dignidade humana, cidadania plena e valorização do trabalho rural. Suas ações mobilizam um repertório político diversificado, que vai da ocupação simbólica e efetiva de latifúndios improdutivos à construção de alternativas socioeconômicas viáveis, como cooperativas, escolas do campo e experiências agroecológicas.

A efetividade de uma política de reforma agrária, nesse sentido, transcende a mera redistribuição fundiária. Implica o fortalecimento de mecanismos de apoio institucional aos agricultores familiares, incluindo assistência técnica, financiamento público, acesso a mercados e incentivo a práticas agrícolas sustentáveis. Tais medidas, quando articuladas de forma sistêmica, contribuem para a reconfiguração do espaço rural, democratizando o acesso à terra e promovendo modelos de desenvolvimento que respeitam os limites ecológicos e os direitos das populações tradicionais e camponesas.

Ao longo do século XX e início do século XXI, a questão agrária permaneceu como um dos eixos centrais das disputas políticas e sociais no Brasil. A superação das desigualdades estruturais no campo exige, portanto, um compromisso político contínuo e articulado entre o Estado e a sociedade civil organizada. A construção de alternativas exige também o reconhecimento da legitimidade das lutas sociais por terra e da centralidade da terra como bem comum e elemento constitutivo da identidade e da sobrevivência de amplas parcelas da população rural.

No caso da comunidade de Cumbique, localizada no município de Paço do Lumiar, no estado do Maranhão, essa resistência histórica manifesta-se de modo particular. Ali, como em tantas outras regiões do país, a luta pela terra assume formas múltiplas — desde protestos, mobilizações de base e embates jurídicos até atos mais incisivos de ocupação e defesa do

¹¹ A reforma agrária, cara leitor, consiste em um conjunto de medidas destinadas a promover uma distribuição mais justa das terras, modificando os regimes de uso e propriedade. Seu objetivo principal é assegurar que a maior parte das terras agricultáveis seja acessível a uma quantidade correspondente de trabalhadores rurais. Em síntese, a política de reforma agrária busca superar a concentração excessiva de terras nas mãos de poucos proprietários, especialmente reduzindo ou eliminando os latifúndios no meio rural. Brasil Escola. O que é reforma agrária? Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-reforma-agraria.htm>. Acesso em: 12 jul. 2024.

território. A luta por justiça agrária em Cumbique é, portanto, expressão concreta de uma trajetória de resistência coletiva profundamente enraizada na história social brasileira, na qual o direito à terra representa não apenas a base da subsistência material, mas também o fundamento simbólico da dignidade, da memória e do pertencimento

2 Cumbique: uma comunidade de paz em clima de guerra.

Na região do estado do Maranhão, os conflitos fundiários configuram um reflexo contundente das dinâmicas sociais, econômicas e políticas que historicamente atravessam o campo brasileiro. Conforme observam Cabral, Ferreira e Oliveira (s.d.), tais disputas evidenciam a crescente influência do capital sobre os territórios rurais e revelam um processo contínuo de tensionamento entre diferentes racionalidades: de um lado, a lógica do capital e da acumulação fundiária; de outro, a defesa territorial empreendida por camponeses, quilombolas, indígenas e demais comunidades étnico-raciais que buscam garantir a reprodução de seus modos de vida. Essas resistências, como argumenta Stedile (2008), expressam identidades coletivas forjadas na interseção entre memórias ancestrais, práticas tradicionais e enfrentamentos ao projeto moderno-colonial de apropriação e mercantilização da terra.

Durante os anos de 1980 e 1981, o recrudescimento das disputas agrárias atingiu níveis alarmantes nos estados do Maranhão, Pará e Bahia, revelando a gravidade estrutural da questão fundiária. Segundo Santos Filho e Porto (1984), foram registrados, somente em 1980, 467 conflitos pela posse da terra. No ano seguinte, esse número praticamente dobrou, alcançando 896 ocorrências. No intervalo de apenas vinte e quatro meses, contabilizaram-se 1.363 confrontos, o que evidencia não apenas o volume expressivo dos embates, mas também sua intensidade e profundidade social, centradas na disputa por espaços indispensáveis à sobrevivência e à dignidade dos trabalhadores rurais.

É nesse contexto de acirramento das tensões que se insere o assentamento Cumbique, situado entre os municípios de Raposa e Paço do Lumiar, na região metropolitana de São Luís (MA). Criado nos anos 1980 como parte de um projeto de assentamento agrícola¹², o território de Cumbique, embora concebido como alternativa de inclusão e justiça agrária, passou a ser marcado por recorrentes episódios de conflito fundiário, os quais envolvem interesses diversos

¹² OAB MARANHÃO. Comissão de Direitos Humanos da OABMA realiza audiência pública em busca de solução para o assentamento Cumbique em Paço do Lumiar. São Luís, 10 mai. 2016. Disponível em: <https://www.oabma.org.br/agora/noticia/comissao-de-direitos-humanos-da-oabma-realiza-audiencia-publica-em-busca-de-solucao-para-o-assentamento-cumbique-em-paco-do-lumiar-10-05-2016>. Acesso em: 12 jul. 2024

OS DONOS DA TERRA: PODER, POSSE E CONFLITO NO ESPAÇO RURAL DE CUMBIQUE – PAÇO DO LUMIAR (1983)

e, muitas vezes, antagônicos. Relatos jornalísticos da época, especialmente veiculados pelo jornal *O Imparcial* (1983), documentam o agravamento das tensões locais, apontando para disputas territoriais que colocaram em risco a segurança e a estabilidade das famílias assentadas. O projeto, inicialmente delineado como espaço de esperança e superação da vulnerabilidade social, transformou-se em cenário de litígios persistentes, permeado por ameaças, confrontos e embates jurídicos prolongados.

As reportagens de *O Imparcial* desempenham papel relevante como fontes primárias para a compreensão histórica dos conflitos fundiários em Cubique, contribuindo para a construção de uma narrativa crítica acerca dos processos de exclusão territorial e resistência popular. A utilização do jornal como documento histórico insere-se na ampliação epistemológica operada sobretudo a partir das contribuições da Escola dos Annales, que redirecionou os interesses da historiografia para além das elites políticas e dos grandes eventos, valorizando a cultura material, os testemunhos cotidianos e os sujeitos subalternos. Esse redimensionamento das fontes, aliado à influência dos estudos culturais e à crítica à macro-história tradicional, possibilitou a emergência de novas abordagens, nas quais os conflitos locais e as vozes silenciadas ganham centralidade analítica.

Nesse sentido, o caso de Cubique adquire relevância não apenas como objeto de investigação empírica, mas como ponto de inflexão para refletir sobre as permanências e rupturas nas formas de apropriação e resistência em torno da terra no Brasil contemporâneo. Ao iluminar a historicidade das disputas fundiárias e das estratégias de luta por direitos territoriais, a análise deste assentamento se insere num debate mais amplo sobre a justiça agrária, os direitos coletivos e os limites do modelo de desenvolvimento agrário vigente no país.

Através do jornal *O Imparcial* (1983)¹³, um veículo de comunicação de grande alcance na região, as notícias sobre os conflitos de terra em Cubique ganharam destaque, gerando repercussão não apenas local, mas também regional. O jornal desempenhou um papel fundamental na divulgação dos acontecimentos, fornecendo informações detalhadas sobre os confrontos entre os moradores e os representantes dos interesses imobiliários.

¹³ No primeiro de maio de 1926, o empresário de exportação João Pires Ferreira, situado no centro de São Luís, demonstrou seu espírito empreendedor ao decidir transformar uma gráfica que compartilhava com seu irmão José Pires em uma editora de jornal. Surgiu assim a primeira edição de *O Imparcial*. Conhecido como J. Pires, ele desafiou as convenções ao lançar um jornal em São Luís e no Maranhão que não seguia uma linha política partidária. Reconhecendo a disputa política entre os periódicos da época, ligados tanto ao governo quanto à oposição, J. Pires vislumbrou um espaço para o jornalismo imparcial que equilibraria a informação, tornando-a uma parte essencial da experiência humana, conforme Borges, Raimundo. *O imparcial: nossa história é a sua História*. São Luiz, 2019. Disponível em > oimparcial.com.br. Acesso em: 26 março 2024.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 106 – 123 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

Através de reportagens investigativas e editoriais opinativos, o jornal contribuiu para ampliar a conscientização pública sobre a questão da posse da terra e os desafios enfrentados pelas comunidades locais. Sua cobertura jornalística abrangente e imparcial ajudou a tornar os conflitos de terra em Cumbique uma questão de interesse público, colocando pressão sobre as autoridades e os responsáveis pelo planejamento urbano para buscar soluções justas, mostrando as disputas causadas por práticas brutais de intimidação, acompanhadas por atos violentos, que assolam constantemente a vida cotidiana das famílias de trabalhadores rurais. Essas ameaças, além de anunciarem previamente as ações dos agressores, resultam em ataques cruéis às unidades familiares, infligindo sofrimento físico e emocional aos pequenos agricultores e seus entes queridos. Mas de que formar Emergiu o conflitos de terra em Cumbique - MA?

Os conflitos de terra que testemunhamos encontram justificativa em um fator preponderante: o crescimento desenfreado das cidades. Esse fenômeno impulsiona grupos imobiliários ávidos por expandir seus empreendimentos, buscando cada vez mais terras para a criação de loteamentos e projetos urbanos. Conforme Cruz (2021) A indústria imobiliária desempenha um papel crucial na expansão das áreas urbanas, exercendo uma influência significativa na transformação da paisagem urbana, essa dinâmica resulta em uma urbanização moldada pelos interesses imobiliários predominantes, que exercem uma influência hegemônica sobre a configuração da cidade. Isso ocorre em contraste com a submissão da sociedade civil ao poder local e aos interesses comerciais em jogo.

Nesse contexto, os agricultores tornam-se alvos dessas iniciativas, sendo alvo de diversas formas de pressão e até mesmo expulsão de suas terras ancestrais. Bem como afirma o jornal:

O problema do povoado Cumbique, bastante parecido com inúmeros conflitos de terra que vem ocorrendo nos últimos anos na ilha de São Luiz, justificar-se apenas por uma única razão: o crescimento desordenado da cidade o que faz com que grupos imobiliário de fora, na ânsia de conseguir o maior número de áreas possível, para loteamento fazem de tudo para expulsar os posseiros que já estão fixados na terra com suas famílias por muitos anos e conseguiram desenvolver uma série de benfeitorias como sítios etc. (O Imparcial, 1983, p. 01).

Observa-se que a produção imobiliária desempenha um papel crucial na configuração do espaço urbano, influenciando diretamente a urbanização das cidades. No entanto, Lefebvre (2008) destaca que a relevância da produção imobiliária não se limita apenas à urbanização, ao crescimento urbano e ao progresso técnico. Ela também está relacionada ao fato de que o

OS DONOS DA TERRA: PODER, POSSE E CONFLITO NO ESPAÇO RURAL DE CUMBIQUE – PAÇO DO LUMIAR (1983)

capitalismo se apropriou do espaço através da produção imobiliária, devido às oportunidades de lucro que esse setor oferece.

Esse mobilizador de ações era Manoel de Jesus Almeida, proprietário da imobiliária Terra Rica, que se sentia incomodado com as ocupações dos moradores de Cumbique, conforme *O Imparcial* (1983). Demonstrando sua influência econômica e política na região, ele decidiu agir rapidamente para proteger seus interesses. Para isso, mobilizou recursos consideráveis e colocou máquinas em funcionamento para construir estradas em ritmo acelerado, com o objetivo de estabelecer um acesso mais fácil às terras que pretendia desenvolver para empreendimentos imobiliários, conforme *O Imparcial* (1983). Sua ação enérgica não apenas visava a expulsão dos ocupantes, mas também demonstrava o poder que detinha sobre a terra e a comunidade local. Com isso:

Muitas famílias já teve suas benfeitorias arrastadas com a passagem das máquinas que estão abrindo ruas e picos. Essas benfeitorias incluem roças, sítios com uma vasta plantação de laranja, banana, coco etc. Sem o apoio das autoridades e também da justiça, que segundo um dos moradores no local, protegem apenas os poderosos, as famílias cujas terras estão sendo loteadas no povoado Cumbique, estão praticamente sem forças para reagir e esperam que neste caso haja justiça pois, conforme disse o Delegado Sindical, Manoel de Araújo Costa, a intenção dos moradores não é promover a violência e sim lutar pelo direito que é deles, que é o de permanecer na área onde já residem há mais de 30 anos (O Imparcial, São Luís, 09 ago. 1983.)

Esse incidente evidencia de forma clara a intrincada teia de conflitos de terra e a colisão de interesses entre os proprietários de terras e as comunidades locais, cuja história está profundamente enraizada na terra após anos de luta pela sobrevivência. Conforme previsto no artigo 125 da Constituição Federal de 16 de julho de 1934:

Todo brasileiro que, não sendo proprietário rural ou urbano, ocupar, por dez anos contínuos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, um trecho de terra até dez hectares, tornando-o produtivo por seu trabalho e tendo nele a sua morada, adquirirá o domínio do solo, mediante sentença declaratória devidamente transcrita. (Brasil, 1934).

A legislação que estabelece que a posse da terra por mais de dez anos confere direitos de propriedade ao indivíduo é clara, porém, em Cumbique, essa lei não se aplicava na prática devido a uma série de fatores, dentre eles econômico e político. Pois Manoel de Jesus Almeida homem rico quer há:

[..] mais de seis meses vem tentando despejar diversas famílias ali residente, muitas delas com pleno direito de posse pois já no povoado há mais de 30 anos, conforme o delegado Sidical Manoel de Araújo Costa, que está ameaçado de morte pelo filhos de Avelino. (O Imparcial, São Luís, 09 ago. 1983.)

Diante da recorrente humilhação, ameaças e submissão dos trabalhadores rurais pelos proprietários de terra, a violência em Cumbique assumiu proporções alarmantes, culminando em tragédia marcada por mortes e conflitos cada vez mais intensos. Manchete como:

Sentindo que a situação ia se agravando, pois a qualquer momento poderia haver morte, como realmente aconteceu no dia 26 do mês passado quando Avelino atirou em Raimundo Nonato e este mesmo ferido no peito ainda conseguiu cravar uma faca em Avelino, os posseiros de Cumbique procuraram o Delegado de Paço do Lumiar, dr. Heveraldo Campeio que intimou, na época, o capataz Avelino Souza, sendo que este ao prestar depoimento, segundo informações de moradores do povoado, monopolizou todo interrogatório e ainda saiu da Delegacia como se nada tivesse acontecido, dizendo na ocasião*, ao delegado que mataria Avelino. Nesse mesmo dia Avelino voltou armado e destruiu as plantações dos posseiros, dessa Vez ajudado por um grupo de Jagunços de Manoel de Jesus Almeida, o que revoltou bastante os moradores do povoado. (O Imparcial, São Luís, 09 ago. 1983.)

Para Martins (1986), o aumento da violência no campo está diretamente relacionado à reação dos trabalhadores rurais diante das injustiças e dificuldades enfrentadas, o que resulta em um aumento significativo no número de conflitos. Essa problemática de violência¹⁴ não se restringe apenas a Cumbique, mas também é presente em diversas outras regiões do país, como o município de Una, na Bahia, o engenho Baeté, no município de Barreiros, em Pernambuco, e a comunidade Santa Tereza, no município de Brejo, no Maranhão. Bem como retrata a tabela abaixo:

¹⁴ De acordo com Silva e Silva (2009), A violência é um fenômeno social ubíquo que se manifesta de várias formas no cotidiano de todas as sociedades. Embora frequentemente associada à agressão física, o conceito de violência abrange uma ampla gama de significados. Atualmente, ele engloba não apenas agressões físicas, mas também formas de imposição sobre a vida civil, como repressão política, familiar ou de gênero, além da censura da fala e do pensamento de indivíduos específicos. Inclui ainda o impacto negativo causado pelas condições de trabalho e econômicas. Assim, violência pode ser definida como qualquer relação de força que um indivíduo impõe sobre outro, abrangendo desde a violência física até formas mais sutis de controle e opressão.

OS DONOS DA TERRA: PODER, POSSE E CONFLITO NO ESPAÇO RURAL DE CUMBIQUE – PAÇO DO LUMIAR (1983)

A violência na luta pela posse da terra em 1983

Municípios	Título	Ano	Situação
Una, (Bahia)	Cassiano Dionizio Lopes, líder da comunidade monte alegre	1983	Assassinado
Baeté, Barreiros, em (Pernambuco)	Ananias Oliveira da Silva	1983	Assassinado pelo administrador em engenho Baeté
Santa Tereza, Brejo, no (Maranhão)	Aristides Teixeira dos Santos, de 80 anos	1983	Assassinado e seu filho ferido Antônio Aristides
Anita Garibaldi em (Santa Catarina)	Antônio Montenezzo	1983	Morto pelo fazendeiro abatino Barbosa Ramos
Cumbique, paço do Lumiar (Maranhão)	Raimundo Nonato Lopes	1983	Assassinado
Sítio Novo, bacabal no (Maranhão)	João José de Lima de 60 anos, aleijado	1983	Assassinado pelo grileiro na porta da representação INCRA de Bacabal
Bom Jesus da Lapa (Bahia)	Napoleão Antônio de Lima	1983	Assassinado pelo Grileiro Sebastião Alves de Sousa

Fonte: Documentos da CONTAG, ano 13,06,1983

Em todas essas localidades, os conflitos pela posse da terra e pela garantia dos direitos dos trabalhadores rurais são recorrentes, refletindo uma realidade nacional marcada pela desigualdade e pela injustiça no acesso à terra e aos recursos naturais. Essas comunidades enfrentam desafios semelhantes em sua luta por dignidade, justiça e igualdade no campo.

Assim Martins (1986), demonstrar que com essas tensões o período da ditadura militar, visando amenizar as tensões no campo, os governos decidiram implementar o Estatuto da Terra, que propunha uma redistribuição da terra, conhecida como Reforma Agrária¹⁵. No entanto, constatamos que o Estatuto concedia direitos de posse apenas aos ocupantes de terras devolutas, não promovendo efetivamente a redistribuição para aqueles que ainda não tinham acesso à terra.

¹⁵ Para Gasparoto e Teló (2021), a reforma agrária abrange um conjunto de iniciativas destinadas assegurar uma distribuição equitativa das terras, modificando as estruturas de posse e uso. Seu principal objetivo é proporcionar acesso à terra para os trabalhadores rurais que dependem dela para subsistência, garantindo-lhes condições dignas de vida.

Então a luta por uma reforma agrária não se limita apenas à reivindicação pelo acesso à terra, mas também ao desejo de serem reconhecidos como cidadãos respeitados e dignos, mas ao lutar pela essas propriedades dão de frente com vários conflitos violentos. A esse respeito, Mizusaki e Sousa 2020 diz que:

Os conflitos no meio rural surgem devido, por um lado, à atuação dos movimentos sociais que combatem a desigualdade relacionada à posse da terra e aos recursos naturais. Por outro lado, estão os grandes proprietários que buscam concentrar e explorar os recursos do solo sem restrições. Como resultado, vemos um aumento das disputas de classe, levando a um crescimento das violências tanto no campo quanto na cidade, e exacerbando a crise estrutural do capital. Estes são os desafios cruciais que se apresentam diante de nós. (Mizusaki.e Souza, 2020, p. 410).

Com forme isso a história do assentamento Cumbique é um reflexo das profundas desigualdades sociais e das injustiças históricas que continuam a assombrar as comunidades rurais no Brasil, mesmo após décadas de luta por reforma agrária e justiça social. E a luta por uma reforma agrária não se limita apenas à reivindicação pelo acesso à terra, mas também ao desejo de serem reconhecidos como cidadãos respeitados e dignos.

Considerações Finais

A problemática da legislação fundiária no Brasil exige mais do que o mero reconhecimento formal de seus dispositivos: requer sua aplicação plena e equitativa, de modo a beneficiar a coletividade e não apenas segmentos privilegiados da sociedade. Nesse contexto, a reforma agrária assume papel central como instrumento de justiça social e de correção das profundas assimetrias na distribuição da terra. Trata-se de uma pauta histórica e ainda urgente, dada a persistência de conflitos fundiários em diversas regiões do país, os quais, se não enfrentados com políticas públicas eficazes e compromissadas com a equidade, tendem a se intensificar. A terra, nesse sentido, não deve ser compreendida unicamente como bem econômico ou mercadoria, mas como base material e simbólica de vida para milhões de brasileiros.

Para trabalhadores rurais, pequenos agricultores, comunidades quilombolas e povos indígenas, o território constitui o fundamento da existência, da organização social, das práticas culturais e da reprodução de modos de vida. A garantia dos direitos territoriais desses grupos é, portanto, condição indispensável não apenas para sua sobrevivência física, mas também para a manutenção de suas identidades e saberes ancestrais. A efetivação da reforma agrária, entendida

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 106 – 123 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

OS DONOS DA TERRA: PODER, POSSE E CONFLITO NO ESPAÇO RURAL DE CUMBIQUE – PAÇO DO LUMIAR (1983)

como política pública articulada a princípios de justiça distributiva, deve ir além da simples redistribuição de terras. Requer a implementação de medidas estruturantes, como o acesso a crédito, assistência técnica, infraestrutura, educação no campo e incentivo à produção sustentável. Somente por meio de uma abordagem integrada será possível transformar o acesso à terra em motor de desenvolvimento inclusivo, redução das desigualdades e pacificação das zonas rurais.

Assim, a concretização dos preceitos fundiários e agrários consagrados constitucionalmente demanda vontade política e engajamento da sociedade civil. Não se trata apenas de resolver um passivo histórico, mas de projetar um futuro socialmente mais justo e ambientalmente mais equilibrado, em que os territórios sejam respeitados como espaços de vida e dignidade, e não como mera extensão da lógica de acumulação capitalista.

121

Referências

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CABRAL, Shirlen Caroline Rabelo; FERREIRA, Bruna Andrade; OLIVEIRA, Aldrey Malheiros Neves. Maranhão, um estado marcado pelo conflito de terra: resgate histórico de ocupação do estado e os conflitos por terra que ocorreram entre os anos de 1985 e 2018. In: **XI Jornada Internacional de Políticas Públicas**.

CARVALHO, José Murilo de. Modernização frustrada: a política de terras do Império. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Anpuh, v. 1, n. 1, p. 39-57, mar. 1981.

CRUZ, Gleyciane de Jesus Pereira. **O território de habitar em Paço do Lumiar**: uma análise da segregação socioespacial. São Luís, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil**: 500 anos de luta pela terra. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

FILHO, Cláudio Matias Rolim. **Formação econômica do Maranhão**: de província próspera a estado mais pobre da federação. O que deu tão errado? Brasília, 2016.

GABLER, Louise. Sesmarias. **Arquivo Nacional**, 2015.

GASPAROTTO, N.; TELÒ, L. **História de lutas pela terra no Brasil (1960-1980)**. 2. ed. E-book. São Leopoldo, 2021.

HOUAISS, A. **Dicionário da língua portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 106 – 123 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

JAHNEL, Teresa Cabral. **As leis de terra no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1984.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MARTINS, José de S. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MIRANDA, Alcir Gursen. **Direito agrário e o posseiro**. Goiânia: UFG, 1988. p. 113-123.

MIZUSAKI, N.; SOUZA, P. O campo brasileiro e a destituição de direitos: impasse dos trabalhadores e movimentos de luta pela terra/território frente ao ultraliberalismo. **Revista Cidades, Regiões e Planejamento**, v. 4, n. 42, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7783>. Acesso em: 12 jul. 2024.

PORTO, Costa. **Estudo sobre o sistema sesmarias**. Recife: Imprensa Universitária, Universidade Federal de Pernambuco, 1965.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 28. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed., 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 35, n. 70, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

STEDILE, João Pedro. **Os direitos da terra**: o movimento social e a questão agrária. São Paulo: Boitempo, 2008.

VAINER, Carlos. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, n. 2, 2001.

Referências documentais

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 2020. Disponível em: https://www.plan.gov.br/ccivil_03/con/constituica.htm. Acesso em: 23 out. 2024.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/.../constituicao24. Acesso em: 10 jul. 2024, às 20h15.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 106 – 123 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

OS DONOS DA TERRA: PODER, POSSE E CONFLITO NO ESPAÇO RURAL DE CUMBIQUE – PAÇO DO LUMIAR (1983)

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Estabelece disposições sobre a aquisição de terras devolutas. Disponível em: http://portal.iterpa.pa.gov.br/wpcontent/uploads/2020/04/lei_n.o_601_de_18_de_setembro_de_1850.pdf. Acesso em: 03 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 704, de 17 de setembro de 1854. Altera disposições da Lei de Terras de 1850. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-704-29-agosto-1853-558652-publicacaooriginal-80145-pl.html>. Acesso em: 08 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 725, de 23 de novembro de 1855. Amplia disposições da Lei de Terras de 1850. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-725-3-outubro-1853-558720-publicacaooriginal-80226-pl.html>. Acesso em: 12 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 1.237, de 17 de setembro de 1864. Modifica as condições para concessão de terras devolutas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim1237.htm. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1884. Introduz o regime de "sesmarias" no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. Decreto nº 22.427, de 1º de fevereiro de 1912. Regulamenta o Serviço de Terras e Colonização. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D22427.htm. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1983. Aperfeiçoa dispositivos do Estatuto da Terra. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7433.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

O Imparcial. São Luís, 09 ago. 1983.

A COR LOCAL NOS ROMANCES REGIONALISTAS DE JOSÉ DE ALENCAR E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Maria do Socorro Rios Magalhães¹

RESUMO

A literatura brasileira produzida a partir da segunda metade do século XIX passou a fazer parte do esforço de criação de uma identidade nacional para o país, recém-emancipado do sistema colonial português. O presente artigo trata dos antecedentes desse projeto de fundação da nacionalidade da literatura brasileira, destacando a ideia de cor local como a principal recomendação dos críticos europeus e brasileiros que primeiro analisaram a produção literária de autores do Brasil. Além disso, toma os romances *O Gaúcho* e *O Sertanejo*, de José de Alencar, como exemplares na representação da grandeza e diversidade da nação brasileira, através da cor local dos pampas na região sul e do sertão na região nordestina.

Palavras-Chave: Identidade nacional. Cor local. José de Alencar. *O Gaúcho*. *O Sertanejo*.

LOCAL COLOR IN JOSÉ DE ALENCAR'S REGIONALIST NOVELS AND THE FORMATION OF NATIONAL IDENTITY

ABSTRACT

Brazilian literature produced from the second half of the 19th century onward became part of the broader effort to construct a national identity for the country, recently emancipated from the Portuguese colonial system. This article examines the background of this project of founding a national literature in Brazil, highlighting the idea of local color as the main recommendation of both European and Brazilian critics who first analyzed the literary works of Brazilian authors. Furthermore, it considers the novels *O Gaúcho* and *O Sertanejo*, by José de Alencar, as exemplary in representing the greatness and diversity of the Brazilian nation through the local color of the southern pampas and the northeastern backlands.

Keywords: National identity. Local color. José de Alencar. *O Gaúcho*. *O Sertanejo*.

COLOR LOCAL EN LAS NOVELAS REGIONALISTAS DE JOSÉ DE ALENCAR Y LA FORMACIÓN DE LA IDENTIDAD NACIONAL

RESUMEN

La literatura brasileña producida a partir de la segunda mitad del siglo XIX se integró al esfuerzo por crear una identidad nacional para el país, recientemente emancipado del sistema colonial portugués. Este artículo examina los antecedentes de este proyecto de establecer la nacionalidad de la literatura brasileña, destacando la idea del color local como la principal recomendación de la crítica europea y brasileña, quienes analizaron por primera vez la producción literaria de autores brasileños. Además,

¹ Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Piauí (1977), possui mestrado em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1980) e doutorado em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1997). Atualmente, é professora Associado III da Universidade Estadual do Piauí, atuando no curso de Graduação em Letras-Português. E-mail: mariasocorro@cchl.uespi.br

A COR LOCAL NOS ROMANCES REGIONALISTAS DE JOSÉ DE ALENCAR E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

toma las novelas de José de Alencar "O Gaúcho" y "O Sertanejo" como representaciones ejemplares de la grandeza y diversidad de la nación brasileña, a través del color local de las pampas en la región sur y el sertão en la región noreste.

Palabras clave: Identidad nacional. Color local. José de Alencar. "O Gaúcho". "El Sertanejo."

Introdução

Este trabalho visa estudar a noção de cor local enquanto elemento constitutivo do caráter nacional da literatura brasileira. Para atingir o objetivo proposto, buscam-se na obra de críticos europeus e brasileiros do século XIX, as bases que fundamentam a relação entre cor local e nacionalismo. No sentido de verificar como essa relação apresenta-se na literatura brasileira que surge após a independência política, opta pela análise dos romances *O Gaúcho* e *O Sertanejo*, de José de Alencar, tendo em vista ter sido o autor um dos primeiros teóricos da nacionalidade da literatura brasileira e ainda terem as citadas obras, como seus títulos indicam, uma intenção de mostrar tipos e regiões que, embora distantes e diferentes, fazem pare de uma mesma pátria e de uma mesma nação.

A ideia de cor local na visão dos europeus

Os primeiros estudos sobre a literatura brasileira, realizados por autores europeus, no início do século XIX, já revelam preocupação com o caráter particular que essa literatura deveria assumir para diferenciar-se da literatura europeia.

O primeiro crítico europeu a ocupar-se da obra de autores brasileiros foi Friedrich Bouterwek, que publicou, em 1805, sua *História da poesia e eloquência portuguesa* (apud César, 1968a) em que destaca o poeta Cláudio Manuel da Costa e o dramaturgo Antonio José da Silva, o judeu. Utilizando um método de análise puramente estilístico, Bouterwek não contempla o contexto histórico da produção literária dos autores e, em função disso, não se dá ao trabalho de conjecturar sobre o desenvolvimento de uma literatura na colônia portuguesa da América.

Já o seu sucessor imediato, o suíço Sismonde de Sismondi, em 1813, na obra *A literatura do meio-dia da Europa*, (apud César 1968b) refere-se aos "rondós" do brasileiro Silva Alvarenga, ressaltando a presença da cor local, como fator altamente positivo na sua poesia. O crítico entende por cor local "as imagens sugeridas pelas árvores, pelas borboletas, Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 124 – 144 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

pelas serpentes da América, ou o convite ara mitigar os calores de dezembro nas frescas ondas de um regato" (Sismondi, op. cit. p. 41). Este é o primeiro passo rumo à concepção do "espectograma" de que fala Antonio Candido (1967, p. 105-106) e que consiste, no seu entender, na pintura das obras literárias com as cores do Brasil, proposta a ser desenvolvida mais tare pelo movimento romântico.

Ferdinand Denis, naturalista francês, publica, em 1826, *Resumo da história do Brasil* (apud César, 1968c), produto de sua experiência pessoal em terras brasileiras. A obra de Denis teve grande repercussão no espírito da intelectualidade brasileira, que, nas décadas seguintes, iria trabalhar no projeto de construção de uma literatura nacional.

Para Denis a natureza tropical, o exotismo da paisagem, a abundância dos rios, a extensão dos campos e das florestas, as novas espécies animais e vegetais, enfim tudo aquilo que distinguisse a América da Europa seria suficiente para fazer nascer uma literatura original no Brasil. O crítico francês entende que a descrição da natureza americana deveria ser a grande meta dos autores brasileiros parra chegar à realização de uma literatura própria e distinta da europeia. Na concepção de Denis, o espaço, o cenário, teria um papel muito significativo no desenvolvimento da literatura brasileira, pois seria a partir do caráter singular deste espaço que ela poderia se impor perante a Europa.

Ferdinand Denis chama atenção ainda para a cultura indígena, mostrando que nesses novos povos primitivos se encontravam as origens da recente nação brasileira. Nos seus costumes e tradições deveria ser buscado o passado histórico da jovem nação. Por esta razão, erige o poema épico *Caramuru*, de Santa Rita Durão, como um dos paradigmas da literatura brasileira. A mesma forma, o poema *O Uruguai*, de Basílio da Gama é valorizado pelo crítico em virtude do assunto e das descrições da natureza americana presentes na obra.

Observou ainda o estudioso europeu a diferença entre o homem brasileiro e o europeu. Como outros estudiosos de seu tempo, Denis acreditava na influência do clima sobre o caráter dos povos. Ao contrário do pensamento europeu da época, contudo, não via na miscigenação um fator negativo. Para ele, o cruzamento racial favorecia a criação de um novo homem que suplantaria o europeu. No entanto, não deixou de assinalar o caráter melancólico, uma tristeza ancestral transmitida ao mestiço brasileiro pelas três raças que lhe deram origem.

Em resumo, a cor local, encontrada por Denis em território brasileiro e, que segundo ele, deveria ser aproveitada pelos autores nacionais, abrange a natureza tropical, a cultura primitiva dos povos indígenas e o tipo brasileiro representado pelo mestiço.

A COR LOCAL NOS ROMANCES REGIONALISTAS DE JOSÉ DE ALENCAR E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

No mesmo ano da publicação da obra de Denis, o português Almeida Garrett lança o seu *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa* (1904), em que aborda poetas e obras da literatura brasileira do século XVIII.

Garrett analisa a produção de autores brasileiros levando em conta o grau de cor local presente nas obras. Em Cláudio Manuel da Costa, o crítico percebe a ausência de expressão e estilos americanos, faltando-lhe o espírito de nacionalidade que, segundo o poeta lusitano, teria sido apagado pela educação europeia. No poema *Caramuru*, de Santa Rita Durão, Garrett destaca as descrições da natureza como ponto positivo, embora lhe cobre uma melhor exploração dos episódios e cenas apresentados. O poema de Basílio da Gama, *O Uruguai*, também é analisado por Garrett que classifica o autor como o mais nacional dos poetas brasileiros, pela escolha do tema, essencialmente americano, na opinião do crítico.

Entretanto, o que mais chama a atenção nesta obra é a crítica às famosas *Liras*, de Tomás Antonio Gonzaga, em que Denis (op. cit. p. 67) tinha visto um "poeta nacional", pela grande popularidade de seus versos. Garret observa que a poesia de Gonzaga se ressentia da falta de cor local. Na sua visão, as arcádias europeias não seriam o cenário adequado à musa brasileira. Para o crítico português, num país tropical, o cenário dos amores de Dirceu e Marília deveria ser composto de elementos naturais mais vivos e coloridos:

[...] se essa amável, se essa ingênua Marília fosse, como a Virgínia de Saint-Pierre, sentar-se à sombra das palmeiras, e enquanto lhe revoavam em torno o cardeal soberbo com a púrpura dos reis, o sabiá terno e melodioso, que saltasse pelos montes espessos a cotia fugaz como a lebre da Europa, ou grave passeasse pela orla da ribeira o tatu escamoso, ela se entretivesse em tecer para o seu amigo e seu cantor uma grinalda não de rosas, não de jasmims, porém roxos martírios, das alvas flores dos vermelhos bagos do lustroso cafezeiro; que pintura, se a desenhara com a sua natural graça o ingênuo pincel de Gonzaga. (Garrett, op. cit. p. 91)

Como se pode notar, Almeida Garrett se contradiz, pintando a natureza brasileira com as cores do Velho Mundo, a fauna e a flora americanas confundem-se, na sua descrição, com animais e flores europeias. A sua ideia de cor local brasileira carece da experiência concreta que teve Ferdinand Denis.

A cor local no projeto dos brasileiros

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 124 – 144 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

Após a independência política, surgiram no Brasil os primeiros esforços no sentido de construção da literatura nacional que deveria marcar a autonomia cultural do novo país. Os europeus que poucos anos antes haviam tratado da literatura produzida por brasileiros, Denis e Garrett, sobretudo, tiveram significativa influência no projeto nacional de uma literatura representativa do povo brasileiro.

Escritores como Santiago Nunes Ribeiro, Joaquim Norberto de Sousa e Silva, Gonçalves de Magalhães e José de Alencar participaram do projeto, esboçando as primeiras teorias a respeito dos caminhos que essa literatura deveria seguir. A grande preocupação desses críticos é a questão da nacionalidade da literatura brasileira. Contudo, analisando os seus escritos, é possível observar que a ideia de cor local se encontra sempre presente no conceito de nacional defendido por eles.

Santiago Nunes Ribeiro, no artigo "Da nacionalidade da literatura brasileira", publicado no primeiro número da revista *Minerva Brasiliense*, em 1843², define o caráter nacional da literatura brasileira pela inspiração da natureza. No seu entender, "a poesia do Brasil é filha da inspiração americana", "o gênio dos brasileiros pertence ao clima, ao solo ao Brasil, finalmente". Santiago lembra, entretanto, que esta poesia não é produto de uma mera expressão primitiva, trata-se, segundo ele, de uma "filha das florestas, educada na velha Europa, onde sua inspiração nativa se desenvolveu com o estudo e a contemplação da ciência e natureza estranha".

Para Santiago, "a piedade cristã, o maior da natureza, a admiração das ações heróicas formaram o caráter da musa do Brasil". Isto significa que o seu conceito de nacionalidade consiste na inspiração da natureza, nos sentimentos populares e no passado histórico. Em síntese, esses elementos apontam para as peculiaridades da terra e do povo, isto é, para a "cor local".

Joaquim Norberto, na visão de Antonio Candido, (1967, p. 105), é um representante radical dos intelectuais nacionalistas do século XIX, por ter defendido uma suposta literatura indígena como a verdadeira literatura brasileira. Na introdução a uma antologia poética denominada *Mosaico poético*, Norberto faz o seguinte comentário sobre os índios brasileiros:

² Polígrafo cedido pela Prof^a. Maria Eunice Moreira, no curso "História da Literatura no Brasil: a formação da nacionalidade e o movimento romântico", ministrado na PUC-RS, primeiro semestre de 1993. Como as páginas não são numeradas, as citações não têm referência de página.

A COR LOCAL NOS ROMANCES REGIONALISTAS DE JOSÉ DE ALENCAR E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

[...] as encantadoras cenas, em que quadros portentosos oferecem a natureza em todos os sítios, os inspirava, e de povos rudes e bárbaros faziam-nos povos poetas. No seu estudo pois se encerram verdadeiramente as primeiras épocas de nossa história literária³...

Ainda nesse trabalho, Joaquim Norberto analisa a literatura brasileira, mostrando que, embora nascida sob a influência estrangeira, ela possui o seu caráter primitivo que se desenvolve cada vez mais pela influência da natureza tropical. Lembra ainda o crítico a necessidade de tomar as origens da nação como fonte inspiradora da moderna literatura brasileira.

Já em *Modulações poéticas*, Norberto critica os primeiros poetas da literatura brasileira por não ter, na sua opinião, expressado em suas obras a cor local do país:

Então vieram os novos brasileiros, filhos dos conquistadores portugueses, que bem que inspirados pelas pitorescas paisagens brasílicas, pelo céu dos trópicos, pelo sol fulgente da América, não os souberam cantar, antes exemplo abriram, que por desgraça seguido foi por longo tempo. Quando deveriam se apoderar dos pátrios costumes, das usanças e dos preconceitos populares, das tradições das tribos que as nossas florestas povoaram, com que dessem cores e feições nacionais à poesia, abraçaram as idéias do grego politeísmo⁴...

Joaquim Norberto, portanto, exige que a literatura brasileira, para construir o seu caráter nacional, assuma as cores da nação que, no seu entender, consistem na natureza tropical, nos costumes populares e ainda na cultura e tradições do povo indígena, onde estariam guardadas as origens da sociedade brasileira.

O poeta Gonçalves de Magalhães, no seu “Discurso sobre história da literatura no Brasil”, já havia feito essa mesma crítica aos poetas brasileiros. Segundo o Autor, os poetas se deixaram enfeitiçar pelos belos cânticos estrangeiros, esquecendo as imagens mais simples oferecidas em provisão pela natureza da terra natal. Para Magalhães, o caráter distintivo da literatura brasileira deveria ser a cor local, pois como ele próprio afirma:

³ Mosaico poético: poesias brasileiras antigas e modernas, raras e inéditas acompanhadas de notas, notícias biográficas e críticas, e de uma introdução sobre a literatura nacional. Rio de Janeiro, s. ed., 1844. Polígrafo do mesmo curso, por isso não há citação de páginas.

⁴ *Modulações poéticas*. Precedidas de um bosquejo da poesia brasileira. Rio de Janeiro, Tip. Francesa, 1841. Polígrafo do curso supracitado, não havendo citação de páginas pelo mesmo motivo.

O que dá mais realce e nomeada a alguns dos nossos poetas não é certamente o uso dessas sedições fábulas, mas sim outras belezas naturais, não colhidas nos livros, e que só o céu da pátria lhes inspirara. (1865, p. 22)

Gonçalves de Magalhães, assim como Santiago Nunes Ribeiro e Joaquim Norberto, seguem a linha de Ferdinand Denis e Almeida Garrett na avaliação que fazem do desenvolvimento literário brasileiro, o que significa dizer que, para eles, é a exploração da "cor local" o caminho para a autonomia da literatura do Brasil.

José de Alencar, que antes de iniciar a carreira de romancista, teve uma atuação marcante na crítica, através das famosas *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*, também oferece sugestões para a realização de uma literatura brasileira própria e original.

Em suas *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios* (apud Castelo, 1953) investe contra o poema de Gonçalves de Magalhães não por discordar do modelo de poesia nacional pretendido pelo autor, mas justamente por ele não ter conseguido realizá-lo na prática. O que, de fato, o escritor cearense mais cobra da obra de Magalhães é a presença da "cor local", como se pode verificar na terceira carta, na qual Alencar lamenta a incapacidade do poeta tanto na descrição da natureza brasileira, quando na construção de personagens representativas do país.

Sobre a natureza, o crítico apresenta vários reparos ao poema, como por exemplo, a descrição da lua, que lhe parece fria e econômica, quando esta "lua do Brasil" ou "lua de nossa terra que aparece no céu do Guanabara" (op. cit. p. 19) mereceria um tratamento mais poético. Sugere ainda outras imagens da natureza que, na sua concepção, são mais adequadas que aquelas usadas pelo poeta, como por exemplo, a substituição dos versos "Lágrimas brotam, que lhe o peito aljofram/ como goteja em batas abundantes/ Da fendida taboca a pura linfa", pela seguinte comparação: "que os cajueiros choravam pelos seus belos frutos e pelas suas verdes folhagens". (op. cit. p. 22)

Com relação às personagens, Alencar critica a falta de autenticidade na representação da mulher indígena:

Entretanto a heroína do poema do Sr. Magalhães, é uma mulher como qualquer outra; as virgens índias do seu livro podem sair dele e figurar em um romance árabe, chinês ou europeu; se deixassem as penas de tucanos que mal as cobrem, podiam vestir-se à moda em casa de Mme. Barat e Gudin, e ir dançar a valsa no Cassino e no clube com algum deputado. (op. cit. p. 20)

A COR LOCAL NOS ROMANCES REGIONALISTAS DE JOSÉ DE ALENCAR E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Predomina nas *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios* a crítica de Alencar à ausência de cor local no poema de Magalhães no que diz respeito à descrição da natureza e à exploração do passado histórico representado pela luta dos índios contra os colonizadores europeus.

Alencar privilegia a natureza tropical enquanto elemento inspirador da verdadeira poesia brasileira, autêntica e original. Na sua opinião, o poeta deveria ser um perfeito conhecedor da natureza de sua terra. Na primeira carta, o próprio autor, de maneira sutil, apresenta-se como modelo de poeta, por ser capaz de ler "não no livro dos homens, e sim no livro da natureza, onde todos os dias encontro uma nova criação" (op. cit. p.8). O autor, é verdade, demonstra nesta obra crítica, ter um profundo conhecimento da fauna, da flora e da topografia brasileira, tendo, portanto, condições de apontar que elementos naturais são de fato representativos de sua terra natal. Alencar, de certo modo, repete Denis ao atribuir à natureza tropical a força inspiradora na criação de uma literatura nova e original em território americano.

Com relação ao assunto, Alencar aponta as tradições populares e os acontecimentos históricos como a matéria-prima a ser aproveitada pela poesia. É neste sentido que a cultura indígena seria uma grande fonte de pesquisa para a reconstituição do passado histórico da nação. Para o Autor só "o esboço histórico dessas raças extintas, a origem desses povos desconhecidos, as tradições primitivas dos indígenas, davam por si só matéria a um grande poema" (op. cit. p. 6). Daí a sua crítica a Gonçalves de Magalhães que não conseguiu dar "cor local" à pintura que apresenta dos índios brasileiros:

A pintura da vida dos índios não tem, na minha opinião, a menor beleza; uma página de um viajante qualquer a respeito da vida nômade dos Árabes no deserto é mais cheia dessa poesia da liberdade selvagem do que a parte do poema a que me refiro. (ibid.)

Nas suas reflexões em "Como e porque sou romancista", Alencar faz várias alusões a ideia de cor local como uma das preocupações sempre presentes na constituição de sua obra romanesca. Embora o escritor aponte a leitura de obras do romantismo europeu lidas na infância e ainda a grande imaginação herdada da mãe como possíveis influências a sua carreira de romancista, o que mais impressão parece ter causado em seu espírito foi a observação "in loco" da natureza de sua terra. O autor refere-se a esta experiência como a que teve maior repercussão na sua obra: "meus escritos se parecem tanto com os do ilustre **Hum Res**, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 124 – 144 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

romancista americano, como as várzeas do Ceará com as margens do Delaware”. (1958, p. 148)

Alencar privilegia o seu contato direto com a natureza como responsável pelo tipo de romance que produziu:

[...] o mestre que eu tive foi esta esplêndida natureza que me envolve, e particularmente a magnificência dos desertos que eu perlustrei ao entrar na adolescência, e foram o pórtico majestoso por onde minha alma penetrou no passado de sua pátria. (id. *ibid.*)

132

As leituras posteriores apenas fizeram ressurgir na lembrança do jovem Alencar as imagens naturais de sua infância que, mais tarde, ele transplantaria para seus romances. Observa-se, nesta passassem, como a idéia de "cor local" é importante na sua concepção de romance:

Cenas estas que eu havia contemplado com os olhos de menino de dez anos antes, ao atravessar essas regiões em jornada do Ceará á Bahia; e que agora se debuxavam na memória adolescente, e coloriam-se ao vivo com as tintas frescas da palheta cearense.
Uma coisa vaga e indecisa, que devia parecer-se com o primeiro broto do Guarani ou de Iracema, flutuava-me na fantasia. (op. cit. p. 143)

Outro texto em que Alencar reflete sobre sua obra romanesca é "Bênção Paterna", prefácio de *Sonhos d'ouro*, publicado em 1872. É neste texto que o escritor faz a classificação de seus romances em três períodos orgânicos: primitivos ou aborígenes, como é o caso de *Iracema*; históricos, como *O Guarani* e *As minas de prata* e aqueles que representam a frase pós-independência política e que deveriam formar o verdadeiro gosto nacional. A este terceiro período, conforme Josué Montello, corresponderiam "os demais romances, que têm por cenário o ambiente urbano ou rural, com as imagens autênticas, ainda puras ou já em transformação da vida brasileira de feitio patriarcal ou mundano" (1951, p. 16).

Os romances *O Gaúcho*, de 1870 e *O Sertanejo* de 1875, podem ser incluídos nessa última fase dos romances de Alencar, contudo o que interessa a este trabalho não é tanto a expressão do caráter nacional que devem ter as obras deste período, mas sobretudo a forma como estes dois romances assumem a cor local, enquanto elemento distintivo da nacionalidade da literatura brasileira.

A cor local nos romances *O Gaúcho* e *O Sertanejo*

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 124 – 144 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

A COR LOCAL NOS ROMANCES REGIONALISTAS DE JOSÉ DE ALENCAR E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

À obra narrativa de José de Alencar pode se aplicar com muita propriedade a afirmação de Antonio Cândido de que o romance brasileiro do século XIX teria uma "fome de espaço e uma ânsia topográfica de apalpar todo o país" (1975, p. 114).

Com efeito, Alencar é o romancista brasileiro que abarca como cenário o maior espaço geográfico, que se estende desde as regiões urbanas do centro do país até as zonas rurais das regiões mais distantes, como o pampa gaúcho e o sertão nordestino. O escritor, ao trazer para seu universo ficcional, tipos como o peão gaúcho ou o vaqueiro nordestino, está executando o seu projeto de construção de uma literatura nacional. É pintando poeticamente as peculiaridades de cada região que o Autor pretende compor um quadro que represente o Brasil, tanto na sua extensão territorial, quanto na sua diversidade cultural.

Em *O gaúcho* e em *O sertanejo*, Alencar apresenta umas regiões que muito bem representam a variedade cultural de um país que ostenta inúmeras diferenças de clima, vegetação e relevo, entre outros elementos naturais. A descrição desses elementos culturais e naturais é que traz a seus romances a "cor local", a qual, por sua vez, lhes confere o caráter de nacional.

A natureza tem papel preponderante nos romances de Alencar, sobretudo naqueles que retratam a zona rural, cujo cenário se restringe praticamente ao espaço natural. Em *O Gaúcho*, o espaço assume proporções gigantescas. Tudo é força e amplidão nos pampas. A descrição ressalta o seu isolamento e a sua imutabilidade. Os pampas se mostram impassíveis e resistentes ante outras forças da natureza como os tufões e as tempestades:

O pampa é a pátria do tufão. Aí nas estepes nuas, impera o rei dos ventos. Para a fúria dos elementos inventou o Criador as rijeas cadavéricas da natureza. diante da vaga impetuosa colocou o rochedo; como leito de furacão estendeu pela terra as infindas savanas da América e os ardentes areais da África.

Arroja-se o furacão pelas vastas planícies; espoja-se nelas como o potro indômito, convale a terra e o céu em espesso turbilhão. Afinal a natureza entra em repouso; serena a tempestade; queda-se o deserto, como dantes plácido e inalterável. (Alencar, 1978, p. 13)

Os seres vivos que habitam este espaço são herdeiros dos atributos da natureza e formam com ela uma única família. Há uma perfeita identidade ente os seres que compõem o

espaço dos pampas. Todos procuram se adequar à compleição deste cenário e assimilar suas qualidades:

Até a árvore solitária que se ergue no meio dos pampas é tipo dessas virtudes. Seu aspecto tem o que quer que seja de arrojado e destemido; naquele tronco derreado, naqueles galhos convulsos, na folhagem desgrehada, há uma atitude atlética. (Alencar, op. cit. p. 14)

Assim são todos os filhos dos pampas: "a ema, o touro, o corcel" (id. *ibid.*). Mas é o homem quem melhor representa as características da terra gaúcha:

Nenhum ente, porém, inspira mais energicamente a alma da pampa do que o homem, o "gaúcho". De cada ser que povoa o deserto, toma ele o melhor; tem a velocidade da ema ou da corça; os brios do corcel e a veemência do touro.

O coração fê-lo a natureza franco e descortinado como a vasta coxilha; a paixão que o agita lembra os ímpetos do furacão; o mesmo bramido, a mesma pujança. A esse turbilhão do sentimento era indispensável uma amplitude de coração, imensa como a savana. (id. *ibid.*)

O objetivo de Alencar é mostrar a comunhão entre o espaço natural e o homem que ali vive, ao mesmo tempo em que revela um pedaço do Brasil quase desconhecido pelo resto do país. E o que esta parte do território brasileiro possui de especial é uma natureza ainda não alterada pela civilização, bem como um povo que ainda preserva suas tradições.

Desta forma, o autor se preocupa em apresentar o caráter específico do Rio Grande do Sul, seja pela descrição da sua natureza, seja pela retratação dos hábitos e costumes de seu povo.

Na obra é tão importante a afirmação de que: "Pelo traje se reconhecia o gaúcho. O ponche de pano azul forrado de pelúcia escarlata caía-lhe dos ombros. A aba revirada sobre a espádua direita mostrava a cinta onde se cruzavam alonga faca de ponta e o amolador em forma de lima" (Alencar. op. cit. p. 15), como também a informação de que: "Em setembro ainda reina o inverno na campanha; e nesse dia soprava o minuano, vento glacial, que desce dos Andes" (id. *ibid.*)

O traje do homem gaúcho, assim como o vento minuano são peculiaridades dos pampas. Os costumes são, portanto, decorrentes da necessidade de adaptação ao espaço natural.

É assim que se justifica a relação do gaúcho com seu cavalo, explorada com muita ênfase pelo romance. O cavalo representa o elemento mediador entre o homem e a terra, pois somente montado em seu cavalo, o gaúcho consegue dominar as grandes extensões dos campos. O gaúcho é representado como o "centauro dos pampas", homem e animal formam um só corpo e uma só alma, como comprova a acentuada humanização que o cavalo assume na narrativa.

Manuel Canho, o herói de *O Gaúcho* não é apenas um grande conhecedor da raça eqüina. O cavalo, para ele, não significa uma simples montaria, mas sim um companheiro e até um irmão com que partilha seu dia a dia. A obra divide-se em quatro partes, cujos títulos demonstram o significado do cavalo na vida do gaúcho: "O Peão", "Juca", "Morena" e "Upa". Estes títulos sintetizam a trajetória do herói: um peão, seu poldrinho, sua égua em veloz carreira pelos pampas.

Os cavalos Morzelo, Juca e Morena são personagens com papel importante na obra, são coadjuvantes das ações heróicas de Manuel Canho. Eles são apresentados como portadores de sentimentos superiores a de certos tipos humanos como Félix e D. Romero e até a própria Catita, pois são incapazes de cometer um ato de traição ou infidelidade.

É exatamente a natureza fiel do cavalo o que mais cativa a admiração de Canho, decepcionado pelo caráter volúvel das mulheres por duas vezes. A primeira, infância, por sua própria mãe, a segunda, já adulto, pela noiva Catita.

Canho mostra-se arredio às mulheres, preferindo a solidão. O ideal de mulher, no seu pensamento, se confunde com a imagem de Morena:

Então errava-lhe ante os olhos uma linda imagem de mulher vaga e indecisa que talvez já vira, mas não se lembrava quando; e, coisa singular, essa imagem assomava como uma transformação do vulto gracioso de Morena. (Alencar, op. cit. p. 78)

A mulher em *O gaúcho* é representada de forma negativa. Ao contrário do cavalo, que é companheiro e solidário, ela é motivo de transtorno e infelicidade para o homem. O pai de Manuel Canho foi assassinado por causa de uma mulher, o herói teve uma infância infeliz por causa da mãe, que não hesitou em casar-se com o homem que atraía a morte para seu marido. Catita, sua amada, o desiludiu traindo sua confiança. A mulher aparece, portanto, como um ser inferior, incapaz de sentimentos nobres e, conseqüentemente, não merecedora de maiores atenções por parte do homem. Para este, a mulher representa o perigo, a tentação e o próprio demônio:

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 124 – 144 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

Rasgavam-se os relâmpagos; e do seio da luz celeste desprendiam-se duas centelhas que lhe transpassavam a alma e embebiam nela uma lava satânica. Eram os olhos de Catita. (Alencar, op. cit. p. 113)

A inferioridade da mulher fica patente no episódio do jogo de cartas entre Canho e Chico Baeta, em que o último, após perder todo o seu dinheiro e mais o cavalo, de nome Pombo, aposta e perde Missé, a sua amante. Apiedado, Manuel Canho lhe devolve o cavalo, com as seguintes palavras:

Aceite o Pombo, como lembrança da primeira vez que nos vimos, há cerca de três anos, Não se dirá que Manuel Canho separou um gaúcho de seu melhor amigo. O mais, o dinheiro e a mulher, acha-se a cada canto; porém o cavalo que nos entende; e se liga ao nosso destino no trabalho e na guerra, na vida e na morte, este, uma vez perdido, custa a achar outro, quando se acha. (Alencar, op. cit. p. 111)

Durante todo o desenvolvimento da ação, a relação homem/mulher permanece problemática. Até mesmo o final, em que Manuel Canho e Catita partem juntos montados em Morena, mostra-se incerto quanto á felicidade do herói, a presença da mulher, embora inevitável, é motivo de tensão e angústia.

Levado pela corrida veloz, Manuel sentiu no peito uma constrição que em seu desvario lhe parece de um tenaz ardente. Catita se lançara na garupa de Morena no momento de partir; era sa mão delicada que lhe esmaga o coração. (Alencar, op. cit. p. 165)

O homem gaúcho representado na obra de Alencar tem um caráter similar ao caráter dos pampas, isolado e solitário na sua grandeza. Trata-se de um temperamento incompatível com a vida doméstica, fechada no espaço reduzido da casa e da família. Decorre daí a dificuldade do Autor em criar uma ligação amorosa para o herói, pois a característica do gaúcho é justamente a liberdade.

O espaço primordial do gaúcho é o campo, no trabalho ou na guerra, é onde ele se realiza. Por isso, Alencar afasta de seu herói, o risco de ser aprisionado pelo casamento. É em plena liberdade, nos espaços abertos do pampa, que Manuel Canho cumpre as suas missões heróicas.

As façanhas do herói assumem o caráter de tarefas ou obrigações a serem cumpridas. São assim, por exemplo, a vingança da morte do pai, a busca e prisão do Chileno que

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 124 – 144 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

desonrara Catita e a participação na revolta sob o comando de Bento Gonçalves. todos esses feitos do herói derivam do respeito a um código de honra a que ele não pode deixar de obedecer.

Com relação à "guerra dos farrapos" que aparece como pano de fundo do romance, o Autor deixa claro que Manuel Canho não possui nenhuma motivação ideológica para se juntar aos revoltosos. Sua motivação é de ordem particular e efetiva: ajudar seu padrinho, o Coronel Bento Gonçalves, chefe da revolução:

Para Manuel a causa a que se dedicara era um homem, e nada mais. A afeição que recusava à sua espécie se concentrara ultimamente em um indivíduo. Bento Gonçalves se tornara para ele um símbolo, uma veneração profunda; e enchia-o de orgulho a idéia de estar ligado a ele por um laço espiritual.

Não sabia Manuel o que intentava o coronel; e nunca se preocupava com isso. Para quê? Sua missão era acompanhar, servir, defender o seu homem, e morrer quando fosse preciso para salvá-lo ou para vingá-lo. (Alencar, op. cit. p. 96)

Analisando na obra de Alencar a utilização de fatos da história do país, Soares Amora (1969, p. 257-8) conclui que este recurso do escritor tem o objetivo de dar cor local a seus romances, e ainda segundo o crítico, segue uma fórmula que consiste em escolher episódios históricos com significação nacional; situar este episódio num cenário que simbolize a cor local do país; extrair desses episódios históricos das situações humanas de sentido poético ou dramático e, sem afetar a tônica desses sentidos, amenizar seus efeitos com a apresentação de cenas da cor local e até mesmo humorísticas e, por última criar personagens à grandeza da nação.

Em *O Gaúcho*, observa-se que os itens arrolados por Amora se encontram presentes, com exceção do terceiro, pois as situações humanas apresentadas no romance não emergem do episódio histórico relatado. Os dramas pessoais do herói não têm nenhuma relação com a guerra em que toma parte.

A revolução farroupilha, eclodida no Rio Grande do Sul em 1835, é um assunto da história nacional e, por esta razão, não poderia deixar de estar presente numa obra que procura dar conta da representatividade do povo gaúcho. Contudo o romance não aprofunda a questão da revolta, os motivos históricos que levaram os gaúchos a se rebelarem contra as forças

federativas. O que interessa é mostrar a bravura, a coragem, a honra, o espírito indômito do gaúcho encarnado em figuras históricas e quase lendárias, como a de Bento Gonçalves:

O coronel Bento Gonçalves da Silva, veterano da guerra da Cisplatina e comandante da fronteira de Jaguarão e Bagé, era então o homem mais respeitado em toda a campanha do Rio Grande do Sul. Franco e generoso, bravo como as armas, vazado na mesma têtpora de Osório e Andrade Neves, montando a cavalo como o Cid campeador, era Bento Gonçalves o ídolo da campanha. (Alencar, op. cit. p. 19)

O sentimento nacional do gaúcho se apresenta sob forma de repúdio aos vizinhos estrangeiros. Mesmo envolvido na guerra civil, o gaúcho permanece sendo brasileiro, recusando o auxílio dos castelhanos e cultivando o antigo ódio aos adversários do passado:

– A falar a verdade, eu antes queria sová-los, a eles. Enquanto me lembrar do que fizeram aí por Bagé e Alegrete, que me contou meu pai, não se acaba esta gana que tenho de tirar uma desforra. Quer que lhe diga, Sr. Lucas Fernandes, eu estou que sentiria mais prazer em meter a faca no lombo de um castelhano, do que em abraçar a mais bonita rapariga de Buenos Aires. (Alencar, op. cit. p. 88)

Enfim, este episódio da história trazido às páginas do romance não contraria o projeto de integração nacional de Alencar, trata-se de uma forma de pintar o brasileiro do sul com a sua cor local e enquadrá-lo no grande painel multicolorido da nação brasileira.

O Sertanejo, tal como *O Gaúcho*, começa com a descrição da natureza que serve de cenário à nação. E ainda como no outro romance, trata-se de um quadro amplo e majestoso, uma "imensa campina que se dilata por horizontes infindos..." (Alencar, 1975, p. 11). A exemplo dos pampas gaúchos, a amplitude do espaço traz como consequência o isolamento do homem: "então o viajante tinha que atravessar grandes distâncias sem encontrar habitação que lhe servisse de pousada..." (id. ibid.)

Neste romance em que Alencar situa a ação no Ceará, sua província natal, ele cria um narrador oriundo da região, que se emociona com a lembrança de sua terra:

Quando te tornarei a ver, sertão da minha terra, que atravessei há tantos anos na aurora serena e feliz de minha infância?
quando te tornarei a respirar tuas auras impregnadas de perfumes agreste, nos quais o homem comunga a seiva dessa natureza possante?
(id. ibid.)

A COR LOCAL NOS ROMANCES REGIONALISTAS DE JOSÉ DE ALENCAR E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Este recurso tem como objetivo conferir verossimilhança à narração, dando autoridade ao narrador, que se apresenta como conhecedor "in loco" do espaço que descreve. Contudo, o narrador não é contemporâneo dos fatos relatados, que remontam ao século XVIII, um passado já longínquo para ele. Alencar escolhe, portanto, como cenário, um sertão primitivo, anterior às transformações trazidas pela civilização que modificaram sua fisionomia natural e cultural.

O recuo no tempo, situando a ação no ano de 1764, é, pois, uma forma de recuperar o passado histórico do sertanejo ameaçado pelo esquecimento. Desta forma, a "cor local" buscada por Alencar em regiões características como o sertão nordestino ou o pampa gaúcho se encontra sempre no passado, pertencendo a uma época de isolamento dessas regiões, o que possibilitava a preservação de sua natureza e de seus costumes.

A natureza do sertão aparece, na obra, como paradisíaca. Predomina a imagem de comunhão entre o homem e a natureza. As intempéries climáticas, como é o caso da seca, problema antigo do sertão, é referida só no primeiro capítulo, mas apenas como um quadro de "belo horrível", omitindo os seus efeitos sobre o homem que vive no sertão. Alencar prefere mostrar o sertão da abundância e da beleza, proporcionado pelas chuvas. Por isso, logo no início da ação mostra a metamorfose da terra castigada pela estiagem, ao cair das primeiras chuvas de inverno:

A terra que adormecia com o fechar da noite, já não era a mesma que despertava ao raiar do sol. Como se houvesse tocado o condão de uma fada, ela transformava-se por encanto: e mostrava-se tão louça e donosa que parecia ter desabrochado naquele instante, como uma flor do seio da criação. (Alencar, op. cit. p. 85)

O homem que vive no sertão, assim como aquele que vive no pampa, não tem conflito com a natureza, sendo ele próprio uma extensão dela. O sertanejo é como as carnaúbas, que "simbolizam no sertão as duas virtudes cearenses, a sobriedade e a perseverança". (Alencar, op. cit. p. 14)

Desta forma, o herói do romance, Arnaldo Louredo, é um ser da natureza, tão forte e resistente quanto uma carnaúba, ele sabe que o sertão é para o sertanejo:

Para quem não serve minha terra é para aqueles que não aprendem com ela a ser fortes e corajosos. (Alencar, op. cit. p. 47)

Os problemas do herói não derivam da natureza hostil do sertão, mas sim de sua organização social. Arnaldo, por ser livre como a própria natureza, tem dificuldades de convivência naquela pequena sociedade onde todos se submetiam à vontade do fazendeiro, que tinha poderes de um senhor feudal.

A narrativa divide-se em duas partes. A primeira mostra o conflito entre Arnaldo e o Capitão-mor Gonçalo Pires Campelo, proprietário da fazenda Oiticica, onde ele nasceu. A segunda parte apresenta os dois já reconciliados em conflito com o elemento de fora, representado por Marcos Fragoso, uma ameaça à ordem instituída na sociedade sertaneja.

A primeira parte do romance é voltada para a apresentação do caráter de Arnaldo, para sua qualificação como herói:

Nessa ocasião ramalhou o mato; logo depois abriu-se a folhagem e apareceu Arnaldo puxando pela orelha a um tigre enorme, que o seguia gacheiro e humilde. (Alencar, op. cit. p. 57)

O espaço que Arnaldo ocupa é o sertão em estado de liberdade, fora dos limites da fazenda, que é o espaço submetido à lei do Capitão-mor Gonçalo Campelo. Rebelde e insubmisso, Arnaldo é o único que consegue se manter à margem do poder exercido pelo dono das terras.

O Autor, entretanto, não confere ao conflito entre Arnaldo e o Capitão-mor um sentido ideológico. A relação entre ambos, embora conflituosa, é marcada pelo respeito e admiração mútua. Trata-se de duas faces do homem sertanejo que o romancista deseja representar. Campelo assegura a manutenção de uma ordem, de uma organização que permite a existência de uma sociedade naqueles confins. Arnaldo, por sua vez, garante a preservação da pureza desta sociedade pela ligação com a natureza que a rodeia. É assim que se explica a relação do herói com elementos expurgados pela ordem social, como é o caso do índio Anhamum, que condenado à prisão e à deportação para Portugal, por Campelo, é libertado por Arnaldo e, mais tarde ajuda a salvar a fazenda "Oiticica" e a família do Capitão de cair nas mãos de Marcos Fragoso.

A sociedade da "Oiticica" constitui um espaço intermediário entre a civilização aos moldes europeus e o sertão virgem e selvagem:

Na frente elevava-se no terreiro, a algumas braças da estrada, a frondosa oiticica, donde vieram o nome à fazenda. Era um gigante da

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 124 – 144 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

antiga mata virgem, que outrora cobrira aquele sítio. (Alencar, op. cit. p.24)

.....
Havia fazendeiro e o Capitão-mor Campelo era um deles, que não comia senão em baixela de ouro, e que trazia na libré de seus criados e escravos, bem como nos jaezes de seus cavalos, brocados, veludos e telas de maior curto e primor do que usavam nos paços reais de Lisboa os fidalgos lusitanos. (Id. ibid.)

O Capitão-mor comporta-se como um senhor feudal. Detém sob seu comando uma milícia privada pronta para defender sua propriedade. Até mesmo a Igreja se curva ao seu poder, já que mantém, em sua fazenda, um capelão, o Padre Teles, que age sob suas ordens como qualquer um dos seus agregados. Tal como Arnaldo, Campelo não se submete à autoridade de outrem, mantendo-se como um barão nos seus domínios.

Estes barões sertanejos só nominalmente rendiam preito e homenagem ao rei de Portugal, seu senhor e suserano, cuja autoridade não penetrava no interior senão pelo intermédio deles próprios. Quando a carta régia ou a provisão do governador levava-lhe títulos e patentes, eles acatavam; mas tratava-se de causa que lhes fosse desagradável não passava de papel sujo. (Alencar, op. cit. p. 126)

Na primeira parte concentram-se as descrições da natureza e das personagens. É quando se apresenta a infância do herói e se justificam seus laços com o Capitão Campelo. Arnaldo, não obstante seu anseio de liberdade, está irremediavelmente preso à fazenda "Oiticica". O principal elo desta cadeia é D. Flor, filha do Capitão, sua "irmã de leite", companheira de infância e sua grande paixão.

O casamento entre Arnaldo e D. Flor é impossibilitado em virtude da diferença de classes sociais. O destino do herói, traçado pelo Capitão, é assumir a função de vaqueiro da fazenda, lugar que fora de seu pai e casar-se com Alina, órfã adotada pela família. D. Flor é destinada ao casamento com um homem de sua classe, escolhido por seu pai.

Diferentemente de *O Gaúcho*, em que a mulher goza de maior liberdade, *O Sertanejo* mostra mulher completamente submissa ao poder da família e à austeridade dos costumes do meio: "as mulheres tinham no seio da família o mesmo recato das freiras". (Alencar, op. cit. p. 75)

A heroína é representada como uma princesa do sertão, reverenciada pelos homens mais poderosos do lugar, Campelo e Arnaldo. A sua condição elevada é enfatizada pelo **Hum Res**, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 124 – 144 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

tratamento respeitoso de "Dona", que lhe confere o narrador. Assim como Arnaldo e Campelo, D. Flor é ativa e generosa, formando com os dois um trio unido pelas mesmas qualidades sertanejas.

O trio Arnaldo, Campelo e D. Flor encarna o tipo sertanejo que se opõe a Marcos Fragoso, rapaz rico e citadino que não possui as virtudes do homem do sertão e por isso não pode entrar para a família do Capitão-mor e nem se tornar marido de D. Flor.

A segunda parte do romance narra o combate entre os sertanejos da "Oiticica", liderados por Arnaldo, e os elementos de fora, comandados por Marcos Fragoso. Conforme já havia ocorrido em episódios anteriores, como o da "Cavallhada" e o da captura do boi "Dourado", Arnaldo mais uma vez derrota Fragoso, comprovando a superioridade do sertanejo. Esses dois episódios que antecipam a supremacia do homem sertanejo em relação ao homem urbano constituem quadros da cor local pintados pelo escritor para dar a seu romance um caráter nacional.

Com a vitória na guerra contra Fragoso, Arnaldo habilita-se como futuro sucessor de Campelo, o qual reconhece o seu valor, outorgando-lhe o seu sobrenome:

Tu és um homem, e de hoje em diante quero que te chames Arnaldo Louredo Campelo. (Alencar, op. cit. p. 202)

Contudo, isso não é suficiente para destruir as barreiras sociais, e o casamento com D. Flor não se concretiza. O romance finaliza deixando Arnaldo e D. Flor solteiros, sem poder demonstrar a atração que sentem um pelo outro. A expulsão de Fragoso, a morte de Leandro, noivo de D. Flor escolhido por seu pai, bem como o casamento de Agrela com Alina, noiva de Arnaldo escolhida pelo Capitão Campelo, são acontecimentos que restituem o equilíbrio inicial em que se encontravam os protagonistas. Eles estão novamente livres, mas continuam proibidos de se amarem.

O mundo do sertão que Alencar apresenta é, pois, imóvel e imutável. A sua cor local é preservada pela resistência às mudanças. Neste sentido se justifica a opção do autor de situar sua narrativa num passado distante em que o sertão ainda conservava uma natureza selvagem e costumes peculiares, que, ao longo do tempo, foram se modificando pelo contanto com o restante do país, como afirma o narrador na abertura do romance:

A COR LOCAL NOS ROMANCES REGIONALISTAS DE JOSÉ DE ALENCAR E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

De dia em dia aquelas remotas regiões vão perdendo a primitiva rudeza, que tamanho encanto lhes infundia.
A civilização que penetra pelo interior corta os campos de estrada, e semeia pelo vastíssimo deserto as casas e depois as povoações.
(Alencar, op. cit. p. 11)

O projeto de Alencar era a construção de uma literatura nacional composta de quadros representativos da cor local de diferentes regiões do país. No entanto, a marcha da civilização que leva a integração dessas regiões com o restante do Brasil faz com que elas percam a nitidez de suas cores, pela uniformização dos costumes e pela alteração da paisagem natural. É por isso que Alencar, tanto em *O Gaúcho*, como em *O Sertanejo*, apresenta um Brasil que não existe mais. Trata-se de obras voltadas para o passado histórico. E é na reconstituição desse passado que reside o seu caráter nacional.

Considerações finais

José de Alencar realiza na sua obra romanesca o ideal de nacionalidade defendido por críticos e historiadores brasileiros do século XIX, como Santiago Nunes Ribeiro, Joaquim Norberto e Gonçalves de Magalhães, cumprindo assim as recomendações dos europeus Denis e Garret sobre a exploração da cor local enquanto elemento distintivo da literatura brasileira.

O romancista Alencar é fiel ao crítico Alencar das "Cartas sobre A Confederação dos Tamoios", pois segue à risca a sua ideia de fazer uma descrição que realçasse a beleza e a grandiosidade da natureza americana e ainda fazer uma descrição do homem do lugar, representando seu caráter, seus costumes e tradições, o que, em síntese, significaria a essência da nação brasileira.

A obra narrativa de Alencar segue o plano revelado por ele no prefácio de *Sonhos d'ouro*, de fixar a sociedade brasileira em seu processo de formação e em sua diversidade espacial. *O Gaúcho* e *O Sertanejo* ilustram o esforço do escritor em promover a nacionalidade através da criação literária, isto é, o registro literário da diversidade natural e cultural do país deveria proporcionar a integração nacional. Contudo, Alencar precisou voltar-se para o passado para encontrar ainda em estado primitivo a natureza e o homem que constituem tipos originais, como é o caso dos pampas do peão gaúcho e o sertão do vaqueiro nordestino.

Referências

- ALENCAR, José de. "Cartas sobre a Confederação dos Tamoios". In: CASTELLO, José Aderaldo. **A polêmico sobre a Confederação dos Tamoios**. São Paulo: USP, 1953.
- ALENCAR, José de. "Como e porque sou romancista". In: _____. **Obras completas**. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959, v. 1.
- ALENCAR, José de. **O Sertanejo**. São Paulo: Ática, 1975.
- ALENCAR, José de. **O Gaúcho**. São Paulo: Ática, 1978.
- AMORA, Antonio Soares. **O romantismo: a literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1968, v.2.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1967.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. S. Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1975, v. 2.
- CÉSAR, Guilhermino. **Bouterwk – os brasileiros na Geschichte der Poesie und Beredsamkeit**. Porto Alegre: Lima, 1968a.
- CÉSAR, Guilhermino. **Simonde de Sismondi e a literatura brasileira**. Porto Alegre: Globo, 1968b.
- CÉSAR, Guilhermino. **Resumo da história literária no Brasil**. Porto Alegre: Lima, 1968c.
- GARRET, Almeida. "Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa". In: **Obras completas**. Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1904, II. Prosas.
- MAGALHÃES, Domingos Gonçalves de. "Discurso sobre a história da literatura do Brasil". In: **Opúsculos históricos e literários**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1865.
- MONTELLO, Josué. "Uma influência de Balzac". In: ALENCAR, José. **O Sertanejo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951, v. 16.

QUEM CONTA A HISTÓRIA? A BATALHA DO JENIPAPO E AS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS (2000–2022)

Ana Thais da Silva Cardoso¹
Antonia Valtéria Melo Alvarenga²

145

RESUMO

Este artigo propõe analisar como a Batalha do Jenipapo (1823) foi discutida em livros didáticos de História do Ensino Fundamental publicados entre 2000 e 2022. O estudo parte do pressuposto que o ensino de História, enquanto campo de disputas de memória, reflete escolhas políticas e editoriais que privilegiam determinadas narrativas em detrimento de outras. A metodologia adotada baseou-se na análise documental de seis coleções didáticas, relacionadas com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), a Base Nacional Comum Curricular (2017), o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), e com os currículos locais. Portanto, este é um esforço de contribuir para o debate em torno da valorização da história regional e da inserção da Batalha do Jenipapo como parte fundamental da construção da Independência do Brasil.

Palavras-chave: Batalha do Jenipapo. Ensino de História. Livros Didáticos. Independência do Brasil.

WHO TELLS THE STORY? THE BATTLE OF JENIPAPO AND THE LINES OF INTERPRETATION IN TEXTBOOKS (2000–2022)

ABSTRACT

This article proposes to analyze how the Battle of Jenipapo (1823) is addressed in History textbooks for Elementary Education published between 2000 and 2022. The study is based on the premise that the teaching of History, as a field of memory disputes, reflects political and editorial choices that privilege certain narratives to the detriment of others. The methodology was based on the documentary analysis of six textbook collections, confronted with the National Curriculum Parameters (1998), the Common National Curriculum Base (2017), the National Textbook and Teaching Material Program (PNLD), as well as local curricula. Therefore, this is an effort to contribute to the debate on the appreciation of regional history and the inclusion of the Battle of Jenipapo as a fundamental part of the construction of Brazil's Independence.

Keywords: Battle of Jenipapo. History Teaching. Textbooks. Independence of Brazil.

¹ Graduada em licenciatura plena em história pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), e-mail: anathaisdasilvac@aluno.uespi.br

² Pós-doutorado em Direito; Pós-doutorado em História pelo PNPd-CAPES, Doutora em História Social; Doutora em Direito e mestra em Educação, área de concentração Docência. Professora adjunta IV da Universidade Estadual do Piauí e Associada I da Universidade Estadual do Maranhão. Professora Permanente do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) UESPI/UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. É pesquisadora do INCT Proprietas/NEEPP, Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí-IHGPI e atualmente é vice-presidente da Academia de Ciência do Piauí- ACIPI. E-mails: valterialvarenga@cchl.uespi.br / antoniaalvarenga@professor.uema.br

¿QUIÉN CUENTA LA HISTORIA? LA BATALLA DE JENIPAPO Y LAS LÍNEAS DE
INTERPRETACIÓN EN LOS LIBROS DE TEXTO (2000–2022)

RESUMEN

Este artículo propone analizar cómo se aborda la Batalla del Jenipapo (1823) en los libros de texto de Historia de la Educación Básica publicados entre 2000 y 2022. El estudio parte del supuesto de que la enseñanza de la Historia, como campo de disputas de memoria, refleja elecciones políticas y editoriales que privilegian determinadas narrativas en detrimento de otras. La metodología se basó en el análisis documental de seis colecciones didácticas, confrontadas con los Parámetros Curriculares Nacionales (1998), la Base Nacional Común Curricular (2017), el Programa Nacional del Libro y del Material Didáctico (PNLD), además de los currículos locales. Por lo tanto, este es un esfuerzo por contribuir al debate en torno a la valorización de la historia regional y la inserción de la Batalla del Jenipapo como parte fundamental de la construcción de la Independencia de Brasil.

Palabras clave: Batalla del Jenipapo. Enseñanza de la Historia. Libros de texto. Independencia de Brasil.

Introdução

A Batalha do Jenipapo, travada em 13 de março de 1823, constitui um marco relevante nas lutas pela emancipação política do Brasil³. Embora a independência tenha sido declarada em 7 de setembro de 1822, ela não se estendeu imediatamente às regiões Norte e Nordeste, áreas de grande interesse estratégico e econômico para Portugal. O Piauí, nesse contexto, possuía uma economia dinâmica, marcada pelo comércio de algodão, gado e outros produtos, que garantiam recursos à Coroa e sustentavam as atividades locais⁴. Foi nesse cenário que o oficial português João José da Cunha Fidié foi designado para atuar, tornando-se um dos personagens centrais no confronto.

Considerando a relevância desse episódio, torna-se pertinente questionar de que maneira a Batalha do Jenipapo tem sido incorporado à memória nacional, pelo espaço escolar. O ensino de História, enquanto componente curricular, ocupa uma posição estratégica na formação da consciência histórica dos alunos. A forma como o passado é selecionado, organizado e apresentado aos estudantes não é neutra; ao contrário, está imersa em disputas narrativas e políticas, como destaca o trabalho de Pereira e Rodrigues⁵, ao afirmar que "o currículo de História é um produto de escolhas que estabelece um modo de recortar e de dizer o passado". Essa seleção

³A Batalha do Jenipapo, considerada um dos episódios mais sangrentos da Guerra da Independência do Brasil, ocorreu em 13 de março de 1823, às margens do rio Jenipapo, na então vila de Campo Maior, no Piauí.

⁴CASTRO, Francisco. **A guerra do Jenipapo**: A independência do Piauí. São Paulo: FTD, 2002.

⁵PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Ensino de História e passado prático: notas sobre a BNCC. In: RIBEIRO JUNIOR, Halferd Carlos; VALÉRIO, Mairon Escorsi (Orgs.). **Ensino de História e currículo**: reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular, formação de professores e prática de ensino. Paco Editorial, 2017, p. 28.

de conteúdos define o que será lembrado ou silenciado, e molda diretamente as identidades construídas no ambiente escolar.

A organização do trabalho pedagógico no ensino de História ocorre a partir da articulação entre os documentos normativos e as políticas públicas educacionais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), a Base Nacional Comum Curricular (2017), o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), além dos currículos locais. Esses instrumentos orientam os conteúdos, as competências e as habilidades que devem ser desenvolvidos no espaço escolar. Nesse processo, o livro didático aparece como um elo entre as diretrizes curriculares e a prática pedagógica em sala de aula. É, muitas vezes, o principal recurso utilizado pelos professores para orientar o planejamento e a condução do ensino. Carneiro⁶ ressalta essa centralidade ao afirmar que o livro didático atua como “apoio” e como “guia” para o docente, podendo inclusive se tornar um fator limitador do seu trabalho.

Dessa forma, o artigo analisa a presença da Batalha do Jenipapo nos livros didáticos de História. A metodologia foi organizada em dois eixos articulados: o primeiro consistiu-se no estudo da bibliografia de suporte, especialmente de acadêmicos que pesquisam sobre o tema. O segundo está relacionado à análise de seis obras destinadas ao 8º ano⁷ do Ensino Fundamental, publicadas entre 2000 e 2022, focalizando os capítulos sobre a Independência do Brasil e a forma como mencionam a Batalha do Jenipapo.

1 Entre currículo e mercado: o papel das editoras na organização dos livros didáticos

A relação entre o mercado editorial e os temas abordados nos livros didáticos é marcada por uma lógica que articula interesses econômicos, políticos e pedagógicos. As editoras, ao selecionarem os conteúdos que serão publicados e distribuídos em larga escala, tendem a considerar não apenas critérios de relevância científica e educacional, mas também as demandas impostas pelo mercado e pelas políticas públicas de aquisição de livros, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Nesse contexto, os temas tratados refletem, em grande

⁶ CARNEIRO, Maristela. **Metodologia do ensino de história**. 1. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2017.

⁷ A mudança na organização do Ensino Fundamental de oito para nove anos — estruturado por anos e não mais por séries — foi instituída pela Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Essa lei alterou os artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, ampliando a duração do Ensino Fundamental para nove anos, com início aos seis anos de idade. O processo de implementação ocorreu de forma gradual em todo o país, com prazo até o ano letivo de 2010 para que todos os sistemas de ensino se adequassem. Assim, a partir dessa reorganização, o Ensino Fundamental passou a ser estruturado por anos de escolaridade (1º ao 9º ano), substituindo o modelo anterior de séries (1ª à 8ª série).

QUEM CONTA A HISTÓRIA? A BATALHA DO JENIPAPO E AS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO NOS DIDÁTICOS (2000–2022)

medida, as tendências curriculares, as diretrizes oficiais e as expectativas de consumo das escolas e professores, o que pode resultar tanto na reprodução de narrativas hegemônicas quanto na limitação de abordagens críticas e plurais sobre a história e a sociedade. As obras didáticas que compõem o corpus desta pesquisa estão sintetizadas no quadro a seguir. Nele constam título, autoria, editora e ano de publicação, o que possibilita visualizar a diversidade dos materiais analisados.

Quadro 1 – Obras didáticas de História analisadas: editoras, autoria e ano de publicação (2000–2022)

Coleção/livro	Editora	Autoria/organização	Ano de publicação
História Temática: Terra e Propriedade	Scipione	Andrea Montellato; Conceição Cabrini; Roberto Catelli	2000
Passaporte para a História	Editora do Brasil	Renato Mocellin; Rosiane de Camargo	2008
Projeto Radix: raiz do conhecimento	Scipione	Claúdio Vicentino	2011
Estudar História: Das origens do homem à era digital	Moderna	Patrícia Ramos Braick	2015
Teláris História	Editora Ática	Claúdio Vicentino; José Bruno Vicentino	2018
História sociedade & cidadania	FTD	Alfredo Boulos Júnior	2022

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir das obras didáticas analisadas.

Do ponto de vista técnico, ainda que tal informação não esteja explicitada no Quadro 1, a análise das coleções didáticas revelou um dado relevante quanto à autoria das obras: a maioria dos responsáveis pelos manuais possui formação *stricto sensu*, como mestrado ou doutorado, na área de História. Essa qualificação contribui para conferir legitimidade técnico-científica e historiográfica aos livros didáticos produzidos, embora não se tenha identificado esse critério como condição para a aprovação do material didático. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático- PNLD, o adota critérios específicos para a aprovação das obras, entre eles a correção conceitual, a coerência metodológica e o alinhamento às diretrizes curriculares.

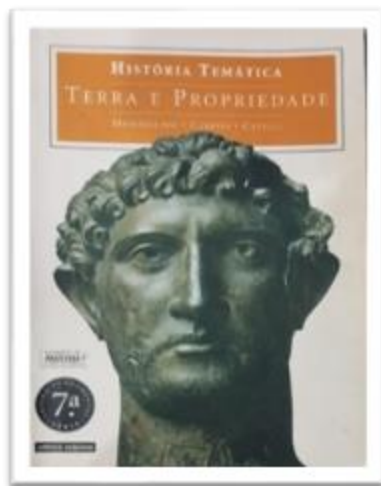
A participação desses profissionais vinculados à pesquisa acadêmica não garante por si só a inclusão de narrativas mais plurais e regionalizadas. Como mencionado antes, a dinâmica

editorial, frequentemente orientada por exigências de mercado, tende a limitar a autonomia dos autores, que muitas vezes precisam seguir roteiros previamente estabelecidos. Bittencourt⁸ observa que, ao conquistarem o direito de produzir e divulgar os livros didáticos, as editoras passaram a tratá-los como “mercadoria inserida na lógica capitalista, um produto típico da indústria cultural [...] destinado ao consumo e à obtenção de lucro”. Essa lógica comercial impacta diretamente na escolha dos conteúdos e, conseqüentemente, na maneira como algumas temáticas importantes passam a integrar ou não a memória nacional.

De acordo com Carneiro⁹, os materiais aprovados e distribuídos pelo PNLD seguem tendências de mercado que geram obras “breves, fragmentadas, objetivas e visualmente impressionantes, mas abordando os mesmos conteúdos, frequentemente com a mesma perspectiva”. Ao priorizar materiais breves, fragmentados e visualmente atraentes, em detrimento da profundidade analítica e da diversidade interpretativa, o currículo tende a reforçar uma aprendizagem superficial, voltada mais para a reprodução de conteúdo do que para o desenvolvimento do pensamento crítico e da reflexão histórica. Considerando tais efeitos na construção do currículo escolar, passa-se à análise das obras selecionadas.

2 A Batalha do Jenipapo nos livros didáticos de História (2000–2022)

Figura 1- Capa do livro “História Temática – Terra e Propriedade” (7ª série)



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra¹⁰.

⁸BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico**: uma história do saber escolar. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993, p. 78.

⁹CARNEIRO, 2017, p. 136.

¹⁰MONTELLATO, Andrea; CABRINI, Conceição; CATELLI, Roberto. *História temática*: terra e propriedade – 7ª série. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2000.

QUEM CONTA A HISTÓRIA? A BATALHA DO JENIPAPO E AS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO NOS DIDÁTICOS (2000–2022)

O livro *História temática: terra e propriedade – 7ª série*, publicado em 2000, integra a coleção aprovada no PNLD/2002. No *Guia dos Livros Didáticos* disponibilizado aos professores, a obra recebeu duas estrelas, sendo classificada como recomendada. Segundo o próprio Guia, livros recomendados “são aqueles que cumprem todos os requisitos mínimos de qualidade exigidos. Por isso mesmo, asseguram a possibilidade de um trabalho didático correto e eficaz por parte do professor”¹¹.

A obra didática em questão, destinada à 7ª série, é estruturada em três unidades. No que se refere ao tema da Independência do Brasil, o conteúdo é abordado no Capítulo 9 – “Independências políticas e a ideia de nação”, inserido na terceira unidade. Segundo os autores, conforme descrito no manual do professor, o capítulo tem como objetivo apresentar a Independência do Brasil em diálogo comparativo com os demais processos de independência ocorridos na América. Destaca-se, ainda, a seção “Refletindo sobre o tema”(p.151), que propõe uma análise do Hino da Independência do Brasil (1822)¹² como ponto de partida para discussão em sala de aula. Nessa abordagem, o manual orienta que seja enfatizado junto aos alunos o caráter patriótico, simbólico e de homogeneização da nação presente na composição.

A narrativa da Independência é apresentada sob uma perspectiva política elitista, centrada na atuação de Dom Pedro I, nas Cortes portuguesas e no episódio do 7 de setembro. Observa-se a ausência de menção à Batalha do Jenipapo e a outros movimentos armados ocorridos nas regiões Norte e Nordeste do país, que também participaram do processo de emancipação política¹³. Embora o *Guia do Livro Didático* não explicita essa limitação de forma direta no capítulo em questão, reconhece na resenha geral da coleção, a existência de recortes temáticos. Como afirma o próprio documento:

Sugere-se que o professor esteja atento ao fato de a proposta exigir acompanhamento constante e cuidadoso na seleção, articulação e realização das atividades. [...] A coleção, ao desenvolver um trabalho de História Temática, procedeu a uma seleção, que implicou a exclusão de temas. É necessário que o professor avalie a oportunidade de complementar os temas propostos, além de construir e introduzir novos¹⁴.

¹¹BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos: 5ª a 8ª séries** – PNLD 2002. Brasília: MEC, 2001, p. 13.

¹²O Hino da Independência do Brasil (1822) foi escrito pelo jornalista e político Evaristo da Veiga, em 1822, como uma forma de expressar seu apoio à independência do país.

¹³Além da Batalha do Jenipapo, a Independência contou com confrontos na Bahia, como Pirajá (1822) e o cerco a Salvador, que expulsou os portugueses em julho de 1823. No Grão-Pará, a adesão só veio em 15 de agosto de 1823, após resistências ligadas aos interesses da elite local (Franchini Neto, Hélio, 2015; Monte, 2024).

¹⁴BRASIL, 2001, p. 304.

Essa declaração revela que a limitação aos conteúdos não é acidental, mas resultado de uma escolha política e metodológica da coleção. Ao adotar uma abordagem temática, a obra deixou de contemplar aspectos importantes da Independência do Brasil, especialmente aqueles relacionados à participação popular, que estaria presente na concepção de uma história plural. Essa lacuna exige, portanto, que o professor assuma um papel ativo e crítico frente ao material didático, procurando ressaltar as diferentes nuances que assumiram o processo de independência do Brasil.

Figura 2 - Capa do livro “Passaporte para a História” (8º ano)



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra¹⁵.

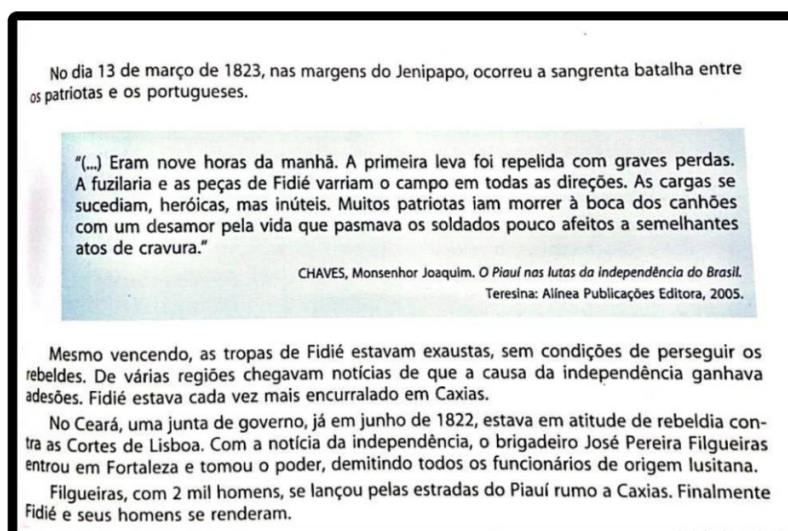
Entre as obras didáticas selecionadas para esta pesquisa, *Passaporte para a História*, em sua segunda edição publicada em 2008, sob autoria de Renato Mocellin e Rosiane de Camargo, apresenta uma abordagem que merece destaque. O processo de Independência é tratado no Capítulo 3 – “A emancipação política do Brasil”, pertencente ao Tema III. O capítulo contempla acontecimentos já consagrados pela historiografia escolar, como o *Dia do Fico* e o *Grito do Ipiranga*, mas avança ao reconhecer que a ruptura com Portugal foi marcada por conflitos armados em diversas regiões. Em uma das passagens, os autores afirmam que “a independência não foi aceita imediatamente em todo o país. Houve resistência e muito sangue

¹⁵MOCELLIN, Renato; CAMARGO, Rosiane de. **Passaporte para a História: 8º ano**. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2008.

QUEM CONTA A HISTÓRIA? A BATALHA DO JENIPAPO E AS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO NOS DIDÁTICOS (2000–2022)

foi derramado”¹⁶. Abaixo, observa-se a imagem da página em que a obra trata diretamente da Batalha do Jenipapo.

Figura 3 - Trecho do livro *Passaporte para a História* sobre a Batalha do Jenipapo



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra, p. 229.

A imagem supracitada apresenta um trecho da página 229, em que a Batalha do Jenipapo é abordada com clareza e destaque. Um aspecto especialmente relevante é a inserção de uma passagem da obra de Monsenhor Joaquim¹⁷. A escolha por incluir esse autor demonstra a intenção dos responsáveis pela obra de conectar o conteúdo escolar à produção historiográfica regional. Complementando o conteúdo, os autores propõem, na página seguinte, uma atividade em grupo que incentiva os alunos a pesquisarem sobre o tema. A proposta valoriza o processo investigativo, conforme orientam: “Entre as guerras de independência, destaca-se a Batalha do Jenipapo. Dividam-se em grupos e façam uma pesquisa sobre esse embate, buscando informações especialmente sobre a participação popular no episódio”¹⁸.

Essa valorização do contexto regional contribui para fortalecer o sentimento de pertencimento dos alunos. Como aponta o autor Lima¹⁹, o estudo da história local nas escolas permite que os alunos valorizem a trajetória de sua comunidade e reconheçam-se como

¹⁶MOCELLIN; CAMARGO, 2008, p. 228.

¹⁷A obra integra o terceiro conjunto identificado como historiografia moderna, cuja produção teve início nos anos 1950 e se destacou nas décadas de 1960 e 1970, especialmente durante as comemorações do sesquicentenário da Independência, quando ficou evidente a relação entre a escrita da história e os interesses do Estado (QUEIROZ, Teresinha, 2022, p. 62).

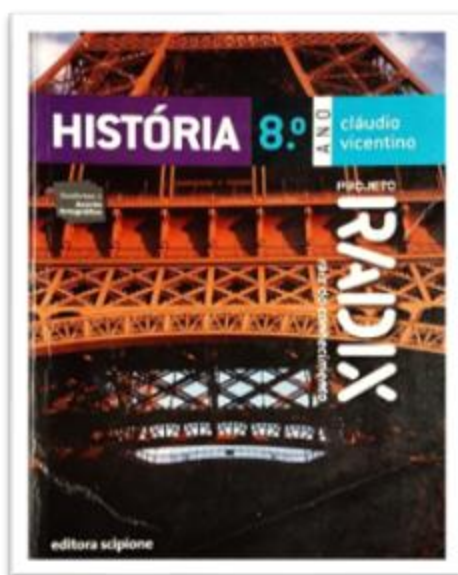
¹⁸MOCELLIN; CAMARGO, 2008, p. 230.

¹⁹LIMA, Guilherme. *O ensino de história no Brasil: da história natural à história naturalizada*. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas/SP, Unicamp, 2011.

participantes do processo histórico. Nesse sentido, o destaque dado ao episódio, aliado ao uso de fontes históricas locais e à proposta de atividades investigativas, faz com que a obra desempenhe um papel importante na construção de uma memória coletiva que reconhece a participação ativa de diferentes regiões do país no processo de Independência.

Lamenta-se, entretanto, que, mesmo tendo sido publicada originalmente em 2007 — ou seja, antes da homologação da BNCC e das reformulações mais recentes do PNLD —, a obra *Passaporte para a História* não tenha sido incluída nos catálogos oficiais do programa. Sua abordagem já antecipava princípios que hoje são valorizados, como a inclusão de múltiplas vozes na narrativa histórica e a valorização das identidades regionais²⁰. Esse cenário reforça a importância de revisitar obras que, embora fora dos circuitos institucionais de grande circulação, oferecem contribuições significativas para a formação crítica e contextualizada dos estudantes.

Figura 4 - Capa do livro “Projeto Radix – raiz do conhecimento” (8º ano)



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra²¹.

A terceira obra analisada intitula-se *Projeto Radix – raiz do conhecimento: História* do autor Cláudio Vicentino. A coleção foi aprovada no PNLD de 2011, cuja organização classificou as obras em dois grandes blocos, de acordo com suas perspectivas curriculares dominantes: *História Integrada e História Temática*. A obra de Vicentino insere-se no grupo das que adotam

²⁰A valorização dessas abordagens encontra respaldo, por exemplo, na quarta fase da historiografia piauiense, definida por César Monte (2024) como *historiografia acadêmica*, caracterizada por uma estrutura baseada em critérios científicos e por uma leitura crítica dos fatos históricos, elementos que também estão presentes na obra *Passaporte para a História*

²¹VICENTINO, Cláudio. *Projeto Radix – raiz do conhecimento: História, 8º ano*. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2011.

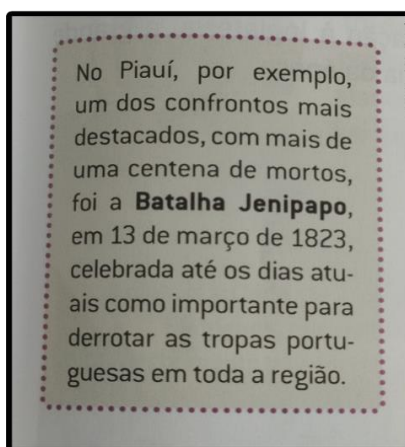
QUEM CONTA A HISTÓRIA? A BATALHA DO JENIPAPO E AS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO NOS DIDÁTICOS (2000–2022)

a proposta de História Integrada, abordagem predominante entre as coleções aprovadas. Conforme o *Guia do PNLD*, essa perspectiva é definida da seguinte forma:

Por História Integrada identificamos as coleções cujo agrupamento temático pauta-se pela evocação da cronologia de base europeia integrando-a, quando possível, à abordagem dos temas relativos à história brasileira, africana e americana ²².

Um aspecto que chama atenção é a forma como o autor organiza os conteúdos: no capítulo 8, intitulado “A Independência na América Portuguesa”, são abordados o Dia do Fico e a Proclamação da Independência. No entanto, as lutas pela Independência só são tratadas de forma mais direta no capítulo 12, intitulado “O Primeiro Reinado”, localizado no módulo 6. A principal luta enfatizada pela obra é a que ocorreu na Bahia, ao passo que a Batalha do Jenipapo, travada no Piauí, recebe apenas uma menção superficial. Ela aparece resumidamente em um pequeno trecho localizado no canto inferior esquerdo da página, sem qualquer aprofundamento. Apresenta-se a imagem que ilustra essa breve referência:

Figura 5 - Trecho do livro Projeto Radix sobre a Batalha do Jenipapo



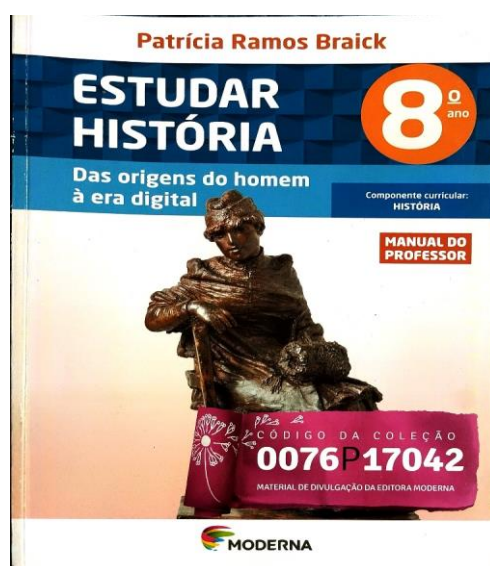
Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra, p. 181.

A referência realizada em forma de pequena nota em um canto da página não demonstra o interesse em estimular a reflexão crítica sobre o assunto, ou produzir conexão com outros saberes estudados a respeito da independência do Brasil. Em outras palavras, o conhecimento é apresentado de modo raso e fragmentado, impedindo que o estudante desenvolva uma visão mais ampla e analítica da realidade tratada. Além disso, não há nenhuma atividade proposta

²²BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2011**:História – Anos Finais do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2010, p. 17.

relacionada a esse episódio, o que reforça a ausência de destaque dado a essa importante participação popular no processo de independência. Essa ausência confirma a advertência feita na própria resenha do PNLD: a necessidade de o professor “pensar situações alternativas para o desenvolvimento de alguns conteúdos, procurando relacioná-los com a História local, os recursos disponíveis e a experiência dos alunos”²³. Isso reforça a tese que, embora o material ofereça uma estrutura didática adequada, ele exige uma mediação ativa por parte do docente para garantir uma abordagem mais ampla e representativa dos processos históricos.

Figura 6 - Capa do livro “Estudar História – Das origens do homem à era digital”



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra²⁴.

A obra *Estudar História – Das origens do homem à era digital: 8º ano*, de autoria de Patrícia Ramos Braick, publicada pela Editora Moderna em 2015, em sua segunda edição, integra uma das coleções aprovadas no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2017, figurando entre os materiais amplamente adotados nas escolas públicas brasileiras. Segundo o Guia do PNLD, a obra apresenta uma proposta didática que busca articular o desenvolvimento das habilidades de leitura, análise e interpretação histórica com o estímulo à reflexão crítica sobre os processos sociais. O livro procura promover uma compreensão ampla das transformações políticas, econômicas, culturais e sociais que marcam o percurso da humanidade, relacionando passado e presente por meio de uma linguagem acessível e de recursos visuais atrativos.

²³BRASIL, 2010, p. 93.

²⁴BRAICK, Patrícia Ramos. *Estudar História – Das origens do homem à era digital: 8º ano*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

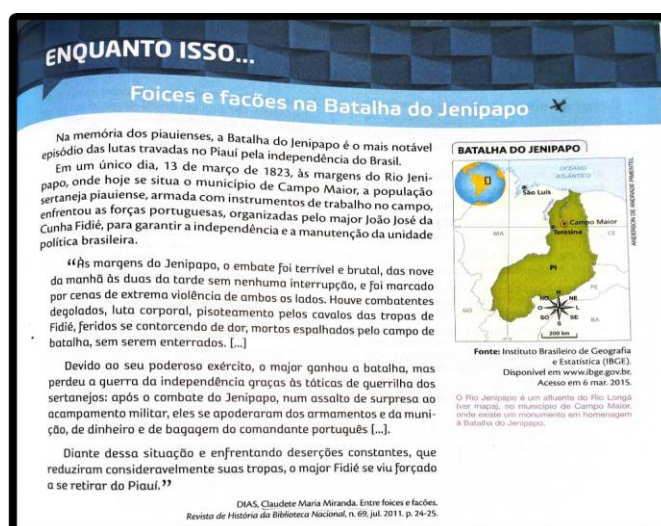
QUEM CONTA A HISTÓRIA? A BATALHA DO JENIPAPO E AS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO NOS DIDÁTICOS (2000–2022)

A coleção valoriza o uso de fontes históricas diversificadas — textos, imagens, mapas e gráficos —, incentivando o aluno a construir interpretações próprias a partir da análise dessas fontes. Além disso, o manual do professor oferece orientações metodológicas que favorecem a abordagem interdisciplinar e o uso de temas contemporâneos, como cidadania, diversidade cultural e direitos humanos, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais. Assim, a obra se destaca por combinar rigor conceitual com uma estrutura pedagógica voltada à formação de sujeitos críticos e participativos, alinhada às exigências do ensino de História no século XXI, conforme o Guia do *PNLD*, o material

apresenta uma abordagem da História ancorada numa perspectiva temporal cronológica linear, privilegiando o viés político e social. A partir dessa escolha, procura contemplar diferentes narrativas para um mesmo acontecimento, recorrendo à variedade de fontes históricas e investindo na conexão entre os conteúdos com questões do tempo presente²⁵.

O tema da Independência é contemplado no capítulo 08 — “O Processo de Independência do Brasil”. A batalha é apresentada em uma seção específica intitulada “Enquanto isso... Foices e facções na Batalha do Jenipapo”. A abordagem adotada dialoga com a perspectiva da historiadora piauiense Claudete Dias²⁶, que busca atribuir protagonismo à Batalha do Jenipapo e reconhecer o papel das camadas populares no processo de Independência. Destaca-se a imagem a seguir:

Figura 7 - Trecho do livro “Estudar História” sobre a Batalha do Jenipapo



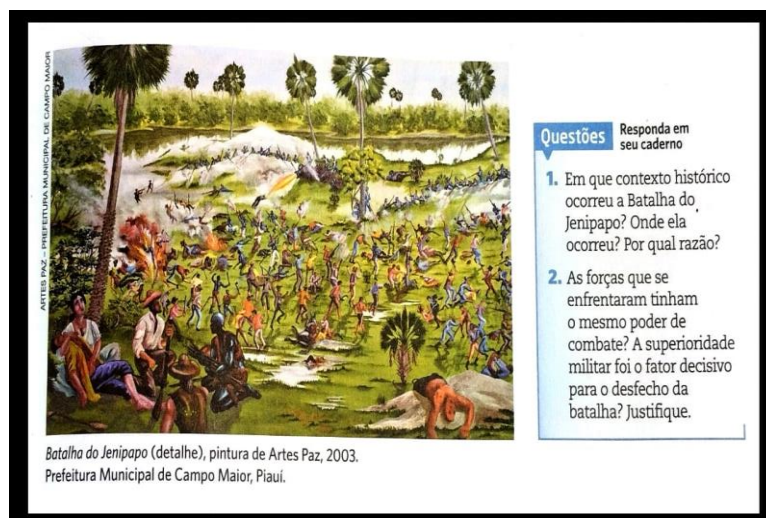
Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra, p. 161.

²⁵BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2017: História – Anos Finais do Ensino Fundamental**. Brasília: MEC, 2016, p. 69.

²⁶DIAS, Claudete Maria Miranda. O outro lado da História: o processo de independência no Brasil, visto pelas lutas no Piauí (1789/1850). 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

Além do conteúdo textual, a obra inclui uma ilustração da Batalha do Jenipapo que contribui para aprofundar o entendimento do episódio (Figura 8) sob uma perspectiva que se afasta da abordagem tradicional, em que a independência do Brasil resultou da exclusiva decisão de um português apaixonado pelo país, ao ressaltar a figura de D. Pedro I nesse processo. A imagem retrata sertanejos armados com foices e outros instrumentos de trabalho, enfrentando as tropas portuguesas. Em complemento, o capítulo propõe atividades reflexivas voltadas ao desenvolvimento do pensamento crítico, com questões como: “Em que contexto histórico ocorreu a Batalha do Jenipapo? Onde ela ocorreu? Por qual razão?” e “A superioridade militar foi o fator decisivo para o desfecho da batalha? Justifique.”. Esse recurso visual e as questões não apenas reforçam o conteúdo apresentado no texto, como também amplia o olhar dos estudantes sobre a diversidade de agentes históricos envolvidos na luta pela emancipação.

Figura 8 - Imagem do livro “Estudar História” sobre a Batalha do Jenipapo



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra, p. 161

É importante ressaltar que as duas últimas obras didáticas incluídas nesta investigação — *Teláris História* (2018) e *História: Sociedade & Cidadania* (2022) — foram lançadas após a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017. Por essa razão, elas constituem referências importantes para compreender como os livros mais recentes incorporam (ou não) as diretrizes estabelecidas para o ensino de História no Ensino Fundamental, especialmente no que tange à abordagem da Independência do Brasil.

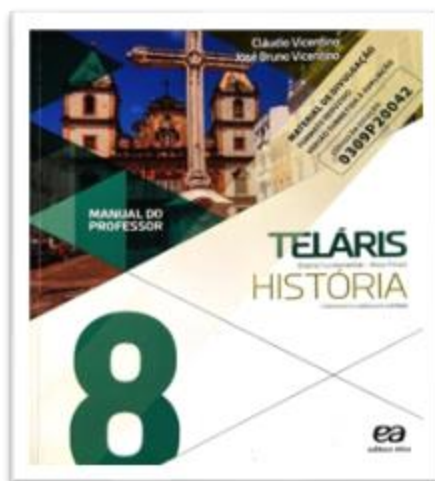
A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, é um documento normativo que define as aprendizagens essenciais para todos os estudantes da Educação Básica no Brasil. Estruturada em etapas — Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio —,

QUEM CONTA A HISTÓRIA? A BATALHA DO JENIPAPO E AS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO NOS DIDÁTICOS (2000–2022)

a BNCC organiza-se em áreas do conhecimento, competências gerais e específicas, habilidades e objetos de conhecimento. No componente de História, propõe uma abordagem que articula passado e presente, reconhecendo múltiplas narrativas e diferentes sujeitos históricos, valorizando a diversidade de memórias, culturas e territórios. Conforme destaca o documento, sua proposta tem como objetivo “formar sujeitos críticos, conscientes e capazes de participar ativamente da construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”²⁷. Além disso, orienta que o ensino de História promova a compreensão dos processos históricos de forma ampla, considerando as dimensões locais, nacionais e globais.

No que se refere ao 8º ano do Ensino Fundamental, a BNCC aborda o “século XIX e a conformação histórica do mundo contemporâneo”, dando especial atenção aos “múltiplos processos que desencadearam as independências nas Américas, com ênfase no processo brasileiro e seus desdobramentos”²⁸. Nesse contexto, é prevista a articulação entre acontecimentos locais e globais, e o reconhecimento da diversidade de sujeitos envolvidos nos processos históricos. Entre as habilidades previstas para essa etapa, destaca-se a “(EF08HI11): Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti”²⁹. Nesse sentido, a seguir são analisadas as duas obras, com o objetivo de verificar de que forma cada uma delas trata o processo de independência do Brasil, quais sujeitos são destacados e como o conteúdo se articula com as competências e habilidades previstas para o 8º ano do Ensino Fundamental.

Figura 9 - Capa da obra “Teláris História” (8º ano)



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra³⁰.

²⁷ BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017, p. 416.

²⁸ BRASIL, 2017, p. 418.

²⁹ BRASIL, 2017, p. 425.

³⁰ VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. *Teláris História – 8º ano*. São Paulo: Editora Ática, 2018. **Hum Res**, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 145 – 166 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

A obra *Teláris História*, de Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino, publicada pela Editora Ática, compõe uma das coleções aprovadas no PNLD/2020. De acordo com o *guia*³¹, a coleção está em conformidade com as diretrizes da BNCC, e tem como proposta estimular nos alunos capacidades como a análise de contextos históricos e a interpretação de diferentes fontes. Além disso, favorece conexões interdisciplinares ao estabelecer relações entre a História e outras áreas do conhecimento, como Geografia, Artes e saberes oriundos da vivência comunitária.

Um aspecto que chama atenção é a forma como os conteúdos são organizados ao longo dos capítulos, repetindo a mesma lógica adotada anteriormente na coleção *Projeto Radix* (2011), de autoria de Cláudio Vicentino. Essa semelhança se justifica pelo fato de que a coleção *Teláris* foi escrita por ele em coautoria com José Bruno Vicentino. No volume destinado ao 8º ano, o capítulo 7, intitulado “A Independência na América Portuguesa”, trata dos eventos centrais, como o Dia do Fico e a Proclamação da Independência. No entanto, as lutas populares e os conflitos armados associados ao processo de independência são abordados apenas posteriormente, no capítulo 11, denominado “O Primeiro Reinado”.

Figura 10 - Trecho do livro “Teláris História” sobre a Batalha do Jenipapo



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra, p. 178.

Logo na abertura do capítulo 11, é apresentada uma imagem que aborda a Batalha do Jenipapo: uma pintura contemporânea de Artes Paz — também utilizada na obra *Estudar*

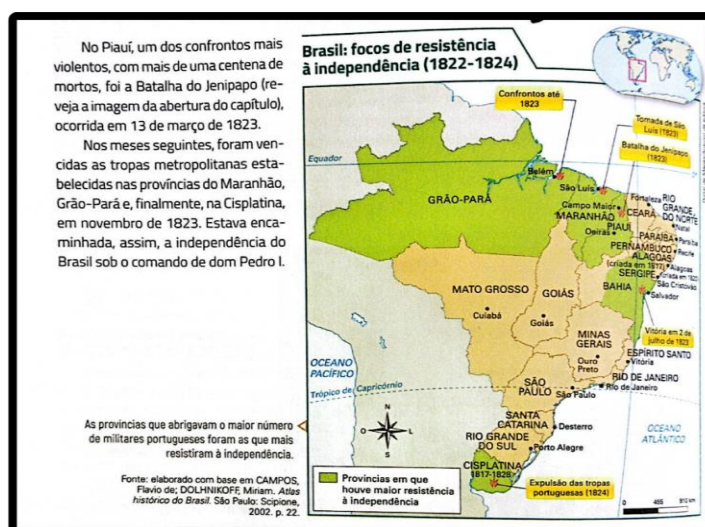
³¹BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2020**: apresentação – guia de livros didáticos: História – Anos Finais do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2019.

QUEM CONTA A HISTÓRIA? A BATALHA DO JENIPAPO E AS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO NOS DIDÁTICOS (2000–2022)

História, de Patrícia Ramos Braick. A escolha dessa representação artística confere ao conteúdo um caráter visualmente expressivo, buscando despertar no leitor o interesse por um episódio muitas vezes pouco explorado nos manuais didáticos de História do Brasil. A legenda que acompanha a ilustração contextualiza o acontecimento, informando que o confronto ocorreu em 13 de março de 1823, no município de Campo Maior, às margens do rio Jenipapo, no Piauí. Embora sucinta, a descrição caracteriza a batalha como uma das mais violentas do processo de independência, ressaltando a bravura dos combatentes piauienses, maranhenses e cearenses que enfrentaram as tropas portuguesas em defesa da causa emancipatória.

A presença dessa imagem no início do capítulo não apenas introduz o tema da luta pela independência no Norte e Nordeste, mas também contribui para valorizar o protagonismo das populações locais, frequentemente silenciadas nas narrativas oficiais, situando o leitor diante de uma dimensão mais ampla e plural do processo de construção da nação brasileira. Além da imagem e da legenda, o livro apresenta um boxe introdutório intitulado “Para começar”, que propõe duas questões interpretativas. A primeira orienta o estudante a identificar o local do evento e os grupos sociais envolvidos; a segunda estimula uma reflexão crítica sobre a narrativa da independência como um processo pacífico, confrontando essa visão com a cena representada na pintura. Ao provocar o questionamento do senso comum, essas atividades contribuem para o desenvolvimento de uma leitura mais ampla e crítica sobre o processo de independência, alinhando-se às competências previstas pela BNCC.

Figura 11 - Focos de resistência à independência no Brasil (1822–1824)



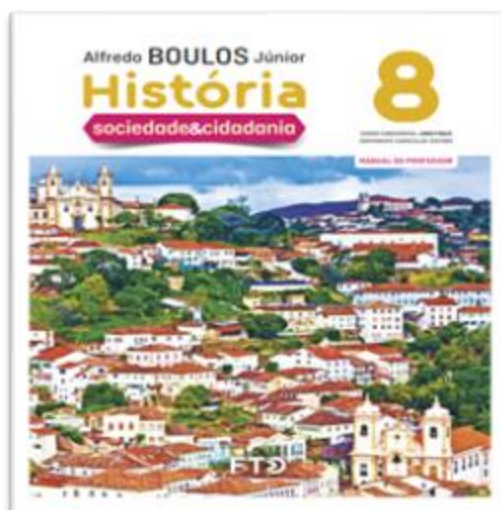
Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra, p. 180

Em outra seção do capítulo, um mapa intitulado “*Brasil: focos de resistência à independência (1822–1824)*” apresenta os principais locais onde houve oposição à Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 145 – 166 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

emancipação política, como o Piauí, Maranhão, Grão-Pará e Cisplatina. Esse recurso visual permite ao leitor compreender de forma mais ampla a complexidade e a dimensão territorial do processo de independência, evidenciando que a ruptura com Portugal não se deu de maneira homogênea ou pacífica em todo o território brasileiro. Ao situar o episódio de Campo Maior ao lado de outros focos de resistência, o mapa favorece uma leitura comparativa e integradora, em que o movimento do Jenipapo é percebido como parte de um conjunto de lutas regionais que contribuíram para a consolidação da soberania nacional.

O material, lançado em 2020, antecipa as comemorações do bicentenário da Independência do Piauí (1823–2023) e, de forma mais ampla, do bicentenário da Independência do Brasil (1822–2022). Considerando que os livros didáticos têm uma circulação média de quatro anos, a publicação se insere estrategicamente nesse contexto comemorativo, aproveitando o momento de valorização da memória histórica nacional e regional. Assim, a inclusão do mapa e a ênfase em episódios como a Batalha do Jenipapo refletem uma escolha editorial que busca não apenas atender às demandas pedagógicas do ensino de História, mas também dialogar com o interesse público e institucional gerado por datas simbólicas. Dessa forma, a obra reforça seu papel de instrumento formativo e de difusão de identidades regionais, contribuindo para o reconhecimento do Piauí e de outras províncias do Norte e Nordeste como protagonistas nos processos que moldaram a independência brasileira.

Figura 12 - Capa da obra História: Sociedade & Cidadania”(8º ano)



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra³².

³² BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História: Sociedade & Cidadania** – 8º ano. São Paulo: FTD, 2022.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 145 – 166 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

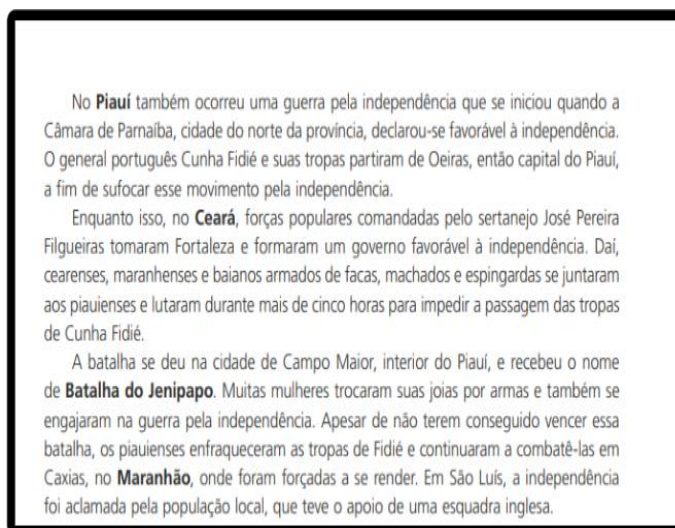
QUEM CONTA A HISTÓRIA? A BATALHA DO JENIPAPO E AS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO NOS DIDÁTICOS (2000–2022)

A coleção *História: Sociedade & Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior, publicada pela Editora FTD, integra o conjunto de obras aprovadas pelo PNLD/2024. De acordo com o *Guia do PNLD*³³, o destaque da obra está na seleção de imagens, vídeos e textos de apoio que, quando bem mediados pelo professor, podem se transformar em dispositivos importantes para o desenvolvimento do pensamento crítico. Essa perspectiva dialoga diretamente com as orientações do *Currículo de Teresina*³⁴, documento que norteia o Ensino Fundamental na rede municipal e enfatiza a valorização da história local e regional.

Esse currículo destaca, entre seus objetos de conhecimento, “O Piauí frente às revoltas sociais e às lutas pela Independência do Brasil”. Nesse contexto, a inclusão da Batalha do Jenipapo na obra está alinhada à habilidade “(EF08HI06): Analisar a contribuição do Piauí no processo de independência do Brasil no contexto da América Portuguesa”³⁵, contribuindo para o fortalecimento da identidade regional e para o reconhecimento do papel histórico do Piauí.

A presença da Batalha do Jenipapo na obra ocorre no capítulo 9 – “O Reinado de D. Pedro I: uma cidadania limitada”. O episódio é descrito e acompanhado por imagens e recursos que reforçam sua importância, conforme se vê a seguir:

Figura 13 - Trecho do livro “História: Sociedade & Cidadania” sobre a Batalha do Jenipapo



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra, p. 164.

³³BRASIL. Ministério da Educação. **Guia Digital PNLD 2024: História – Anos Finais do Ensino Fundamental**. Brasília: MEC, 2023.

³⁴TERESINA. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo de Teresina: ensino fundamental, componente curricular: história**. Teresina: UPJ Produções, 2018.

³⁵TERESINA, 2018, p. 107.

O material didático ressalta a participação de diferentes grupos sociais no contexto da Batalha do Jenipapo. Essa informação ecoa um dos registros memorialísticos presentes no Monumento aos Heróis do Jenipapo, localizado em Campo Maior (PI), onde está inscrito o seguinte relato de João Cândido de Deus e Silva:

As próprias mulheres não ficavam indiferentes: mandavam os maridos, os filhos, os irmãos para a guerra e a fim de que levassem munições e armas vendiam as joias, se mais nada tinham a vender. A mulher piauiense mostrou, nessa ocasião, a grande fortaleza, o ânimo varonil de lendárias heroínas.³⁶

Ao se apropriar desse testemunho, a obra estabelece um diálogo entre o conteúdo escolar e a memória pública regional, reforçando o vínculo entre o ensino de História e o patrimônio cultural local. Por outro lado, embora esse movimento contribua para essa valorização, a narrativa apresenta limitações, sobretudo ao reproduzir, sem qualquer problematização, a afirmação de que “as mulheres vendiam as joias”. Esse relato refere-se, principalmente, as mulheres das camadas sociais mais abastadas, uma vez que a própria menção à posse de joias revela um perfil associado às elites locais. Dessa forma, essa perspectiva não contempla as experiências e formas de participação das mulheres das camadas populares, cuja atuação permanece frequentemente invisibilizada nas narrativas oficiais e nos registros de memória

Figura 14 - Monumento em homenagem à Batalha do Jenipapo



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra, p. 164.

³⁶CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Histórias não contadas:** A Batalha do Jenipapo no processo da Independência do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, p. 37. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/arquivos/batalha-do-jenipapo>. Acesso em: 10 out. 2025.

QUEM CONTA A HISTÓRIA? A BATALHA DO JENIPAPO E AS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO NOS DIDÁTICOS (2000–2022)

A obra também articula o conteúdo textual com recursos digitais por meio da seção “Dica!”, que recomenda o acesso à reportagem *O Grito no Jenipapo de Independência ou Morte* (2015), um vídeo produzido pelo canal da TV Assembleia Legislativo do Piauí. O material, com pouco mais de 12 minutos, é apresentado como recurso didático complementar e permite aos estudantes o contato com outras linguagens narrativas, mobilizando elementos simbólicos e imagéticos que reforcem a afirmação do pertencimento regional.

A sugestão é acompanhada por uma fotografia do Monumento em Memória da Batalha do Jenipapo. A imagem — que mostra a escultura com duas lanças cruzadas sobre a rodovia — atua como símbolo material da resistência piauiense e contribui para a valorização da trajetória histórica local. Complementando a abordagem, o *Manual do Professor* propõe uma atividade em que os alunos devem comparar dois episódios relacionados ao processo de Independência: a Batalha de Pirajá, na Bahia, e a Batalha do Jenipapo, no Piauí. A proposta consiste em refletir sobre os elementos comuns entre essas lutas e, ao mesmo tempo, identificar suas diferenças.

Considerações finais

A análise das seis obras didáticas selecionadas revela desproporções significativas na forma como a Batalha do Jenipapo é abordada no ensino de História do Ensino Fundamental. De maneira geral, observa-se uma lenta, mas crescente, valorização do episódio nas coleções mais recentes, especialmente após a homologação da BNCC. As obras *História Temática* (2000) e *Projeto Radix* (2011) apresentam um tratamento superficial ou mesmo a ausência de referência ao confronto, reproduzindo a lógica historiográfica nacional que tradicionalmente centraliza a Independência no eixo Sudeste e silencia os processos de resistência ocorridos nas províncias do Norte e Nordeste.

Por outro lado, obras como *Passaporte para a História* (2008) e *Estudar História* (2015), mesmo anteriores à BNCC, já evidenciam avanços ao tratar a Batalha do Jenipapo de forma mais explícita. *Passaporte para a História* revela esforço em dialogar com a produção historiográfica regional, ao incorporar referências de autores como Monsenhor Joaquim. Já *Estudar História* adota uma abordagem crítica e fundamentada, dialogando com reflexões de pesquisadoras como Claudete Dias. Além disso, ambas as obras propõem atividades que estimulam a reflexão crítica sobre os processos históricos locais.

No grupo de livros posteriores à BNCC, Teláris História (2018) e História: Sociedade & Cidadania (2022) apresentam um alinhamento consistente com as diretrizes curriculares, tanto nacionais quanto estaduais. As duas inserem a Batalha do Jenipapo dentro de um contexto mais amplo de resistências regionais, vinculando o tema a mapas, imagens, atividades interpretativas e referências à memória cultural local. Entretanto, essas obras ainda apresentam limitações, especialmente pela ausência de problematização de certas lacunas, como a participação das mulheres das camadas populares no episódio.

Cabe destacar que este artigo não tem como objetivo desvalorizar episódios consagrados da narrativa oficial, como o Dia do Fico ou o Grito do Ipiranga. Tais eventos são, sem dúvida, fundamentais para a compreensão do processo de emancipação política do país. Contudo, esta pesquisa buscou evidenciar a importância de destacar nas salas de aula de História que a Independência do Brasil não foi um processo homogêneo, tampouco restrito às elites do Sudeste. Ao incluir a Batalha do Jenipapo nas narrativas escolares, propõe-se ressignificar o processo da Independência, reconhecendo a diversidade de agentes e experiências que o compuseram.

Referências

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História: Sociedade & Cidadania** – 8º ano. São Paulo: FTD, 2022.
- BRAICK, Patrícia Ramos. **Estudar História** – Das origens do homem à era digital: 8º ano. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2011: História** – Anos Finais do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2017: História** – Anos Finais do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos: 5ª a 8ª séries** – PNLD 2002. Brasília: MEC, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia Digital PNLD 2024: História** – Anos Finais do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2020: apresentação** – guia de livros didáticos: História – Anos Finais do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.
- Hum Res**, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 145 – 166 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

QUEM CONTA A HISTÓRIA? A BATALHA DO JENIPAPO E AS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO NOS DIDÁTICOS (2000–2022)

CARNEIRO, Maristela. **Metodologia do ensino de história**. 1. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2017.

CASTRO, Francisco. **A guerra do Jenipapo: A independência do Piauí**. São Paulo: FTD, 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Histórias não contadas: A Batalha do Jenipapo no processo da Independência do Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/arquivos/batalha-do-jenipapo>. Acesso em: 10 out. 2025.

CHAVES, Monsenhor. **O Piauí nas lutas da independência do Brasil**. 3. ed. Teresina: FUNDABI, 2006.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **O outro lado da História: o processo de independência no Brasil, visto pelas lutas no Piauí (1789/1850)**. 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

FRANCHINI NETO, Hélio. **Independência e morte: política e guerra na emancipação do Brasil (1821-1823)**. 2015. 651 f., il. Tese (Doutorado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

LIMA, Guilherme. **O ensino de história no Brasil: da história natural à história naturalizada**. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas/SP, Unicamp, 2011.

MOCELLIN, Renato; CAMARGO, Rosiane de. **Passaporte para a História: 8º ano**. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2008.

MONTE, César Robério. **"Heróis da pátria" e "facinorosos" – caminhos percorridos pelas camadas populares nas lutas pela independência no Piauí**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba, 2024.

MONTELLATO, Andrea; CABRINI, Conceição; CATELLI, Roberto. **História temática: terra e propriedade – 7ª série**. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2000.

PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Ensino de História e passado prático: notas sobre a BNCC. In: RIBEIRO JUNIOR, Halferd Carlos; VALÉRIO, Mairon Escorsi (Orgs.). **Ensino de História e currículo: reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular, formação de professores e prática de ensino**. Paco Editorial, 2017.

QUEIROZ, Teresinha. A História da Independência no Piauí: das Escritas Instituintes aos Revisionismos, das Versões Modernas às Celebrações. **Revista Humana Res**, v. 1, n. 5, 2022, ISSN: 2675-3901 p. 59 a 81, jan. a ago. 2022. Disponível: <https://revistahumanares.uespi.br/index.php/HumanaRes/article/view/121> Acesso em: 10 outubro 2025.

TERESINA. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo de Teresina: ensino fundamental, componente curricular: história**. Teresina: UPJ Produções, 2018.

VICENTINO, Cláudio. **Projeto Radix – raiz do conhecimento: História, 8º ano**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2011.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. **Teláris História – 8º ano**. São Paulo: Editora Ática, 2018.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 145 – 166 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

AS VERTENTES CONSTITUTIVAS DA NOVA TENDÊNCIA NA LITERATURA CONTEMPORÂNEA DE LÍNGUA PORTUGUESA: ECCE HOMO FICTUS ATRAVÉS DAS OBRAS O ANO DA MORTE DE RICARDO REIS DE JOSÉ SARAMAGO E AUTOBIOGRAFIA DE SARAMAGO (ROMANCE) DE JOSÉ LUÍS PEIXOTO

Rafael Sidney Gomes dos Santos¹
Herasmo Braga de Oliveira Brito²

167

RESUMO

O presente trabalho objetiva o estudo referente ao surgimento de uma nova tendência na literatura portuguesa denominada de *Ecce Homo Fictus* (Eis o homem ficção), que apresenta como principal característica o processo de ficcionalização de figuras históricas de escritores conhecidos que passam a ser personagens de dadas narrativas. Tendo isso em vista, nosso objetivo é analisar como ela desenvolve os seus aspectos sob o âmbito da narrativa memorialista diante dos elementos ficcionais e não ficcionais nas obras *O Ano da Morte de Ricardo Reis* (1984) por José Saramago e *Autobiografia: Romance* (2021) por José Luís Peixoto. Os teóricos a nos subsidiar nesta empreitada foram: Aristóteles; Erich Auerbach; João Adolfo Hansen; Harold Bloom; Herasmo Braga. Portanto, ao fim concluímos que o *Ecce Homo Fictus* se afirma, assim, como uma forma de explorar novas possibilidades criativas, ao mesmo tempo em que presta homenagem aos escritores e contextos históricos que moldam a literatura.

Palavras-chave: *Ecce Homo Fictus*. Nova tendência. Ficção. Não Ficção. Literatura.

THE CONSTITUENT ASPECTS OF THE NEW TREND IN CONTEMPORARY PORTUGUESE LANGUAGE LITERATURE: ECCE HOMO FICTUS THROUGH THE WORKS O ANO DA MORTE DE RICARDO REIS BY JOSÉ SARAMAGO AND AUTOBIOGRAFIA DE SARAMAGO (NOVEL) BY JOSÉ LUÍS PEIXOTO

ABSTRACT:

The present work aims to study the emergence of a new trend in Portuguese literature called *Ecce Homo Fictus* (Here is the fiction man), which presents as its main characteristic the process of fictionalizing historical figures from well-known writers who become characters of given narratives. With this in mind, our objective is to analyze how it develops its aspects within the scope of the memoirist narrative in the face of fictional and non-fictional elements in the works *O Ano da Morte de Ricardo Reis* (1984) by José Saramago and *Autobiografia: Romance* (2021) by José Luís Peixoto. The theorists supporting us in this endeavor were: Aristotle; Erich Auerbach; João Adolfo Hansen; Harold Bloom; Herasmo Braga. Therefore, in the end we conclude that *Ecce Homo Fictus* asserts itself as a way of exploring new creative possibilities, while at the same time paying homage to the writers and historical contexts that shape literature.

Keywords: *Ecce Homo Fictus*. New trend. Fiction. Non-Fiction. Literature.

¹ Graduando em letras-portugues na Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: rafaelsidney26@gmail.com.

² Doutor orientador de pesquisa do projeto de pesquisa no contexto do programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). E-mail: herasmobraga@ccm.uespi.br.

LOS HILOS CONSTITUTIVOS DE LA NUEVA TENDENCIA DE LA LITERATURA EN LENGUA PORTUGUESA CONTEMPORANEA: ECCE HOMO FICTUS A TRAVÉS DE LAS OBRAS O AÑO DA MORTE DE RICARDO REIS DE JOSÉ SARAMAGO Y AUTOBIOGRAFÍA DE SARAMAGO (NOVELA) DE JOSÉ LUÍS PEIXOTO

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo estudiar el surgimiento de una nueva tendencia en la literatura portuguesa denominada Ecce Homo Fictus (Aquí está el hombre de ficción), que presenta como principal característica el proceso de ficcionalización de personajes históricos de conocidos escritores que se convierten en personajes de narrativas dadas. Teniendo esto en cuenta, nuestro objetivo es analizar cómo desarrolla sus aspectos en el ámbito de la narrativa memoriosa frente a elementos ficticios y no ficticios en las obras O Ano da Morte de Ricardo Reis (1984) de José Saramago y Autobiografía. : Romance (2021) de José Luís Peixoto. Los teóricos que nos apoyaron en este esfuerzo fueron: Aristóteles; Erich Auerbach; João Adolfo Hansen; Harold Bloom; Herasmo Braga. Por lo tanto, al final concluimos que Ecce Homo Fictus se afirma como una forma de explorar nuevas posibilidades creativas, al mismo tiempo que rinde homenaje a los escritores y contextos históricos que dan forma a la literatura.

Palabras-clave: Ecce Homo Fictus. Nueva tendencia. Ficción. No ficción. Literatura.

Introdução

O crítico e ensaísta Braga (2021), em sua produção "Ecce Homo Fictus: nova tendência na literatura brasileira contemporânea", propõe apresentar e implicar uma análise e discussão voltada para a catalogação das características e da estrutura formadora de uma nova tendência surgida atualmente no âmbito da literatura de língua portuguesa. Aspectos relevantes em relação à essa nova vertente, é que ela constitui uma tendência na literatura em que temos em seus enredos a ficcionalização de escritores conhecidos, uma mescla de aspectos biográficos, ensaísticos, de críticas literárias e artísticas, e momentos históricos em meio a narrativas memorialistas.

Para fins de pesquisas, o literato denominou-a de *Ecce Homo Fictus*, que significa “*Eis o Homem Ficção*”. Entretanto, fugindo do pragmatismo, já de modo metafórico e figurativo, o termo faz uma referência intertextual a última obra escrita na carreira filosófica do conhecido filósofo alemão Friedrich Nietzsche, intitulada de *Ecce Homo: como alguém se torna o que se*

é (1888) ³.

A justificativa da escolha dessa nomenclatura se dá primeiramente como espécie de "uma paródia com o livro do Nietzsche"(BRAGA, 2020)⁴, em específico devido a peculiar narrativa encontrada no livro, uma vez que esta obra serve como espécie semelhante e equivalente a uma (auto)biografia, bem como uma (auto)avaliação de si mesmo, não apenas ao que concerne os diversos empecilhos vivenciados no decorrer de sua vida quanto filósofo, mas também como sujeito. Destarte, transpondo este termo - de lá para cá - da filosofia para a literatura, Braga (2021) atribuiu uma ressignificação e adicionou, assim, ao vocábulo, o lexo "fictus" (ficção). Por outro lado, isso se motiva justamente pelo fato desta nova tendência na literatura abordar em suas tramas aspectos do percurso biográfico de figuras históricas, isto é, ela se configura mais precisamente pelo processo literário em que um escritor conhecido passa a ser um personagem de uma dada narrativa.

A respeito da principal característica definidora desta vertente, o literato pontua com precisão:

Quanto à tendência *Ecce Homo Fictus*, como a própria expressão indica, “Eis o homem ficção”, apresenta em linhas gerais aspectos semelhantes com as chamadas estruturas de romances em que se ficcionalizam personagens históricos, também os chamados romances ensaísticos, as bioficções, todavia, apresenta particularidades que a singularizam. (BRAGA, 2021 p. 230).

No dizer de Braga (2021), esse processo literário é demarcado justamente por esse mecanismo de ficcionalização de figuras históricas. No entanto, não só a essa característica ele se resume. Essa tendência não pode, nem deve, ser reduzida conceitualmente apenas a um mero processo de ficcionalização onde se entrelaçam aspectos ficcionais e não ficcionais; mas deve ser visto como um conglomerado de aspectos mais densos e mais elaborados. Essa tendência se caracteriza pela fusão de diversos elementos, como aspectos biográficos, reflexões ensaísticas, críticas literárias e artísticas, além de episódios históricos, criando uma narrativa multifacetada. Nesse contexto, as histórias pessoais e os relatos de memória se entrelaçam com análises culturais e reflexões sobre o passado, proporcionando uma visão ampla e profunda sobre a vida do autor e o seu tempo.

³Esta informação foi apresentada ao longo dos minutos 36:50 - 36:55 por Herasmo Braga, no podcast “Regionalismo e Neorregionalismo na literatura Brasileira”, disponível no canal da plataforma YouTube Encontros Literários Moreira Campos. Link: <https://youtu.be/R4IAe5okZ9o?feature=shared>.

⁴ Fragmento extraído da fala de Herasmo Braga na entrevista do podcast antes já mencionado.

Nesse sentido, somam-se um conglomerado de características que se estabelecem como fundamentais. Assim, a essa tendência se integram também diversos outros aspectos: biográficos, momentos e contextos históricos, textos ensaísticos, miscelânea diversificada de textos, dentre outros. Suas disposições variam, em quantidade, número, intensidade, mas em suma se estabelecem como fatores limitados; onde apenas as suas organizações é que variam. No geral, este fato de organização e variação depende da estilística do autor que segue esta tendência.

Portanto, partindo dessa linha de pensamento, com esta pesquisa buscaremos analisar esta tendência sob a égide da narrativa memorialista e como ela se desenvolve diante de tantos elementos tidos como ficcionais e não ficcionais. Privilegiamos o gênero romance nesse nosso estudo analítico, em específico as obras *O Ano da Morte de Ricardo Reis* (1984) de José Saramago e *Autobiografia: Romance* (2019) de José Luís Peixoto. Os teóricos a nos subsidiar nesta empreitada foram: Aristóteles (*A Poética*); Erich Auerbach (Figura: 1939); João Adolfo Hansen (*Alegoria - Construção e interpretação da metáfora*, 2006); Harold Bloom (*A Angústia da Influência: uma Teoria da Poesia*, 1991); Herasmo Braga, (*“Ecce Homo Fictus: nova tendência na literatura brasileira contemporânea”*, 2021).

2. O Ecce Homo Fictus através da obra O Ano da Morte de Ricardo Reis

José Saramago, em *O Ano da morte de Ricardo Reis* (1984) nos apresenta uma elaboração literária complexa e bastante invulgar, onde revela-se uma narrativa em que os heterônimos mais conhecidos do poeta Fernando Pessoa (Alberto Caeiro, Álvaro de Campos e o próprio Ricardo Reis), existem em um plano consonante ao de seu próprio criador, e, são, assim, até certo nível, sujeitos autônomos e independentes.

Ora, de relance é importante frisar que o conceito de heterônimo consiste na elaboração engenhosa de um ou mais personagens inventados por dado autor para assinalar distintas obras literárias, com diferentes ou iguais estilos. Podemos tomar facilmente como exemplos práticos desse processo aqueles três dos mais aclamados heterônimos criados pelo próprio Fernando Pessoa: Alberto Caeiro, Álvaro de Campos, ou mesmo Ricardo Reis. Ademais, como se já não fosse propriamente complexo e singular esse ato de criação, os heterônimos de Pessoa não apenas possuem suas respectivas características e estilos próprios que assinam as suas produções, mas também são devidamente acompanhados de generosas biografias ficcionais, pelas quais os singularizam e os tornam distintos entre si; ao limiar de que nos faz surgir uma

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 167 – 179 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

insegurança em relação ao caso, bem como nos gera a crença de que eles existem fora do escritor (tal qual acontece na narrativa de Saramago).

Interessante, se nos fizermos atentos a orelha que consta no livro, notamos que Leyla Perrone (2017) escreve, sensivelmente, um breve resumo e comentário geral do romance⁵; que, para fins de uma compreensão mais completa, não deixaremos, é claro, de transcrever parcialmente aqui:

Fernando Pessoa morreu em 1935. Seus alter egos ou heterônimos não morreram todos na mesma data. Alberto Caeiro já havia falecido há vinte anos; Álvaro de Campos e Ricardo Reis continuam vivos em 35, já que seu criador não os havia "matado". A obviedade dessa sobrevivência escapou a todos que choram a morte de Pessoa. A todos, não. José Saramago deu pela coisa e foi ver o que teria acontecido com um dos sobreviventes. (Perrone, 2017)

171

Nesse sentido, Saramago concepção sua narrativa como uma busca em destrinchar justamente o título que se faz presente em sua produção, nos expondo como teria se percorrido os últimos momentos – ou melhor, mais precisamente, o último ano de vida de Ricardo Reis. Desse modo, ele tenta solucionar o desleixo presente na biografia desse heterônimo deixado pelo poeta português. Assim, é a partir desse viés que Saramago empenha-se em tecer uma narrativa ampla, vez ou outra tomando como ponto de ignição fatos históricos, hora ou outra, atrelando aspectos sociais de épocas, aspectos memorialistas, dentre outros recursos e mecanismos literários.

Por outro lado, Perrone (2017) não se esquece de nos assegurar e não nos deixa em curiosidade ao que concerne “às descobertas” de Saramago em relação ao paradeiro de Ricardo Reis durante os últimos dias de sua vida. Ela nos expõe:

Que foi que ele descobriu? Descobriu que, um mês depois da morte de Pessoa, Reis, que estava exilado no Rio de Janeiro, regressou a Lisboa. Viveu ali todo o ano de 1936, ano crucial para a política portuguesa europeia: instalação da ditadura salazarista, prenúncios da Guerra Civil Espanhola, ascensão de Hitler e Mussolini. Adepto de uma filosofia céptica, baseada na renúncia à ação e no aperfeiçoamento interior do indivíduo, Reis percebe então que não é fácil permanecer alheio ao mundo. (Perrone, 2017)

Em termos genéricos, o interessante enredo paira sobre uma narrativa em que o personagem Ricardo Reis se sente frustrado ao receber uma carta inesperada de Álvaro de Campos, que lhe informa sobre a morte recente de Fernando Pessoa (amigo em comum de ambos). É

⁵ A edição da obra utilizada neste trabalho foi a da Companhia de Letras, de 2017, em sua 3ª edição.

AS VERTENTES CONSTITUTIVAS DA NOVA TENDÊNCIA NA LITERATURA CONTEMPORÂNEA DE LÍNGUA PORTUGUESA: ECCE HOMO FICTUS ATRAVÉS DAS OBRAS O ANO DA MORTE DE RICARDO REIS DE JOSÉ SARAMAGO E AUTOBIOGRAFIA DE SARAMAGO (ROMANCE) DE JOSÉ LUÍS PEIXOTO

principalmente como consequência desta notícia que Reis se sente motivado a tomar a iniciativa de regressar a Lisboa, em Portugal, após viver 16 anos em exílio no Brasil, no Rio de Janeiro. Portanto, em aspectos mais minimalistas, é a partir dessa trama que o enredo se desencadeia para outros acontecimentos.

Nesse sentido, já estamos parcialmente cientes do enredo. Buscaremos agora averiguar as particularidades do *Ecce Homo Fictus* que José Saramago escreve em sua obra que se atrelam ao aspecto memorialista diante dos elementos ficcionais e não ficcionais. De relance, o que se torna bastante evidente é o contexto histórico como plano de fundo. O autor toma como guia eventos reais acontecidos no ano de 1936: ano bastante movimentado no contexto da política portuguesa e europeia: a instalação da ditadura salazarista, prenúncios da Guerra Civil Espanhola, e ascensão de Hitler e Mussolini.

Com seu significativo repertório, quando por outro lado se ocupa do engenhoso empenho de reconstrução da época através do processo de metaficção histórica, ou principalmente ao atentar-se às pequenas minúcias que regem a construção do personagem Ricardo Reis, José Saramago nos demonstra ser um grande bacharel de ideias. Portanto, observemos a seguir atentamente a interessante descrição do personagem Ricardo Reis feita por José Saramago em dada passagem da obra (pág. 17):

[...] nome Ricardo Reis, idade quarenta e oito anos, natural do Porto, estado civil solteiro, profissão médico, última residência Rio de Janeiro, Brasil, donde procede, viajou pelo Highland Brigade, parece o princípio duma confissão, duma autobiografia íntima, tudo o que é oculto se contém nesta linha manuscrita, agora o problema é descobrir o resto, apenas. (Saramago, 1984 p. 17)

No geral, esses fatos e características coincidem e confluem com a biografia-ficcional do heterônimo Ricardo Reis devidamente concebida pelo nosso importante gênio da literatura portuguesa, Fernando Pessoa; em que Ricardo Reis era um Doutor e poeta, escritor de odes, que tendo nascido em Lisboa, deixou Portugal devido a instalação da república, e foi assim morar no Rio de Janeiro — e só depois de se percorrer considerável tempo, regressa após 16 anos.

Tendo isso em vista, a priori, o texto de Saramago inicia-se de modo comum e vulgar, demonstrando o transcorrer das ações pragmáticas durante o retorno de Ricardo Reis a Portugal, através do navio Highland Brigade. Depois, no texto, o personagem passa a revisitar toda a Lisboa, se sentindo, até certo ponto, deslocado ao averiguar as abruptas mudanças decorridas

da ação do tempo. Logo ao regressar, Ricardo Reis então se hospeda em um hotel, denominado de Bragança. Percorrido alguns eventos, vai aos jornais, e acaba por ler algumas notícias ao quais tomam pauta em relação à morte de Fernando Pessoa. Observemos atentos a notícia que consta em um dos jornais (pág. 31):

Causou dolorosa impressão nos círculos intelectuais a morte inesperada de Fernando Pessoa, o poeta do Orfeu, espírito admirável que cultivou não só a poesia em moldes originais, mas também a crítica inteligente, morreu anteontem em silêncio, como sempre viveu, mas como as letras em Portugal não sustentam ninguém, Fernando Pessoa empregou-se num escritório comercial, e, linhas adiante, junto do jazigo deixaram os seus amigos flores de saudades. (Saramago, 1984, p. 31)

Ricardo Reis lê em outro jornal (pag. 32):

Fernando Pessoa, o poeta extraordinário da Mensagem, poema de exaltação nacionalista, dos mais belos que se tem escrito, foi ontem a enterrar, surpreendeu-o num leito crítico do Hospital de S. Luís, no sábado à noite, na poesia não era só ele, era também Álvaro de Campos, e Alberto Caeiro, e Ricardo Reis. (Saramago, 1984, p. 32)

Depois, por fim, lê ainda em um último (Pág. 32):

Realizou-se ontem o funeral do senhor doutor Fernando António Nogueira Pessoa, solteiro, de quarenta e sete anos de idade, quarenta e sete, notem bem, natural de Lisboa, formado em Letras pela Universidade de Inglaterra, escritor e poeta muito conhecido no meio literário, sobre o ataúde foram depositos ramos de flores naturais, o pior é delas, coitadas, mais depressa murcham. (Saramago, 1984, p.32)

Devemos nos atentar com maior cuidado à notícia presente neste último jornal. Em um olhar de relance, evidencia-se um aspecto significativo, uma vez que se observa que o personagem Fernando Pessoa faleceu, na narrativa de Saramago, aos quarenta e sete anos de idade, em 1935. Fato este que converge com a realidade biográfica da figura histórica de Pessoa. O autor aproveita das fragilidades existentes entre a ficção e a não ficção. Nota-se, uma linha de divisão muito tênue e suave presente entre os aspectos ficcionais e não ficcionais, ambos se confundem, aproximam-se, entrelaçam-se.

Nesse sentido, com o intuito de visitar o túmulo de Pessoa, Reis decide ir ao cemitério ao qual seu amigo fora enterrado. Assim o faz. No entanto, o enredo do romance intensifica-se quando em certo ponto a narrativa toma, por assim dizer, um novo rumo e direcionam-se ao surgimento de um radical conflito, uma vez que, ao voltar para o seu quarto, no hotel Bragança,

AS VERTENTES CONSTITUTIVAS DA NOVA TENDÊNCIA NA LITERATURA CONTEMPORÂNEA DE LÍNGUA PORTUGUESA: ECCE HOMO FICTUS ATRAVÉS DAS OBRAS O ANO DA MORTE DE RICARDO REIS DE JOSÉ SARAMAGO E AUTOBIOGRAFIA DE SARAMAGO (ROMANCE) DE JOSÉ LUÍS PEIXOTO

Fernando Pessoa, ou melhor, se não é irônico dizer, o fantasma de Fernando Pessoa se encontra sentado à uma cadeira à sua espera. Atentemo-nos a descrição da cena:

Sentado no sofá estava um homem, reconheceu-o imediatamente apesar de não o ver há tantos anos, e não pensou que fosse acontecimento irregular estar ali à sua espera Fernando Pessoa, disse Olá, embora duvidasse de que ele lhe responderia, nem sempre o absurdo respeita a lógica, mas o caso é que respondeu, disse Viva, e estendeu-lhe a mão, depois abraçaram-se, Então como tem passado, um deles fez a pergunta, ou ambos, não importa averiguar, considerando a insignificância da frase. Ricardo Reis despiu a gabardina, pousou o chapéu, arrumou cuidadosamente a guarda-chuva no lavatório, se ainda pingasse lá estaria o oleado do chão, mesmo assim certificou-se primeiro, apalpou a seda húmida, já não escorre, durante todo o caminho de regresso não chovera. (Saramago, 1984, p. 64)

174

O fantasma de Fernando Pessoa passa a visitar, vez ou outra, o personagem Ricardo Reis, o que rende uma série de diálogos extremamente profundos e filosóficos. Essa passagem do romance pode ocasionar um certo nível de estranhamento ao leitor. No entanto, deve-se considerar a narrativa como sendo íntegra, pouco interessa, aqui, se a narrativa foge ou extrapola a realidade. Não nos cabe fazer, neste caso, uma análise literal, mas sim literária figurativa.

A temática nos faz recordar a obra *Figura* (1939), de Erich Auerbach. Onde o crítico se ocupa em discorrer os métodos adequados para se analisar adequadamente uma obra literária. Nada relega o fato de que cada obra parece aceitar mais adequadamente um modo de análise; no caso dessa obra de Saramago, nos cabe melhor uma análise alegórica. Por mencionar isso, essa temática ainda parece se comunicar com *Alegoria* (2026), de Adolfo Hansen, outro importante texto que aborda a significação do uso da alegoria dentro das mais distintas artes. É interessante tomarmos o fio de conceito acerca do que se configura a alegoria, como sendo uma ornamentação estética da forma; porém não se exime a aspectos de performar a estrutura, mas sim de gerar um sentido de maior elevação.

Dado o exposto, podemos, portanto, tomar essas passagens do romance *O Ano da Morte de Ricardo Reis* como exemplificadoras dos aspectos ficcionais e não ficcionais atreladas ao *Ecce Homo Fictus*.

3. O *Ecce Homo Fictus* através da obra *Autobiografia: Romance*

É interessante observarmos que o que ocorre em *Autobiografia: Romance*, de José Luís Peixoto, é algo bastante próximo à narrativa de Saramago. De relance, Peixoto não nos deixa em curiosidade, e já de início, nos expõe o teor que irá acompanhar toda a integridade do texto. Interessante observarmos que se trata de uma produção literária esta que se constitui como pluralmente singular e bastante expressiva, onde, no seu enredo, a figura histórica do importante escritor ganhador do prêmio Nobel de literatura de língua portuguesa, José Saramago, é transformado de modo interessante e bastante curioso, em um personagem de uma narrativa literária do gênero romance.

Podemos evidenciar com facilidade durante todo o texto que as características do *Ecce Homo Fictus* se fazem presentes na obra *Autobiografia: Romance*. Na trama, um jovem autor é convidado a escrever a biografia deste mestre da literatura portuguesa. Peixoto reconstrói com riquezas de detalhes a imagem de José Saramago, fazendo constantes menções a eventos reais, circunstâncias ocorridas, singularidades distintas, ao mesmo tempo em que molda acontecimentos ficcionais cheios de criatividade e peculiaridades.

Em uma entrevista, concedida de modo gentil⁶, o escritor português José Luís Peixoto, nos expôs, avidamente, sobre como se deu o processo complexo de escrita de sua obra *Autobiografia: Romance*. O principal intuito da entrevista realizada, se circundou justamente no entorno dos processos criativos da obra, uma vez que o acesso a tais preciosas informações expressa grande importância e que muito tem a acrescentar, positiva e significativamente, para o desenvolvimento de nossos estudos ao que concerne o *Ecce Homo Fictus* como uma nova tendência na literatura contemporânea de língua portuguesa, e os seus aspectos ficcionais e não ficcionais. Compreender o processo de criação de tais obras, sobretudo, nos possibilita entender diretamente melhor os seus interessantes processos literários e como esses se relacionam e se organizam de modo a gerar uma completude. Dado o exposto, a seguir, buscaremos percorrer as discussões geradas mediante a entrevista que nos foi concedida, como podemos ver no ANEXO I.

É evidente que ao olharmos para a entrevista, devemos ter enfoque na terceira pergunta realizada, e na resposta da pergunta feita. Notamos que José Luís Peixoto leva aspectos não

⁶ Entramos em contato com o autor. Depois o autor nos repassou devidamente o seu e-mail; onde foram realizados os questionamentos acerca da obra.

AS VERTENTES CONSTITUTIVAS DA NOVA TENDÊNCIA NA LITERATURA CONTEMPORÂNEA DE LÍNGUA PORTUGUESA: ECCE HOMO FICTUS ATRAVÉS DAS OBRAS O ANO DA MORTE DE RICARDO REIS DE JOSÉ SARAMAGO E AUTOBIOGRAFIA DE SARAMAGO (ROMANCE) DE JOSÉ LUÍS PEIXOTO

ficcional para dentro da narrativa e acrescenta a eles aspectos ficcionais. Concluimos que dentro de *Autobiografia: Romance*, a recorrente referência a acontecimentos históricos reais, que perpassam a vida de Saramago, é oriunda da intimidade entre ambos que se deu na vida real. Além do fato de que o imenso repertório de Peixoto, corroborou uma elaboração mais detalhada e rica no descritivismo que torna a obra uma representação precisa e memorialista. Embora possa vir a parecer um ato de arrogância, não é equívoco de nossa parte dizer que José Luís Peixoto apresenta a eficiente genialidade de elaborar estruturalmente esta narrativa; podemos dizer que em um teor significativo nada aqui se dá por coincidir casualmente. Nesta perspectiva, temos de nos fazer cientes, assim como afirma Braga (2021) de que:

Não devemos tomar isso como qualquer expressão de arrogância ou pedantismo, mas como dada realidade, pois a experiência, o repertório, as vivências ficcionais e teóricas são determinantes para se constituírem tais obras. Não basta apenas pesquisar certos nomes/sujeitos históricos e a partir de então promover uma narrativa envolvendo-os. (Braga, 2021, p. 230)

Nesse sentido, nossa afirmação não implica apenas um dizer de pedantismo, mas implica um dizer de que os escritores apresentam o devido zelo de pesquisar exaustivamente, acontecimentos, aspectos históricos, documentos, para integrarem as suas complexas e singulares narrativas através dos aspectos ficcionais e não ficcionais. É necessário um amplo repertório de informações sobre o autor que é ficcionalizado, pois não basta apenas querer escrever sobre o autor, uma vez que esta tendência exige mais do que uma mera superficialidade. Observemos, assim, o complemento teórico de Braga (2021) ainda a respeito deste fato:

O Ecce Homo Fictus exige muito mais, pois se somam de maneira harmoniosa determinadas composições históricas, ficcionais, sociais, crítica literária, teoria da cultura, de conhecimento de particularidades de épocas, de documentos em torno das pessoas que serão ficcionalizadas, domínio das possíveis receptividades e quais seriam as suas funções que fujam às relativizações sem sentido, ou mesmo o enredo se forme através de retórica esterilizada de qualquer motivação significativa no âmbito criativo, tudo isso e mais outras coisas que não comprometam a qualidade estética da obra, nem a descaracterize enquanto produção literária, e menos ainda ocorra a perda da sua autonomia artística. (Braga, 2021, p. 231)

Ao tratar-se de uma “literatura induzida”, os escritores retomam aspectos memorialistas no cerne da figura histórica ficcionada, assim, a história real renova-se e se revive, transmutando-

se do real à um arcabouço atritante com a ficção, ou, por muitas vezes, dicotômico; além de que em tais fatos evocam-se o passado, que se faz presente na narrativa.

Outro ponto relevante a ser apontado é a influência que Saramago exerce sobre José Luís Peixoto. Em *A Angústia da Influência*, Harold Bloom (1991) afirma que a criação literária é inevitavelmente moldada pela influência dos escritores que precederam um autor; como bem ocorre com Peixoto, e sua influência por Saramago. É pertinente o fato de que ele mesmo aponta a influência de *O Ano da Morte de Ricardo Reis* para a escrita de sua outra *Autobiografia: Romance*.

Em suma e no geral, podemos observar que essas e outras características se fazem presentes de modo notório nas obras *O Ano da Morte de Ricardo Reis* (1984) de José Saramago (1922-2010) e *Autobiografia: Romance* (2019) de José Luís Peixoto.

4. Considerações Finais

Com esse estudo, esperamos ter alcançado uma pesquisa eficiente. Demonstrando alguns dos aspectos ficcionais e não ficcionais nas obras *O Ano da Morte de Ricardo Reis* (1984) por José Saramago e *Autobiografia: Romance* (2021) por José Luís Peixoto. Os resultados obtidos mediante as investigações realizadas dentro da pesquisa, são de que a principal singularidade desta tendência, é que no *Ecce Homo Fictus* há uma personagem histórica ficcionada, isto é, um escritor conhecido é transformado em um personagem de um romance, passando, assim, a integrar a narrativa romanesca. Em sua integridade, ainda há a presença de uma forma narrativa, onde há ao mesmo tempo, aspectos da realidade da biografia e aspectos biográficos inventados em relação à figura histórica friccionada. Assim os autores desta tendência exploram as fragilidades que se fazem presentes entre a ficção e a realidade. Outra característica, muito relevante, é que no *Ecce Homo Fictus* ocorre uma miscelânea, isto é, uma mescla de gêneros diversos, pragmáticos ou não pragmáticos, como, por exemplo, poemas, prosas, jornais, cartas, etc. Isso ocorre devido a flexibilidade presente no gênero textual romance. Uma terceira característica consiste em que o autor do *Ecce Homo Fictus* carrega um amplo repertório do autor ao qual ficcionaliza em seu romance, pois não basta apenas querer escrever sobre o autor, uma vez que esta tendência exige amplo conhecimento sobre aspectos históricos mais específicas, como documentos, acontecimentos sociais, entre outros, e, também, requer conhecimento sobre fatores acerca da própria figura histórica friccionada e do tempo histórico-real ao qual conviveu. Portanto, o *Ecce Homo Fictus* se afirma, assim, como

AS VERTENTES CONSTITUTIVAS DA NOVA TENDÊNCIA NA LITERATURA CONTEMPORÂNEA DE LÍNGUA PORTUGUESA: ECCE HOMO FICTUS ATRAVÉS DAS OBRAS O ANO DA MORTE DE RICARDO REIS DE JOSÉ SARAMAGO E AUTOBIOGRAFIA DE SARAMAGO (ROMANCE) DE JOSÉ LUÍS PEIXOTO

uma forma de explorar novas possibilidades criativas, ao mesmo tempo em que presta homenagem aos escritores e contextos históricos que moldam a literatura.

Referências:

- AUERBACH, Erich. **Figura**. Trad. de Duda Machado. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução Eudoro de Sousa. 2. ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1990.
- BRITO, Herasmo Braga de Oliveira. Ecce homo fictus: nova tendência na literatura brasileira contemporânea. In: **Entornos políticos, afetivos e outras cercanias literárias**. Émilie Geneviève Audigier, José Dino Costa Cavalcante, Rafael Campos Quevedo [organizadores]. Teresina: Cancioneiro, 2021.
- BRITO, Herasmo Braga de Oliveira. Podcast “Regionalismo e Neorregionalismo na literatura Brasileira”, disponível no canal da plataforma YouTube Encontros Literários Moreira Campos. Link: <https://youtu.be/R4IAe5okZ9o?feature=shared>.
- BLOOM, Harold. A angústia da influência: uma teoria da poesia. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- PEIXOTO, José Luís. **Autobiografia: Romance**. São Paulo: Companhia de Letras, 2021.
- SARAMAGO, José. **O ano da morte de Ricardo Reis**. São Paulo: Companhia de letras, 2017. 3º edição.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Ecce Homo**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.
- HANSEN, João Adolfo. **Alegoria**: construção e interpretação da metáfora. . São Paulo: Atual.

ANEXO I: ENTREVISTA COM O ESCRITOR JOSÉ LUÍS PEIXOTO: QUESTIONAMENTOS ACERCA DA OBRA *AUTOBIOGRAFIA: ROMANCE*

Rafael Sidney: Como se deu o processo de produção da obra *Autobiografia: romance*? Quais foram os maiores desafios enfrentados nesse processo?

José Luís Peixoto: Há alguns anos, escrevi um conto sobre Inês de Castro e, a partir desse, tive a ideia de escrever um livro constituído por contos sobre figuras diversas da história de Portugal. Cheguei a fazer uma lista das individualidades que gostaria de incluir nesse volume, mas não cheguei a escrever esses contos. A pessoa mais recente que incluí nessa lista foi José

Saramago. Desenvolvendo essa ideia na minha cabeça, me dei conta de que tinha uma relação radicalmente diferente com Saramago, pois era alguém muito próximo, tinha memórias dele. Essa dimensão faria com que fosse muito insuficiente escrever apenas um conto, seria necessário um romance. A partir daí, comecei a imaginar toda a estrutura, conjunto de personagens e situações, etc. Provavelmente, um dos desafios maiores deste processo foi gerir as expectativas. Uma vez que se tratava de uma ficção que incluía o nome e as características de pessoas, resolvi pedir autorização para essa inclusão. Assim, desde o início que Pilar del Rio, a viúva de Saramago, esteve a par de que havia um romance a ser escrito, sem que soubesse mais detalhes. Ao escrevê-lo, esse era um ruído na minha cabeça. Ao mesmo tempo, sabendo que o nome de Saramago despertaria a atenção de muita gente e não imaginando o que essas pessoas poderiam esperar, também me passava pela cabeça. Para além disso, os maiores desafios têm a ver com a estrutura do romance, que é um pouco invulgar.

Rafael Sidney: Quanto tempo foi necessário até o projeto ser concluído?

José Luís Peixoto: O romance demorou um pouco mais de um ano a ser escrito.

Rafael Sidney: Quais foram as influências que levaram a produção dessa obra? Havia o conhecimento de alguma obra ao qual a figura histórica de um escritor passava a ser personagem de um romance?

José Luís Peixoto: Quando já estava a escrever o romance, conheci o trabalho de Laurent Binet e, a partir de certa altura, aquilo que escrevi começou a comunicar com essa leitura, de certo modo. Desde o início, no entanto, tinha presente o trabalho de próprio Saramago em *O Ano da Morte de Ricardo Reis*. A principal referência que me chamou para o uso de personagens reais, ainda assim, foi a minha experiência com a inclusão de Francisco Lázaro no meu romance *Cemitério de Pianos*, em 2006.

Rafael Sidney: Quais foram os materiais consultados para a escrita dessa obra?

José Luís Peixoto: Neste momento, não consigo recordar todas as leituras que fiz no momento mas, para além das já referidas leituras de Laurent Binet, li alguns textos de José Saramago que ainda não tinha lido, nomeadamente os *Cadernos de Lanzarote* e alguns textos dispersos. Voltei a ler *O Ano da Morte de Ricardo Reis*. E, seguramente, li muito mais. Não costumo parar de ler enquanto estou a escrever, pelo contrário, creio até que leio mais do que habitualmente.

O CORPO FEMININO: A MORAL E A BELEZA NOS ALMANAQUES, REVISTAS E JORNAIS.

Aricélia Soares Barros¹

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz²

RESUMO:

Este artigo trata do uso dos almanaques revistas femininas e jornais como textos prescritivos, da organização dos conteúdos desses impressos, dos anúncios de medicamentos, dos produtos de higiene pessoal e beleza, bem como, dos objetivos comerciais desses dispositivos, presentes nos almanaques, revistas e jornais. Aborda-se o corpo feminino, a beleza e a moralidade, nas relações com a saúde e as doenças, com ênfase na correlação entre essas categorias: corpo feminino, beleza e moralidade, os preceitos higienistas e eugênicos, tomando-se por base as relações familiares idealizadas pela medicina.

Palavras- chave: Mulher. Medicamentos. Anúncios. Higiene e beleza.

THE FEMALE BODY: MORALITY AND BEAUTY IN ALMANACS, MAGAZINES AND NEWSPAPERS.

ABSTRAT:

This article discusses the use of almanacs, women's magazines, and newspapers as prescriptive texts, the organization of the content of these publications, advertisements for medicines, personal hygiene, and beauty products, as well as the commercial objectives of these devices, present in almanacs, magazines, and newspapers. It addresses the female body, beauty, and morality in their relationship to health and disease, with an emphasis on the correlation between these categories: the female body, beauty, and morality, and hygienist and eugenic precepts, taking as a basis the family relationships idealized by medicine.

Key Words: Woman. Medicines. Advertisements. Hygiene and beauty.

RESUMEN:

EL CUERPO FEMENINO: MORALIDAD Y BELLEZA EN ALMANAQUES, REVISTAS Y PERIÓDICOS

Este artículo analiza el uso de almanaques, revistas femeninas y periódicos como textos prescritivos, la organización de su contenido, la publicidad de medicamentos, productos de higiene personal y belleza, y los objetivos comerciales de estos dispositivos, presentes en almanaques, revistas y periódicos. Aborda el cuerpo femenino, la belleza y la moralidad en su relación con la salud y la enfermedad, con énfasis en la correlación entre estas categorías: el cuerpo femenino, la belleza y la moralidad, y los preceptos higienistas y eugénicos, basados en las relaciones familiares idealizadas por la medicina.

¹ Aricélia Soares Barros é graduada em licenciatura plena em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) (2005) possui pós-graduação em História Cultural pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) (2013).

Atualmente é Mestra em História do Brasil, na Universidade Federal do Piauí (UFPI). (2025) E-mail: ariceliabarros16@gmail.com

² Professora Associada da Universidade Federal do Piauí - Campus Ministro Petrônio Portella, onde atua junto ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (Mestrado e Doutorado). Desenvolve pesquisas sobre História e Literatura, História e Imprensa, História Política, História e Sociabilidades e Historiografia Piauiense. - teresinhaqueiroz@bol.com.br.

O CORPO FEMININO: A MORAL E A BELEZA NOS ALMANAQUES, REVISTAS E JORNAIS.

Palabras - clave: Mujeres. Medicamentos. Publicidad. Higiene y belleza.

Introdução

Em cada período histórico, o corpo foi recebendo significados múltiplos e, de acordo com a sociedade, foi sendo renomeado e ressignificado. Nesse sentido, faz-se mister citar os estudos do filósofo Michel Foucault, no que diz respeito à modernidade e a seus mecanismos de subjetivação dos sujeitos. Como resultado das relações mantidas entre poder e saber, os sujeitos são forjados no dever-ser construído em volta deles. O autor menciona a “descoberta do corpo como objeto e alvo de poder”, (Foucault, 2013, p.132)

A regulação disciplinar perpassa a normatização dos corpos e dos espaços moldados pela medicalização da sociedade, de acordo com a civilização burguesa. Dentre os conceitos constantes em *História da sexualidade I*: a vontade de saber, enfatiza-se o de biopolítica. A esse respeito, asseveram Jacqueline Machado, Cláudia Penna e Regina Caleiro:

Foucault apresenta a definição de biopolítica como a intervenção e a vigilância exercida sobre os corpos, ou seja, é uma tecnologia disciplinar iniciada nos séculos XVII e XVIII pelas técnicas de poder centradas no corpo para aumentar sua capacidade. Ele propõe outra visão das instâncias sociais, mediante um novo conceito de poder, ou seja, a modernidade apresenta novas estratégias de poder, de verdade e de subjetividade. Destarte, o corpo feminino é atrelado à maternidade, garantindo à mulher uma identidade, qual seja, a de mãe. As biopolíticas estudadas por Foucault estavam a serviço da formação dos Estados Nacionais e das classes burguesas e propunham novos valores. (Machado, Penna, Caleiro 2019. p. 1122)

Considerando esses fatores, analisam-se os corpos femininos no *Almanaque da Parnaíba*, que também se constitui como um instrumento para difundir a disciplina. A respeito do modo como o corpo era abordado nos conteúdos dos almanaques e da intencionalidade desse fim, Moraes afirma que:

O corpo tornou-se o principal objeto de intervenção desses periódicos. Para tanto, as propagandas faziam uso de modelos a serem seguidos ou para serem repelidos. Corpos belos, limpos, saudáveis, esbeltos dividiam as páginas com corpos moribundos, frágeis e débeis. Geralmente, o corpo doente aparecia primeiro na propaganda e, após o uso do medicamento anunciado na narrativa emergia o corpo acompanhado não só da saúde, assim como da felicidade. (Moraes, 2021, p. 6.)

Em artigo publicado no *Almanaque da Parnaíba*, de 1927, chamado A noiva, escrito por Jonas da Silva, tem-se um exemplo da idealização feminina, quanto à constituição de uma família. Certas qualidades são elencadas para a pretendente à esposa: a moralidade de não ser uma moça de festa, ser bonita, pele morena, cabelos pretos, ou loura, se de pele clara, ser bondosa, podendo ser, inclusive, modesta. Conforme trecho abaixo:

A condição para eu casar-me é esta,
ao meu ideal só este corresponde
Não quero a noiva em pic-nic ou festa
não mais verá de instante a instante ao
bonde.

‘Ser a filha do rei, neta do conde’
Eu não lhe exijo pode ser modesta;
Mas há de ter a boca, o olhar, a (testa,
Da formosura de mim se esconde

Deverá ter de cor, os meus sonetos
Morena a tez e de cabelos pretos
(Sendo alva e loura..., acho-a também
(bonita.

Tem que ser boa de bondade infinda
Para acalmar a minha dor e ainda
Embalar quando chora a Sulamita.
(Silva, 1927, p.17)

No poema acima pode-se observar a importância dada ao casamento e, por conseguinte, ao modelo de família burguesa considerado aceito socialmente. Se ampliarmos a análise relacionando-o à ciência eugênica, percebe-se que esse paradigma de família era visto como meio mais eficiente pelos cientistas e médicos para solucionar vários problemas em pauta naquele momento, sobretudo, quanto a manter a ordem social e a saúde dos indivíduos.

Casamento, beleza e saúde nos Almanques

O casamento formado com base na monogamia facilitaria a prevenção de enfermidades venéreas já que as relações sexuais fora do casamento seriam evitadas. Também o casal, antes de contrair matrimônio, deveria segundo as orientações médicas, realizar exames pré-nupciais, a fim de conferir o estado de saúde de ambos e ver a compatibilidade sanguínea, para evitar anomalias genéticas nos descendentes, fatores que também envolvem a escolha de parceiros

O CORPO FEMININO: A MORAL E A BELEZA NOS ALMANAQUES, REVISTAS E JORNAIS.

com raças e valores morais afins. Dessa maneira, a família teria melhores condições de educar crianças de acordo com a norma social e moral considerada adequada.

No poema supracitado, o autor anota que a pretendente ao posto de esposa pode ser modesta, lhe exigindo, porém, outras qualidades, dentre as quais se destaca a beleza. Todavia, esse atributo, valorizado constantemente nos almanaques para as mulheres, não se refere a qualquer tipo de beleza, mas a um conjunto de atributos, como: corpo forte, saudável, pronto a gerar filhos com boa saúde, um corpo com boa higiene pessoal e um rosto naturalmente belo.

Nesse ponto a questão da raça vem à tona, pois a pele branca é ressaltada como a ideal, o que se pode perceber nas propagandas e anúncios de medicamentos, produtos de higiene pessoal e naqueles voltados ao embelezamento feminino. Cabe sublinhar que, nesse contexto, a beleza está condicionada à saúde e também à raça. As atividades físicas fazem parte do receituário dos médicos para ajudar a manter o corpo saudável, recomendadas para ambos os sexos, em todas as idades.

No *Almanaque da Parnaíba*, o artigo Um caso sério, de 1928, escrito por Fran-Cico, tem-se mais um exemplo da família higiênica, obediente e idealizada. De acordo com o trecho abaixo:

Andam as coisas de tal maneira em nossos dias, que já mais de uma vez já foi dito: está tudo perdido! [...] A bancarrota da moral, assombro total... e outros que tais, são os títulos mais usados por certa imprensa. Não há dúvida, porém, que estamos no século do luxo e da sensualidade, da molenga dos costumes, perdendo-se [...] a noção do direito paterno sobre os filhos e do marido sobre a mulher. Cada um se governa por si mesmo, desaparecendo [...] a ordem no lar e quiçá na sociedade. [...] um pai de família [...] entrando em casa, ao tempo em que sua filha saía [...] pergunta-lhe [...] deram-te na boca?! quando a mocinha quase rindo lhe diz: 'É rouge, papai!' [...]. E o Pai maneou a cabeça e nada disse.

– 'La vai homem'...

Foi um caso que me fez rir! Ia ali uma moçoila de cabelos cortados, e um menino, ao dobrar de uma esquina grita, para o outro: 'lá vai homem [...]'. (Fran-Cico, 1928, p.27)

No fragmento há uma crítica à falta de respeito dos filhos em relação aos pais, no caso citado, a desobediência de uma jovem, mas o articulista narra, também, a falta de obediência da esposa em relação ao marido. O sentido do ensinamento, da falta de ordem se estende da família à sociedade. Percebe-se também uma crítica à maquilagem, seja nos lábios ou no rosto, já que a jovem responde ao pai com sarcasmo e coloca o uso do batom ou rouge para justificar suas respostas ao genitor.

Para completar a imagem dessa jovem, seu corte de cabelo chamado "maria homem", é criticado e serve de piada em relação à personagem, pois a moça é apontada na rua, por ter o

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 180 – 200 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

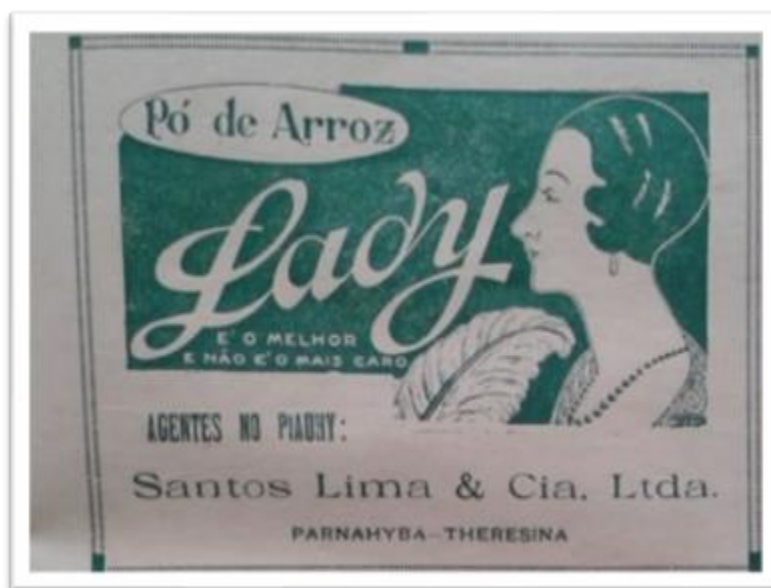
cabelo curto, semelhante a um corte de cabelo masculino. Assim, nesse artigo, a educação usa a pedagogia inversa, ensina o exemplo que não se deve copiar.

A instituição da família organizada nos moldes higiênicos e sociais prescritos torna-se um órgão fiscalizador dos sujeitos que a compõem. Os pais fiscalizam os filhos e eles os genitores. Essa família higiênica, em última instância, ajudaria a construir um país formado de indivíduos fortes e saudáveis. A hereditariedade e os cuidados com a família, nos conceitos eugênicos, são valores mais importantes que as heranças monetárias.

Os almanaques demonstram essas mudanças. No *Almanaque da Parnaíba*, a partir do ano de 1928, ao aumentarem os anúncios de produtos de beleza para as mulheres, também aumentam os de medicamentos, higiene pessoal e sobre a moda. Procede-se a análise de anúncios desses produtos iniciando pelos produtos de beleza, medicamentos e, por último, os de higiene pessoal. As propagandas de produtos foram catalogadas de acordo com a constância com que surgem nas fontes e também as suas características, descritas nos anúncios.

É o caso do anúncio presente no *Almanaque da Parnaíba*, número de 1929, que promove produtos de beleza feminina como o pó de arroz. Observa-se que esse mesmo produto é anunciado também na revista *O Cruzeiro*, no ano de 1928, sendo que a única diferença do anúncio veiculado no periódico piauiense está na representação procedente de estabelecimento do Rio de Janeiro que o comercializa na capital carioca e em São Paulo.

Figura 01: Anúncio do Pó de Arroz Lady. Fonte: PÓ de arroz Lady



Fonte: *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 6, p. 126. 1929.

O CORPO FEMININO: A MORAL E A BELEZA NOS ALMANAQUES, REVISTAS E JORNAIS.

Esse anúncio do Pó de arroz Lady é ilustrado por uma mulher bem arrumada e asseada, que usa joias e enfeite nos cabelos, cortados de acordo com a moda da época. Esse corte transformou-se em um símbolo de elegância e tornou-se um padrão de beleza copiado da moda francesa, também, entre as mulheres do Piauí. A pele branca e lisa, mantém o padrão de beleza idealizado. Para chamar a atenção dos leitores, o *slogan* do produto traz: “É o melhor e não é o mais caro”. Chama atenção o agente que representa o produto: Santos Lima e Companhia Limitada, tratando-se, pois de Benedito dos Santos Lima, o Bembém.

185

Figura 02: Anúncio do Pó de Arroz Lady em *O Cruzeiro*.



Fonte: PÓ de arroz Lady. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano 1, p. 28, 1928.

O anúncio do Pó de arroz Lady é ilustrado por uma mulher cujo destaque é o rosto, jovem, liso e de pele branca. O *slogan* é o mesmo do anúncio anterior, a mudança é apenas no representante do produto: a Farmácia Lopes.

O uso de maquiagem não foi aceito de modo neutro pelos médicos higienistas, que argumentavam sobre o perigo do uso contínuo desses produtos para a saúde. Esse é o tema do artigo publicado no *Almanaque da Parnaíba* do ano de 1930, Uma surpresa desagradável para

as mulheres³, escrito por Jesus Medeiros, o qual adverte sobre o uso imoderado do pó de arroz, branco, rose ou tango. A crítica é justificada pelo fato de que, segundo os médicos, poderia gerar uma doença ainda desconhecida, cujos sintomas seriam causados devido à composição do produto - óxido de zinco e chumbo. Ressalta-se a interferência da medicina em assuntos como moda, vestuário e comportamento feminino. Os médicos se posicionam e descrevem, assim, os efeitos do pó de arroz na saúde das mulheres:

Estas substâncias são absorvidas pela respiração e vão depositar-se continuamente nos cartuchos nasais. A mucosa sensibilíssima reage, congestionando-se, tumefazendo-se, hipertrofiando-se. Entretanto a mesma coisa, o pó, continua pertinaz a sua ação. Sobrevêm as secreções abundantes, as dores de cabeça, sem causa aparente, a perda do olfato, as perturbações nervosas - reflexas- que têm por sede o nariz. O pó não cessa. De dez em dez minutos, de meia em meia hora, nova camada... Seca a pele por fora, resseca a mucosa por dentro⁴. (UMA SURPRESA desagradável para as mulheres, 1930, p. 47.)

Outro ponto enfatizado no artigo é o papel social da medicina na descoberta de doenças. Os esculápios eram chamados de inimigos da elegância das mulheres, entretanto⁵, no artigo, isso é visto como algo positivo, pois se trata de cumprir o dever da medicina, que seria cuidar da saúde da população e também educá-la.

No entanto, deve-se observar para além das questões de saúde e ver a moralidade e o comportamento social considerado correto para as mulheres. Os articulistas representam nesse caso o tradicionalismo e os bons costumes burgueses. O artigo aponta uma doença generalizada chamada *Rhiniti Sicca posterior*⁶ em todo o país.

Essas transformações faziam parte de um contexto histórico mais amplo, no que toca às sociabilidades, aos costumes e aos hábitos nos espaços públicos e privados. Esse ar de civilização também ocorreu no Piauí, como mostram os almanaques, as revistas culturais e os jornais que circulavam à época. Nesse panorama, as cidades de Teresina e Parnaíba merecem destaque por terem se tornado vitrines dessas “modernidades”.

Além dos médicos, literatos como Higino Cunha também se manifestavam quanto a esses temas. Cunha, por exemplo, concorda com os médicos e é contrário ao uso de maquiagem pelas mulheres, pois defendia que a mulher devia possuir uma beleza genuína, simples e natural.

³UMA SURPRESA desagradável para as mulheres. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 7, p. 47, 1930.

⁴ UMA SURPRESA desagradável para as mulheres, 1930, p. 47.

⁵ UMA SURPRESA desagradável para as mulheres, 1930, p. 47.

⁶ O termo refere-se a uma outra doença distinta de causa desconhecida, caracterizada por secura do nariz e hipertrofia da mucosa, em vez de atrofia da mucosa nasal. Cf.: MARTINS, Renato Miguel Moreira. *Rinite atrófica*. 2012. Artigo (Mestrado em Otorrinolaringologia) – Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012. p. 7.

O CORPO FEMININO: A MORAL E A BELEZA NOS ALMANAQUES, REVISTAS E JORNAIS.

Assim, vemos como os sujeitos piauienses participaram desse processo social do sanitarismo. Ressalta-se a esse respeito os estudos do autor sobre as relações entre o homem e a natureza. Em artigo intitulado A nudez e o vestuário: na religião na ciência e na arte, o autor opina sobre os sexos e suas diferenças e comportamentos, pronunciando-se da seguinte forma:

Sem dúvida, — ensina Spencer — os homens não são atraídos para as mulheres de formas masculinas. Admitimos plenamente que uma certa fraqueza relativa, que demanda proteção, é para eles um atrativo. Mas a diferença que corresponde aos sentimentos do homem é a diferença preestabelecida que se afirmara bastante por si mesma, sem ter que recorrer a meios artificiais. E, quando por esses meios artificiais, o grau de diferença ultrapassa o voto da natureza, torna-se um elemento de repulsa antes que de atração. (Cunha, 1921, p. 134-135).

187

No trecho acima Higino Cunha anota que a beleza feminina que provoca atração aos homens se liga a uma certa fragilidade e a uma necessidade de proteção. Tais atributos e comportamento das mulheres, segundo ele, decorrem, das diferenças naturais entre os sexos. Nesse “estado de natureza” meios artificiais para realçar a beleza como a maquiagem e a moda, por exemplo, são desnecessários, e, por fim, geram repulsa nos homens, por contrariar o interesse masculino. O autor continua:

O corpo é a base da vida intelectual, e a beleza física, que é a expansão plena da vida orgânica, liga-se indissolivelmente às mais elevadas manifestações espirituais, produzindo pela seleção os tipos do homem ou da mulher fortes, que são o orgulho das raças e das nações progressivas. Pouco importa que os ornatos sejam anteriores ou posteriores ao vestuário, o essencial é que estejam de acordo no mesmo intuito de desenvolver o indivíduo integralmente, tornando-o apto para o êxito nas lutas da vida. Todas essas filigranas da moda e da elegância são aparências falazes que a onipotência do amor desfaz na plena nudez do rito procriador. A natureza recupera então todos os seus direitos, rompendo, num momento, toda a trama das mentiras convencionais. A volta ao ‘estado de natureza’ é o supremo corretivo aos requintes inibitórios da civilização. (Cunha, 1921, p. 135)

O autor insiste sobre o corpo forte de ambos os sexos e sua importância para o progresso da nação. Para ele não importam as características artificiais, como o vestuário da moda e a elegância, pois são apenas aparências. No ato procriador, o corpo retorna à origem e mostra-se como é, recupera os seus direitos, saindo das conveniências e retornando àquilo que ele chama do “estado de natureza”

Tais relações entre os indivíduos trazem consequências sociais e o autor demonstra que há um código moral a ser seguido, além daquele propagado pela civilização moderna. Nesse

sentido, mostra-se contrário aos modos e aparências superficiais, representados por certos costumes modernos.

Ressalte-se que os temas tratados pela eugenia são os mesmos mencionados no artigo de Higino Cunha e a importância dessa publicação deve ser reconhecida, por colocar o autor piauiense, em um grupo de intelectuais brasileiros que assumiam a responsabilidade de discutir as demandas sociais do período em meios editoriais renomados e validados culturalmente.

Ademais, ao longo do século XX, aumentaram as demandas por revistas femininas, pois uma mulher “bem educada” deveria saber se portar de acordo com as normas sociais e transitar nos espaços da cidade melhorados pela medicina social urbana, como os jardins públicos, além de se adaptar às formas de lazer e à moda, que, apesar de não serem de todo novas, apresentavam-se em formas distintas. Quanto a esse cenário, Queiroz assevera que:

[...] em sentido literal, nem todas essas formas de lazer eram novas. Novo é o sentido que lhes é atribuído, nova é a sua condição de veículo civilizador e modernizador, novos são os conteúdos culturais que elas incorporam. As formas de se divertir, proceder, atuar, vestir, aparecer estão carregadas de símbolos e sua decodificação é que constitui nosso interesse principal. [...] Na passagem do século, mais precisamente nos anos finais do século XIX e nos primeiros anos do século XX, foi que as novidades modernas e a estupefação face a elas se fizeram mais presentes em Teresina. O progresso, materializado em inúmeras inovações utilitárias- que, embora não fossem apropriadas pela grande maioria da população não deixavam de indicar os novos rumos e promessas de Civilização, e de gerar novas formas de pensar e sentir- não foi absorvido de forma passiva e pacífica. Cada novidade trazia em si um susto, um movimento de admiração e também um frêmito de medo. (Queiroz, 2011, p. 34-35)

A cidade de Teresina recebia essas influências da moda francesa através de jornais e revistas femininas. A revista *O Cruzeiro* constitui um dos periódicos que circulavam no estado, nesse momento, sendo a moda e os assuntos femininos os que tinham maior destaque. Uma das mudanças implementadas pelos ares da *Belle Époque* pode ser refletida pelas formas de lazer e concursos de beleza que passaram a ser realizados a partir de 1929 no Piauí. É esse o tema do artigo intitulado Contrastes, presente no jornal *O Nordeste*, em 18 de setembro de 1920, escrito por Gil Vaz:

Teresina é uma cidade verdadeiramente privilegiada, onde a vida decorre em meio dos mais estravagantes disparates, onde todos se queixam, se lastimam e ao mesmo tempo sorriem, brincam, tocam e luxam. Há momentos em que nos pomos pensar se é possível sustentar e manter-se semelhante vida paradoxal, sem uma consequência desastrosa, ser um estouro [...]. [...] Tudo está pelas horas da morte ou pelos olhos da cara em preços, e, no entanto, malgrado as lamentações de todos, o luxo em Teresina cresce em proporções assombrosas. O belo sexo, então, estas nossas encantadoras patricias esmeram-se em elegância no vestuário, capricham no encarecimento

O CORPO FEMININO: A MORAL E A BELEZA NOS ALMANAQUES, REVISTAS E JORNAIS.

das ‘toilettes’ de tal forma que as chamadas fazendas de fantasia, de algodão e linho, leves, interessantes e cômodas, marcham para uma pronunciada decadência, condenadas, como estão, a causa inútil e depreciável nos domínios da moda. A seda, o aristocrático e custoso tecido oriental, a todas empolga, fascina, encanta, prende e envolve. [...] E é por isso que dizemos que a vida em Teresina é um paradoxo, um contraste eterno, em que todos se queixam, se lastimam e ao mesmo tempo, sustentam luxos e prazeres incompatíveis com as nossas condições e recursos cevando a ganância insaciável de meia dúzia de mercadores árabes, os únicos que têm sabido tirar proveito da parvoíce da nossa gente, de todos nós. (Vaz, Gil. Contrastes. *O Nordeste*, Teresina, ano 1, n. 42, p. 4, 18 set. 1920)

189

No artigo acima, é possível observar as relações de poder e saber vivenciadas no cotidiano de Teresina e o quanto essas experiências do vivido interessam à compreensão das sociabilidades locais e dos padrões sociais e de beleza aceitos à época. É uma cidade onde os luxos e as carências existem e complementam-se e, conforme tom de sarcasmo do texto, é um privilégio viver nesse lugar cheio de paradoxos, em que as lamentações pelo alto custo dos gêneros de primeira necessidade não impedem as mulheres teresinenses de trajarem roupas e sapatos à moda francesa, sendo apontadas, talvez, por isso, como parte importante desses contrastes, já que, segundo o escritor, são apreciadoras da moda da mais alta elegância no vestuário e na sua toilette preferindo a seda, um tecido nobre e de alto custo, ao nosso algodão ou linho, o que, para ele, seria divergente da realidade de um lugar onde predomina um povo pobre.

O jornal *O Piauí* em 1929 traz o anúncio de um creme contra as rugas chamado Malvaloca. De acordo com o registro abaixo:

Figura 03: Anúncio: “Malvaloca” preparação única no mundo de eficácia absoluta contra as rugas.



Fonte: MALVALOCA. *O Piauí*, Teresina, ano 29, n. 147, p. 5, 1929.

Neste anúncio de “preparado para rugas”, de eficácia absoluta, o fabricante informa outras especificidades, como o fato de ser inofensivo, com ação imediata, usando adjetivos para definir a pele sob efeito do creme, que dão ideia de pele jovem. No registro, o produto é apresentado por uma sorridente senhora de meia idade, que parece olhar-se em um espelho e ficar feliz com o que vê. No anúncio a oferta de amostras grátis do produto visa chamar a atenção dos consumidores.

Nesse contexto é possível a remissão aos estudos de Higino Cunha, com suas críticas às sociabilidades e às aparências artificiais modernas, no cotidiano de Teresina. Nesse cenário, os almanaques, as revistas e os jornais criam os sujeitos e as narrativas que almejam. Para além de educar, intentam também vender medicamentos, produtos de higiene pessoal e beleza, para toda a família: homens, mulheres e crianças.

Cabe sublinhar que o público contemplado nos anúncios deveria associar essa perspectiva de beleza e de felicidade dos indivíduos à da família e da saúde. Nas propagandas, as narrativas produziam as famílias idealizadas pelos médicos higienistas, pois elas observavam as enfermidades e, ao mesmo tempo, tratavam de promover o restabelecimento da saúde.

Nos almanaques locais, não há o uso de fotografias, entretanto a base das narrativas é a família, como forma de atrair os leitores. Em almanaques piauienses posteriores a 1930, esses registros começam a aparecer com mais frequência. Todavia, é o oposto do que ocorre nos almanaques e revistas nacionais, nos quais era comum o uso de registros fotográficos de famílias nos anúncios de medicamentos, higiene pessoal e produtos de beleza.

Nos anúncios de medicamentos, o foco era o da relação com as enfermidades às quais estavam destinados, com destaque para a composição da fórmula do produto anunciado. Em outros casos, os medicamentos anunciados eram preventivos para a permanência de um corpo saudável, casos dos fortificantes e tônicos musculares. Esses preenchem nos almanaques, revistas e jornais, grande parte das páginas dos anunciantes. No geral, esses medicamentos são indicados para tratar a sífilis, o impaludismo, a gripe, a tuberculose, doenças estomacais, vícios referentes ao consumo de bebidas alcoólicas e de cigarros, cólicas em mulheres e crianças, doenças nos ovários e útero.

Tome-se como exemplo o anúncio do medicamento Saúde da Mulher com o título Os maridos são maus enfermeiros publicado na revista *Fon-Fon* do Rio de Janeiro, ano de 1929, O remédio era indicado para tratar problemas do útero e dos ovários. A preocupação dos médicos com o sistema reprodutivo feminino associava-se ao projeto da família bem constituída, sendo a mulher um dos seus alicerces. O estado físico da progenitora é relacionado

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 180 – 200 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

O CORPO FEMININO: A MORAL E A BELEZA NOS ALMANAQUES, REVISTAS E JORNAIS.

ao seu estado mental, às alterações do corpo devido ao ciclo menstrual. O corpo da mulher era relacionado à fragilidade e debilidade em comparação com o corpo masculino. Portanto, esses medicamentos voltados para as doenças de ovários e úteros eram bastante difundidos. Conforme registro abaixo:

Figura 04: Anúncio: **Os maridos são maus enfermeiros.**



Fonte: OS MARIDOS são maus enfermeiros. *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, ano 16, p. 24, 1929.

Neste anúncio, uma esposa de boa aparência, jovem e de face branca, aparece na cama deitada de bruços, coberta por lençóis, dando a entender que está com cólicas menstruais, pois ela está em lágrimas. Apenas o marido ao seu lado, bem vestido e asseado, de costas para ela e de braços cruzados. A mulher reclama:

Você é injusto! Está de mau humor, porque estou doente! Como se eu tivesse a culpa!

Não importa saber se é ou não injustiça. É a realidade: os maridos se contrariam quando as esposas adoecem! São, portanto, maus enfermeiros, achando quase sempre que as esposas foram imprudentes!

E quantas vezes eles têm razão! Quantas doenças as senhoras podem evitar ou combater aos primeiros sintomas, bastando, para isso, a prudência de terem em casa **A SAÚDE DA MULHER**

o grande medicamento que evita e combate todas as moléstias do útero e dos ovários, como flores-brancas, cólicas uterinas, falta de regras, regras demasiadas (grifos do autor). (Os maridos são maus enfermeiros, *Fon-fon*, 1929, p. 24)

No trecho acima transcrito, é possível observar os maridos e as relações de poder vivenciadas no casamento e o quanto essas narrativas privilegiam e, além disso, criticam as mulheres, que são chamadas de imprudentes. Esse texto convoca as mulheres a cuidarem-se,

sobretudo, nesses períodos do ciclo menstrual, pois o nervosismo feminino era frequentemente associado à histeria, conhecida na medicina como uma patologia feminina.

Sílvia Alexim Nunes afirma sobre as diferenças entre os sexos e a doença nervosa chamada de histeria:

No pensamento médico, dois pontos fundamentais estavam em pauta com relação à histeria. O primeiro era a dificuldade encontrada para enquadrá-la nos sistemas classificatórios da época. Os discursos médicos procuravam de forma insistente descrever e circunscrever uma doença que se apresentava de forma polimorfa e ruidosa, dificultando sua apreensão, a um quadro nosográfico específico. O segundo ponto nevrálgico era a intensa discussão sobre sua etiologia, que tinha como pano de fundo a assimilação da histeria ao sexo feminino. Tal discussão se desdobrava em reflexão sobre a natureza feminina. [...] Os discursos médicos procuravam delinear minuciosamente as diferenças entre os sexos, supondo também patologias diferentes. Assim, por exemplo, a histeria seria feminina, e a hipocondria, masculina⁷. (NUNES, 2010, p. 374-376.)

No trecho, é possível perceber que, a partir da concepção médica das diferenças entre homens e mulheres, toda uma organização social foi justificada e estabelecida com base nas especificidades do masculino e do feminino.

No jornal *Diário do Piauí*, número 13, de 16 de janeiro de 1914, tem-se anúncio do medicamento aqui já referido, o chamado *Saúde da mulher*⁸. (Vê-se a mesma prescrição da droga, que está no anúncio anterior, a diferença, porém, encontra-se no texto do anúncio, mais detalhado, e também na imagem. Aparece uma mulher sozinha, usando avental. e com uma vassoura em punho:

Figura 05: Anúncio de A saúde da mulher.



Fonte: A SAÚDE da mulher. *Diário Piauí*, Teresina, ano 4, n. 13, p. 3, 16 jan. 1914.

⁷ NUNES, 2010, p. 374-376.

⁸ A SAÚDE da mulher. *Diário Piauí*, Teresina, ano 4, n. 13, p. 3, 16 jan. 1914.

O CORPO FEMININO: A MORAL E A BELEZA NOS ALMANAQUES, REVISTAS E JORNAIS.

No anúncio do Saúde da mulher são descritas as enfermidades a serem curadas pelo medicamento:

A Saúde da mulher, por sua ação estimulante e tônica sobre o útero, é o remédio por excelência para os incômodos das senhoras, tais como: suspensões, flores brancas, hemorragias, cólicas uterinas, reumáticas da idade crítica, irregularidades menstruais. Laboratório Daudt & Lagunilla – Rio de Janeiro. (A saúde da mulher, *Diário Piauí* 16 jan. 1914, p. 3.)

Pode-se perceber a circulação desses medicamentos através de suas propagandas. Apesar de se tratar de periódicos e de datas diferentes, é possível, constatar, nesses anúncios, a expansão da indústria farmacêutica no Brasil.

No *Almanaque da Parnaíba* de 1925, aparecem “anúncios do Elixir de Inhame Goulart. De acordo com o registro abaixo:

Figura 06: Anúncio: Elixir de Inhame Goulart.



Fonte: ELIXIR de Inhame Goulart Composto. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 2, p. 26, 1925.

Neste anúncio do Elixir de Inhame, o fabricante informa que o composto serve para: “Depurar o sangue, aumentar o peso e fortificar o organismo”. Além disso, cabe destacar que o fabricante não especifica restrições ao uso do elixir, dando a entender que qualquer sujeito pode utilizá-lo, sem nenhuma contraindicação. Também informa que o medicamento está disponível em todas as drogarias do Brasil e repúblicas sul-americanas. O fabricante J. Goulart Machado estava instalado no Rio de Janeiro.

No *Almanaque da Parnaíba* do ano de 1927 são anunciados dois medicamentos: o primeiro, um antifebril chamado Sezuol, descrito como um peitoral de umbaúba, (o mesmo

que embaúba)⁹ creosotado e revigorador pulmonar; o segundo chamado Carnahubol, classificado como um depurativo do sangue. Conforme figura abaixo:

Figura 07: Anúncio: **Sezuol e Carnahubol**.



Fonte: SEZUOL. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 4, p. 5, 1927.

Neste anúncio de um antifebril, chama a atenção a sua composição, à base de umbaúba, erva com propriedades medicinais, utilizadas contra problemas respiratórios e pressão alta, espécie facilmente encontrada na flora brasileira. O segundo medicamento informado no anúncio como depurativo do sangue, traz um nome que parece ser uma alusão à palmeira carnaúba.

No *Almanaque da Parnaíba* de 1927 também é anunciado um medicamento chamado A Saúde do Homem voltado para esse público. Classificado como um elixir, composto de um conjunto de “substâncias vegetais de grande valor”, que não aparecem especificadas. Serve para regenerar e revigorar a vitalidade orgânica do homem:

⁹“Cecropia glaziovii Snethl. (Embaúba). Indicação: Hemorroida, rins [...]”. ALMEIDA NETO, José Rodrigues de.; BARROS, Roseli Farias Melo de.; SILVA, Paulo Roberto Ramalho. Uso de plantas medicinais em comunidades rurais da Serra do Passa-Tempo, estado do Piauí, Nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Biociências Brazilian Journal of Biosciences*, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 165-175, jul./set. 2015. p. 170.

O CORPO FEMININO: A MORAL E A BELEZA NOS ALMANAQUES, REVISTAS E JORNAIS.

Figura 08: Anúncio: A Saúde do homem.



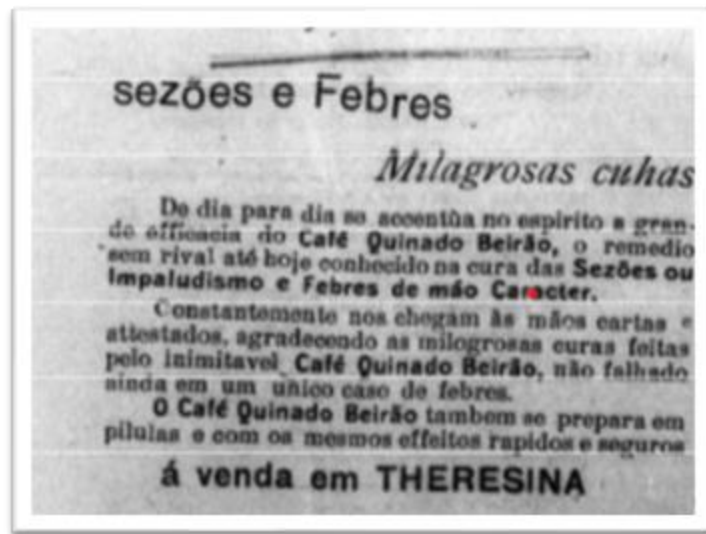
Fonte: A SAÚDE do homem. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 4, p. 5, 1927.

No anúncio do elixir Saúde do Homem, a aurora da vida no ocaso da existência, a maravilha da velhice, o produto é classificado como remédio para recuperar a saúde dos nervos masculinos. Assim o elixir promete trazer a vitalidade de volta, fazendo os homens “remoçarlos!” A masculinidade é reforçada no seu significado, ao ter a virilidade restaurada mesmo na velhice.

Há um silenciamento quanto à composição desse elixir, porém a forma de usá-lo é prescrita: “usar nas refeições, uma colher de chá dissolvida em um cálice da água ou vinho”. O fabricante destaca também a aprovação do mesmo pela saúde pública federal, sob o número 709, em 14 de novembro de 1918. O fato de essa aprovação constar no anúncio é um indicativo do funcionamento dos regulamentos sanitários e da fiscalização sobre os medicamentos, como também de que esses regulamentos tinham reconhecimento social no período.

No jornal *Diário do Piauí*, de 17 de janeiro de 1914, é anunciado o medicamento Café Quinado Beirão, caracterizado como um produto que podia ser preparado em pó e também em forma de pílulas. Outro detalhe consiste no fato de que o medicamento é composto à base da quinina, erva que servia para a cura de enfermidades, como o impaludismo. Conforme o registro abaixo:

Figura 09: Anúncio: Café Quinado Beirão.



Fonte: : SEZÕES e febres. *Diário Piauí*, Teresina, ano 4, n. 14, p. 3, 17 jan. 1914.

A considerar a prescrição, o produto combatia sezões, febres, impaludismo e ainda febres de mau caráter. Percebe-se que o *slogan* está em destaque, com uma cor diferente do resto do texto. Faz referência a depoimentos de pessoas curadas milagrosamente pelo medicamento. Tais estratégias são utilizadas no intuito de aumentar as vendas do produto.

As propagandas de produtos de higiene pessoal estão diretamente relacionadas às mudanças de hábitos propagadas pela medicina higienista e pela eugenia. No *Almanaque da Parnaíba* tem-se anúncios do Sabonete Dorly, presentes no número de 1929. Chama a atenção o agente que representa o produto: Santos Lima e Companhia Limitada, firma de Benedito dos Santos Lima.

Figura 10: Anúncio do Sabonete Dorly



Fonte: SABONETE Dorly. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 6, p. 126, 1929.

O CORPO FEMININO: A MORAL E A BELEZA NOS ALMANAQUES, REVISTAS E JORNAIS.

Neste anúncio não aparecem muitos detalhes, apenas um registro do produto com destaque para o preço baixo, considerando o *slogan*: preço por preço é o melhor! Que é representado por um homem, vestido com um roupão, dando a entender que acabara de tomar banho.

Observa-se que o cuidado corporal foi sendo estendido à saúde bucal, como uma dos aspectos decorrentes dos regulamentos sanitários para o exercício das profissões.

Figura 11: Anúncio da pasta Dencalcina



Fonte: DENCALCINA. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 4, p. 70, 1927.

No anúncio de Dencalcina, o fabricante, além do creme dental, apresenta outros produtos, como: sabonetes, loções, extratos, brilhantina, talco. O anúncio apresenta uma mulher sorridente, que tem uma escova dental ao seu lado, abaixo do nome Dencalcina. Além disso, há o destaque para o prêmio de medalha de ouro recebido na Exposição Internacional de Milão, em 1915. Tratava-se certamente de uma estratégia para valorizar a qualidade dos produtos da empresa.

No jornal *A Mocidade* consta anúncio de um sabonete líquido, o Astrolino, caracterizado como produto para várias utilidades: “Banho de adultos e crianças, embelezar a pele, uso na

barba masculina, uso medicinal para queimaduras e tratar feridas”. No registro figura uma criança usando o sabonete para fazer bolhas de sabão. O produto Aristolino está presente no número de 1926.

Figura 12: Anúncio do sabão líquido Aristolino



Fonte: ARISTOLINO. *A Mocidade*, Parnaíba, ano 1, n. 1, p. 6, 19 dez. 1926.

No anúncio do sabão Aristolino, o fabricante informa suas várias utilidades, o que pode chamar a atenção dos possíveis compradores, pois o sabão serve, tanto a higiene pessoal como também pode ser utilizado como medicamento. Também se destaca no anúncio o fato de ser silenciado o fabricante e a representação. A imagem da criança denota que o produto pode ser utilizado pelo público infantil, sem contraindicações, além de reforçar a importância dada ao cuidado com as crianças pelas famílias.

Considerações finais

No limiar do século XX, a agenda nacional colocou o sanitarismo como prioridade, e naquele panorama de busca por salvar o Brasil das doenças e da ausência de progresso, lugares pouco conhecidos pela maioria da população brasileira, ganharam relevância, nas discussões políticas e sobre saúde. Pode-se inserir o Piauí como uma dessas regiões, o Brasil que merecia ser redescoberto.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 180 – 200 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

O CORPO FEMININO: A MORAL E A BELEZA NOS ALMANAQUES, REVISTAS E JORNAIS.

Na busca pelo progresso e pelo reconhecimento de uma identidade singular, o estado procurou encontrar seu lugar no seio da nação brasileira. Nesta pesquisa estudou-se, a partir do campo da saúde pública, as estratégias praticadas no estado do Piauí com o fim de superar o atraso que o caracterizava em relação às demais regiões do Brasil. Nesse sentido, a identidade do Piauí foi remetida às suas origens e riquezas naturais, fatores que se refletiam na economia e na busca de validação dos discursos políticos, médicos e intelectuais.

Esses esforços políticos também culminaram com eventos como o Congresso das Municipalidades, que discutiu uma agenda ampla de propostas para melhorar, não só o panorama sanitário do Piauí, mas também a economia, a instrução e a educação pública, movimento que incluiu as inspeções sanitárias em escolas na pauta de compromisso das autoridades políticas. O contexto, os convênios entre poderes federal, estadual e municipal acabaram por provocar atritos de poder, pois a autonomia política dos estados teve que se adaptar a esse novo arranjo de forças, embora tenha sido a partir desse cenário que se tornou possível expandir os serviços de profilaxia rural e urbana a uma parcela da população que ainda não era contemplada pelos serviços de saúde pública.

Essas estratégias sanitaristas foram acrescidas de campanhas sanitárias, palestras e conferências, cujos temas se referiam, não somente às questões de saúde, de modo direto, mas avançavam para as questões morais, familiares e de comportamento social para todos: homens, mulheres e crianças. Nesse particular ressaltamos intelectuais como Higino Cunha, Clodoaldo Freitas, R. Fernandes, João Freitas, Abdias Neves, Antônio José de Sampaio, Antonino Freire e Benedito dos Santos Lima, assim como os médicos, Antonio Ribeiro Gonçalves, Joaquim Nogueira Paranaguá, Oscar Clarck e Otávio de Freitas. Os almanaques também serviram a esse propósito, educar higienicamente a população, de modo prescritivo, porém sem perder de vista o interesse comercial na venda de medicamentos e de anúncios de estabelecimentos comerciais e prestação de serviços. Os manuais de medicina popular também eram utilizados para educar a população e aproximá-la da ciência médica, através de uma linguagem popular e para combater o charlatanismo.

Referências

ALMEIDA NETO, José Rodrigues de.; BARROS, Roseli Farias Melo de.; SILVA, Paulo Roberto Ramalho. Uso de plantas medicinais em comunidades rurais da Serra do Passa-Tempo, estado do Piauí, Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Biociências Brazilian Journal of Biosciences**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 165-175, jul./set. 2015.

CUNHA, Higino. A nudez e a vestuário: na religião na ciência e na arte. **Revista do Brasil**, São Paulo, ano 6, n. 62, v. 26, p. 134-135, 1921

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MACHADO, Jacqueline Simone de Almeida; PENNA, Cláudia Maria de Mattos; CALEIRO, Regina Célia Lima. Cinderela de sapatinho quebrado: maternidade, não maternidade e maternagem nas histórias contadas pelas mulheres. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 123, p. 1120-1131, out./dez. 2019.

NUNES, Sílvia Alexim. Histeria e psiquiatria no Brasil da Primeira República. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 17, supl. 2, p. 373-389, dez. 2010.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as Tiranhas do Tempo. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2011

JORNAIS E REVISTAS

SILVA, Jonas da. A noiva. **Almanaque da Parnaíba**, Parnaíba, ano 4, p. 17, 1927.

FRAN-CICO. Um caso sério. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 5, p. 27, 1928.

UMA SURPRESA desagradável para as mulheres. **Almanaque da Parnaíba**, Parnaíba, ano 7, p. 47, 1930.

VAZ, Gil. Contrastes. **O Nordeste**, Teresina, ano 1, n. 42, p. 4, 18 set. 1920.

MALVALOCA. **O Piauí**, Teresina, ano 29, n. 147, p. 5, 1929.

OS MARIDOS são maus enfermeiros. *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, ano 16, p. 24, 1929

A SAÚDE da mulher. **Diário Piauí**, Teresina, ano 4, n. 13, p. 3, 16 jan. 1914

A SAÚDE do homem. **Almanaque da Parnaíba**, Parnaíba, ano 4, p. 5, 1927

SEZÕES e febres. **Diário Piauí**, Teresina, ano 4, n. 14, p. 3, 17 jan. 1914.

SABONETE Dorly. **Almanaque da Parnaíba**, Parnaíba, ano 6, p. 126, 1929.

DENTALCINA. **Almanaque da Parnaíba**, Parnaíba, ano 4, p. 70, 1927.

ARISTOLINO. **A Mocidade**, Parnaíba, ano 1, n. 1, p. 6, 19 dez. 1926.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 180 – 200 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

MÍMESIS E NARRATIVA NA LITERATURA E NO CINEMA: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A INFLUÊNCIA DO REGIONALISMO LITERÁRIO NAS PRODUÇÕES DO CINEMA CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO ATRAVÉS DA OBRA *AS ÓRBITAS DA ÁGUA* (2021) DE FREDERICO MACHADO

Ruty de Sousa Melo
Herasmo Braga de Oliveira Brito¹

RESUMO

201

Este trabalho objetivou investigar a categoria da *mimesis* enquanto ferramenta de investigação do discurso literário e de análise na abordagem da influência do regionalismo literário nas obras cinematográficas brasileiras contemporâneas através da obra *As órbitas da água* de Frederico Machado e os objetivos específicos foram: investigar influência literária na produção cinematográfica *As órbitas da água*; analisar a configuração da obra cinematográfica *As órbitas da água* sob a ordem estética do regionalismo literário e do neorregionalismo brasileiro; compreender as mudanças do regionalismo literário sob da *mimeses* do Cinema Brasileiro Contemporâneo. Tratou-se de pesquisa exploratória com análise qualitativa. O filme apresenta ligações diretas com a literatura e tem influências na literatura grega de Sófocles e Dante e influencia na poesia de Nauro Machado, bem como da literatura regionalista e neorregionalista. Concluiu-se que *As órbitas da água* é uma narrativa mimética com influências na literatura regionalista, mas também características neorregionalistas.

Palavras-chave: neorregionalismo brasileiro; memória cultural; regionalismo literário.

MIMESIS AND NARRATIVE IN LITERATURE AND CINEMA: A COMPARATIVE STUDY ON THE INFLUENCE OF LITERARY REGIONALISM ON THE PRODUCTIONS OF CONTEMPORARY BRAZILIAN CINEMA THROUGH THE WORK *AS ÓRBITAS DA ÁGUA* (2021) BY FREDERICO MACHADO

ABSTRACT

This study aimed to investigate the category of mimesis as a tool for examining literary discourse and analysis in addressing the influence of literary regionalism on contemporary Brazilian cinematic works through the film *As órbitas da água* by Frederico Machado. The specific objectives were: to investigate literary influence on the cinematic production *As órbitas da água*; to analyze the configuration of the cinematic work *As órbitas da água* within the aesthetic framework of literary regionalism and Brazilian neoregionalism; and to understand the transformations of literary regionalism through the mimesis of Contemporary Brazilian Cinema. This was an exploratory research with qualitative analysis. The film exhibits direct connections with literature, drawing influences from Greek literature by Sophocles and Dante, and from Nauro Machado's poetry, as well as from regionalist and neoregionalist literature. It was concluded that *As órbitas da água* is a mimetic narrative influenced by regionalist literature, while also exhibiting neoregionalist characteristics.

¹ Doutor orientador de pesquisa do projeto de pesquisa no contexto do programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). E-mail: herasmobraga@ccm.uespi.br

MÍMESIS E NARRATIVA NA LITERATURA E NO CINEMA: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A INFLUÊNCIA DO REGIONALISMO LITERÁRIO NAS PRODUÇÕES DO CINEMA CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO ATRAVÉS DA OBRA AS ÓRBITAS DA ÁGUA (2021) DE FREDERICO MACHADO

Keywords: Brazilian neoregionalism; cultural memory; literary regionalism.

MÍMESIS Y NARRATIVA EN LA LITERATURA Y EL CINE: UN ESTUDIO COMPARATIVO SOBRE LA INFLUENCIA DEL REGIONALISMO LITERARIO EN LAS PRODUCCIONES DEL CINE BRASILEÑO CONTEMPORÁNEO A TRAVÉS DE LA OBRA AS ÓRBITAS DA ÁGUA (2021) DE FREDERICO MACHADO

RESUMEN

Este trabajo tuvo como objetivo investigar la categoría de la mimesis como herramienta para examinar el discurso literario y su análisis en la influencia del regionalismo literario en las obras cinematográficas brasileñas contemporáneas, a través de la película *As órbitas da água* de Frederico Machado. Los objetivos específicos fueron: investigar la influencia literaria en la producción cinematográfica *As órbitas da água*; analizar la configuración de la obra cinematográfica *As órbitas da água* dentro del marco estético del regionalismo literario y el neorregionalismo brasileño; y comprender las transformaciones del regionalismo literario bajo la mimesis del cine brasileño contemporáneo. Se trató de una investigación exploratoria con análisis cualitativo. La película presenta conexiones directas con la literatura, con influencias de la literatura griega de Sófocles y Dante, y de la poesía de Nauro Machado, así como del regionalismo y neorregionalismo literario. Se concluyó que *As órbitas da água* es una narrativa mimética influenciada por la literatura regionalista, pero también con características neorregionalistas.

Palabras clave: neorregionalismo brasileño; memoria cultural; regionalismo literario.

1 Introdução

Revisitar conceitos, ideias, constitui importante instrumento de amadurecimento intelectual e interpretativo. Desfazer equívocos é algo proveitoso para ampliação de pensamentos. E uma das vias que propomos para a realização da pesquisa é rediscutir alguns aspectos consolidados ao longo da nossa tradição literária e cinematográfica que acabam por formar – em alguns momentos - uma rede de injustiças a grandes autores, obras e produções cinematográficas. Assim, diante de um entendimento do diálogo possibilitado entre cinema e literatura tendo como mote na análise a união dos aspectos ficcionais-estéticos com as problematizações sociais nos lançamos na pesquisa - *Mimesis e Narrativa na Literatura e no Cinema: um estudo comparativo sobre a influência do regionalismo literário nas produções do cinema contemporâneo brasileiro*, para tanto, estudou-se o filme *As órbitas da água* (2021) de Frederico Machado.

Traz-se como foco de pesquisa o estudo comparativo de narrativas literárias e cinematográficas, circunscrevendo-se a uma temporalidade do século XXI. Para que tal hipótese tenha força persuasiva, é necessário pensar a *mimesis* numa perspectiva dialética que a enlace com a *poiesis* (criação, invenção), o que realizamos a partir da reflexão estabelecida por Luiz Costa Lima (2000, 2003, 2005) e Paul Ricoeur (1994). A *mimesis* artística não é mera cópia do real, mas uma atividade que implica invenção e descoberta, reprodução e produção. Assim, ao referir à *mimesis*, não pensamos seja no substancialismo platônico (Platão, 2000) que a condena como cópia deformada e deformadora, seja na concepção de realismo científico do século XIX, marcada pela influência do Positivismo e que toma a arte como espelho do real, impingindo ao artista uma perspectiva de realidade do qual se banem, ou se colocam em segundo plano, estratos como o onírico e o mítico.

Cabe ressaltar também neste trabalho, a noção de narrativa. Antes de tudo, sua vinculação à ideia de *mimesis*. O primeiro pensador a estabelecer a íntima conexão entre estas categorias foi Aristóteles (2000), em sua *Poética*. O pensador grego dá o nome de *mythos* - termo entre nós traduzido como enredo, intriga ou fábula - ao processo de criação de uma história, isto é, a invenção narrativa propriamente dita. A *mimesis* depende do *mythos*, pois as estratégias de construção de um enredo trazem implicações para a forma de representação do mundo via obra literária.

Importante destacar que esta pesquisa vincula-se ao ***Mimesis e narrativa na literatura e no cinema: um estudo comparativo*** devidamente cadastrado nas instituições UESPI e CNPQ. Tomou-se como objeto de estudo o filme brasileiro: *As órbitas da água* (2021) de Frederico Machado, pois este adota uma estética cinematográfica que contempla os espaços regionalistas como elemento participativo no desenvolvimento da narrativa.

E com base nessas observações que percebemos a força influenciadora da Literatura Regionalista continua nas obras cinematográficas mesmo depois do cinema novo. Assim, nos lançamos às seguintes questões: I – Qual a influência da Literatura Regionalista atua sobre *As órbitas da água* (2021) de Frederico Machado II – Como as obras cinematográficas de abordagem de influência regionalista como as obras de Glauber Rocha e Nelson Pereira dos Santos dialogam com as obras cinematográficas do cinema recente brasileiro através da obra *As órbitas da água* (2021) de Frederico Machado? III - Como se configura a estética regionalista literária dentro da obra *As órbitas da água* (2021) de Frederico Machado?

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 201 – 220 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

**MÍMESIS E NARRATIVA NA LITERATURA E NO CINEMA: UM ESTUDO
COMPARATIVO SOBRE A INFLUÊNCIA DO REGIONALISMO LITERÁRIO NAS
PRODUÇÕES DO CINEMA CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO ATRAVÉS DA OBRA AS
ÓRBITAS DA ÁGUA (2021) DE FREDERICO MACHADO**

Este trabalho se justifica pela importância cultural, artística e acadêmica. O estudo revela como a literatura, como a arte narrativa mais antiga, influencia a construção de outras formas artísticas, como o cinema. Importa também para preservar e destacar expressões culturais locais e regionais, que muitas vezes são marginalizadas em um contexto globalizado.

Desta forma, o objetivo geral deste trabalho foi investigar a pertinência da categoria da *mimesis* enquanto ferramenta de investigação do discurso literário e de análise na abordagem da influência do regionalismo literário nas obras cinematográficas brasileiras contemporâneas através da obra *As órbitas da água* (2021) de Frederico Machado e os objetivos específicos foram: investigar influência literária na produção cinematográfica *As órbitas da água* (2021) de Frederico Machado; analisar a configuração da obra cinematográfica *As órbitas da água* (2021) de Frederico Machado sob a ordem estética do regionalismo literário e do neorregionalismo brasileiro; compreender as mudanças do regionalismo literário sob da *mimesis* do Cinema Brasileiro Contemporâneo.

204

2 Referencial teórico

2.1 Concepções sobre *mimesis*

O filósofo Aristóteles (séc. IV a. C.) escreveu o primeiro livro sobre crítica literária e nele elenca as principais características que se devem encontrar nesta arte para que se seja considerada completa, interessante e satisfatória para o público.

Para Aristóteles a imitação faz parte da natureza do homem e até dos animais. É através da imitação que também se produz toda arte, incluindo a literatura. “O ofício do poeta não é descrever coisas realmente acontecidas, mas as que podem, em dadas circunstâncias, acontecer, isto é, coisas que são possíveis segundo as leis da verossimilhança e da necessidade” (Aristóteles, séc. IV a. C.).

Para Paul Ricoeur (1994) o sentido de mimese é o de imitação ou representação de uma ação. Estas ações e representações ocorrem naturalmente no ser humano. O autor divide a mimese em três fases: Mimese I, que é o mundo prático ainda não explorado pela atividade poética, portanto, ainda não narrado; A mimese II, onde o mundo já está impregnado de uma pré-narratividade que servirá de referência para o ato de construção poética e a mimese III, a atividade de leitura.

2.2 O Regionalismo brasileiro

O termo regionalismo surge primeiro dentro do universo literário e só a partir do chamado Cinema Novo é que ganhou espaço dentro das narrativas cinematográficas com adaptações de obras como *Vidas Secas* de Graciliano Ramos feita para o cinema por Nelson Pereira dos Santos. E de outros diálogos entre as produções de Glauber Rocha como *Deus e o diabo na terra do sol* em que temos a presença dos elementos de *Os Sertões* de Euclides da Cunha e de obras de Graciliano Ramos e Guimarães Rosa. Reconhece-se de maneira fundamental a relevância das produções literárias tidas como regionalistas dentro das produções cinematográficas. Antonio Candido em *Formação da Literatura Brasileira* (2000) divide o regionalismo em três momentos: o primeiro acontece durante o romantismo e caracteriza-se pela valorização dos aspectos locais. Eles buscavam através deste tipo de descrição contribuir para a formação da cultura brasileira em um país recém-independente. Destacam-se neste período os autores Bernardo Guimarães, José de Alencar, Visconde de Taunay e Franklin Távora. Esse regionalismo ficou também conhecido como sertanismo. A ideia que se passa sobre esta questão refere-se ao fato de um país existente além do litoral.

Em um segundo momento acontece à virada do século XIX para o século XX. Neste instante a paisagem e o homem antes exaltados como elementos virtuosos passam agora a serem virada do século XIX para o século XX. Assim, ocorre a sobrepujação do pitoresco sobre a ação humana. Os produtores deste tipo de regionalismo foram às obras de Coelho Neto, Afonso Arinos, Simões Lopes Neto, dentre outros.

O terceiro momento caracteriza-se por ser o momento da “tomada de consciência do subdesenvolvimento”. A problematização social brasileira passa a compor as narrativas dos romancistas dos anos 30 e 40 do século XX. (Candido, 2006).

2.3 Relações entre literatura e cinema e a historiografia cinematográfica

No século XX, a economia da escrita mudou drasticamente com a proliferação dos jornais, influenciando a evolução dos romances, que passaram a ser publicados em capítulos nos folhetins. Essa prática resultou em alterações na estrutura dos romances, com capítulos menores e ganchos entre eles para cativar os leitores. Mesmo quando publicados em livros, essas características dos folhetins persistiam, pois eram moldadas pela forma fragmentada de leitura nos jornais. Isso ajudou a estabelecer o romance como um gênero popular, rivalizando

**MÍMESIS E NARRATIVA NA LITERATURA E NO CINEMA: UM ESTUDO
COMPARATIVO SOBRE A INFLUÊNCIA DO REGIONALISMO LITERÁRIO NAS
PRODUÇÕES DO CINEMA CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO ATRAVÉS DA OBRA AS
ÓRBITAS DA ÁGUA (2021) DE FREDERICO MACHADO**

com o teatro. Com os jornais, surgiu um novo tipo de leitor e uma nova forma de escrita, impulsionada pela rápida circulação dos textos. No início do século XX, o cinema emergiu enquanto a representação e a inocência épica já haviam sido perdidas. As máquinas, anteriormente separadas do mundo das artes, passaram a ser consideradas como possíveis ferramentas de renovação artística, desde que usadas de maneira diferente do pragmatismo industrial. A relação entre narrativas literárias e cinematográficas vai além da simples adaptação, envolvendo diferentes abordagens que contribuem para entender as semelhanças e diferenças entre as duas formas artísticas. Na era digital, a convergência entre meios e suportes cria novas possibilidades para a interseção entre narrativas literárias e cinematográficas. Os escritores usam tópicos da cultura audiovisual para estabelecer uma conexão entre texto e leitor, facilitando a transição do mundo verbal para o visual. Isso é influenciado pelo mercado cultural, que cada vez mais busca reaproveitar materiais ficcionais em diferentes plataformas, resultando em narrativas transmidiáticas. O envolvimento dos autores na adaptação de suas obras para o cinema também se tornou comum (Figueiredo, 2011).

As relações entre literatura e cinema são bidirecionais. Os primeiros filmes narrativos, de Méliès e Porter, basearam-se em modelos narrativos literários, enquanto a literatura do século XX, influenciada pelo cinema, adotou procedimentos e temas cinematográficos. Exemplos incluem as inovações estruturais de Oswald de Andrade em seus romances, influenciadas pelo cinema. Essa adaptação pode ser compreendida através de conceitos como intertextualidade, dialogismo e polifonia, popularizados pelos estudos literários. Esses conceitos liberaram o ficcional de restrições, promovendo a interdisciplinaridade e avançando os limites do conhecimento (Soares, 2013). As relações entre literatura e cinema são estudadas através de diversas disciplinas, como Semiótica, Literatura Comparada, Psicologia, Sociologia e História da Arte. Muitos estudos abordam essa relação de forma comparativa, buscando fontes e influências, principalmente ao analisar adaptações cinematográficas de obras literárias para verificar sua fidelidade. No entanto, essa abordagem tradicional pode levar à supervalorização de uma arte em relação à outra e criar um clima de competição entre literatura e cinema (Ribeiro, 2013).

A historiografia, desde a segunda metade do século XX, passou por transformações significativas influenciadas pela Nova História. As diferenças entre a historiografia tradicional

e a Nova História incluem a abordagem de uma ampla gama de atividades humanas, a análise de estruturas em vez de apenas narrativas de eventos, e a consideração da perspectiva popular, entre outras. Na historiografia do cinema, a crítica à história tradicional ganhou destaque a partir dos anos 1980 com diversos estudiosos questionando os paradigmas estabelecidos. No Brasil, os primeiros estudos sobre cinema foram conduzidos principalmente por jornalistas e críticos cinematográficos. A historiografia brasileira do cinema passou por diferentes fases, desde a fase inicial até a chamada Nova historiografia universitária, marcada pela obra de Jean-Claude Bernardet, que questionou os mitos e periodizações estabelecidos. O surgimento de cursos universitários, como o de Cinema na ECA-USP, e programas de pós-graduação também contribuíram para o desenvolvimento desse campo de estudo (Autran, 2007).

3 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratória com análise qualitativa.

Como embasamento para a análise do filme, foram lidas as obras de autores como: Aristóteles (Poética); Marcel Martins (A linguagem cinematográfica); David Bordwell e Kristin Thompson (A arte do cinema); Paul Ricoeur (Tempo e Narrativa); Rita Charon (Medicina Narrativa); Autran (Panorama da historiografia do cinema brasileiro); Sartre (Que é a literatura?); Brito (Neorregionalismo brasileiro); Bal (Narratologia) entre outros. O filme foi assistido sendo realizadas anotações para posterior análise.

4 Resultados e discussão

As órbitas da água é o último filme da trilogia de Frederico Machado. Os três filmes são nomeados com títulos de livros do poeta Nauro Machado, pai do cineasta: Exercício do caos (2013), Signos das tetas (2015) e *As órbitas da água* (2017). É uma produção da Lume Filmes em parceria com a Freela Conteúdos, Guarnicê Produções e Ruído Filmes. Recebeu premiações: no Fest Aruanda (melhor ator e melhor atriz) e Comunicurtas (melhor filme, melhor ator, atriz, roteiro e fotografia). Participou da Mostra Internacional de cinema de São Paulo, Mostra Guarnice de cinema e Festival de Brasília entre outros.

O filme é uma narrativa contemplativa e poética que explora temas como memória e conexão com a natureza de forma trágica. A história gira em torno de uma família em uma

**MÍMESIS E NARRATIVA NA LITERATURA E NO CINEMA: UM ESTUDO
COMPARATIVO SOBRE A INFLUÊNCIA DO REGIONALISMO LITERÁRIO NAS
PRODUÇÕES DO CINEMA CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO ATRAVÉS DA OBRA AS
ÓRBITAS DA ÁGUA (2021) DE FREDERICO MACHADO**

pequena cidade no interior do Maranhão. A narrativa é intercalada com cenas do cotidiano dos personagens e suas reflexões internas, criando uma atmosfera poética e introspectiva. O filme utiliza a paisagem natural do Maranhão como um elemento narrativo importante, com imagens da água, rios e vegetação, que servem como metáforas para o fluxo da vida e das emoções dos personagens. O cineasta, Frederico Machado, foca em uma abordagem sensorial e visualmente rica, enfatizando a conexão íntima entre os personagens e seu ambiente. *As órbitas da água* convida o espectador a uma experiência imersiva e meditativa, explorando a complexidade das relações humanas e a profundidade da memória.

208

A narrativa inicial é silenciosa, retratando pulsões enquanto um casal de forasteiros chega a um vilarejo ribeirinho. Os moradores, conservadores, expressam desaprovação. O forasteiro e sua namorada representam uma sexualidade pansexual, contrastando com a família patriarcal de seu irmão pescador e sua esposa. A chegada do casal da cidade desencadeia um conflito com os pescadores locais.

O forasteiro utiliza sua namorada como uma das ferramentas para frustrar as expectativas de sua família sobre seu retorno para a terra natal. Desestabiliza a família do seu irmão quando oferece sua namorada para ele na presença da esposa do irmão, Maria. A trama é árida e cíclica, com uma revelação lenta dos personagens. O enredo conta com antecipações na figura de um menino que prevê o futuro. O espectador precisa preencher informações, já que as cenas utilizam o recurso da intuição. Ao final da trama, o forasteiro mata seu pai e outros familiares. O pai já esperava que o assassinato fosse acontecer, assim como o menino, filho do pescador, que tem previsões do futuro. O assassinato é uma metáfora para que o personagem corte os laços com seu passado, suas memórias, medos e frustrações, pois não há mais sentimento de pertencimento àquele mundo.

5.1 Influência literária na produção cinematográfica *As órbitas da água* (2017) de Frederico Machado

De acordo com Frederico Machado (2021), o filme se trata de uma trilogia não sequencial e sim temática e passa por referências míticas, grega (tragédia grega), barroca e do arquétipo edipiano.

Para Paul Ricoeur a *mimesis* é uma atividade produtiva que podemos realizar e devemos interpretá-la como uma imitação criativa e se a traduzimos como representação, é importante não se pensar em uma mera duplicação, mas sim em um caminho para a ficção (RICOEUR, 1994). Isso reforça a ideia de que a mímese está intimamente ligada à construção da intriga. No cinema, a ideia de *mimesis* como imitação ou representação ficcional se traduz nas técnicas utilizadas pelos cineastas durante a elaboração do roteiro e da direção e vai além da simples reprodução da realidade. Os filmes não são apenas a imitação da vida, mas a sua recriação e reinterpretam das experiências humanas. Assim como Ricoeur vê a *mimesis* como parte integral da construção da intriga, no cinema, a narrativa visual e o enredo são elaborados juntos para criar uma experiência que vai além da simples cópia da realidade.

O cinema busca desta forma a *mimesis* na vida real e também na literatura. A maior influência literária do filme *As órbitas da água* é o poema de Nauro Machado, pai do cineasta Frederico Machado:

As órbitas da água

Letra de fogo e de ouro do soneto,
letra capaz de fé aos que, sem fé
secarão na alma a carne do esqueleto
vazio e nu, contudo ereto ao pé.

Letra de fogo e de ouro às vezes preto,
fosforescência do útero à mulher,
tambor e estrelas, túrgido amuleto
da escuridão que, eterna, já me quer.

Canta, soneto, à minha morte e tua
trombose enfim, mas fim insubmisso,
entre a terra e o pavor, meu céu devasso,
entre o Ser e o meu ser, o infinito espaço,
entre mim e ninguém, meu nada, só isso.

Abjeto escravo da fêmea e do feto,
abjeto escravo do verme do medo,
escravo do olho, para sempre abjeto
eternamente!, escravo desde o dedo
mortal e seco, e nu, apontando ereto
ao súplice silêncio do arvoredo,
onde, sem bosque, o pássaro quieto,
morto tomou, calado desde cedo.

Loucura dalma em chuvas de loucura,
louca que canta e dança amargura

**MÍMESIS E NARRATIVA NA LITERATURA E NO CINEMA: UM ESTUDO
COMPARATIVO SOBRE A INFLUÊNCIA DO REGIONALISMO LITERÁRIO NAS
PRODUÇÕES DO CINEMA CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO ATRAVÉS DA OBRA AS
ÓRBITAS DA ÁGUA (2021) DE FREDERICO MACHADO**

de tudo alheio, por perto que estiver:
dormir! Dormir! Escravo dos espaços
sem nada dentro, sem nada de braços,
sem nada, exceto o nada que ainda é!

Depois de possuído o que é sonhado
na idéia-gesto do que a ser restou,
embora em vão tateie o inútil lado
sobre onde atônito e alheio me vou,
depois de possuído o desejado
e o desejo ainda reste ao que faltou
- e o desejo ainda cresça no estirpado
depois de possuído no que sou -,
depois de possuído o impossuído,
talvez me faça ser o meu ser mais crido,
talvez me faça ser o meu talvez,
tal dia embora, tal a noite vinda,
tal sonho que real enfim se finda
e que, estuprado embora, virgem crês.

210

O poema *As órbitas da água* é um soneto complexo e denso, que aborda temas existenciais e introspectivos, usando uma linguagem rica em metáforas e imagens vívidas. Explora a condição humana com uma profundidade filosófica e existencial. Através de imagens vívidas e metáforas complexa, transmite um sentimento de desespero, vazio e busca incessante por significado em um mundo marcado pela morte e pela falta de fé. O poeta reflete sobre a realização de sonhos e desejos, e como esses se tornam parte de sua essência. No entanto, ele reconhece que a realização pode ser ilusória ou incompleta, e o desejo continua crescendo mesmo quando parece satisfeito. A última linha sugere uma dualidade entre a violação (estupro) e a pureza (virgindade), talvez simbolizando a complexidade da realização pessoal e dos sonhos.

Assistindo ao filme é possível observar que apresenta as mesmas temáticas do soneto: sonho, medo, desejo, vida, escuridão, destino, a força da mulher, a loucura, a fuga e a morte.

5.2 A configuração da obra cinematográfica *As órbitas da água* (2017) de Frederico Machado sob a ordem estética do regionalismo literário

5.2.1 O espaço da narrativa *As órbitas da água* (2017) de Frederico Machado

O filme é dividido em três etapas, das quais já dão a ideia do espaço narrativo, sendo elas: água, lodo e órbitas.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 201 – 220 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

Na literatura a descrição da paisagem é realizada para, de acordo com Bal (2021), dar efeito ideológico e estético ao texto e são prática e logicamente necessárias, pois ajudam o mundo imaginário das fábulas a se tornar visível e concreto. Ainda segundo o autor, a descrição é um local da focalização e esta pode ser considerada apenas como descrição, mas também uma narração. Em filmes esta descrição e/ou narrativa fica por responsabilidade das imagens captadas pelas câmeras e diferente da literatura, não interrompem o tempo e nem o fluxo do enredo.

Todo o filme, *As órbitas da água*, se passado numa aldeia de pescadores no Estado do Maranhão chamado Mangue Seco. Dentro do contexto de aldeia de pescadores é possível observar características culturais muito específicas da região como a pescaria durante a noite, o banho de rio e de lama, o misticismo, a religiosidade, os homens andando sem camisa, conversas na varanda de casa ao fim do dia, homens costurando as redes de pesca, as pessoas pedindo à benção aos mais velhos, as pessoas tomando café durante o convívio social, a dona de casa cozinhando com o pano de prato pendurado no ombro, o frequentar do bar durante a noite e a praia como cenário principal.

A composição do cenário e figurino do filme foi realizada de maneira muito fiel ao que se observa nas aldeias de pescadores e na vida rural brasileira da região Nordeste e como são descritas na literatura. Observa-se a presença do candeeiro, redes na varanda das casas, panelas penduradas nas paredes das cozinhas ou no suporte para panelas, chamados no Nordeste de “bateria”, as casas de madeira, o bar à beira do rio, a religiosidade representada pela imagem de Cristo na parede, as vestimentas apropriadas ao local quente e seco, o transporte através de canoas...

Poucas cenas estão em plano aberto mostrando a paisagem. A maioria das cenas do longa-metragem tem close nos personagens, mostrando suas reações, suas expressões. Esta forma foi pensada por Frederico Machado para enfatizar cada sentimento e fazer o público perceber emoções como a solidão, a indignação, resignação, a tristeza. Outra característica marcada por Frederico Machado é o balanço da câmera que dá sensação de que os personagens estão à deriva, enfatizando tanto o tema praiano como a sensação de sonho ou pesadelo (Machado, 2021).

**MÍMESIS E NARRATIVA NA LITERATURA E NO CINEMA: UM ESTUDO
COMPARATIVO SOBRE A INFLUÊNCIA DO REGIONALISMO LITERÁRIO NAS
PRODUÇÕES DO CINEMA CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO ATRAVÉS DA OBRA AS
ÓRBITAS DA ÁGUA (2021) DE FREDERICO MACHADO**

O uso da ambientação regional é evidente no filme. Assim como na literatura regionalista, o filme de Frederico Machado é ambientado em uma região específica do Brasil, no caso, um vilarejo ribeirinho no Maranhão. A paisagem natural e a vida dos habitantes locais são centrais para a narrativa.

Há conflito entre modernidade e tradição. Um tema recorrente na literatura regionalista é o choque entre os valores tradicionais e a modernidade. No filme, esse conflito é representado pela chegada do casal de forasteiros, que choca o modo de vida dos moradores locais com suas atitudes e comportamentos.

Percebe-se também o enfoque nas tradições e costumes locais. O filme retrata de forma detalhada os costumes, tradições e modos de vida dos personagens, similar ao que se encontra na literatura regionalista, que valoriza e documenta a cultura local.

O uso da memória é essencial no filme, visto que o personagem principal tenta se emancipar de suas antigas memórias escandalizando os moradores da região, com seus novos hábitos adquiridos na cidade, e matando sua família. Tanto no filme quanto na literatura regionalista, temas como luto, memória e a relação com o passado são explorados, refletindo a ligação profunda dos personagens com seu ambiente e história.

5.2.2 A construção das personagens na obra *As órbitas da água* (2017) de Frederico Machado

A natureza como personagem

A paisagem natural desempenha um papel crucial no filme, refletindo o estado emocional dos personagens e a narrativa. Na literatura regionalista, a natureza muitas vezes é retratada de forma vívida e personificada, influenciando diretamente a vida e os destinos dos personagens. Para Debs (2010), os elementos físicos e naturais transmitem uma ideia que possibilita a identificação, como na narrativa *Os sertões*. Neste caso, é possível notar eixos semânticos encontrados em textos regionalistas como: a aridez, a solidão, a loucura, o inabitável, o isolamento e o inóspito. Todos estes eixos semânticos, não por coincidência, são encontrados em *As órbitas da água*. Quando a paisagem é mostrada pela câmera, vê-se um lugar quase inabitado, solitário, preservado.

Personagens arquétipos

As Órbitas da Água utiliza personagens que simbolizam diferentes aspectos da sociedade local, como a família patriarcal e os forasteiros que representam a ameaça externa. Na literatura regionalista, é comum o uso de personagens arquetípicos para explorar as dinâmicas sociais e culturais. Debs (2010) cita como exemplo o filme *Os sertões* onde a ficção faz um contraponto ao meio urbano, em que um cangaceiro é o herói. A autora ainda relata que as produções cinematográficas regionalistas retratam a realidade política e sociocultural do Nordeste do Brasil da década de 1960.

Estes modelos representam um chamamento para o público sobre diferentes realidades de um país de dimensões continentais.

O filme possui um narrador que se utiliza de uma linguagem poética. O próprio cenário se constitui em personagem, pois narra a vida social dos indivíduos e a economia local. O terceiro tipo de personagem é constituído pelas pessoas presentes no filme como os pescadores, suas famílias e o casal que são um homem (forasteiro), que foi embora da cidade e voltou por pedido do seu pai, e sua namorada, que não pertence ao local. Pode-se considerar como personagens também os espectadores. Machado (2021) relata que o filme possui lacunas que são completadas pelas pessoas que o assistem, pois se trata de uma narrativa com personagens com grande peso psicológico.

Será realizada agora uma breve descrição dos personagens principais.

O pai do forasteiro – homem de 60 anos ou mais, pescador, irônico, resiliente, possui respeito de seus familiares por ser mais velho.

Forasteiro – homem que largou suas origens e volta, a pedido de seu pai para realizar um objetivo específico, matar seu próprio pai. Não respeita a cultura local, realiza ações a fim de escandalizar sua família e amigos. Leva para a aldeia de pescadores conceitos de liberdade sexual que não são comuns para os nativos. Ao mesmo tempo demonstra sentir saudades de sua vida na vila e se sentir a vontade com a rotina local. Para Brito (2017), um personagem pode estar diante de seu passado através de suas memórias e ter conflitos internos não se sentindo pertencente a nenhum dos mundos – ao campo e ainda menos, da cidade. Se constituindo assim em um sujeito deslocado.

**MÍMESIS E NARRATIVA NA LITERATURA E NO CINEMA: UM ESTUDO
COMPARATIVO SOBRE A INFLUÊNCIA DO REGIONALISMO LITERÁRIO NAS
PRODUÇÕES DO CINEMA CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO ATRAVÉS DA OBRA AS
ÓRBITAS DA ÁGUA (2021) DE FREDERICO MACHADO**

Irmão do forasteiro – Pescador que nunca saiu de sua cidade, provedor da família. Se rende às provocações sexuais feitas pelo seu irmão. Após trair a esposa entra em conflito psicológico consigo mesmo. Sua sanidade se vê questionada após a formação do triângulo entre ele, o irmão e a cunhada. Debs (2010), caracterizando o sertanejo da literatura, escreve que as qualidades morais deste, estão intimamente relacionadas com seu mundo e sua ética é representada como o resultado de acontecimentos históricos da conquista e da colonização do Brasil. O pescador do filme em questão é o chefe patriarcal da família, o provedor, o chefe da família. Carrega consigo valores que prevalecem até hoje como a fidelidade à esposa e à religião, a profissão herdada do pai e o exercício da rotina diária como pescador, pai e esposo.

Namorada do forasteiro – Mulher que exerce seu direito à liberdade sexual, ao mesmo tempo em que é objetificada pelo namorado atendendo aos seus desejos sem questionar. Demonstra o empoderamento feminino na mesma medida que cede ao comando masculino. Complexa, ela, na fala da atriz Rejane Arruda (2021), se subverte quando reza, em seu próprio nome. A personagem, de forma subjetiva, demonstra insegurança e arrependimentos.

Para Debs (2010), citando as tensões rurais/ urbanas, escreve que do ponto de vista social, a cidade representa a educação enquanto que o interior representa o atraso e a rusticidade e estas contraposições são demonstradas pelos próprios personagens.

A namorada do forasteiro, quando chega ao vilarejo, não procura entender a dinâmica do local, não respeita sua cultura, porém, ao conviver com os habitantes, passa a reconhecer os valores e mostrar certos arrependimentos.

Maria, cunhada do forasteiro – Dona de casa que possui ar depressivo, contraditória em alguns momentos, pois ao tempo que se mostra resiliente, também expressa revolta em torno de sua situação submissa em relação ao esposo. Demonstra resistência quando sobrevive à condição imposta de dona de casa, mulher traída, mãe, pessoa isolada num mundo restrito. Possui sonhos de vida não revelados em suas falas e ações. É fiel às suas crenças religiosas.

A criança – Menino por volta dos 12 anos que possui um lado místico muito forte. Faz premonições para sua família. Sombrio, triste, tentar alertar seus familiares sobre o por vir, mas não demonstra esperança no futuro.

5.2.3 A linguagem da narrativa *As órbitas da água* (2017) de Frederico Machado

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 201 – 220 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

Linguagem poética e descritiva

A estética de Frederico Machado, com sua atenção aos detalhes visuais e a criação de uma atmosfera contemplativa, lembra a linguagem rica e descritiva da literatura regionalista, que frequentemente busca capturar a essência do lugar e das pessoas. Com linguagem poética e poucos diálogos o filme fala pelas imagens, luz, sombra, contrastes e traz, segundo Frederico Machado (2021), uma referencia de tragédia grega, e o arquétipo edipiano. Na narrativa, o filho mata o pai, o que nos faz lembrar *Édipo Rei*, de Sófocles (429 a. C.). Em *Édipo Rei*, o rei de Tebas, faz tentativas de escapar de uma profecia que prediz que ele matará seu pai e se casará com sua mãe. Nas duas obras observa-se o aspecto místico da profecia e o desfecho trágico.

Machado (2021) ainda diz que seu filme é uma história “dantesca”. A expressão “dantesca” é usada para descrever algo que é extremamente horrível, caótico ou infernal. Esse termo deriva do nome do poeta italiano Dante Alighieri e, em particular, de sua obra literária, a “Divina Comédia” (1308-1320). Na “Divina Comédia”, especialmente na seção intitulada “Inferno”, Dante descreve sua viagem imaginária pelo inferno, onde testemunha cenas de intenso sofrimento e tormento. O inferno de Dante é um lugar de punição para os pecadores, repleto de visões vívidas e aterrorizantes de dor e desespero. As descrições são detalhadas e gráficas, retratando um mundo de horrores inimagináveis. Em *As órbitas da água*, o forasteiro passa também pelo “inferno”, quando cumpre o chamado de seu pai que diz antes de morrer: “pode fazer o que você veio pra fazer aqui. Foi pra isso que eu te chamei”. Depois desta fala, o forasteiro enforca seu pai e depois parte para a casa do irmão para assassinar o resto da família. À cena de horror confere a obra o título de “dantesca”.

Frederico Machado (2021) ainda cita como parte da linguagem do filme a intuição, o sensorial e o imagético. O close dado nos personagens funciona como a linguagem, assim como o jogo de câmera, como já falada, que dá a sensação de barco à deriva, passando a ideia de que o personagem pode estar perdido em seus sentimentos e suas ações. Estes aspectos são equivalentes à linguagem rica e descritiva da literatura regionalista, que frequentemente busca capturar a essência do lugar e das pessoas.

Cada uma das três partes do filme também narra uma fase do longa-metragem. A água, que leva os personagens a vila que é a mesma que prende os outros em seu mundo isolado. O lodo representando a sexualidade, liberdade e a visão suja que a sociedade pode dar para esta

**MÍMESIS E NARRATIVA NA LITERATURA E NO CINEMA: UM ESTUDO
COMPARATIVO SOBRE A INFLUÊNCIA DO REGIONALISMO LITERÁRIO NAS
PRODUÇÕES DO CINEMA CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO ATRAVÉS DA OBRA AS
ÓRBITAS DA ÁGUA (2021) DE FREDERICO MACHADO**

sexualidade. E por fim, as órbitas que traz a sensação de retorno, repetição ou finalização de ciclos. Pode-se notar quando o Forasteiro pratica uma série de assassinatos na vila, começando por seu pai. Dando fim figural aquele mundo do qual ele não se identifica mais desde que foi embora.

5.3 Mudanças do regionalismo literário sob a *mímeses* do Cinema Brasileiro Contemporâneo – O Neorregionalismo Brasileiro

As correntes literárias são tendências, sistematizadas pelos críticos literários, que são influenciadas pelos contextos de arte, da sociedade e da história. Neste sentido, o neorregionalismo é a tendência literária que dialoga com uma tradição literária regionalista trazendo novos elementos como a autonomia das personagens femininas, a transição de espaço rural para o urbano e escritura memorialista, que veio devido ao dinamismo literário e da tradição. Esta corrente foi pensada por Brito (2017) e pode ser observada nas obras a partir da década de 1960. No neorregionalismo, o espaço tem as seguintes configurações, segundo Brito (2017, p. 25): “[...] espaços-cidades; o espaço e o lugar como elemento de transição entre o urbano e o rural; espaço como personagem e constituidor de identidades; e o espaço lembrança”.

Brito (2017) cita que a exposição das tradições e dos costumes regionais nas narrativas traz um sentimento de resistência e de valorização dos aspectos regionais como acontece em *As órbitas da água*, em que a vila de pescadores é mostrada entrando em contato com pessoas de fora. Ao longo da narrativa se percebe a complexidade das relações e dos costumes e da resistência da comunidade de pescadores.

Desta forma, o filme *As órbitas da água*, será analisado sob a ótica do Neorregionalismo Brasileiro de Braga.

5.3.1 Comparação entre a valorização dos aspectos locais da literatura regionalista sob a *mímesis* do Cinema Brasileiro Contemporâneo – a mudança do espaço rural para o urbano no mundo do personagem

O regionalismo literário brasileiro, que floresceu principalmente no século XX, se caracteriza pela forte ênfase em retratar ambientes rurais e comunidades locais. Obras como "Vidas Secas" de Graciliano Ramos e "O Quinze" de Rachel de Queiroz exemplificam isso ao

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 201 – 220 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

detalharem a vida no sertão nordestino (Debs, 2021). Filmes como *As Órbitas da Água* continuam essa tradição, explorando ambientes específicos, como vilarejos ribeirinhos no Maranhão. A ambientação detalhada e a interação dos personagens com o meio ambiente permanecem centrais, no entanto o personagem principal saiu desse ambiente rural e migrou para a cidade, retornando mais tarde. Para Brito (2017) o espaço é um ambiente de construção da subjetividade de indivíduos. Desta forma, a mudança de seu espaço provoca neste indivíduo angústias e conflitos provocados por essa transitoriedade que envolve a tradição e modernidade, o rural e urbano.

5.3.2 As personagens femininas da literatura regionalista comparadas com a *mímeses* do Cinema Brasileiro Contemporâneo

A literatura regionalista aborda conflitos sociais, econômicos e culturais, frequentemente focando na luta pela sobrevivência e na resistência das culturas locais contra a modernização e a urbanização. Na literatura regionalista as mulheres não cometem erros, injustiças, ou quaisquer sentimentos negativos do ponto de vista moral e são submissas aos homens, são românticas, almejam o casamento, a família e a proteção.

O cinema contemporâneo mantém esses temas vivos. A narrativa de *As Órbitas da Água* ilustra como os novos elementos perturbam o equilíbrio da comunidade local, um tema comum na literatura regionalista. A figura da mulher representa submissão, mas resistência e insatisfação com sua própria rotina. Nota-se a liberdade da mulher em relação ao seu corpo, seus desejos, seus pensamentos independentes. Tais características foram citadas por (Brito, 2017) como sendo atos da conquista da autonomia feminina e característica do neorregionalismo brasileiro. Outro ponto de autonomia é percebido na personagem Maria, quando não cede às provocações do casal de forasteiros e não se sente inferior em relação a este casal. Maria, apesar de sofrer, devido sua condição de pessoa isolada num mundo patriarcal, se mostra muito resistente mentalmente.

5.3.3 O espaço memória e espaço-conflito

Segundo Kant (1781), o espaço não é uma característica do mundo em si, mas uma forma de intuição sensível que estrutura todas as nossas experiências. Já a Memória é uma

**MÍMESIS E NARRATIVA NA LITERATURA E NO CINEMA: UM ESTUDO
COMPARATIVO SOBRE A INFLUÊNCIA DO REGIONALISMO LITERÁRIO NAS
PRODUÇÕES DO CINEMA CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO ATRAVÉS DA OBRA AS
ÓRBITAS DA ÁGUA (2021) DE FREDERICO MACHADO**

reconstrução do passado, influenciada pelas condições e necessidades do presente. As lembranças são ajustadas e reinterpretadas de acordo com as circunstâncias atuais e a perspectiva do grupo social. “Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também completar o que já sabemos de um evento o qual já temos alguma informação” (Halbwachs p.29). E a memória pode ser individual ou coletiva. A memória individual é moldada e sustentada pelo grupo social ao qual a pessoa pertence. As lembranças são compartilhadas e reforçadas através da interação social, desta forma, mesmo quando uma pessoa parece está lembrando-se de algo sozinha, essa lembrança é influenciada pelo grupo social e pelas experiências coletivas. A memória individual não pode ser completamente separada da memória coletiva. (Halbwachs, 2003).

De acordo com Brito (2017, p. 148):

[...] o espaço é importante partícipe dos enredos. [...] tido como elemento de centramento do sujeito a um aspecto identitário, e quando desprovido dele surgem os conflitos internos. Assim, na ausência do espaço identificativo ou na não acomodação do sujeito aos novos espaços, incide sobre ele o espaço-conflito em que divergências e incompatibilidades diante dos outros e dos novos espaços surgem e se acentuam sobre ele [...].

Observa-se este conflito no filme *As órbitas da água*, quando o forasteiro confronta a comunidade que deixou na juventude com explicitação de comportamentos não comuns àquele espaço e àquelas memórias. O personagem luta contra sua natureza e deseja por fim a ela.

5 Conclusão

As influências literárias em *As órbitas da água* são tanto de fonte canônica como as obras de Sófocles (*Édipo Rei*) e Dante Alighieri (*A divina Comédia*), como regionalista, neorregionalista e também contemporânea, pois é diretamente inspirada no poema *As órbitas da água* de Nauro Machado. Está diretamente ligada também à estética regionalista onde a sociedade é patriarcal, a paisagem local é valorizada e tem o espaço como narrativa e a mulher tem papel secundário e não de protagonista. Sobre as mudanças na estética regionalista, observamos que o filme tem características do Neorregionalismo Brasileiro, pois se percebe

autonomia nas personagens femininas, o conflito do personagem que muda da zona rural para a urbana e o espaço como partícipe na construção da subjetividade de indivíduos.

Referências

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Ana Maria Valente. 3. ed. Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de educação e bolsas. Tradução do texto grego. A edição utilizada foi a de R. Kassell, Aristóteles de Arte Poética IÅber. Oxford 1965, reimpr. 1968.

BRITO, H. B. O. **Neorregionalismo brasileiro**: Análise de uma nova tendência da Literatura Brasileira. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2017. v. 1. 226p

AUTRAN, Arthur. Panorama da historiografia do cinema brasileiro. **ALCEU**, v.7 - n.14 - p. 17 a 30 - jan./jun. 2007.

BAL. Mieke. **Narratologia**: Introdução à teoria da narrativa. Elizamari Rodrigues Becker et al. Florianópolis: editora da UFSC, 2021.

DANTE ALIGHIERI. **A Divina Comédia: Inferno**. Publicado originalmente entre 1308 e 1320.

FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de. “Literatura e cinema: interseções”. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 37. Brasília, janeiro-junho de 2011, p. 13-26.

FIGUEIRÓ, B. (2023). Cannes 1964: marco do engajamento dos críticos franceses ao Cinema Novo . **Significação: Revista De Cultura Audiovisual**, 50. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/194358>.

FORD, Brad De. A Phenomenology of Mutual Woundedness: Paul Ricoeur Speaks to Rita Charon's Narrative Medicine. **Storyworlds: A Journal of Narrative Studies**. University of Nebraska Press, v. 12, n. 1-2, pp. 57-78, 2020. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/17/article/902751/pdf>. Acesso em: 29 set. 2023.

IDICIO. **Dicionário online de português**. Engajamento. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/engajamento/>. Acesso em 27 ago. 2023.

MACHADO, F. **As órbitas da água**. Debate com realizadores do filme. Mediador: Filippo Pitanga. Cine Jardim – Festival Latino-Americano de Cinema de Belo Jardim, 2021.

MACHADO, Nauro. As órbitas da água. Germina: **revista de literatura e arte**, v. 18, n. 04, dez. 2022. Disponível em: https://www.germinalliteratura.com.br/nauro_machado.htm. Acesso: 01 jun, 2024.

MARTINS, G. F. **Arte e engajamento na filosofia sartreana**. Trabalho de conclusão de curso. Curso de Licenciatura em Filosofia. Instituto de Filosofia da Universidade Federal de

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 201 – 220 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

**MÍMESIS E NARRATIVA NA LITERATURA E NO CINEMA: UM ESTUDO
COMPARATIVO SOBRE A INFLUÊNCIA DO REGIONALISMO LITERÁRIO NAS
PRODUÇÕES DO CINEMA CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO ATRAVÉS DA OBRA AS
ÓRBITAS DA ÁGUA (2021) DE FREDERICO MACHADO**

Uberlândia. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/34998/3/ArteEngajamentoFilosofia.pdf>. Acesso em 20 ago. 2022.

RIBEIRO, J. M. Entre olhares: relações entre literatura e cinema. **Literartes**, [S. l.], n. 2, p. 92-110, 2013. DOI: 10.11606/issn.2316-9826.literartes.2013.62362. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/literartes/article/view/62362>. Acesso em: 27 out. 2023.

SARTRE, Jean-Paul. **Que é a literatura?** Tradução: Carlos Felipe Moisés. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.(Vozes de bolso).

SOARES, L. F. (2013). Das relações perigosas entre literatura e cinema: para além da “fidelidade”. **Aletria: Revista De Estudos De Literatura**, 23(3), 87–97.

<https://doi.org/10.17851/2317-2096.23.3.87-97>.

Sófocles. **Édipo Rei**. Traduzido por David Grene. University of Chicago Press, 2010.

SÓFOCLES. **Édipo Rei**. Traduzido por David Grene. University of Chicago Press, 2010.

SOUSA, Sérgio. **Relações intersemióticas entre o cinema e a literatura**. A adaptação cinematográfica e a recepção literária no cinema. Braga: Universidade do Minho, 2001.

SQUIRE, C. O que é narrativa? **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.** V. 14, n. 2, May-Aug, 2014.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/hpRyww6d63ZJFHPM6nXyRjF/#.Acesso> em: 29 set. 2023.

SQUIRE, C. O que é narrativa? **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.** V. 14, n. 2, May-Aug, 2014.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/hpRyww6d63ZJFHPM6nXyRjF/#.Acesso> em: 29 set. 2023.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**, v. I. Campinas: Papirus, 1994.

BRITO, H. Bb. O. **Neorregionalismo brasileiro: Análise de uma nova tendência da Literatura Brasileira**. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2017. v. 1. 226p .

METODOLOGIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: PERCEPÇÕES DOCENTES NA UNIDADE ESCOLAR GABRIEL FERREIRA, NOVA SANTA RITA-PI (2024)

Lucileia Coelho do Nascimento¹

Olavo José de Sousa²

Gabriela Alves Monteiro³

RESUMO

O artigo tem como objetivo apresentar e discutir as metodologias adotadas no ensino de História na Unidade Escolar Gabriel Ferreira, em Nova Santa Rita-PI, durante o ano letivo de 2024. O referencial teórico baseia-se nas contribuições de Libâneo (2006), Bittencourt (2008, 2019), Pinsky (2020), Karnal (2007), Freire (1996), Schmidt (2004) e Fonseca (2003), além de documentos como a BNCC (2017) e o Currículo do Piauí (2020). A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo e interpretativo. As fontes utilizadas incluem levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, com observações, entrevistas e questionários aplicados a professores da instituição. Os resultados indicam uma predominância de práticas pedagógicas que, embora declaradas como inovadoras, mantêm características dos métodos tradicionais. Desse modo, a escola enfrenta desafios para a efetivação de uma aprendizagem significativa e crítica.

Palavras-chave: Ensino de História; Metodologias; Práticas Docentes.

METHODOLOGIES IN HISTORY TEACHING: TEACHERS' PERCEPTIONS AT UNIDADE ESCOLAR GABRIEL FERREIRA, NOVA SANTA RITA-PI (2024)

ABSTRACT

This article aims to present and discuss the methodologies adopted in History teaching at Unidade Escolar Gabriel Ferreira, located in Nova Santa Rita-PI, during the 2024 school year. The theoretical framework is based on the contributions of Libâneo (2006), Bittencourt (2008, 2019), Pinsky (2020), Karnal (2007), Freire (1996), Schmidt (2004), and Fonseca (2003), in addition to official documents such as the BNCC (2017) and the Curriculum of Piauí (2020). The research follows a qualitative approach, with a descriptive and interpretative character. Sources include bibliographic review and field research, with observations, interviews, and questionnaires applied to the school's teachers. The results indicate a predominance of pedagogical practices that, although labeled as innovative, retain characteristics of traditional methods. Thus, the school faces significant challenges in achieving meaningful and critical learning.

Keywords: History Teaching; Methodologies; Teaching Practices.

¹ Licenciada em História pelo Núcleo de Educação a Distância (NEAD) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: lucileiacohodonasascimento@gmail.com

² Licenciado em História pelo Núcleo de Educação a Distância (NEAD) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: olavojosedesousa897@gmail.com

³ Mestra em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora Tutora a Distância do Núcleo de Educação a Distância (NEAD) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: gabriela.alves@cpm.uespi.br

**METODOLOGÍAS EN LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA: PERCEPCIONES DOCENTES
EN LA UNIDAD ESCOLAR GABRIEL FERREIRA, NOVA SANTA RITA-PI (2024)**

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo presentar y discutir las metodologías adoptadas en la enseñanza de Historia en la Unidad Escolar Gabriel Ferreira, ubicada en Nova Santa Rita-PI, durante el año lectivo de 2024. El marco teórico se basa en las contribuciones de Libâneo (2006), Bittencourt (2008, 2019), Pinsky (2020), Karnal (2007), Freire (1996), Schmidt (2004) y Fonseca (2003), además de documentos oficiales como la BNCC (2017) y el Currículo de Piauí (2020). La investigación adopta un enfoque cualitativo, de carácter descriptivo e interpretativo. Las fuentes utilizadas incluyen revisión bibliográfica e investigación de campo, con observaciones, entrevistas y cuestionarios aplicados a los docentes de la institución. Los resultados indican una predominancia de prácticas pedagógicas que, aunque se presentan como innovadoras, conservan características de métodos tradicionales. De este modo, la escuela enfrenta desafíos para lograr un aprendizaje significativo y crítico.

Palabras clave: Enseñanza de la Historia; Metodologías; Prácticas Docentes.

Introdução

O presente artigo tem como finalidade apresentar e discutir as metodologias no ensino de História, tomando como referência a percepção dos docentes da Unidade Escolar Gabriel Ferreira, localizada no povoado Tanque Novo, no município de Nova Santa Rita-PI.

A investigação concentra-se no Ensino Fundamental e fundamenta-se na experiência pessoal de dois dos autores, cuja filha integra o corpo discente da referida escola. A observação de suas atividades no ambiente doméstico permitiu identificar fragilidades no processo de aprendizagem. Essa percepção foi aprofundada durante a vivência de ambos no Estágio Supervisionado do curso de Licenciatura Plena em História, ofertado pelo Núcleo de Educação a Distância (NEAD) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) em 2024.

Tal contexto motivou a elaboração de exame acerca da condução do componente curricular, levando à formulação da seguinte questão norteadora: quais estratégias didáticas vêm sendo implementadas e em que medida elas favorecem ou dificultam a consolidação de uma aprendizagem significativa em História? A relevância do trabalho reside tanto na proximidade direta com o ambiente analisado quanto na possibilidade de fomentar reflexões sobre os desafios enfrentados pela educação pública em áreas rurais.

O referencial teórico mobiliza, principalmente, as considerações de Libâneo (2006), Bittencourt (2008, 2019), Pinsky (2020), Karnal (2007), Freire (1996), Schmidt (2004) e Fonseca (2003), que problematizam a formação crítica dos estudantes e a prática docente.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 221 – 240 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

Somam-se a essas reflexões as orientações presentes em documentos normativos da educação básica, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e o Currículo do Piauí (2020).

A metodologia insere-se no enfoque qualitativo, com caráter descritivo e interpretativo. Inicialmente, realizou-se o levantamento bibliográfico. Conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 183), essa etapa visa “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”, garantindo um embasamento consistente. Também foi realizada uma pesquisa de campo, conduzida por meio de visitas presenciais, observações, anotações, registros fotográficos, entrevistas e aplicação de questionários.

O texto organiza-se em etapas distintas. Inicialmente, trata da relação entre método e o ensino de História, situando seus pressupostos conceituais. Em seguida, explora as características dos métodos tradicionais e inovadores. Posteriormente, examina as diretrizes da BNCC relativas à área. Na continuidade, apresenta-se o espaço empírico da pesquisa. Por fim, analisa-se as respostas dos professores ao questionário aplicado, com o objetivo de compreender as estratégias metodológicas efetivamente adotadas na realidade investigada.

Métodos e ensino de História

Segundo Libâneo (2006), o ensino e a aprendizagem caracterizam-se pela interação articulada, envolvendo um conjunto de atividades interdependentes. A sua efetividade está diretamente relacionada à organização sistemática realizada pelo docente, que abrange tanto o planejamento quanto a condução das aulas. Assim:

Os métodos são determinados pela relação objetivo-conteúdo, e referem-se aos meios para alcançar objetivos gerais e específicos do ensino, ou seja, ao “como” do processo de ensino, englobando as ações a serem realizadas pelo professor e pelos alunos para atingir os objetivos e conteúdos (Libâneo, 2006, p. 149).

O autor conceitua método como o caminho adequado para alcançar um objetivo educativo, ressaltando que ele transcende a mera instrumentalidade ao refletir as compreensões sociais, as práticas humanas e a concepção pedagógica vigente.

Para Bittencourt (2019), os métodos têm constituído a base dos projetos curriculares desde o surgimento da educação moderna. Eles manifestam-se na organização das atividades escolares, estando presentes tanto no ensino quanto na aprendizagem. Assim, o “método de ensino” refere-se às diversas estratégias utilizadas pelo docente para apresentar o objeto de **Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 221 – 240 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.**

estudo aos educandos. Por sua vez, o “método de aprendizagem” diz respeito ao esforço cognitivo exigido do aluno para aprender.

No que tange ao ensino de História, Bittencourt (2019) ressalta que, até o século XIX, este encontrava-se fundamentado predominantemente no “método catequético”, amplamente difundido em países de tradição católica, inclusive no Brasil. O conteúdo era veiculado por meio da leitura e da exposição oral, com ênfase na memorização rigorosa do material didático e das orientações transmitidas, geralmente organizadas em sequência cronológica. Nesse contexto:

Os métodos atendiam a determinados objetivos da história escolar: apresentar a origem e constituição da nação brasileira pelo Estado unificado sob o domínio das elites econômicas agrárias, católicas, monarquistas e escravocratas para alunos provenientes de setores privilegiados da sociedade (Bittencourt, 2019, p. 163).

Esse padrão era essencialmente decorativo. Os discentes aprendiam de forma passiva, reproduzindo exatamente o que lhes era transmitido. Não lhes era conferida a liberdade de desenvolver o pensamento crítico, uma vez que o conhecimento não era construído no ambiente escolar, mas sim transmitido de maneira unilateral, sem possibilidade de questionamento ou modificação. O ensino de História consistia, portanto, em memorizar nomes e datas de eventos políticos considerados relevantes para a formação do Estado Nacional.

Entretanto, no século XX, as disciplinas passaram por uma reorganização pautada em um paradigma apoiado nas ciências modernas. Houve uma contestação ao “método catequético” tradicional e uma ampliação do enfoque para incluir novos grupos sociais em seus objetos de estudo.

Um aspecto inovador das revoluções metodológicas foi a aprendizagem centrada no aluno e pela motivação para efetuar história. Nessa perspectiva, foi significativa a mudança do lugar do professor e do aluno na aula ao substituir o método explicativo pelo método dialogado (Bittencourt, 2019, p. 165).

As mudanças significativas ocorreram especialmente nas décadas de 1950 e 1960, impulsionadas pela formação de professores, facilitada pela criação de faculdades e universidades no país. Essas transformações, acompanhadas de práticas pedagógicas inovadoras, constituíram um elemento fundamental para a renovação didática da disciplina.

Já entre 1971 e 1985, durante o regime ditatorial, houve a transformação dos componentes curriculares de História e Geografia em Estudos Sociais. Esse período coincidiu com a adoção de métodos instrucionais nos quais os alunos respondiam a testes de múltipla escolha, com o livro didático sendo enfatizado como o principal recurso pedagógico.

Posteriormente, entre 1980 e 1990, a discussão ganhou maior relevância devido à expansão da escolarização, que possibilitou a integração de estudantes provenientes de diferentes classes sociais, culturais e econômicas. Essa dinâmica foi impulsionada pela influência das comunicações sociais, as quais contribuíram significativamente para a construção do conhecimento.

No contexto contemporâneo, as propostas sucedem perspectivas que demandam a modificação do conteúdo histórico, deslocando-o de um polo centrado no estudo político-estatal para uma narrativa mais sociocultural. Dessa forma, o atual ensino de História visa contribuir para a formação da identidade do indivíduo, em suas diversas dimensões, promovendo diálogos que abordam a aprendizagem das histórias plurais. Para tanto, fundamenta seus procedimentos nas experiências cotidianas, tornando-as elementos essenciais do processo educativo.

Os debates metodológicos da atualidade apontam para a necessidade de analisar os elementos construtivos de aprendizagem: o poder da palavra – seus “efeitos de realidade”; o poder das coisas – objetos, paisagens, museus; o poder das representações culturais – filmes, peças de teatro, músicas; o poder das atividades escolares socializadas – jogos, pesquisas, trabalhos coletivos, experiências. Trata-se de métodos de ensino que visam uma formação escolar histórica sob a concepção de uma aprendizagem para a autonomia intelectual (Bittencourt, 2019, p. 166).

A utilização de novas metodologias requer uma responsabilidade pedagógica, uma vez que uma aula inovadora não se limita à simples incorporação de equipamentos e recursos, mas envolve a sistematização crítica com a qual o docente problematiza o objeto de estudo.

Pinsky (2020) sublinha que a História tem passado por atualizações progressivas ao longo dos anos. A disciplina não se restringe mais ao estudo de fatos, nomes e datas, mas tem contribuído, de forma cada vez mais significativa, para a compreensão da vida social e cultural dos indivíduos em seus contextos sociopolíticos. A reflexão sobre os acontecimentos históricos, bem como a análise das formas pelas quais esse conhecimento é construído em sala de aula e das linguagens utilizadas, vem sendo fortalecida e constitui objeto de investigação por parte de historiadores comprometidos com o processo de ensino-aprendizagem.

Métodos tradicionais e inovadores em sala de aula

Conforme Bittencourt (2008), o método tradicional está associado a uma prática docente centrada na exposição de conteúdo, na qual o professor, frequentemente, adota uma postura autoritária no processo de ensino.

Ao referir-se ao “método tradicional”, professores e alunos geralmente o associam ao uso de determinado material pedagógico ou a aulas expositivas. Existe uma ligação entre o método tradicional e o uso de lousa, giz e livro didático: o aluno, em decorrência da utilização desse material, recebe de maneira passiva uma carga de informações que, por sua vez, passam a ser repetidas mecanicamente de forma oral ou por escrito com base naquilo que foi copiado no caderno ou respondido nos exercícios propostos pelos livros (Bittencourt, 2008, pp. 226-227).

226

Um questionamento recorrente acerca dos métodos tradicionais refere-se à sua limitação na formação, uma vez que não promovem, de forma efetiva, a reflexão nem incentivam a construção ativa do conhecimento. A prática pedagógica consiste, majoritariamente, na exposição oral do conteúdo pelo docente, enquanto os alunos assumem uma postura passiva, reproduzindo informações de maneira mecânica, tanto na oralidade quanto na escrita. Nessa perspectiva, o ensino se restringe à simples transmissão de conteúdo, como se o conhecimento histórico estivesse finalizado, sem espaço para problematizações ou atualizações.

Em contraste, os métodos inovadores estão associados à valorização do processo de construção do conhecimento, promovido por meio do debate, o que permite aos alunos desenvolverem posicionamentos e argumentações. Eles têm como finalidade alcançar o entendimento de um determinado objeto por meio do confronto com teses divergentes. Assim, enquanto o método tradicional se caracteriza por uma relação vertical entre docente e discente, o método inovador propõe uma abordagem dialógica e participativa.

Essa discussão ganha ainda mais relevância quando consideramos a ponderação de Karnal (2007), que adverte ser um equívoco associar a diferença entre uma aula conservadora e uma inovadora ao simples uso de tecnologias digitais e equipamentos modernos:

Que seja dito e repetido à exaustão: uma aula pode ser extremamente conservadora e ultrapassada contando a todos os mais modernos meios audiovisuais. Uma aula pode ser muito dinâmica e inovadora utilizando giz, professor e aluno. Em outras palavras, podemos utilizar meios novos, mas é a própria concepção de História que deve ser repensada. O recorte que o professor faz é uma opção política (Karnal, 2007, p. 9).

O que distingue, de fato, uma prática pedagógica conservadora de uma inovadora é a concepção de História que norteia a ação docente, concepção esta que deve ser constantemente repensada, criticada e analisada.

Freire (1996, p. 47) já apontava que ensinar não é “transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Para que isso aconteça, não basta que o docente detenha uma vasta gama de conhecimentos, pois é necessária a utilização de métodos de ensino que envolvam tanto os alunos quanto o próprio professor. Saber ensinar é pensar com clareza, dedicando-se, aceitando mudanças e diferenças, e criando oportunidades para que o aluno formule questionamentos que levem à construção autônoma do conhecimento.

Na concepção de Schmidt (2004), a transposição didática estabelece um elo fundamental entre o saber histórico e o saber pedagógico. Esse processo tem como base a problematização, respeitando os indivíduos, suas particularidades e opiniões diversas, pois não basta apenas saber, é preciso saber-fazer. Para uma melhor compreensão, é essencial que o professor relacione o conteúdo com a realidade dos alunos, despertando sua curiosidade e, conseqüentemente, sua atenção.

Nos últimos anos, segundo Fonseca (2003), muitas discussões foram travadas sobre os métodos de ensino em História. Esse movimento foi impulsionado pelas críticas ao modelo tradicional e ao uso exclusivo de livros didáticos. Também contribuíram o avanço tecnológico e, principalmente, o movimento de renovação historiográfica, marcado pela ampliação dos temas de pesquisa, das fontes e dos documentos utilizados. As fronteiras disciplinares vêm sendo repensadas, com os saberes sendo propostos e articulados na busca por uma compreensão mais ampla do passado humano.

Esse processo exige que professores e pesquisadores aprimorem seus conhecimentos sobre diferentes tipos de fontes e linguagens, como fotografias, filmes, literatura, artigos de jornais, músicas, entre outros. Nesse cenário, “as metodologias de ensino, na atualidade, exigem permanente atualização, constante investigação e contínua incorporação de diferentes fontes em sala de aula” (Fonseca, 2003, p. 164). Assim, o docente deixa de ser apenas o transmissor do conteúdo e passa a desempenhar um papel central na mediação entre os sujeitos, suas representações e o mundo.

A BNCC e o ensino de História

A BNCC “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (Brasil, 2017, p. 7). Ela garante que os direitos de aprendizagem sejam construídos em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

De acordo com suas orientações, o ensino de História no Ensino Fundamental deve valorizar o uso diversificado de fontes e documentos, sendo imperativo explorar as variadas possibilidades disponíveis, sejam elas materiais ou imateriais.

Os registros e vestígios das mais diversas naturezas (mobiliário, instrumentos de trabalho, música etc.) deixados pelos indivíduos carregam em si mesmos a experiência humana, as formas específicas de produção, consumo e circulação, tanto de objetos quanto de saberes. Nessa dimensão, o objeto histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da história (Brasil, 2017, p. 398).

É por meio dessa prática que professores e alunos podem assumir um papel ativo na construção do conhecimento, adotando uma “atitude historiadora”. Essa postura envolve compreender que “os processos de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise de um objeto estimulam o pensamento” (Brasil, 2017, p. 398).

Nos anos finais do Ensino Fundamental, o processo de ensino e aprendizagem apoia-se em três procedimentos essenciais:

1) Pela identificação dos eventos considerados importantes na história do Ocidente (África, Europa e América, especialmente Brasil), ordenando-os de forma cronológica e localizando-os no espaço geográfico. 2) Pelo desenvolvimento das condições necessárias para que os alunos selecionem, compreendam e reflitam sobre os significados da produção, circulação e utilização de documentos (materiais ou imateriais), elaborando críticas sobre formas já consolidadas de registro e de memória, por meio de uma ou várias linguagens. 3) Pelo reconhecimento e pela interpretação de diferentes versões de um mesmo fenômeno, reconhecendo as hipóteses e avaliando os argumentos apresentados com vistas ao desenvolvimento de habilidades necessárias para a elaboração de proposições próprias (Brasil, 2017, p. 416).

A BNCC representa uma significativa transformação pedagógica, ao exigir dos professores não apenas o domínio dos conteúdos, mas também a capacidade de articulá-los à realidade dos alunos, por meio do uso diversificado de fontes e da valorização de múltiplas perspectivas históricas. No entanto, esse desafio não deve recair exclusivamente sobre o

docente, uma vez que sua efetivação depende do suporte coletivo oferecido pela gestão escolar e da consolidação de uma cultura de colaboração entre todos os atores envolvidos no processo educativo. Para que o ensino se torne, é essencial que a prática seja continuamente repensada e sustentada por uma rede de apoio institucional sólida e comprometida.

Caracterização da Unidade Escolar Gabriel Ferreira

A Unidade Escolar Gabriel Ferreira, fundada em 1978, está situada no Povoado Tanque Novo, a aproximadamente 14 quilômetros da sede do município de Nova Santa Rita-PI. Atende à comunidade oferecendo turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, funcionando nos turnos matutino e vespertino. Atualmente, conta com 232 alunos matriculados, provenientes tanto do próprio povoado quanto de regiões vizinhas. Apesar de sua longa trajetória, ainda não possui um Projeto Político Pedagógico (PPP) próprio, adotando o Currículo do Piauí (2020) como direcionamento, assim como as demais escolas da rede municipal local⁴.

Figura 1 - Fachada da Unidade Escolar Gabriel Ferreira

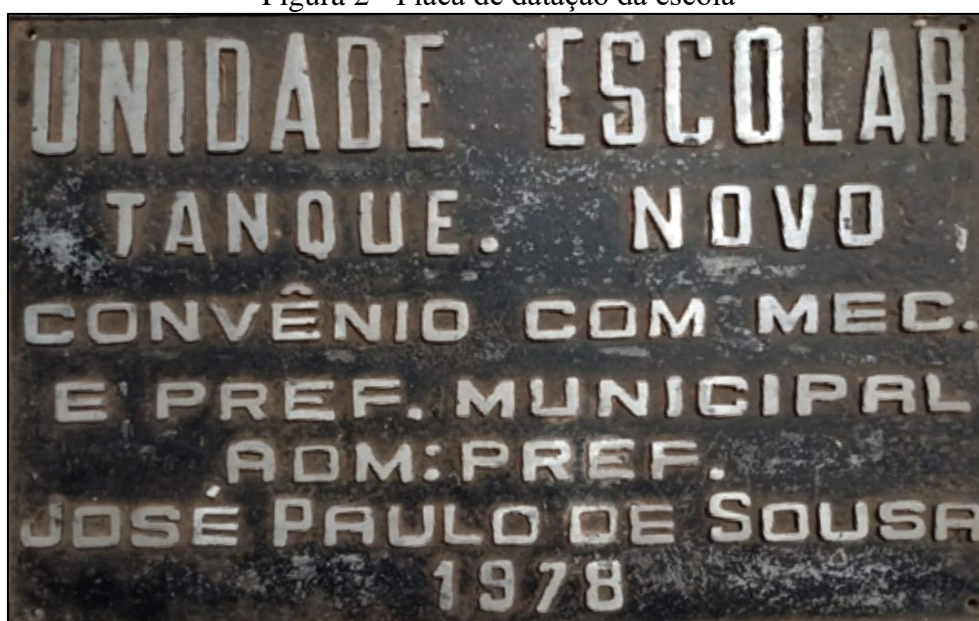


Fonte: Fotografia dos autores (2024)

⁴ De acordo com informações obtidas por meio de uma pesquisa de campo realizada no dia 26 de setembro de 2024. Foram conduzidas ainda entrevistas presenciais com o diretor Erasmo Carlos de Amorim, em agosto, e com a secretária Ana Célia Lopes, em dezembro de 2024. Além disso, foram realizadas entrevistas remotas, por meio do aplicativo WhatsApp, com a coordenadora Simone da Silva Lopes e Educarlos Ferreira, em dezembro de 2024. **Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 221 – 240 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.**

Ao ser questionado sobre a existência de um documento oficial que datasse a fundação ou a história da escola, o diretor Erasmo Carlos de Amorim (2024) afirmou que a única evidência disponível era a placa que anteriormente ficava fixada na parede, mas que havia sido perdida durante uma das muitas reformas realizadas. Contudo, em um momento em que uma das autoras aguardava na sala dos professores para iniciar o Estágio Supervisionado, sua curiosidade a levou a observar o ambiente. Foi então que algo sobre um armário chamou atenção. Ao verificar, constatou que se tratava da placa mencionada como desaparecida. Diante da descoberta, dirigiu-se à secretária presente, Ana Célia Lopes (2024), que esclareceu que a placa nunca estivera perdida, mas apenas aguardando uma limpeza.

Figura 2 - Placa de datação da escola



Fonte: fotografia dos autores (2024)

Na imagem, observa-se a indicação do ano de fundação da escola, bem como a referência ao convênio estabelecido com o Ministério da Educação (MEC) e à gestão do prefeito da época, José Paulo de Sousa. De acordo com Educarlos Ferreira (2024), morador local, o nome Gabriel Ferreira é uma homenagem a seu avô, que, além de ter sido uma figura política importante na época em que o povoado pertencia ao município de São João do Piauí, cedeu o terreno onde foi construída a escola.

Apesar das intervenções estruturais já realizadas, a instituição ainda não apresenta um espaço adequado às necessidades educacionais, distando, portanto, da idealizada “escola dos sonhos”. Por exemplo, o piso do pátio é revestido por um material rústico (estucado), enquanto

a área central da ala de acesso às salas permanece sem revestimento, caracterizada por solo natural. O nivelamento dessas áreas ainda carece de ajustes técnicos, evidenciando problemas especialmente durante o período chuvoso, quando o escoamento inadequado das águas, que se dirigem lateralmente para uma saída localizada no pátio, compromete a mobilidade de alunos e profissionais, dificultando a circulação e o uso adequado do espaço.

No ano de 2024, todas as escolas do município passaram a adotar o currículo bimestralizado do Estado do Piauí, modelo que, conforme relato da coordenação pedagógica, Simone da Silva Lopes (2024), apresenta diversas vantagens. Segundo ela, a organização eficiente dos conteúdos possibilita uma distribuição objetiva e clara dos temas ao longo do ano letivo, facilitando o planejamento, a execução das atividades, avaliações e projetos, bem como o acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes. Ademais, orienta o foco em conteúdos específicos a cada bimestre, evitando a dispersão de múltiplos temas, o que favorece o desenvolvimento da aprendizagem.

Contudo, a partir da análise do contexto prático da implementação, por meio de diálogos com professores, estudantes e a perspectiva crítica de um historiador, verifica-se que a aplicação do currículo ainda se distancia do que o documento propõe teoricamente. Embora os docentes devam desenvolver as habilidades previstas em sala de aula, ao final de cada bimestre aplica-se uma avaliação externa, denominada Sistema Integrado de Avaliação de Nova Santa Rita (SIANSR), cuja nota possui peso dez. Essa experiência revelou-se problemática, impactando negativamente o desempenho acadêmico. Em função dos resultados insatisfatórios (notas baixas), no segundo semestre foram implementadas adaptações, passando a avaliação externa a funcionar apenas como um teste diagnóstico.

No que concerne ao componente curricular de História, os prejuízos são evidentes, sobretudo devido à desordem na sequenciação dos conteúdos, comprometendo a compreensão dos estudantes sobre os eventos históricos. Ademais, observa-se uma desvalorização das ciências humanas, já que a Secretaria de Educação contratou uma empresa para oferecer orientações, formações e materiais complementares, incluindo cadernos impressos, mas esse suporte tem sido direcionado exclusivamente para os componentes de Português e Matemática. Por fim, apesar da existência do livro didático, frequentemente o professor necessita buscar materiais adicionais para atender às habilidades e competências previstas no currículo e no SIANSR, visto que o livro não contempla integralmente essas exigências. Considerando a elevada sobrecarga de trabalho e as demandas burocráticas enfrentadas, a necessidade constante

METODOLOGIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: PERCEPÇÕES DOCENTES NA UNIDADE ESCOLAR GABRIEL FERREIRA, NOVA SANTA RITA-PI (2024)

de buscar recursos complementares prejudica a qualidade do ensino, pois o currículo não foi organizado em consonância com o material didático adotado para o ano letivo.

As metodologias de ensino de História na Unidade Escolar Gabriel Ferreira

Para garantir melhores resultados na pesquisa, foi elaborado um questionário direcionado aos professores do componente curricular de História da Unidade Escolar Gabriel Ferreira. A aplicação ocorreu entre a segunda e a terceira semana de novembro de 2024, por meio da plataforma online Google Forms.

O material continha perguntas, de caráter objetivo e subjetivo, organizadas em blocos temáticos. As três primeiras buscavam obter informações de identificação, como formação acadêmica, especialização e tempo de regência. Em seguida, investigaram-se as metodologias adotadas, as mais frequentes, os recursos didáticos empregados, o uso de fontes históricas e a realização de atividades extraclasse. Também foram abordadas questões relativas ao currículo vigente na instituição, visando compreender sua relevância no processo de ensino-aprendizagem, bem como avaliar se sua implementação facilitou ou dificultou as práticas escolares cotidianas. Por fim, foram incluídas questões referentes ao SIANSR, buscando analisar o impacto no aprendizado e a percepção dos docentes acerca do papel desse sistema na construção do conhecimento em sala de aula.

Para maior clareza e melhor compreensão dos dados, elaborou-se um quadro contendo a caracterização dos professores investigados.

Quadro 1 - Caracterização dos professores investigados

Identificação	Idade	Formação	Pós-Graduação	Regência
Professor(a) 1	44	História e Pedagogia	Psicopedagogia Institucional	23 anos
Professor(a) 2	55	Pedagogia		20 anos
Professor(a) 3	27	Geografia	Ensino infantil: práticas pedagógicas e Ensino de Geografia e História	5 anos
Professor(a) 4	38	Pedagogia	Não possui	4 anos

Fonte: dados da pesquisa (2024)

A amostra envolveu quatro docentes, com idades entre 27 e 55 anos, todos com formação acadêmica de nível superior. Observa-se que o(a) Professor(a) 2 não respondeu ao quesito sobre a pós-graduação, enquanto o(a) Professor(a) 4 declarou não possuir

especialização. Apenas um dos participantes possui graduação em História, e somente um apresenta pós-graduação relacionada ao ensino dessa disciplina. Verifica-se que, tanto na escola investigada quanto no município de forma geral, a alocação de docentes nem sempre respeita a correspondência entre a área de formação e a disciplina ministrada. Essa prática, comum entre professores efetivos e temporários, pode comprometer a qualidade do ensino e evidencia falhas estruturais na gestão educacional.

Em seguida, foram realizadas indagações sobre a percepção dos professores a respeito de suas abordagens metodológicas, investigando se estas eram consideradas por eles tradicionais ou inovadoras.

Quadro 2 - Como você descreveria sua abordagem metodológica no ensino de História?

Identificação	Tradicional	Inovadora
Professor(a) 1		X
Professor(a) 2		X
Professor(a) 3		X
Professor(a) 4		X

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Os educadores que compõem a amostra demonstram ciência de que suas práticas pedagógicas se caracterizam como inovadoras. Nesse sentido, Bittencourt (2008) ressalta que a inovação no contexto das aulas está relacionada ao empenho dedicado à construção do conhecimento de forma crítica. De forma complementar, Karnal (2000) destaca que é equivocado reduzir o conceito de aula inovadora à mera utilização de dispositivos digitais, evidenciando que isso depende da concepção histórica adotada. Alinhados a essas perspectivas, os professores entrevistados afirmam que suas metodologias refletem esses princípios.

Para investigar os métodos pedagógicos mais utilizados, solicitou-se respostas descritivas. Dos quatro respondentes, três detalharam, enquanto um não respondeu, limitando parcialmente a análise.

Quadro 3 - Quais métodos de ensino você utiliza com maior frequência?

Identificação	Respostas
Professor(a) 1	Leitura, pesquisa e aulas expositivas
Professor(a) 2	Debate, produção, atividade oral
Professor(a) 3	
Professor(a) 4	Livro didático e pesquisa na internet

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Libâneo (2006) enfatiza que o método é o meio para atingir objetivos claros e definidos. Ou seja, não se trata apenas de uma técnica, mas de um caminho intencional e direcionado. Por sua vez, Bittencourt (2008) destaca as características do método tradicional, ressaltando a postura expositiva do professor e a visão do aluno como um receptor passivo do conhecimento. Tendo isso em mente, verifica-se que foram mencionadas práticas inovadoras, como debates e pesquisas. No entanto, embora os respondentes tenham declarado utilizar métodos inovadores, observa-se que algumas atividades descritas apresentam características associadas ao método tradicional, como as aulas expositivas.

Buscou-se também compreender os recursos didáticos mais utilizados. Para tanto, foram elaboradas três questões, sendo a primeira de caráter objetivo, com opções de resposta.

Quadro 4 - Quais recursos didáticos você utiliza com mais frequência nas aulas de História?

Recursos	Professor(a) 1	Professor(a) 2	Professor(a) 3	Professor(a) 4
Livro Didático		X		X
Esquema no Quadro				
Vídeos				
Recursos Impressos	X		X	
Recursos Digitais				
Outros Recursos				

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Nesse aspecto, dois docentes assinalaram o uso de recursos impressos, como atividades e mapas, enquanto outros dois indicaram o livro didático como principal ferramenta. A predominância desses recursos pode ser compreendida à luz de uma análise crítica do contexto escolar. A intensa carga burocrática que recai sobre os professores, envolvendo preenchimento de sistemas, elaboração de relatórios, correção de avaliações e atendimento a diversas demandas institucionais, compromete significativamente o tempo disponível para o planejamento de aulas mais dinâmicas e criativas. Nesse cenário, a escolha por materiais didáticos considerados mais práticos ou de fácil acesso, como o livro didático e os recursos impressos, revela-se não apenas uma questão de preferência, mas uma estratégia de adaptação diante de condições de trabalho que frequentemente não favorecem a inovação pedagógica.

As duas questões seguintes, ainda voltadas para os recursos didáticos, foram de caráter descritivo. O objetivo foi investigar se os docentes utilizavam fontes históricas em suas aulas de História e, em caso afirmativo, solicitou-se que descrevessem quais tipos.

Quadro 5 - Você trabalha com fontes históricas em suas aulas? Se sim, quais?

Identificação	Sim	Não
Professor(a) 1	Cartas, livros de literatura, documentos escritos, fotos e objetos históricos	
Professor(a) 2		Não
Professor(a) 3	Documentos escritos, pinturas, fotos e vídeos	
Professor(a) 4		Não

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Percebe-se que apenas os docentes com formação em História relatam utilizar fontes históricas em suas aulas, enquanto aqueles formados em outras áreas afirmam não utilizá-las. Conforme Schmidt (2004), o trabalho com documentos, imagens e objetos, amplia as possibilidades pedagógicas e contribui para a compreensão das diversas formas de conhecer o passado. A ausência desse recurso tende a reduzir o ensino da disciplina a uma prática expositiva e descontextualizada, comprometendo o envolvimento dos alunos. Esse cenário evidencia a importância de uma formação adequada que possibilite ao docente atuar de forma reflexiva.

Investigou-se ainda se os professores realizavam atividades fora da sala de aula, como visitas a museus ou exposições. Em caso afirmativo, solicitou-se que narrassem essas experiências, citando exemplos das atividades realizadas com maior frequência.

Quadro 6 - Você realiza atividades fora da sala de aula, como visitas a museu ou exposições? Se sim, cite exemplos

Identificação	Sim	Não
Professor (a) 1	Aulas expositivas com elementos de pesquisa de campo	
Professor (a) 2		X
Professor (a) 3	X	
Professor (a) 4		X

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Dois professores afirmaram realizar atividades fora da sala de aula, sendo que apenas um detalhou exemplos concretos. Os outros dois declararam não desenvolver esse tipo de prática. Esse dado revela que a maioria não adota estratégias extraclasse, o que restringe o acesso dos alunos a experiências pedagógicas mais amplas. Isso indica que o ensino de História permanece, em grande parte, restrito ao espaço físico da escola, limitando a articulação entre o conteúdo e o mundo real.

Além das abordagens metodológicas, foi investigada a forma como os docentes avaliam o currículo implementado pela instituição. De acordo com Gabriel (2019), o currículo pode ser entendido tanto como uma listagem de conteúdos considerados legítimos para o ensino quanto

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 221 – 240 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

como um roteiro que orienta o percurso de uma disciplina ou curso. Assim, é possível concebê-lo como um caminho, pois integra as experiências, interesses e demandas dos sujeitos que constroem sentido ao longo desse processo.

No caso específico do Currículo do Piauí, segundo Silva (2020), trata-se de um documento que abrange a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, com o objetivo de garantir o direito dos estudantes ao acesso aos conhecimentos historicamente acumulados, promovendo seu desenvolvimento integral. O documento propõe ações a serem implementadas por cada instituição, levando em conta as diferentes realidades locais e visando à efetivação das competências e habilidades estabelecidas.

Essa compreensão do currículo como algo dinâmico, que vai além da simples prescrição de conteúdos, exige do docente não apenas conhecimento técnico, mas também sensibilidade para adaptar os objetivos educacionais às especificidades do contexto em que atua. Avaliar como os professores percebem e se apropriam dele é fundamental para compreender os desafios e as possibilidades de sua efetiva aplicação nas escolas.

Quadro 7 - Na sua percepção, a adoção do Currículo do Piauí pela escola contribuiu ou representou um obstáculo para o desenvolvimento de metodologias de ensino? Justifique

Identificação	Sim	Não
Professor(a) 1	Ajudou bastante, implementa a elaboração de um currículo mais próximo a realidade e necessidade dos educandos, permitindo inovação e promoção de atividades mais lúdicas, promovendo uma interação mais harmoniosa entre professor/alunos.	
Professor (a) 2	Sim!	
Professor (a) 3		Dificultou
Professor (a) 4	Ajudando	

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Dos quatro professores participantes, apenas um apresentou uma justificativa completa em relação ao impacto do Currículo do Piauí (2020) sobre suas práticas metodológicas. Um docente limitou-se a responder “sim”, sem apresentar qualquer explicação, enquanto outro mencionou apenas que o currículo dificultou, sem mencionar como. O quarto professor afirmou que o currículo tem contribuído positivamente, mas também sem oferecer detalhes.

Esse padrão de respostas demonstra uma participação limitada no debate curricular, o que pode ser reflexo de vários fatores, como desconhecimento do documento, falta de formação continuada ou até mesmo desinteresse diante das exigências institucionais. Infelizmente, a

ausência de justificativas mais consistentes compromete uma análise aprofundada sobre a aplicação e os efeitos do currículo no cotidiano escolar.

Quadro 8 - Como você avalia a elaboração e a eficácia desse currículo?

Identificação	Respostas
Professor(a) 1	Tem contribuído bastante no processo de ensino aprendizagem, norteia as aulas e contribui para melhorar aprendizagem
Professor(a) 2	Satisfatório!
Professor(a) 3	
Professor(a) 4	Bom

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Apenas o(a) Professor(a) 1 apresentou uma justificativa consistente, destacando que o documento tem contribuído ao oferecer direcionamento no planejamento metodológico. Nesse sentido, ele é percebido como um instrumento que apoia a organização das práticas pedagógicas e favorece a interação entre professor e alunos. Em contraste, os demais docentes apresentaram respostas sucintas e pouco analíticas: um classificou a elaboração do currículo como “satisfatória”, outro limitou-se ao termo “bom” e o terceiro não respondeu ao questionamento.

Um currículo bem elaborado, além de reunir conteúdos relevantes em cada disciplina, contribui para o estabelecimento de objetivos de aprendizagem, bem como para a definição de uma sequência lógica na construção do conhecimento. A falta de envolvimento crítico com o documento aponta para a necessidade de ações formativas que promovam o entendimento, a discussão e a apropriação.

No que diz respeito à percepção sobre os efeitos da implementação do Currículo do Piauí na aprendizagem dos alunos:

Quadro 9 - Como você avalia o aprendizado dos seus alunos?

Identificação	Respostas
Professor(a)1	Um processo que requer dedicação e paciência, acontece por etapa, e de forma lenta por parte da maioria deles.
Professor(a)2	Razoável!
Professor(a)3	Bom
Professor(a)4	Regular

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Com base na percepção do(a) primeiro(a) professor(a) apresentada no quadro, entende-se que a implementação do currículo tem sido um processo gradual, que demanda

cuidado e ocorre em etapas, sendo percebido como lento pela maioria dos alunos. Essa visão sugere um reconhecimento das dificuldades inerentes à adaptação tanto dos estudantes quanto dos docentes às mudanças propostas. Por outro lado, os demais professores forneceram respostas breves. Classificaram o aprendizado dos alunos como “razoável”, “bom” e “regular”, sem oferecer justificativas ou exemplos que permitissem uma análise mais contextualizada. Essa falta de detalhamento pode indicar falta de reflexão crítica ou limitações na observação sistemática dos efeitos do currículo na aprendizagem.

Por fim, questionou-se como os professores analisam a implementação do novo sistema de avaliação. Também foi solicitado que justificassem suas respostas.

Quadro 10 - Na sua opinião, a implementação do SIANSR contribuiu para a melhoria do aprendizado dos alunos nos conteúdos de História? Justifique

Identificação	Respostas
Professor(a)1	Tem contribuído bastante para elaboração do plano de ensino e desenvolvimento metodológico como também dando sua parcela de contribuição mesmo que de forma ainda tímida na aprendizagem dos alunos.
Professor(a)2	Sim!
Professor(a)3	
Professor(a)4	De alguma forma

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Apesar de haver uma inclinação positiva em relação ao SIANSR, ainda persistem dúvidas e indefinições sobre sua real efetividade. As justificativas apresentadas são, em geral, superficiais ou pouco desenvolvidas. Em contraste com a visão institucional apresentada pela coordenação, que o enxerga como uma ferramenta para promover o trabalho interdisciplinar e o alinhamento pedagógico, as respostas dos docentes apontam para uma implementação que, embora bem-intencionada, talvez não tenha sido plenamente compreendida ou assimilada. Isso sugere que a adoção do SIANSR pode ter ocorrido sem o suporte pedagógico contínuo necessário, dificultando a apropriação crítica por parte do corpo docente.

Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo apresentar e discutir as metodologias adotadas no ensino de História na Unidade Escolar Gabriel Ferreira, localizada no povoado Tanque Novo, município de Nova Santa Rita-PI.

A fundamentação teórica discutida concebe o método como o caminho legítimo para a consecução de um propósito educativo. Nesse sentido, os autores destacam a dicotomia entre o método tradicional, caracterizado pela relação vertical e autoritária entre docente e discente, na qual o conhecimento é meramente transmitido e o aluno reduzido a um receptor passivo, e o método inovador, que propõe uma abordagem dialógica e participativa. Este último exige do educador um papel mediador, utilizando a diversificação de fontes e linguagens para promover a apropriação crítica do saber histórico.

A análise empírica, realizada por meio de questionários aplicados a quatro professores da instituição, dos quais somente um é graduado em História, revelou uma predominância de práticas pedagógicas que, embora declaradas como inovadoras, apresentam também aspectos dos métodos tradicionais, tais como leitura dirigida, pesquisas e aulas expositivas. Os recursos didáticos mais frequentemente utilizados são atividades impressas e o livro didático, enquanto as fontes históricas empregadas abrangem materiais diversos, embora nem todos os professores tenham declarado utilizá-las. Observou-se, ainda, a escassez de atividades extraclasse.

No que diz respeito à adoção do Currículo do Piauí (2020), constatou-se uma clara indefinição entre os docentes acerca de sua efetiva contribuição para o aprimoramento das metodologias e para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, indicando possível lacuna na compreensão ou na articulação prática desse documento normativo. Quanto à implementação SIANSR, houve uma percepção majoritariamente positiva quanto à sua influência na melhoria do aprendizado em História, embora as justificativas apresentadas tenham sido vagas ou insuficientemente detalhadas. A ausência de um posicionamento crítico ressalta a necessidade de fortalecimento das condições institucionais para a efetiva operacionalização das diretrizes curriculares, sobretudo em escolas localizadas em áreas rurais e distantes dos grandes centros urbanos.

Diante disso, conclui-se que o ensino de História na Unidade Escolar Gabriel Ferreira enfrenta desafios para a efetivação de uma aprendizagem significativa. Torna-se, portanto, imprescindível a adoção de estratégias que fortaleçam a formação docente, estimule o uso de metodologias e fontes variadas e promovam práticas que aproximem os estudantes do conhecimento histórico de forma crítica e participativa.

Referências:

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- BITTENCOURT, Circe. Método de Ensino. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Maria Dias de (Coord.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 26 dez. 2024.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizagens**. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GABRIEL, Carmen. Currículo de História. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Maria Dias de (Coord.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2019.
- KARNAL, Leandro. Introdução. In: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2007.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- PINSKY, Carla Bassanezi. Introdução. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2010.
- SCHIMDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: BITENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- SILVA, Carlos Alberto Pereira da *et al.* **Currículo do Piauí: um marco para educação do nosso estado: educação infantil, ensino fundamental**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

Entrevistas:

- AMORIM, Erasmo Carlos de. Entrevista concedida a Lucileia Coelho do Nascimento. Povoado Tanque Novo, Nova Santa Rita-PI, ago. 2024.
- FERREIRA, Educarlos. Entrevista concedida a Lucileia Coelho do Nascimento via aplicativo WhatsApp. Povoado Tanque Novo, Nova Santa Rita-PI, dez. 2024.
- LOPES, Ana Célia. Entrevista concedida a Lucileia Coelho do Nascimento. Povoado Tanque Novo, Nova Santa Rita-PI, dez. 2024.
- LOPES, Simone da Silva. Entrevista concedida a Lucileia Coelho do Nascimento via aplicativo WhatsApp. Povoado Tanque Novo, Nova Santa Rita-PI, ago. 2024.

PROSPECÇÃO CIENCIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCAÇÃO 5.0

Francisco Marques Cardozo Júnior¹

Kelly Antoniêta Cosme da Silva²

Kênia Cosme da Silva Cardozo³

RESUMO

As transformações na área educacional em associação com o desenvolvimento tecnológico contribuíram para o surgimento da era conhecida como Educação 5.0. O desenvolvimento da ciência, inevitavelmente, traz consigo a crescimento do conhecimento e sua consequente publicização em revistas científicas. A Cienciometria é um método de medida de produção científica utilizado nos mais variados domínios de investigação. O objetivo desta foi é identificar as principais temáticas e direcionamentos concernentes às produções no contexto da Educação 5.0 em três plataformas de dados científicas: Plataforma *Lattes*, *Scopus* e *Web of Science* (WOS) entre os anos de 2022 e 2024. Para as descrições estatísticas foram utilizados o *software* na linguagem de programação R, acoplado com pacote Bibliometria. Os Estados Unidos da América (EUA) foi o país que mais teve destaque quanto ao número de artigos publicados sobre a temática Educação 5.0. As tendências dos temas contido nos artigos apontam para a aplicação da Educação 5.0 na Indústria, internet das coisas, saúde e Ensino auxiliado por Inteligência artificial.

Palavras-chave: Sociedade 5.0; Aprendizagem; Tecnologia.

SCIENTOMETRIC PROSPECTING OF SCIENTIFIC PRODUCTION ON EDUCATION 5.0

ABSTRACT

The transformations in the educational field in association with technological development have contributed to the emergence of the era known as Education 5.0. The development of science inevitably brings about the growth of knowledge and its consequent dissemination in scientific journals. Scientometrics is a method of measuring scientific production used in various research domains. The aim of this study was to identify the main themes and directions related to productions in the context of Education 5.0 across three scientific data platforms: Lattes Platform, Scopus, and Web of Science (WOS) between the years 2022 and 2024. Statistical descriptions were performed using software in the R programming language, coupled with the Bibliometrics package. The United States of America (USA) stood out as the country with the highest number of published articles on the theme of Education 5.0. Trends in the themes

¹ Professor Associado I da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Doutorado pela UFPI. Licenciado em Geografia e Ciências Biológicas pela UESPI. E-mail institucional: cardozo@cca.uespi.br.

² Bacharelado em Direito. Especialista em Direito Administrativo. Mestranda em Tecnologias emergentes em Educação pela Must University. E-mail: kellysilva16328@student.mustedu.com.

³ Licenciada em Pedagogia. Especialista em Gestão Educacional com Aplicação Tecnológica. E-mail: keniapedagogia1@gmail.com.

PROSPECÇÃO CIENCIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCAÇÃO 5.0

contained in the articles point towards the application of Education 5.0 in Industry, Internet of Things, healthcare and AI-assisted teaching.

Keywords: Society 5.0; Learning; Technology.

PROSPECCION CIENTIOMETRICA DE LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA EN EDUCACIÓN 5.0

RESUMEN

Las transformaciones en el ámbito educativo, junto con el desarrollo tecnológico, han contribuido al surgimiento de la era conocida como Educación 5.0. El desarrollo científico conlleva inevitablemente el crecimiento del conocimiento y su consiguiente publicación en revistas científicas. La cienciometría es un método de medición de la producción científica utilizado en una amplia variedad de campos de investigación. El objetivo de este estudio es identificar los principales temas y direcciones de la producción en el contexto de la Educación 5.0 en tres plataformas de datos científicos: Lattes Platform, Scopus y Web of Science (WOS) entre 2022 y 2024. Las descripciones estadísticas se realizaron utilizando el lenguaje de programación R, junto con el paquete Bibliometrics. Estados Unidos de América (EE. UU.) se destacó entre los países con más artículos publicados sobre Educación 5.0. Las tendencias en los temas abordados en los artículos apuntan a la aplicación de la Educación 5.0 en la industria, el Internet de las Cosas, la salud y el aprendizaje asistido por Inteligencia Artificial.

Palabras clave: Sociedad 5.0; Aprendizaje; Tecnología.

Introdução

Os conceitos de Educação 5.0, Sociedade 5.0 e Indústria 5.0 já são uma realidade no século XXI. Tem como foco a busca e o desvendar de inovações inéditas, produtivas, repletas de habilidades, buscando lidar com a tecnologia e o mundo *online*, associado com valores direcionados para a melhoria da qualidade de vida da humanidade (Alharbi, 2023; Umro, 2020).

As transformações nas áreas educacionais e socioeconômicas em associação com o desenvolvimento tecnológico contribuiu para o surgimento da era conhecida como 5.0 (Putra, 2023). Muitos fatores tem contribuído para esta temática, tais como: a demanda cada vez mais crescente do pensamento colaborativo, comunicação crítica, flexível e pró-ativa, em meio aos desafios e elevação do volume de dados descobertos continuamente. Neste novo cenário, o entendimento do ser humano é compreendido como uma combinação de seus valores, crenças, pensamentos com uma tecnologia dinâmica que nutre e fornece decisões em constante interação e sintonia (Melluso *et al.*, 2020). Os pilares do desenvolvimento humano encontram-se atrelados ao conceito da Educação 5.0. Tem-se então que o conceito da Educação 5.0 passa por

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 241 – 262 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

elementos como competências socioemocionais, habilidade de comunicação, de resolução de problemas, gestão das emoções, trabalho em equipe, ética, empatia e diversidade, dentre outros (Felcher; Folmer, 2021)

Entretanto, o aumento expressivo na quantidade de informações que surgem a cada instante, requer uma maior interação entre os seres humanos e os computadores baseados principalmente na inteligência artificial, autonomia compartilhada e aprendizagem de máquina inseridas no mundo virtual (Belay; Patel; Manns, 2022). Considerando que as máquinas estão cada vez mais avançadas, cabe ao indivíduo a capacidade de interagir com este avanço tecnológico, obtendo cada vez mais conhecimento, sendo criativo e apresentando atitude resolutiva de problemas. O domínio do uso das tecnologias emergentes, como *big data* e a internet das coisas, por exemplo, são exigências no mercado atual. (Carvalho Filho *et al.*, 2023).

Os agentes da educação e especialmente professores e estudantes, precisam realizar políticas de incentivos tanto para a prática como para a compreensão da implementação e uso da tecnologia nos seus mais distintos ambientes de formação da geração 5.0 (Harahap; Limbong; Simanjorang, 2023). Torna-se imprescindível a formação dos docentes concernente à aplicabilidade das metodologias de ensino, no contexto e segundo o conceito da Educação 5.0, bem como sinaliza-se o desafio de que as Instituições escolares em geral, Universidades e Empresas promovam esse ensino, considerando a essencialidade do aparato quanto aos equipamentos e todo o recurso necessário para que tal educação seja realidade. (Soares Junior; Botelho, 2024).

As informações temporais e comportamentais sobre a aprendizagem humana têm gerado os *big data* educacionais que evoluem significativamente no meio acadêmico com a maioria dos métodos de aprendizagem e processamento da linguagem natural pelas máquinas, robótica, Redes Neurais de Grafos, dinâmica da inteligência artificial, feedback automatizado e a aprendizagem personalizada (Huang; Chen, 2024). Para se construir uma aprendizagem significativa ao longo da história é necessário participar do processo de rastreamento do conhecimento que está sendo gerado, permitindo assim, a compreensão de uma educação inteligente, com intuito de analisar não somente as informações, mas também, o conhecimento elaborado (Chen *et al.*, 2022; Abdelrahman; Wang; Nunes, 2023).

Pensar em crescimento direcionado a uma futura Sociedade 5.0, pede recursos humanos qualificados, exige investimentos na educação, pesquisa e desenvolvimento e, neste contexto, a produção de conhecimento e a acessibilidade à mesma apresenta-se como ferramenta

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 241 – 262 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

PROSPECÇÃO CIENCIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCAÇÃO 5.0

primordial. O desenvolvimento da ciência, inevitavelmente, traz consigo a formação de conhecimento e de novas gerações de cientistas que continuam a realizar melhorias importantes e complexas que crescem muito rapidamente, havendo a necessidade de um monitoramento constante do que é criado e divulgado nos mais diversos ramos científicos (Zerem *et al.*, 2024). A pesquisa científica tem como resultado básico sua divulgação em Revistas especializadas através de ampla gama de publicações tais como patentes, conselhos editoriais, teses, dissertações, que refletem a credibilidade acadêmica.

O número de repositórios destinados à publicização de pesquisas de dados por meio de revistas especializadas ou mais generalistas também tem se avolumado nos últimos anos. Os periódicos disponibilizam documentos, artigos, livros, patentes e comunicados diversos, que se intercambiam de forma digital, online, gratuitos ou de acesso restrito, através de valores da ciência aberta, da garantia individual ou coletiva de direitos sobre o compartilhamento de dados, inclusive com implicações sobre o surgimento de novos modelos de negócios, considerando valores de taxas para processamento e publicação (Guanaes; Albagli, 2023; Doneda, 2019).

Neste contexto, a Cienciometria é um método de medida de produção científica utilizado nos mais variados domínios de investigação, tais como análises de citação, bibliometria (Chang; Nabavi, 2024; Zerem *et al.*, 2021). Com instrumento de pesquisa que avalia documentos científicos publicados nos periódicos nacionais e internacionais, a Cienciometria tem ganhado espaço como parâmetro de pesquisa, visualização e análise de dados, possibilitando a avaliação de *insights* extraídos e correlatos à combinação de termos indexados aos títulos, palavras-chaves, corpo textual e referências citadas nos mesmos, permitindo uma complexa rede de conexões importantes e por vezes não descritas pelos autores em suas publicações (Zhang *et al.*, 2016).

Por meio de um estudo cienciométrico objetivamos identificar as principais temáticas e direcionamentos concernentes às produções no contexto da Educação 5.0 em três plataformas de dados científicas: Plataforma *Lattes*, *Scopus* e *Web of Science* (WOS) entre os anos de 2022 e 2024. Um tema relativamente novo, mas pertinente e as bases científicas e acadêmicas analisadas no presente trabalho levam a inferir sobre colaborações emergentes, inovações na área, enfim, as tendências passíveis de projeção.

2. Desenvolvimento

2.1 Material e métodos

Realizou-se pesquisa mista oriunda de combinações de caráter qualitativo e quantitativo de documentos contidos em bases científicas e acadêmicas indexadoras de dados bibliográficos (Martín-Martín *et al.*, 2021). Como análise geral de estudo adotou-se a avaliação através da Cienciometria e da Bibliometria que são ferramentas quantitativas baseadas em Engenharia da Computação e Estatística adotados para avaliação de perspectivas múltiplas nas mais distintas áreas de pesquisa e que auxiliam na descoberta de pontos relevantes do caminho evolutivo contido em *big data* de publicações científicas, tais como Instituições, autores, co-citações, palavras-chave, periódicos, países (Rogers; Szomszor; Adams, 2020; Xie *et al.*, 2020; Zhang; Thenkabail; Wang., 2019).

No primeiro momento coletou-se dados da Plataforma <https://lattes.cnpq.br/> especificamente utilizando no módulo de busca por assunto, inserindo as seguintes palavras-chave de produção científica: *Education 5.0*, *Personalized Learning*, *Digital Storytelling in Education*, *Method Pedagogic In Education*, além dos descritores Interatividade Virtual e Tecnologia educacional, extraídos da matriz conceitual atualizada Thesaurus Brasileiro da Educação (Brased) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep (Ahmad, *et al.*, 2023; BRASIL, 2023; Monaco, 2006). Em seguida, filtrou-se informações da população de doutores com nacionalidade brasileira, sendo que o conjunto de dados obtidos foram organizados via software *Notepad++*. A partir da lista de registro acadêmico dos Identificadores (ID) contidos no *Curriculum Lattes* de cada pesquisador(a), os mesmos foram analisados comparativamente pelo Diagrama de *Venn* através do site www.interactivenn.net e de acordo com as orientações de Heberle *et al.* (2015). Ademais, realizou-se estudo cienciométrico nas bases de dados *Scopus* e *Web of Science* (WoS) usando o termo *Education 5.0* para o biênio 2022-2024 e para as descrições estatísticas nas quais foram utilizados o *software* na linguagem de programação chamado R, acoplado com pacote Bibliometria 2.2.1, inseridas em *software* 4.1.3 (Aria; Cuccurullo, 2017).

2.2 Resultados e discussão

Na busca da Plataforma *Lattes* foram recuperados 32.564 currículos de pesquisadores doutores brasileiros nas áreas de Educação 5.0 (*Education 5.0* - Edu 5.0), Tecnologia Educacional (TecEdu), Aprendizagem Personalizada (*Personalized Learning* - PL), Habilidade de Contar Histórias na Educação (*Digital Storytelling in Education* - DSE), Interatividade Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 241 – 262 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

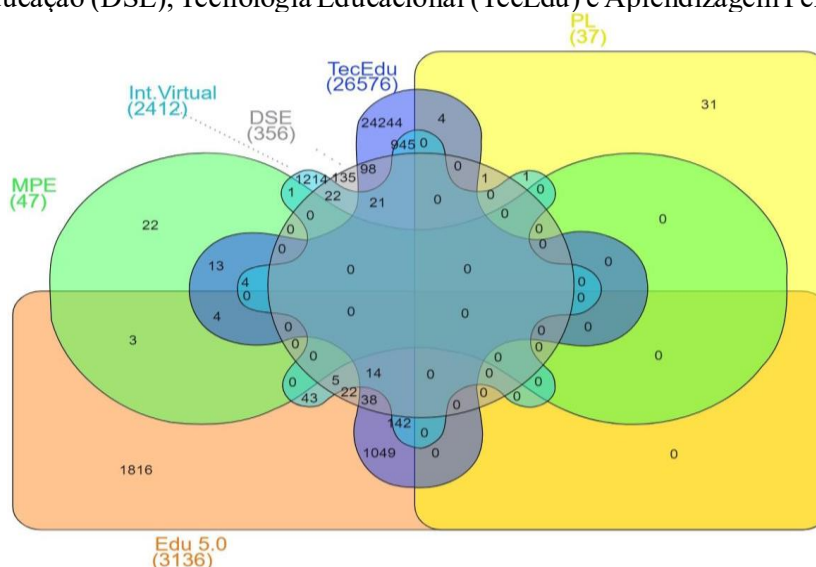
PROSPECÇÃO CIENCIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCAÇÃO 5.0

Virtual (Int. Virtual) e Métodos Pedagógicos Educacionais (*Method Pedagogic In Education - MPE*), conforme Figura 1.

O maior número de pesquisas foi detectado em TecEdu com cerca de 26.576 currículos, seguido de Edu 5.0 com aproximadamente 3.136 currículos, Int. Virtual com total de 2.412 currículos e DSE mostrando 356 currículos. Os menores valores quantitativos foram em MPE contendo 47 currículos e PL apresentando 37 currículos. Considerando a variável Educação 5.0 observou-se a seguinte conjuntura: Edu 5.0 x MPE (3 currículos), Edu 5.0 x Int. Virtual (43 currículos), Edu 5.0 x TecEdu (1.049 currículos), Edu 5.0 x DSE (79 currículos), Edu 5.0 x TecEdu x Int. Virtual x DSE (14 currículos). Quanto à análise de PL com as demais variáveis foram observados os resultados: PL x Int. Virtual (1 currículo), PL x DSE (1 currículo), PL x TecEdu (4 currículos).

Não foram encontrados relatos de pesquisa para PL x MPE e para PL x Edu 5.0. Não ocorreu registro de pesquisas que englobassem seis ou cinco variáveis simultaneamente. Já na combinação menor e igual a quatro foram perceptíveis. A associação entre Int. Virtual x PL ou Int. Virtual x MPE ou PL x DSE, somente um currículo para cada um destes três grupos foi detectado.

Figura 1 - Associação do quantitativo (A) e do percentual (B) das produções acadêmico-científica de pesquisadores doutores brasileiros, abrangendo a interação dos termos: Educação 5.0 (Edu 5.0), Métodos Pedagógicos Educacionais (MPE), Interatividade Virtual (Int. Virtual), Habilidade de Contar Histórias na Educação (DSE), Tecnologia Educacional (TecEdu) e Aprendizagem Personalizada (PL).



Fonte: Elaborada pelos autores

A educação personalizada (PL) tem como princípio elementar a dedicação do docente no acompanhamento específico e individualizado para como o aluno, incluindo sua autogestão e metacognição, visando a qualidade no ensino e na aprendizagem de maneira significativa e em permanente ajuste das práticas educacionais aplicadas, podendo ser útil também no setor corporativo (Novaes; Fonseca, 2024; de Lima Júnior; silva, 2021).

A ausência de interação entre Edu 5.0 x PL pode ser um alerta para que as pesquisas se aprofundem neste contexto da aprendizagem personalizada uma vez que cabe aos educadores contemporâneos a inserção em suas atividades didático-pedagógicas das especificidades do estudante presente na sala de aula, pois a mesma permite um prognóstico dos educandos, avaliando a completude das habilidades/competências tanto da turma, como dos conteúdos, das etapas de planejamento e da necessidade de mudança no contexto do ensino empregado para que ocorra um aprendizado eficiente (Lima; Viana, 2022).

Entretanto, quando se observa o valor total de currículos sobre Habilidade de Contar Histórias na Educação (DSE), nota-se uma crescente acreditação de pesquisadores na utilização de tecnologias interativas nos fundamentos da nova geração de alunos, onde ferramentas de multimídia têm sido integradas pedagogicamente na troca de experiências e compreensão de assuntos difíceis ou muitas vezes sem um sentido para o educando. O uso da DSE na educação possibilita resultados positivos: a economia de trabalho, tempo, no esforço para a elaboração/planejamento das aulas, melhoria da participação dos estudantes nas discussões, na compreensão dos conteúdos mais complexos, no apreender novas informações e envolvimento através de conteúdo emocional, imagens, sons, perguntas contagiantes, além da inserção de mais colaboradores nas atividades coletivas (Alismail, 2015).

Para a análise das plataformas *Scopus* e *Web of Science (WoS)* nos anos de 2022, 2023 e 2024, cerca de 40, 560 e 149 artigos, respectivamente, foram detectados, demonstrando o amplo potencial de crescimento para novas publicações. Os Estados Unidos da América (EUA) foi o país que mais teve destaque quanto ao número de artigos publicados sobre a temática Educação 5.0, sendo que Portugal ficou em 9ª posição. Nota-se que nenhum país da América Latina está presente entre as dez primeiras posições de publicação (Quatro 1 - A). Contudo, considerando a variável total de citações por país, os Estados Unidos da América, ficam na 2ª posição, sendo que a China assume o primeiro lugar e a Espanha ainda se mantém entre as sete primeiras colocações (Quatro 1 - B).

PROSPECÇÃO CIENCIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCAÇÃO 5.0

Quatro 1 – Relação dos países dos autores e Total Citações por país no biênio 2022-2024.

A				B		
Rank	País	Quant.	Freq.	Rank	País	Total
1	EUA	112	0.17	1	CHINA	169
2	CHINA	65	0.10	2	EUA	151
3	REINO UNIDO	30	0.04	3	ESLOVÁQUIA	39
4	ÍNDIA	27	0.04	4	REINO UNIDO	39
5	AUSTRÁLIA	23	0.03	5	CANADÁ	31
6	INDONÉSIA	23	0.03	6	AUSTRÁLIA	21
7	JAPÃO	21	0.03	7	ESPANHA	21
8	CANADÁ	20	0.03	8	BANGLADESH	20
9	PORTUGAL	18	0.02	9	ÍNDIA	20
10	ESPANHA	16	0.02	10	JAPÃO	20

Fonte: Elaborada pelos autores

O potencial tecnológico de uma nação vai além da melhoria do aparato que ela detém. Outra característica tem sido notada: a busca constante em desenvolver novas habilidades e competências inovadoras que impactam diretamente conhecimentos e aprendizados por longos períodos (Dos Santos; Torkomian, 2023). As instituições educacionais enquanto sistemas organizacionais também necessitam renovar seus recursos pedagógicos e projetos de gestão, tanto nas relações internas quanto nas interações estendidas para a sociedade da qual ela faz parte. Um país que entente a pesquisa como um instrumento privilegiado para a construção do conhecimento inovador e se envolve ativamente na melhoria da educação, está na direção de fomentar o trabalho, o desenvolvimento dos profissionais da educação e consequentemente o fortalecimento de sua cultura (Abreu; De Almeida, 2008). Neste sentido, a incorporação da Educação 5.0 proporciona uma reestruturação de excelência da cultura educacional desde o ensino básico até o meio universitário, pois o uso de tecnologia digital intensifica a mudança contínua e irreversível em direção ao desenvolvimento de qualquer nação (Alharbi, 2023).

As citações das produções científicas vão além do impacto proporcionado no contexto do conhecimento que está sendo divulgado, pois caracterizam também os indicadores significativos de produção, desenvolvimento e influência consolidada que o país ocupa na história da ciência. Por outro lado, a segurança dos dados apresentados está mais na quantidade das citações do que exatamente na importância da pesquisa em si, uma vez que, em linhas

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 241 – 262 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

gerais, especificidades como o número de profissionais atuantes numa determinada área podem interferir na amplitude de determinadas produções e disseminação de conhecimento.

O Brasil não aparece entre os dez países com maior produção/citação. Porém, a maximização da produção científica dos EUA, que é um país com fortes relações comerciais com o Brasil, demonstra ótimas oportunidades para a concretização de parcerias no processo de internacionalização da pesquisa e do desenvolvimento acadêmico. Novas formas de realizar avaliações de fontes de dados oriundos da bibliometria estão em permanente desenvolvimento e que se adequam às distintas áreas de estudos existentes o que melhora a representação da qualidade da divulgação das fontes de dados e do que está sendo apresentados por Instituições e países (Demachki; De Melo, 2022).

Algumas medidas podem ser adotadas tais como treinamentos, qualificação de pesquisadores, abertura de programas de pós-graduação, intercâmbio cultural multidisciplinar, criação de grupos de pesquisas com linhas correlatas à cienciometria e seus diversos campos (bibliometria, webmetria, altmetria, cibernetria, infometria), acesso à programas, desenvolvimento de softwares, buscadores, equipamentos, linguagem de programação, o que pode elevar a visibilidade, o grau e a qualidade de coparticipação nas publicações (Chang; Nabavi, 2024; Sebastián, 2009).

Estudos de mapeamento e cobertura cienciométrica das publicações são indicadores acerca de quais informações estão sendo mais mencionadas, replicadas e utilizadas tanto pelo conjunto de pesquisadores, mas também pela sociedade mundial. As correlações entre as citações auxiliam na compreensão da causa-efeito e na dimensão preditiva destes temas no futuro próximo, pois estes indicadores têm forte capacidade de captar tendências de impacto sobre a Ciência, inclusive em áreas pouco discutidas ou percebidas pela contemporaneidade (Chen *et al.*, 2020).

No compartilhamento da informação científica sobre Educação 5.0, o Brasil também não se posicionou entre as primeiras colocações, demonstrando a essencialidade de elevar não somente a construção de pesquisas, mas a troca de conhecimento nesta área via plataformas de divulgação, bases de dados indexadas e Revistas científicas. Saber gerir o conhecimento produzido e participar de um compartilhamento da informação obtida é considerado um importante pilar para as organizações, em especial aquelas que trabalham diretamente com a formação da cultura, como são as organizações de ensino e pesquisa que influenciam gerações (De Oliveira *et al.*, 2023).

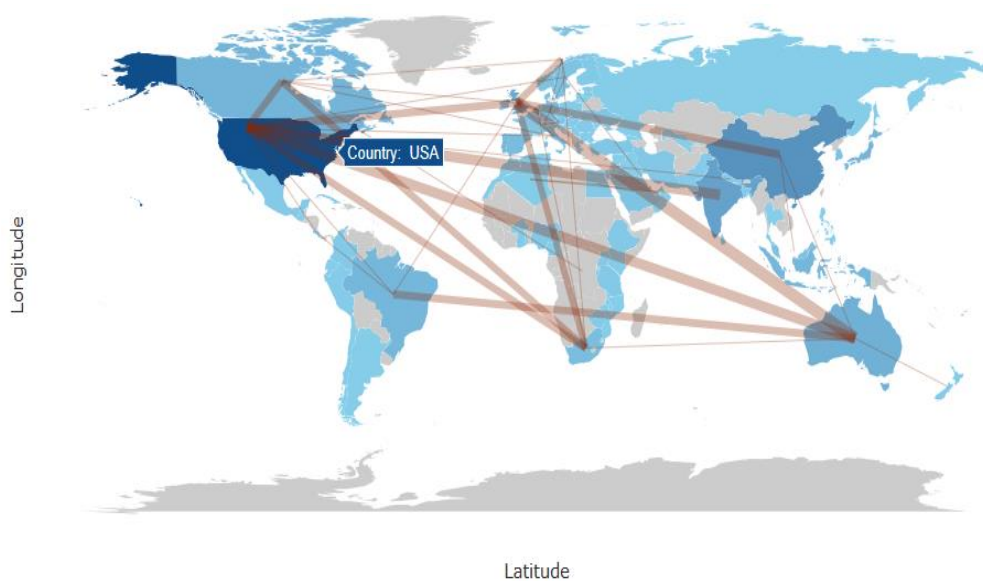
Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 241 – 262 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

PROSPECÇÃO CIENCIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCAÇÃO 5.0

Entretanto, o universo da produção científica continua sendo complexo e dinâmico, tendo uma trajetória na qual os pesquisadores precisam conciliar seus compromissos laborais e ainda buscar financiamentos e apoio de investidores como fonte de apoio e fomento dos meios de disseminação para suas descobertas acadêmicas, havendo até o desafio de superação de incertezas em prol de manter a produtividade científica (Stanford *et al.*, 2021).

Houve uma maior frequência (Fr) de colaboração unilateral entre a Austrália e o Reino Unido (Fr=05), contudo os Estados Unidos da América obtiveram elevada colaboração multilateral (Fr=04), tanto com a Austrália quanto com a Índia (Figura 2). Na observância desta colaboração uni e multilateral, deduz-se sobre papel importante de impacto que estes países exercem na disseminação de informação.

Figura 2 - Mapa de frequência de colaboração uni e multilateral entre os países



Fonte: Elaborada pelos autores

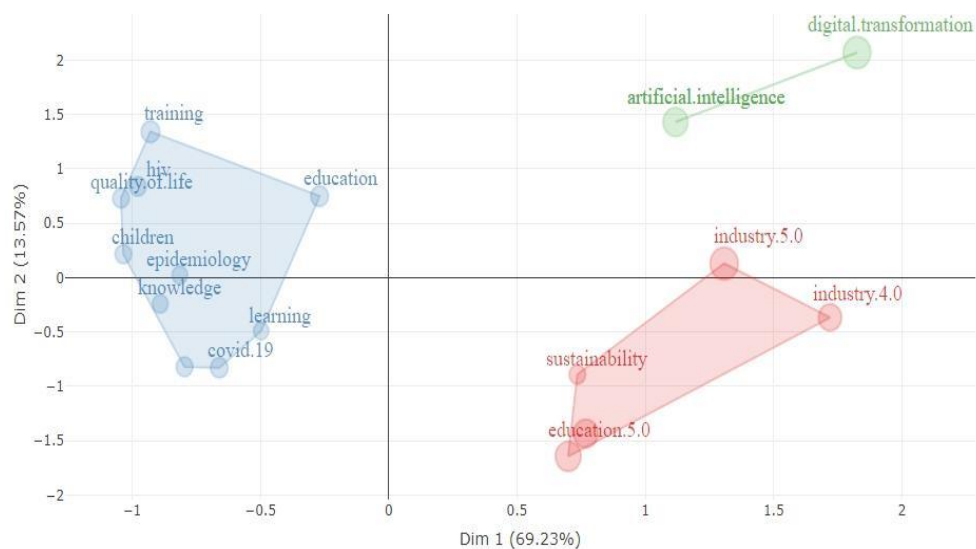
Porém, considerando o avanço tecnológico no contexto da Educação 5.0, percebe-se que mesmo com todos os avanços tecnológicos de comunicação e informação, o entendimento entre povos e nações torna-se um desafio, ao mesmo tempo que é um fator relevante de trocas de conhecimento que podem complementar, acrescentar, superar e avançar para conquistas científicas de impacto intelectual e social. O crescimento econômico da Índia passou por planejamento histórico liberal de sua economia fechada, deixando a burocracia e o controle Estatal em direção à busca por parcerias privadas de investimento na qual desde os anos 1990,

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 241 – 262 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

voltou-se para além de suas fronteiras físicas, dedicando apoio a conteúdos tecnológicos e qualidade nas distintas áreas do conhecimento, o que gerou efeito influenciador a setores da segurança, saúde e educação (Niemeyer; Biggi, 2019; Barbosa; De Souza, 2008).

O Brasil durante décadas tem enfrentado problemas estruturais e conjunturais com diferentes tipos de incentivos da internacionalização da economia, em comparação ao que ocorre em países ricos como a China, que atuam com políticas externas mais avançadas e de valorização do estreitamento de laços com nações mundiais (Bender Filho *et al.*, 2022). Neste sentido, é provável que esteja ocorrendo uma dinâmica negativa quando se avalia as taxas de investimento e os impactos sobre as demais áreas envolvidas com o desenvolvimento econômico de um país, tais como redução na qualidade dos sistemas de ensino e nas produções dos professores no ambiente de trabalho (Santos; Zan, 2022). Através da análise de componentes principais foi detectável a formação de dois fatores que juntos explicaram 82,8% da formação de três grandes grupos correlacionados, considerando as palavras-chaves dos autores contidos nos documentos publicados (Figura 3).

Figura 3 – Análise Fatorial de componentes principais baseado na palavras-chaves contidas nos documentos publicados nas Plataformas *Scopus* e *Web of Science* (2022-2024)



Fonte: Elaborada pelos autores

Para o grupo 01 os termos em associação foram: educação, aprendizagem, treinamento, qualidade de vida, epidemiologia, conhecimento, crianças e covid-19, mostrando uma das tendências de aplicação na área da saúde. A pandemia da COVID-19 gerada pelo coronavírus

PROSPECÇÃO CIENCIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCAÇÃO 5.0

2 (SARS-CoV-2) foi e ainda continua sendo um desafio para a humanidade, médicos e governos no mundo inteiro. O potencial para causar doenças graves em distintas faixas etárias são estudadas em milhões de casos de infecção por síndrome respiratória aguda grave, documentados em vários países através de hospitalizações, síndromes múltiplas, óbitos, taxa de incidência e vários outros indicadores epidemiológicos (Fayad; Frenck Jr, 2023).

Nos últimos três anos as complicações em quadros clínicos e hospitalares tem crescido principalmente associado ao público mais suscetível tais como crianças, idosos e com comorbidades (obesidade, diabetes, miocardite, câncer), o que tem direcionado pesquisas para tratamentos e intervenções baseadas em tecnologias direcionadas para descobertas biológicas (vacinas), realização de ensaios clínicos e patogênicos, análises computacionais de grandes volumes de dados e variáveis demográficas sobre a doença, além de impactos na educação, saúde e bem-estar emocional dos doentes e de suas famílias (Anastasopoulou *et al.*, 2023; Ali *et al.*, 2021).

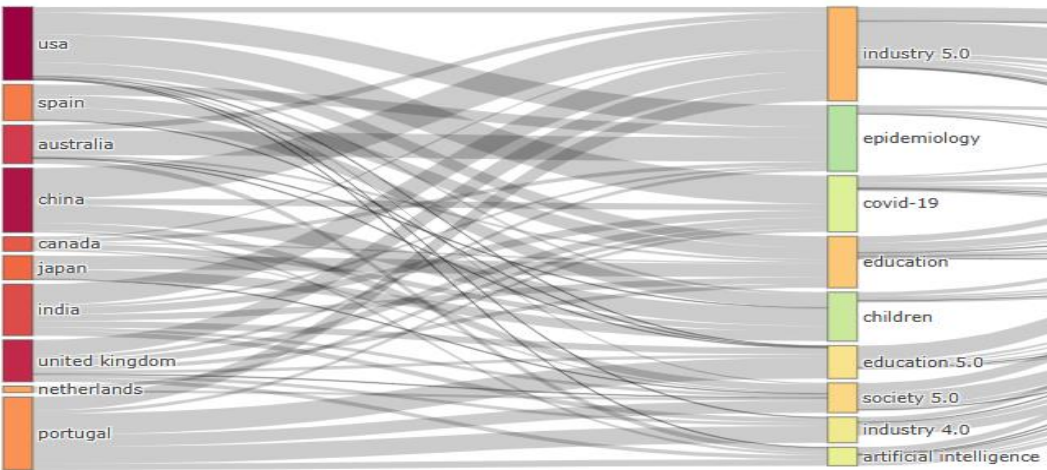
A educação em saúde é uma das ações estratégicas necessária para promover a integração da saúde para uma população, requerendo ainda investimentos que permitam o acesso justo, equilibrado e equitativo aos que necessitam, contribuindo assim para o desenvolvimento de um país, mitigando desigualdades, além de avanços nas pesquisas, fomento à qualidade de vida, sucesso social e humanitário (Borges *et al.*, 2022). Na formação do grupo 02 houve aproximação entre as palavras inteligência artificial e transformação digital, apresentando uma concatenação das máquinas e do mundo virtual na atualidade. Por fim, um último grupo aqui denominado de grupo 03, formou-se um conjunto com destaque para a Educação 5.0, Indústria 4.0 e Indústria 5.0, além da sustentabilidade, caracterizando o foco buscado pela valorização do meio ambiente nas empresas e nos diferentes setores da economia. Tais associações apontam para reflexões voltadas a uma Sociedade 5.0, com qualidade de vida e cidadãos fruto de uma Educação 5.0.

Estas tendências temáticas foram confirmadas com as análises fatoriais considerando palavras-chaves e *abstract* dos artigos, conforme Figura 4 e Figura 5. Os países que lideram a corrida tecnológica são os Estados Unidos da América, China, Japão, Coreia do Sul e outros situados no continente europeu, os quais estão na linha de frente quanto aos principais temas pesquisados. A maioria das publicações do Reino Unido, Índia e China tiveram como foco a Indústria 5.0. Já Portugal destacou-se com estudos em Educação 5.0. Enquanto que o Japão concentrou suas avaliações no setor da Educação. A Austrália dedicou mais atenção para a

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 241 – 262 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

Epidemiologia e os Estados Unidos da América concentrou-se na Covid-19, epidemiologia e educação, respectivamente.

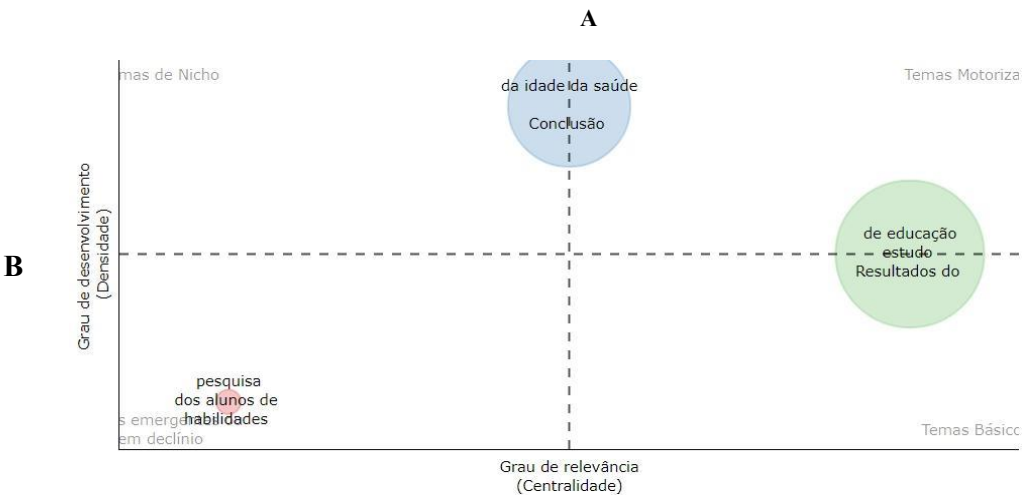
Figura 4 – Análise Fatorial relacionando países e palavras-chaves no período 2022-2024.



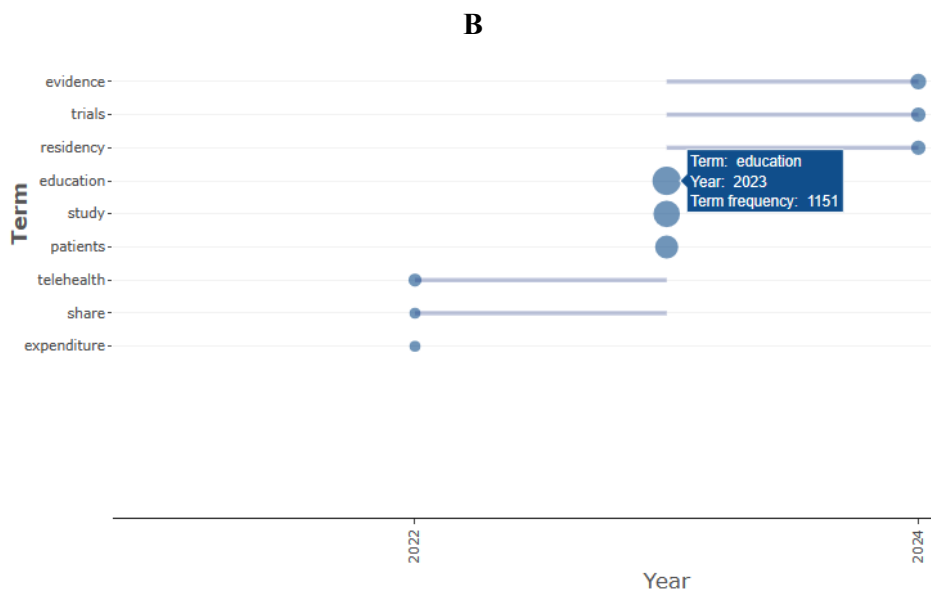
Fonte: Elaborada pelos autores

Na análise de evolução dos assuntos apresentados nos *abstracts* dos artigos publicados, nota-se uma forte tendência de temas mais centralizados na educação para o ano de 2023 e logo depois na saúde, ensaios clínicos, residência médica para o ano de 2024, sendo que pesquisas mais direcionadas nas habilidades e treinamento dos alunos ainda se mostram incipientes (Figura 5).

Figura 5 – Principais tendências de relevância (A) e volumes de temas (B) contidas nos *abstracts* dos artigos no período de 2022-2024.



PROSPECÇÃO CIENCIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCAÇÃO 5.0



Fonte: Elaborada pelos autores

Hospitais e clínicas têm adotado Programas de classificação do desempenho estudantil nos estágios onde avaliam o tipo de aprendizagem baseada na autonomia e autogestão, bem-estar dos estudantes, qualidade de vida, nível de stress durante o tempo de residência médica, como forma de verificar potenciais sequelas e impactos da Covid-19, sendo uma fonte de dados para subsidiar educadores e estudantes universitários quanto aos processos de seleção e exames para o estágio (Wang *et al.*, 2023). O desenvolvimento acelerado da tecnologia digital é um forte auxílio que pode ser decisivo para o tratamento, intervenção, a gestão do estado de saúde. Um grande número de erros médicos provocam danos cruciais aos pacientes ocorrem em diferentes fases desde a preparação, administração de medicamentos, procedimentos cirúrgicos, sendo essencial monitorar, avaliar a qualidade e segurança de todos os processos, dando atenção especial para os indicadores de qualidade baseados em evidências científicas: indicadores de estrutura (gestão de segurança e medicação de alerta máximo); indicadores de processo (protocolos) e indicadores de resultados como os danos e morte (Dong *et al.*, 2023). A forma correta, viável e apropriada para ser aplicada na manutenção da vida, principalmente quando existe poucas informações diante de doença fatais são eficazes quando combinadas com o que se tem de mais moderno na tecnologia de informação digital.

O cenário de pós-pandemia no século XXI é marcado por dois fenômenos disruptivos que impactou a gestão de governos, incluindo o direcionamento da economia focado no estilo de vida da população: surgimento de uma nova sociedade 5.0 e a transformação digital que une o espaço físico com o espaço virtual ou ciberespaço com vista à resolução de desafios sociais, inovação de bens, produtos e serviços múltiplos (Ávila; Gomes, 2020). A conexão entre tecnologia, organizações e o mundo acadêmico já faz parte da história da humanidade (Goede, 2020). O acúmulo e a combinação entre o que foi criado pelas revoluções tecnológicas ao longo dos anos, permitiu a transposição da Indústria 4.0 para a Sociedade 5.0, Internet 5G, Cidades Inteligentes, Tecnologias da Informação (TICs), incluindo as nuances sobre ecologia, meio ambiente, bem-estar dos seres vivos, acesso à educação, saúde e segurança de qualidade (Borges, 2023; Schwab, 2019).

Os dez artigos mais citados no mundo são descritos no Quadro 2. Os três primeiros tiveram um quantitativo de citações que variaram entre 26 e 30, sendo que suas principais temáticas abordadas estavam voltadas para Indústria, internet das coisas, saúde, estudos com modelagem, Ensino auxiliado por Inteligência artificial.

Quadro 2 – Artigos mais citados no biênio 2022-2024

Artigo	Nº Citações	Citações (ano)	D.O.I
KLIESTIK T, 2023, MATHEMATICS	30	15	10.3390/math11030601
TLILI A, 2023, SERV IND J 1	29	14,5	10.1080/02642069.2023.2178644
BROUWER AF, 2022, TOB CONTROL	26	8,6	10.1136/tobaccocontrol-2020-055967
KHANG A, 2023, HANDB OF RES ON AI-BASED TECHNOLAND APPL IN THE ERA OF THE METAVERSE	21	10,5	10.4018/978-1-6684-8851-5.ch004
LENG J, 2023, IEEE TRANS SYST MAN CYBERN SYST	19	9,5	10.1109/TSMC.2023.3257172
TLILI A, 2023, SERV IND J 2	19	9,5	10.1080/02642069.2023.2178644
BILAL M, 2023, ENVIRON SCI POLLUT RES	18	9	10.1007/s11356-022-22212-8
KIRCHNER GJ, 2023, CLIN ORTHOP RELAT RES	17	8,5	10.1097/CORR.0000000000002668
ALI M, 2023, INT J MENT HEALTH ADDICT	17	8,5	10.1007/s11469-021-00638-4
MICHAELIS J.E., SIEBERT-EVENSTONE A., SHAFFER D.W., IN PROCEEDINGS OF THE CHI CONFERENCE ON HUMAN FACTORS IN COMPUTING SYSTEMS, PP. 1-12, (2020)	16	16	10.1007/s10845-022-02027-7

Fonte: Elaborada pelos autores

Mesmo diante de cenários incertos ou pouco animadores para que em curto período de tempo ocorram mudanças efetivas e necessárias no ensino superior, principalmente em países

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 241 – 262 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

PROSPECÇÃO CIENCIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCAÇÃO 5.0

de economia emergente, importa aproveitar oportunidades para também se inserir, desenvolver, implementar e avaliar de forma mais assertiva e estruturada nas novas tendências tecnológicas mundiais, com objetivo de obtenção de resultados de aprendizagem, sucesso profissional acadêmico, com parcerias entre academia, indústria, instituições públicas, empresas, entidades de fomento e governo para investirem em tecnologias emergentes (Robinson *et al.*, 2023; Fontanela *et al.*, 2020).

A Inteligência artificial é um marco histórico que está em diálogo com as necessidades da sociedade, participando de distintos contextos, tais como: previsão de riscos ambientais, aprendizado computacional, desenvolvimento de modelos com capacidade preditiva sem precedentes, principalmente na segurança, desenvolvimento biológico, fármacos, combate a patógenos, realização de cirurgias, funções fisiológicas (ciborgue), criação de robôs, sistemas autônomos, drones, administração pública-privadas, nos tribunais, envolvimento de mercado, serviços, comércio, indústria global, exploração agrícola, elevação do Produto Interno Bruto (PIB) e continua a gerar distintos desafios (Barrio, 2024; Bas *et al.*, 2024).

A Espanha concentrou seus esforços nas últimas décadas no aumento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita chegando a 70% em comparação com a França, buscando ações de modernização nos mais distintos setores, o que resultou uma nova fase de expansão na conjuntura externa. Comparativamente, Portugal cresceu sua atividade econômica portuguesa em cerca de 4,9% com políticas públicas de investimento público elevado em 2021, que atingiu todos os setores institucionais, incluindo máquinas, equipamentos, orçamento das famílias, geração de empregos, empresas (De Portugal, 2011).

A trajetória de evolução do produto interno bruto (PIB) da economia brasileira apresenta projeções entre os anos de 2018 a 2023 com valores correspondentes entre R\$ 6.941 a R\$ 9.575 bilhões correntes (Horta; Giambiagi, 2018). Nota-se que ações baseadas na existência de cultura científico-tecnológica, tendo como prioridade investimentos e apoio na interiorização da ciência na sociedade, pode ser um instrumental sólido para o fortalecimento de Instituições, dentre elas, os centros de produção e desenvolvimento de pesquisas, o que pode elevar o patamar científico do Brasil, com a publicação pioneira e de qualidade.

3 Considerações finais

A pesquisa cienciométrica aqui proposta possibilitou compreender as principais dimensões e tendências de temas pesquisados atualmente sobre Educação 5.0. Percebe-se que, referente a Plataforma Lattes, os currículos de pesquisadores doutores brasileiros publicizados apresentam linhas de estudo ou grupos de pesquisa diretamente voltados para as áreas de Educação 5.0, Tecnologia Educacional, Aprendizagem Personalizada, Habilidade de Contar Histórias na Educação, Interatividade Virtual e Métodos Pedagógicos Educacionais. Dentre estes, o maior número de pesquisas foi detectado em Tecnologia Educacional, bem como poucos currículos voltaram-se para a temática Aprendizagem Personalizada, podendo ser um alerta para que as pesquisas se aprofundem neste contexto da aprendizagem personalizada uma vez que cabe aos educadores/pesquisadores contemporâneos a inserção, em suas atividades didático-pedagógicas, das especificidades do estudante.

Nas análises dos bancos de dados extraídos das plataformas *Scopus* e *WoS* para os anos de 2022 a 2024, foi demonstrado amplo potencial de crescimento para novas publicações, podendo-se ressaltar que as nações mais ricas e avançadas como os Estados Unidos da América e a China obtiveram elevado destaque quanto ao número de artigos publicados e o quantitativo de citações sobre a temática Educação 5.0, respectivamente. Contudo, nota-se que nenhum país da América Latina está presente no ranqueamento entre as dez primeiras posições de publicação, ao que se incita reflexões sobre a pesquisa, enquanto instrumento privilegiado para a construção do conhecimento inovador, e o seu espaço nas nações com economia de mercado emergente.

Considerando a frequência de colaboração uni e multilateral entre os países, os Estados Unidos da América obteve elevada colaboração multilateral e a maior frequência de colaboração unilateral deu-se entre a Austrália e o Reino Unido. Neste contexto, é necessário e urgente que países como o Brasil, volte sua atenção para aproximação e criação de parcerias e fomento com países aqui reportados nos resultados bibliométricos tais como os Estados Unidos da América, China, Reino Unido, Índia, Portugal, Espanha Austrália, Eslováquia, Indonésia, Bangladesh, Japão e Canadá, na internacionalização de pesquisa correlacionadas à Educação 5.0.

Com base na análise fatorial de componentes principais de palavras-chave contidas nos documentos publicados nas Plataformas Scopus e Web of Science (2022-2024), percebeu-se

PROSPECÇÃO CIENCIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCAÇÃO 5.0

que o conjunto de grupos que apresentarem distintas tendências de pesquisas voltadas para a área da Educação 5.0, saúde, uso de máquinas na Indústria 5.0, valorização do meio ambiente pelas empresas e a mundo virtual por meio da Inteligência Artificial. Constatou-se que, na prática, o método cienciométrico de avaliação de publicações científicas é um instrumento eficaz para conduzir à organização, análise contextualizada, mensuração e quantificação de indicadores do progresso científico por meio das produções bibliométricas quanto à combinação de informações valiosas sobre o mapeamento de relações entre países, pesquisadores, além de fornecer as principais tendências prospectivas atuais e de relevância, dentro do cenário mundial da comunidade acadêmica e da sociedade.

258

Referências

- ABDELRAHMAN, G.; WANG. Q.; NUNES, B. Knowledge tracing: a survey. **ACM Comput Surv.** 2023;55(11):1–37.
- ABREU, Roberta Melo de Andrade; DE ALMEIDA, DANILO DI MANNO. Refletindo sobre a pesquisa e sua importância na formação e na prática do professor do ensino fundamental. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, n. 14, 2008.
- AHMAD, SHABIR *et al.* Education 5.0: requirements, enabling technologies, and future directions. **arXiv preprint arXiv:2307.15846**, 2023.
- ALHARBI, ABDULLAH M. Implementation of Education 5.0 in developed and developing countries: A comparative study. **Creative Education**, v. 14, n. 5, p. 914-942, 2023.
- ALI, KASHIF *et al.* Evaluation of mRNA-1273 SARS-CoV-2 vaccine in adolescents. **New England Journal of Medicine**, v. 385, n. 24, p. 2241-2251, 2021.
- ALISMAIL, HALAH AHMED. Integrate digital storytelling in education. **Journal of Education and Practice**, v. 6, n. 9, p. 126-129, 2015.
- ANASTASOPOULOU, Amalia *et al.* COVID-19 in Patients with Melanoma: A Single-Institution Study. **Cancers**, v. 16, n. 1, p. 96, 2023.
- ARIA, M.; C. CUCCURULLO. 2017. bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. **Journal of Informetrics** 11: 959-975. <https://doi.org/10.1016/j.joi.2017.08.007>.
- ÁVILA, ANA PAULA HOLANDA LIMA; GOMES, DANIELLE MIRANDA DE OLIVEIRA ARRUDA. Desafios e oportunidades da transformação digital e da sociedade 5.0 na era pós-pandemia. **Razón y Palabra**, v. 24, n. 109, 2020.
- Hum Res**, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 241 – 262 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

BARBOSA, MARCEL M.; DE SOUZA, NALI DE JESUS. Impactos da Reformas Liberalizantes dos anos de 1980 e 1990 sobre a economia indiana. **RDE. Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. Ano X, p. 133-144, 2008.

BARRIO, MOISES. De nuevo sobre la persona robótica. **Inteligencia Artificial**, v. 27, n. 73, p. 65-79, 2024.

BAS, GUILLEM *et al.* The EU AI Act: A pioneering effort to regulate frontier AI? **Inteligencia Artificial**, v. 27, n. 73, p. 55-64, 2024.

BELAY. T. TADELE; PATEL, VALAY MUKESH; MANNS, MARTIN. Industrial human activity prediction and detection using sequential memory networks. In: **Proceedings of the Conference on Production Systems and Logistics: CPSL 2022**. Hannover: publish-Ing., 2022. p. 62-72.

BENDER FILHO, REISOLI *et al.* EVIDÊNCIAS SOBRE A DINÂMICA DO INVESTIMENTO DOS PAÍSES (1990-2018): APLICAÇÃO DA MODELAGEM PVAR. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 3, n. 53, 2022.

BORGES, FERNANDA MOURA *et al.* Estratégias para promoção da saúde e seus impactos na qualidade de vida de adultos hipertensos: revisão integrativa. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 30, n. 1, p. 146-157, 2022.

BORGES, GUSTAVO SILVEIRA. Smart cities na sociedade 5.0 e direitos humanos: experiência da e-estônia. **Revista de Direito da Cidade**, v. 15, n. 2, p. 707-734, 2023.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Matriz conceitual atualizada e revista do Thesaurus Brasileiro da Educação (Brased). Brasília, DF: Inep, 2023.

CARVALHO FILHO, ROLDÃO OLIVEIRA DE; *et al.* COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS E HABILIDADES ESPECÍFICAS MAIS CITADAS EM ARTIGOS RECENTES SOBRE A INDÚSTRIA 5.0 COMO DESAFIO PARA A EDUCAÇÃO 5.0. **ANAIS DO 44º SEMINÁRIO DE ATUALIZAÇÃO DE PRÁTICAS DOCENTES**. 2023.

CHANG, YU-WEI; NABAVI, MAJID. Comparison of disciplines, topics, and methods in studies in Journal of Informetrics and Scientometrics from 2016 to 2020. **Scientometrics**, p. 1-25, 2024.

CHEN, Y.; WANG, S.; JIANG, F.; TU, Y.; HUANG, Q. DCKT: a novel dual-centric learning model for knowledge tracing. **Sustainability**. 2022;14(23):16307.

DE OLIVEIRA, RITA DE CÁSSIA MARTINS *et al.* Compartilhamento das informações e as gerações: uma análise sobre essa relação. **Informação & Informação**, v. 28, n. 1, p. 255-275, 2023.

DE LIMA JÚNIOR, AFONSO BARBOSA; SILVA, LEBIAM TAMAR GOMES. O que é educação personalizada, afinal? **Educação**, p. e98/1-20, 2021.

DEMACHKI, ÉRIKA; DE MELO MARICATO, JOÃO. Cobertura de fontes de dados e correlações entre indicadores altmétricos e citações em portais de periódicos brasileiros: comparações nas diferentes áreas do conhecimento. **Informação & Informação**, v. 27, n. 3, p. 423-449, 2022.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 241 – 262 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

PROSPECÇÃO CIENCIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCAÇÃO 5.0

DE PORTUGAL, BANCO. A Economia portuguesa em 2011. **Relatório do Conselho da Administração do Banco de Portugal**, 2011.

DONEDA, D. Da privacidade à proteção de dados pessoais. Rio de Janeiro: **Revista dos Tribunais**, 2019.

DONG, QIAN *et al.* Effectiveness of digital health literacy interventions in older adults: single-arm meta-analysis. **Journal of Medical Internet Research**, v. 25, p. e48166, 2023.

DOS SANTOS, ENISE ARAGÃO; TORKOMIAN, Ana Lucia Vitale. Capacidade tecnológica e inovação: um estudo empírico em empresas de base tecnológica brasileiras. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 23, n. 4, p. 197-221, 2023.

FAYAD, DANIELLE; FRENCK JR, ROBERT W. COVID-19 Vaccines in Children. **Journal of Clinical Medicine**, v. 13, n. 1, p. 87, 2023.

FELCHER, CARLA DENIZE OTT; FOLMER, VANDERLEI. EDUCAÇÃO 5.0: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO. **ReTER**, Santa Maria, v.2, n.3, 2021.

FONTANELA, C.; DOS SANTOS ARAÚJO SILVA DOS SANTOS, M. I.; DA SILVA ALBINO, J. A sociedade 5.0 como instrumento de promoção dos direitos sociais no Brasil. **Revista Justiça do Direito**, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 29-56, 2020. DOI: 10.5335/rjd.v.34i1.10904.

GOEDE, M. (2020). COVID-19 and Change. **Archives of Business Research**, 8(7). 311-369

GUANAES, PAULO CEZAR VIEIRA; ALBAGLI, SARITA. Direito Autoral sobre dados de pesquisa no ecossistema da Comunicação Científica. **Transinformação**, v. 35, p. e226918, 2023.

HARAHAP, NOVA JAYANTI; LIMBONG, CHRISTINE HERAWATI; SIMANJORANG, ELIDA FLORENTINA SINAGA. The Education in Era Society 5.0. **Jurnal Eduscience (JES)**, v. 10, n. 1, p. 237-250, 2023.

HEBERLE, HENRY; MEIRELLES, G. V.; DA SILVA, F. R.; TELLES, G. P.; MINGHIM, R. InteractiVenn: a web-based tool for the analysis of sets through Venn diagrams. **BMC bioinformatics**, v. 16, p. 1-7, 2015.

HORTA, GUILHERME TINOCO DE LIMA; GIAMBIAGI, FABIO. Perspectivas DEPEC 2018: o crescimento da economia brasileira 2018-2023. **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**, 2018.

HUANG, QIONGHAO; CHEN, JILI. Enhancing academic performance prediction with temporal graph networks for massive open online courses. **Journal of Big Data**, v. 11, n. 1, p. 1-26, 2024.

LIMA, REGINA MARIA FERREIRA DA SILVA; VIANA, MARIA APARECIDA PEREIRA. Educação personalizada e avaliação formativa em ecossistemas de aprendizagem digitais no ensino superior: articulando currículo digital e diversidade cultural. **Revista e-Curriculum**, v. 20, n. 3, p. 1043-1063, 2022.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 241 – 262 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

MARTÍN-MARTÍN, ALBERTO *et al.* Google Scholar, Microsoft Academic, Scopus, Dimensions, Web of Science, and OpenCitations' COCI: a multidisciplinary comparison of coverage via citations. **Scientometrics**, v. 126, n. 1, p. 871-906, 2021.

MELLUSO, NICOLA *et al.* Lights and shadows of COVID-19, Technology and Industry 4.0. **arXiv preprint arXiv:2004.13457**, 2020.

MONACO, GAETANO LO. O Thesaurus Brasileiro da Educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 87, n. 215, 2006.

NIEMEYER, LUIZ M.; BIGGI, JOÃO GABRIEL O. O papel do Estado na constituição do Sistema Nacional e Setorial de Inovação: o caso do setor farmacêutico na Índia. **Oikos**, v. 18, n. 3, 2019.

NOVAES, CRISTINA SANTOS; FONSECA, JOSEFA SÔNIA. Educação Corporativa: uma nova forma de educar no Serviço Público Baiano. **Revista e-Curriculum**, v. 22, p. e51285-e51285, 2024.

PLIHON, DOMINIQUE; REY, NATHALIE. Espanha, doze anos de miopia. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 13, p. 105, 2013.

PUTRA, MUHAMMAD RAFI ADRIANSYAH. Ketergantungan Pendidikan pada Teknologi: Tantangan dan Kritik terhadap Konsep Pendidikan 5.0. **Proceedings Series of Educational Studies**, 2023.

ROBINSON, EVAN T. *et al.* Envisioning the future of student success: report of the 2022–2023 AACP student affairs standing committee. **American Journal of Pharmaceutical Education**, v. 87, n. 8, p. 100559, 2023.

ROGERS, GORDON; SZOMSZOR, MARTIN; ADAMS, JONATHAN. Sample size in bibliometric analysis. **Scientometrics**, v. 125, n. 1, p. 777-794, 2020.

SCHWAB, KLAUS. **A quarta revolução industrial**. Edipro, 2019.

SOARES JUNIOR, N.; BOTELHO, R. O PEDAGOGO E SUAS MULTIFUNÇÕES NA EDUCAÇÃO 5.0: UMA ABORDAGEM TEÓRICA. **Educação Básica Revista**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 181–202, 2021.

SANTOS, DANIELLE DE SOUSA; ZAN, DIRCE DJANIRA PACHECO E. O sistema de ensino australiano: um olhar sobre as desigualdades educacionais. **Educação em Revista**, v. 38, p. e25173, 2022.

SEBASTIÁN, JESÚS. El papel de la cooperación en la internacionalización de la I+D. **Ide@s** n. 53, p.1121-1137, 2009.

STANFORD, JAILINY FERNANDA SILVA *et al.* Prêmio Nobel como fator de influência nas citações dos pesquisadores: uma análise dos laureados de Química e Física (2005-2015). **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 26, 2021.

UMRO, J. (2020). Tantangan Guru Pendidikan Agama Islam Dalam Menghadapi Era Society 5.0. **Journal Al-Makrifat**, 5 (1), 79–95.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 241 – 262 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

PROSPECÇÃO CIENCIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCAÇÃO 5.0

ZEREM, ENVER *et al.* Science metrics systems and academic promotion: bosnian reality. **Psychiatra Danubina**, v. 33, n. suppl 3, p. 136-142, 2021.

ZEREM, ENVER *et al.* Scientometrics and academia. **Biomolecules and Biomedicine**, 2024.

ZHANG, JUAN *et al.* Comparing keywords plus of WOS and author keywords: A case study of patient adherence research. **Journal of the association for information science and technology**, v. 67, n. 4, p. 967-972, 2016.

WANG, ANDREW *et al.* Reimagining a pass/fail clinical core clerkship: a US residency program director survey and meta-analysis. **BMC Medical Education**, v. 23, n. 1, p. 788, 2023.

XIE, HUALIN *et al.* A bibliometric analysis on land degradation: Current status, development, and future directions. **Land**, v. 9, n. 1, p. 28, 2020.

ZHANG, YUYING; THENKABAIL, PRASAD S.; WANG, PENG. A bibliometric profile of the remote sensing open access journal published by MDPI between 2009 and 2018. **Remote Sensing**, v. 11, n. 1, p. 91, 2019.

INSERÇÃO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA AO CRÉDITO: PERSISTÊNCIA DA ARMADILHA PARA ENTRADA NA CIRANDA DO CRÉDITO-DÉBITO.

Magda Núcia Albuquerque Dias¹

RESUMO

O trabalho em questão é uma atualização de uma pesquisa realizada no doutorado, há cerca de dez anos, sobre o endividamento das populações de baixa renda. Naquela época, defendíamos a tese de que, devido à sua inserção na ciranda do crédito-débito, essas populações não tinham alternativas viáveis de escape. Questionávamos o que havia possibilitado a entrada dessas pessoas nesse ciclo, considerando que, no passado, elas não tinham acesso a nenhum tipo de crédito. De repente, mesmo com baixa renda, passaram a fazer parte de um sistema que acabou levando-as ao endividamento. A resposta encontra-se nas crises sucessivas enfrentadas pelo capitalismo, que revelaram a dificuldade do capital em manter sua dinâmica tradicional, representada na fórmula de Marx (1983), D-M-D'. A crise, cujo ponto de inflexão foi a década de 1970, marcou o início de um novo ciclo, descrito pela fórmula marxiana D-D'. A financeirização da economia passou a exigir que o dinheiro gerasse mais dinheiro sem necessariamente passar pela produção material de mercadorias. O desafio tornou-se evidente: como valorizar o valor? Como transformar dinheiro em mais dinheiro? Afinal, esse é o objetivo do sistema capitalista. Esse debate permanece atual, especialmente quando se trata de entender a crise do capital e seu impacto sobre as populações mais vulneráveis. No Brasil, o acesso ao crédito para famílias de baixa renda tem proporcionado, por um lado, o acesso a bens antes inacessíveis e, por outro, tem levado essas famílias ao permanente endividamento. A discussão sobre a crise do capital será conduzida com base na perspectiva de Robert Kurz (1992), que identifica um limite histórico ao capital, incapaz de superar a crise. Outros autores também contribuem para o debate, a saber: Arrighi (1993), Brenner (2003), Harvey (2011), Löwy (2013) e Menegat (2024). Por fim, atualizaremos os dados sobre o endividamento das populações de baixa renda. Embora o crédito tenha proporcionado o acesso a certos bens, trouxe também o desafio do endividamento. Para analisar essa inserção na ciranda do crédito-débito, adotamos a perspectiva de Anselm Japp (2013), que defende que o sistema capitalista não poderia existir sem a consolidação desse ciclo.

Palavras-chave: Crise; financeirização; endividamento; pobreza.

INSERTION OF LOW-INCOME POPULATION INTO CREDIT: PERSISTENCE OF THE TRAP LEADING INTO THE CREDIT-DEBT CYCLE

Abstract

The work in question is an update of a study conducted during my doctorate, about ten years ago, on the indebtedness of low-income populations. At that time, we defended the thesis that, due to their insertion in the credit-debt cycle, these populations had no viable alternatives to escape. We questioned what had enabled these people to enter this cycle, considering that, in the past, they had no access to any type of credit. Suddenly, even with low income, they became part of a system that ended up leading to indebtedness. The answer lies in the successive crises faced by capitalism, which revealed the difficulty of capital in maintaining its traditional dynamics, represented in Marx's (1983) formula, M-D- M'. The crisis, whose turning point was in the 1970s, marked the beginning of a new

¹ Doutora em Serviço Social pela Escola de Serviço Social - ESS, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Adjunta de Sociologia da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, Campus de Timon. E-mail: magdadias@professor.uema.br

cycle, described by the maximian formula $D-D'$. The financialization of the economy began to require that money generate more money without necessarily going through the material production of goods. The challenge became clear: how to value value? How to turn money into more money? After all, this is the goal of the capitalist system. This debate remains current, especially when it comes to understanding the capital crisis and its impact on the most vulnerable populations. In Brazil, access to credit for low-income families has provided, on the one hand, access to goods that were previously inaccessible and, on the other, has led these families to permanent indebtedness. The discussion on the capital crisis will be conducted based on the perspective of Robert Kurz (1992), who identifies a historical limit to capital, incapable of overcoming the crisis. Other authors also contribute to the debate, namely: Arrighi (1993), Brenner (2003), Harvey (2011), Lowy (2013) and Menegat (2024). Finally, we will update the data on the indebtedness of low-income populations. Although credit has provided access to certain goods, it has also brought the challenge of debt. To analyze this insertion into the credit-debt cycle, we adopted the perspective of Anselm Japp (2013), who argues that the capitalist system could not exist without the consolidation of this cycle.

Keywords: Crisis, financialization, debt, poverty

INSERCIÓN DE LA POBLACIÓN DE BAJOS INGRESOS AL CRÉDITO: PERSISTENCIA DE LA TRAMPA PARA LA ENTRADA EN LA ESPIRAL CRÉDITO-DÉBITO.

RESUMEN

El presente trabajo es una actualización de una investigación realizada durante el doctorado, hace aproximadamente diez años, sobre el endeudamiento de las poblaciones de bajos ingresos. En aquel momento, sosteníamos la tesis de que, debido a su inserción en la espiral crédito-débito, estas poblaciones no tenían alternativas viables de escape. Nos preguntábamos qué había posibilitado la entrada de estas personas en ese ciclo, considerando que, en el pasado, no tenían acceso a ningún tipo de crédito. De repente, incluso con ingresos reducidos, pasaron a formar parte de un sistema que terminó conduciéndolas al endeudamiento. La respuesta se encuentra en las crisis sucesivas que ha enfrentado el capitalismo, las cuales revelaron la dificultad del capital para mantener su dinámica tradicional, representada en la fórmula de Marx (1983), $D-M-D'$. La crisis, cuyo punto de inflexión fue la década de 1970, marcó el inicio de un nuevo ciclo, descrito por la fórmula marxiana $D-D'$. La financiarización de la economía comenzó a exigir que el dinero generara más dinero sin necesidad de pasar por la producción material de mercancías. El desafío se hizo evidente: ¿cómo valorizar el valor? ¿Cómo transformar dinero en más dinero? Después de todo, ese es el objetivo del sistema capitalista. Este debate sigue siendo actual, especialmente cuando se trata de comprender la crisis del capital y su impacto sobre las poblaciones más vulnerables. En Brasil, el acceso al crédito para las familias de bajos ingresos ha permitido, por un lado, el acceso a bienes antes inaccesibles y, por otro, ha llevado a esas familias a un endeudamiento permanente. La discusión sobre la crisis del capital se desarrollará con base en la perspectiva de Robert Kurz (1992), quien identifica un límite histórico del capital, incapaz de superar la crisis. Otros autores también contribuyen al debate, a saber: Arrighi (1993), Brenner (2003), Harvey (2011), Löwy (2013) y Menegat (2024). Finalmente, actualizaremos los datos sobre el endeudamiento de las poblaciones de bajos ingresos. Aunque el crédito ha permitido el acceso a ciertos bienes, también ha traído consigo el desafío del endeudamiento. Para analizar esta inserción en la espiral crédito-débito, adoptamos la perspectiva de Anselm Japp (2013), quien sostiene que el sistema capitalista no podría existir sin la consolidación de dicho ciclo.

Palabras clave: Crisis, financiarización, endeudamiento, pobreza

INSERÇÃO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA AO CRÉDITO: PERSISTÊNCIA DA ARMADILHA PARA ENTRADA NA CIRANDA DO RÉDITO-DÉBITO

1 Introdução

O endividamento familiar das populações de baixa renda, sob uma perspectiva macroestrutural, demanda um entendimento mais amplo deste momento histórico, no qual uma crise instaurada desde a década de 1970 tornou o endividamento dessas populações um problema complexo e persistente. Essa crise também coloca em pauta o limite histórico do sistema capitalista e, conseqüentemente, a própria perspectiva de vida das populações globais, sobretudo as de baixa renda, mais vulneráveis socialmente. Parece que o sistema econômico não encontra soluções para integrar essas populações, levando-as à lógica do crédito e débito. Seria essa dinâmica uma crueldade de nosso tempo ou uma impossibilidade histórica de inclusão? Possivelmente ambos, uma vez que, embora as causas estruturais desse problema sejam sociais, não se pode eximir a responsabilidade individual em relação à questão humanitária e ao acesso desigual a bens materiais, em um contexto de abundante produção de riqueza. Essa privação das populações mais vulneráveis, cercadas por riqueza material, reforça a necessidade de questionarmos a moral que sustenta a lógica perversa da sociedade atual.

O pensamento crítico aponta que uma sociedade de mercado não é capaz de produzir humanidades, especialmente sob um modelo que, para se manter, explora forças produtivas que ameaçam o planeta, como armas e tecnologias avançadas concentradas nas mãos de poucos. Esse sistema normaliza a guerra, que se torna um espetáculo midiático, acompanhada em tempo real pelas redes sociais. Conseqüentemente, vidas humanas são ceifadas ou forçadas ao exílio, enquanto as justificativas para esses conflitos se tornam cada vez mais questionáveis, uma vez que, do ponto de vista humano, as guerras são moralmente injustificáveis. A situação atual exige análises que ultrapassem uma única perspectiva, dado que a própria existência de algumas espécies no planeta, inclusive a humana, está ameaçada pela ação humana sobre a natureza. As análises sociais, portanto, precisam abordar a impossibilidade de sustentabilidade de um sistema que visa, acima de tudo, à mercantilização da vida.

A crise do capitalismo, de uma perspectiva macroestrutural, ajuda a explicar as diversas crises institucionais e a própria crise sistêmica que afeta tanto as estruturas sociais quanto geológicas do planeta. Isso causa desastres ambientais e coloca em risco a

continuidade da vida na Terra. Desde o século XVIII, com o advento da industrialização, o impacto da ação humana nos processos geológicos tornou-se mais evidente (Pádua, et al, 2023), e essa interferência levanta questões sobre os limites históricos do capitalismo, a crise ambiental e a crise climática. Robert Kurz (1992) argumenta sobre o limite histórico do capital, defendendo que o modelo capitalista tem como objetivo a constante geração de riqueza financeira até que todos os recursos do planeta sejam exauridos.

As populações de baixa renda são as mais afetadas por essa crise. Na ausência de um mínimo de acesso material necessário à sobrevivência, essas populações enfrentam a escassez em meio à abundância. Desde a década de 1970, no Brasil e no mundo, uma das soluções para a inclusão das populações pobres na sociedade tem sido a transferência de renda, como exemplificado pelo programa Bolsa Família no Brasil, que permite acesso ao crédito e, por conseguinte, ao endividamento. Dessa forma, são essas famílias as mais afetadas pela crise do capital, vivendo em situações de vulnerabilidade tanto biológica quanto ambiental. Biologicamente, porque enfrentam carência de nutrientes essenciais, e ambientalmente, porque residem em regiões urbanas desprotegidas, como morros e periferias, áreas esquecidas pelo poder público e frequentemente atingidas por eventos climáticos adversos, que agravam sua situação econômica.

O ponto de inflexão das sucessivas crises capitalistas foi a década de 1970, culminando na crise de 2008. Desde então, as condições de vida no planeta se tornaram insustentáveis e, para piorar, o surgimento de um vírus letal aumentou ainda mais o sofrimento. A pandemia de Covid-19, e outros fatores ambientais que afetam várias partes do mundo, revelam o impacto destrutivo da ação do homem sobre a natureza, levando a comunidade científica a debater com urgência a sustentabilidade da vida humana neste início de século. Não é possível a discussão sem uma compreensão mínima sobre as crises capitalistas.

2 Crises capitalistas: atualizando o debate

A teoria do Antropoceno ganha relevância como explicação para um mundo em crise permanente, o que provoca um estado de emergência que altera tanto a percepção do tempo quanto da história, caracterizando uma nova fase da humanidade. O capitalismo, com suas promessas de progresso e modernidade, parece incapaz de enfrentar as crescentes

INSERÇÃO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA AO CRÉDITO: PERSISTÊNCIA DA ARMADILHA PARA ENTRADA NA CIRANDA DO RÉDITO-DÉBITO

desigualdades sociais e as crises políticas e ambientais. As contradições atuais indicam que o sistema não possui respostas eficazes para essas crises, ao contrário, as soluções aparentes se mostram cada vez mais distantes (Arantes, 2004).

As crises não são eventos cíclicos e passageiros, mas sim resultados profundos da dinâmica capitalista, com cada ciclo sistêmico impulsionado por um centro financeiro e uma potência hegemônica. Ao longo da história do capitalismo, foram quatro os ciclos hegemônicos, a saber: genovês, holandês, britânico e americano. Em todos eles a financeirização da economia representou a sua fase terminal e sua queda, quando é substituído por novo ciclo. O ciclo americano vivencia a sua fase final e, provavelmente será substituído pela hegemonia chinesa (Arrighi, 1996). Com base nessa análise, Arrighi (Ibidem) aponta a China como potencial substituta para o ciclo americano em declínio. Contudo, essa transição hegemônica não se consolidou, especialmente diante das guerras envolvendo Ucrânia e Rússia, e Israel e Palestina, que dificultam uma visão clara de futuras hegemonias econômicas, mas que não deixa dúvidas sobre a severidade da crise.

A década de 1970 marcou o início de uma crise global, com queda nas taxas de lucro e estagnação, resultante do colapso do setor manufatureiro. Tentativas dos Estados Unidos para conter a crise, como a desvalorização do dólar e o fim do Acordo de Bretton Woods, acabaram por intensificar a instabilidade econômica. A recessão de 1974-75 e a crise do petróleo apenas agravaram o quadro, com desemprego e queda de salários. Nos anos 1980, o desemprego aumentou nas economias avançadas, enquanto nos Estados Unidos da América o mercado de ações sofreu quedas bruscas. Medidas deflacionárias foram adotadas, e os ajustes fiscais na década de 1990 não conseguiram estabilizar o crescimento (Robert Brenner, 2003).

A crise de 2008, por seu turno, foi um marco em uma sequência de crises financeiras no centro da economia americana, resultando no colapso do sistema para a população de baixa renda, que perdeu suas economias e lares. A financeirização tornou-se o motor da economia, mas com consequências devastadoras. O capitalismo não pode manter seu crescimento sem mecanismos especulativos, que inevitavelmente levam a novas crises (Harvey 2011).

A crise atual é ainda mais grave que a de 1929, e as políticas neoliberais, como privatizações e cortes em áreas sociais, apenas aprofundam o seu estágio e promovem recessão. São crises econômica e ecológica decorrentes do efeito da dinâmica capitalista que

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 262 – 274 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

consistem em transformar tudo em mercadoria. A alternativa é o ecosocialismo, um socialismo que consegue conviver com a dinâmica da natureza sem, contudo, destruí-la (Michel Löwy, 2013)

A crise é terminal, expressa a autocontradição do sistema, que falha em valorizar o capital e arcar com os impactos ambientais. No pós-guerra o capitalismo encontra seu apogeu, quando o fordismo incorporou massas de trabalhadores em uma dinâmica que parecia impulsionar para uma realidade um tanto estável, mas, logo tudo muda com o desenvolvimento da microeletrônica, ao impulsionar a globalização e abalar o poder dos Estados-nação, deslocando a produção para áreas com mão-de-obra barata (Kurz, 1982)

A Crise no processo de produção real desloca o capital para outro processo de valorização, a ficcionalização², gera lucro além da produção real, mas suas bolhas financeiras são insustentáveis. A racionalização da produção causou a perda da centralidade do trabalho, levando ao desemprego e ao declínio do trabalho abstrato produtor de valor. A crise que emerge desde os anos 1980, é marcada por "bolhas de ar quente" que explodem periodicamente, ilustra a perda da capacidade expansiva do capitalismo. O Estado, por sua vez, enfrenta uma crise fiscal crônica e endividamento, e como solução implementa políticas neoliberais que reduzem investimentos em saúde e educação. A hiperinflação e o endividamento limitam a capacidade estatal de atuar, enquanto o sistema capitalista exibe uma crescente incapacidade de manter o equilíbrio socioeconômico e ambiental (Ibidem)

A guerra sempre foi uma estratégia que o capitalismo historicamente utilizou para impulsionar sua valorização. No entanto, na contemporaneidade, esse impulso não pode mais ser sustentado pelos moldes das guerras imperialistas do século XX. Em seu lugar, surgem as guerras civis, cujo métodos são práticas de pilhagem e roubo, embora sempre presentes, eram antes contidas, mas agora se espalham pela sociedade, instaurando um estado permanente de guerra que destrói as possibilidades de solidariedade. Nesse contexto, as milícias emergem como forças politizadoras em um cenário em que a modernização já não é o horizonte a ser perseguido; ao contrário, o que se observa é uma tendência ao fim e a dissolução do Estado. Esses grupos percebem o colapso iminente e se colocam no controle de uma sociedade marcada pela destruição da continuidade da produção de mercadorias (Menegat, 2024).

Menegat (Ibidem), inspirado por Kurz (1992), sustenta que o colapso da

² Robert Kurz prefere utilizar o termo em substituição ao termo financeirização.

INSERÇÃO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA AO CRÉDITO: PERSISTÊNCIA DA ARMADILHA PARA ENTRADA NA CIRANDA DO RÉDITO-DÉBITO

modernização representa, na verdade, o colapso das sociedades produtoras de mercadorias. É neste quadro de crise de difícil solução, de violência generalizada, que se inscreve o endividamento das populações de baixa renda no país.

3 Sobre o endividamento da população de baixa renda e a sua inserção na ciranda do crédito-débito.

As análises realizadas até o momento revelam a dificuldade de inserção da mão-de-obra no sistema de acumulação de capital. Embora, como mencionado anteriormente, os autores não compartilhem a visão de um limite absoluto para a forma capitalista, conforme Kurz (Ibidem), concordam sobre as consequências dessa crise, sendo uma das mais perversas o desemprego em massa. A questão que estava posta há dez anos permanece: o que fazer com aqueles que sobram no sistema capitalista? À época, nossa preocupação centrava-se nos beneficiários do Programa Bolsa Família, sustentando que esses ingressam no sistema sem passar pelo circuito formal de valorização, recebendo dinheiro e consumindo sem a venda de sua força de trabalho. Surge, então, o problema: consumo sem produção de valor. Notamos que pesquisas já sinalizavam a inclusão das populações de baixa renda na dinâmica do crédito- débito. Neste estudo, é pertinente destacar o crescimento dos desalentados, principalmente nas regiões mais pobres do país, para, em seguida, discorrer acerca do contínuo endividamento das famílias de baixa renda no Brasil.

Estatísticas sobre o desalento no Brasil demonstram a gravidade do desemprego, uma situação influenciada pela crise capitalista. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, desalentados são indivíduos aptos para o trabalho, que desejam trabalhar, mas desistem devido à falta de oportunidades. Esse fenômeno, capturado pelo IBGE desde 1991, evidencia tanto o aumento do número de desalentados quanto o perfil e a localização dos mais afetados (IBGE, 2024).

Entre 2012 e 2019, o número de desalentados saltou de dois milhões para cerca de 4,9 milhões, um aumento de quase 153%. Entre os fatores citados pelos próprios desalentados estão a falta de experiência, qualificação inadequada e a ausência de empregos na localidade que residem, sendo que cerca de 63% desistiram de procurar trabalho por essa última razão. O perfil dos mais propensos ao desalento inclui mulheres, pessoas negras ou pardas, jovens

entre 18 e 24 anos, e indivíduos sem ensino médio completo, especialmente no Nordeste, com destaque para Bahia e Maranhão (Peruchetti et al, 2019)

A situação de desalento se agrava quando somada à inadimplência, e indicam que a inadimplência aumentou entre os mais pobres, apesar da queda no endividamento da população geral. Atualmente, 37% dessa população encontra-se inadimplente, com a elevação dos juros dificultando ainda mais o pagamento das dívidas (CNC, 2024).

A dependência do endividamento, central no capitalismo financeiro, como informado anteriormente, não deixou de atingir a população de baixa renda. Desde a legalização das atividades financeiras para pequenos empreendedores, tanto urbanos quanto rurais, em 2003, o sistema financeiro conseguiu incluir milhões de pessoas de baixa renda no Brasil, especialmente através do microcrédito. O Programa Nacional de Microcrédito Orientado (PNMPPO), criado em 2005, facilitou o acesso a crédito para pequenos negócios, possibilitando a sobrevivência dessa população em tempos de crise do trabalho.

A população de baixa renda teve acesso a bens de consumo como o telefone, o rádio, a televisão, microcomputador, dentre outros. Bens que antes eram inacessíveis a este segmento, até para os que trabalhavam, e aqui ressaltam-se os que viviam na informalidade, trabalhando por conta própria. A abertura de crédito possibilitou a aquisição de muitos destes bens (Sebrae, 2009).

Os dados ilustram o crescimento do volume de operações financeiras quando o governo federal resolve abrir linhas de crédito para a população de baixa renda. Em sete anos, de 2003 a 2010, o registro de CPFS subiu de 70 milhões para 115 milhões. O número de contas-correntes simplificadas e ativas que não existiam em 2003, sobem para 6,5 milhões em 2010 (Costa, 2012). Em 2021, 82% da população brasileira tinha conta em banco, especialmente os de baixa renda, números que sobem em 2017 para 57%. Estatística que evidencia o crescimento da inserção da população pobre ao sistema financeiro (Bast, 2023).

Os resultados globais das microfinanças do CrediAmigo em 2023 ilustram o aumento das operações desde 2010, a saber: 10,6 bilhões de valores contábeis, 3,55 milhões de operações e 198 milhões de clientes ativos com 5,21 bilhões de carteira ativa. Ressalta-se que, em 2011, o programa tinha um milhão de clientes ativos. Significa que, em dez anos, houve um aumento de 8 milhões de clientes (Brasil, 2024 a).

Contudo, essa inclusão não impediu o endividamento. Mesmo em 2012 e 2013, já se observava o endividamento da classe E, que recorria ao crédito para acessar bens essenciais.

INSERÇÃO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA AO CRÉDITO: PERSISTÊNCIA DA ARMADILHA PARA ENTRADA NA CIRANDA DO RÉDITO-DÉBITO

Atualmente, 37,7% das famílias de baixa renda estão inadimplentes, incapazes de quitar suas dívidas devido aos juros elevados, uma situação contrastante com famílias de renda superior. Além disso, outro problema crescente é o envolvimento desse segmento com jogos de azar, como as "bets" e "tigrinhos"³ um fenômeno preocupante segundo o governo. 22 milhões de pessoas relataram ter apostado em "bets", sendo que 52% dos apostadores ganham até dois salários mínimos e 58% estão inadimplentes há cerca de 90 dias (Brasil, 2024 b).

Há cerca de uma década, o crédito rápido impulsionou o endividamento desse grupo vulnerável, e agora as apostas "fáceis" contribuem para agravar essa situação. A expansão do capital fictício ocorre sem trabalho produtivo, ilustrada pela fórmula D-D' de Marx (1983), mais simples do que a sua fórmula D-M-D'. No contexto atual, a inserção da população de baixa renda no processo de financeirização da economia ocorre através do crédito-débito como demonstramos, mas sem a elevação econômica, tornando-se apenas uma inclusão como devedores. E mesmo que haja um incentivo à educação financeira, esta não terá um impacto positivo nas finanças da população pobre, não passará de uma tentativa de controle sobre os inadimplentes uma ideologia criada pelo capital (Ribeiro et al, 2016). Em suma, conforme Japp (2013), o crédito prolonga um sistema limitado que arrasta a todos, inclusive os pobres, para a ciranda do endividamento, onde só resta a ilusão de uma sobrevivência. As populações de baixa renda no Brasil exemplificam essa situação.

Algumas Considerações Finais

O endividamento da população de baixa renda no Brasil cresceu nestes últimos dez anos e, pode-se resumir algumas considerações finais sobre esta situação.

- a) A crise do capitalismo desde a década de 1970 tem sido um dos fatores responsáveis direto pela inserção desta população ao sistema econômico, inserido-a na lógica do crédito-débito. Foi a resposta do sistema capitalista tanto em relação ao seu processo interno que exige valorizar o valor, quanto às suas consequências sociais.
- b) Observa-se que a crise é de excesso, portanto a moral social, a estrutura de um

³ Jogos de aposta.

sistema como o capitalismo deve ser questionada por gerar desigualdade em contexto de abundância.

c) A exploração provocada pela produção de valor causa não só problemas sociais, mas ambientais graves. A lógica do sistema continua a ameaçar o planeta e a vida humana, ao usar tecnologias destrutivas e manter a riqueza de poucos.

d) A teoria de Arrighi (1993) sobre os ciclos com suas sucessivas crises descreveu o abalo da hegemonia americana e colocou a possibilidade de a China substituir os Estados Unidos da América como potência dominante. O cenário atual não permite, ainda, que esta possibilidade se torne uma realidade, de fato.

e) As crises econômicas, segundo Brenner (2003) e Harvey (2011) expõem a fragilidade do crescimento, sobretudo em estágio de financeirização.

f) Michel Löwy (2013) propõe o ecosocialismo como alternativa às crises do capitalismo, enquanto Robert Kurz (1982) defende que a crise é terminal, a sociedade produtora de mercadorias colapsou.

g) Menegat (2024) na perspectiva do limite estrutural decorrente da crise terminal do sistema capitalista, como infere Kurz (Ibidem), reforça o caráter destrutivo e violento das guerras de ordenamento que se instalam no interior das sociedades.

h) As populações de baixa renda enfrentam as consequências da crise, ao enfrentarem alta inadimplência e falta de oportunidades de trabalho formal, com o aumento do desalento e a dependência do crédito. Fenômeno que vem crescendo há cerca de 10 anos.

i) O impacto nas populações de baixa renda intensifica a desigualdade de acesso aos recursos e a sua dependência aos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

j) A situação se agrava e o horizonte está enevoado, não se tem respostas para o endividamento das populações vulneráveis.

Referências

ARANTES, Paulo Eduardo. **O novo tempo do mundo:** e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARRIGHI. **O longo século XX:** dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BRASIL. Agência Senado. **Mais de 22 milhões de pessoas apostaram nas “bets” no último**

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 262 – 274 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

INSERÇÃO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA AO CRÉDITO: PERSISTÊNCIA DA ARMADILHA PARA ENTRADA NA CIRANDA DO RÉDITO-DÉBITO

mês, revela **Data senado**.01/10/2024. Disponível em: [https](https://www.sen.o.br/noticias/mater/2024/10/01/mais-de-22-milhoes-de-pessoas-apost-nas-apostas-nao-ultimo-mes-r-datasenado)

[://www.sen.o.br/noticias/mater/2024/10/01/mais-de-22-milhoes-de-pessoas-apost-nas-apostas-nao-ultimo-mes-r-datasenado](https://www.sen.o.br/noticias/mater/2024/10/01/mais-de-22-milhoes-de-pessoas-apost-nas-apostas-nao-ultimo-mes-r-datasenado). Acesso em 10/11/2024. a.

BRASIL. Banco do Nordeste. **Relatório de microfinanças 2023**: CrediAmigo e AgroAmigo. Julho de 2023. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/45775/0/Relat%C3%B3rio+de+Microfinan%C3%A7as+-+2023.pdf/89543bee-90af-3bc0-5960-dd666c9cda36?version=3.0&t=1716473050881>. Acesso em 15/10/2024. b.

BRENNER, R. **O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2003.

BAST, Elaine. **82% da população brasileira tem conta corrente em bancos**. CNN Brasil, 20 de Julho de 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/82-da-populacao-brasileira-tem-conta-corrente-em-bancos-diz-bc/>. Acesso em 08/11/2024.

COSTA, F. N. da. História bancária em movimento. **Teoria e debate**, São Paulo, edição 103, 09/08/2012. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2012/08/10/historia-bancaria-em-movimento/>. Acesso em 06/10/2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios contínua anual**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4679#notas-tabela>. Acesso em 08/11/24

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

JAPP, Anselm. **Crédito à morte: a decomposição do capitalismo e suas críticas**. Trad. Robson J. F. Oliveira. Hedra, São Paulo, 2013.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LÖWY, M. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: uma alternativa ecossocialista. **Caderno CRH**, v. 67, pág. 79–86, janeiro. 2013.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Vol. I, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PÁDUA, J. A. SARAMAGO, V. O antropoceno na perspectiva da análise histórica: uma introdução. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 24, n. 54, p. 659-669, set./dez. 2023

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). **Inadimplência entre os mais pobres atinge 37,7%, mesmo com queda do endividamento da população em geral**. Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor (PEIC), 05/11/2024. Acesso em 08/11/2024.

PERUCHETTI, P. RACHTER, L. Quem são os desalentados no Brasil? **Blog do IBRE**. 24/09/2019. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/quem-sao-os-desalentados-no-brasil>. Acesso em 10/11/24.

PLIHON, D. GUTTMANN, R. O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, Número especial, p. 575-611, dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/wx3KSSStvxhxbGZs6h7HRrxB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12/09/2024.

RIBEIRO. R. F. et al. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 126, p. 340-359, maio/ago. 2016.

SEBRAE. Característica do candidato a Empreendedor Individual (MEI) no Brasil. **Relatório 2009**. Abril de 2009. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/temas-estrategicos/informalidade/Perfil%20do%20candidato%20ao%20MEI%20no%20Brasil_FINAL.pdf. Acesso em: 08 de nov. 2024.

RESENHA

NABOKOV, Vladimir. **Lolita**. Rio de Janeiro, Ed. Alfaguara, 2011, 392p.

Caio Silas Alvarenga Malaquias¹

275

O rei está nu!

É complicado criticar um clássico, sobretudo porque existe uma multidão de apologetas que jamais o leu e que, por isso mesmo, não pode aceitar a menor razão contra o seu conteúdo.

De minha parte, o meu contato com a obra de Nabokov sempre se deu de maneira indireta, por causa de citações diretas ou através da opinião de outros autores a seu respeito. As impressões geralmente eram mistas, a de que fosse melhor crítico do que narrador, a de que a sua obra ficcional colecionasse um número equivalente de acertos e de erros, a de que houvesse em seu trabalho momentos incompreensíveis e que derivam de sua idiossincrasia austera, como em sua polêmica tradução de Eugênio Onegin.

Fosse como fosse, sempre havia uma unanimidade: *Lolita*!

Antes de lê-la, eu já nutria, portanto, uma quase reverência pela obra. Esperava que houvesse ali um esmero de anos, aquele em que o espírito dedica a sua atenção inteira ao ofício, alguma coisa comparável à dedicação de Flaubert pelos seus textos.

Pois bem, a contracapa busca traçar esse paralelo entre os dois autores na minha edição de *Lolita*. Diz-se que se igualam na "penetração psicológica, no show da técnica e na perfeição do estilo, a palavra justa no justo lugar da narrativa". "Já sei exatamente o que esperar desse escritor", eu pensava.

Antes de mais nada, a primeira diferença entre as duas obras é que foram escritas sob perspectivas distintas, o livro de Nabokov foi escrito em primeira pessoa. *Lolita* acompanha as divagações de "Humbert Humbert", um professor de meia-idade. E quanta divagação! Sobre o ponto de vista narrativo, o enredo é um emaranhado de ninharias que disputa espaço com o tecido dos acontecimentos, sufocando-o, truncando-o e o deixando confuso. Não há dúvidas de que a perspectiva de narrar os pormenores até mesmo irrelevantes na mente de uma personagem

¹ Graduado em Letras Inglês pela Universidade Federal do Piauí, especialista em Ensino da Língua Inglesa e Ensino da Língua Portuguesa, professor da rede pública de Ensino de Piracuruca-PI. É autor dos livros *Heracleia* e *A Impunidade Começa nas Escolas*.

consiste num artifício literário conhecido e próprio do modernismo. Mas aqui essa tentativa de emular a barafunda da consciência no ritmo urbano do mundo contemporâneo não funciona, ela soa demasiadamente forçada e apenas prejudica irreversivelmente a narrativa. Deparei-me com uma situação similar numa obra japonesa: "O rosto de um outro", do escritor Kobo Abe. Apesar de o livro de Nabokov não atingir tamanha digressão e de ele ser, obviamente, mais maduro e mais arrematado, ambos se assemelham pelas mesmas óticas, narrativas disruptivas e emaranhadas, conteúdo chocante e escandaloso, cujo saldo não convence no fim e todo esse "caos" pretendido pelos autores não tem o efeito expressivo de intensidade, mas se dissipa todo nas irrelevâncias tediosas contidas aos montes em cada novo período da escrita.

A história de Lolita, por exemplo, gravita na tara de Humbert por menininhas e se resume a isso, já que as demais personagens são títeres esqueléticas e que ali estão apenas como objetos da narrativa autocentrada do romancista. O narrador descreve logo no início o impacto de seu primeiro amor enquanto ainda um menino, de modo a que ele tenha cristalizado para sempre em sua alma o arquétipo de sua amada, uma menininha em seu desabrochar. A partir de então, o agora homem se atormente, porque apenas sente grandes emoções diante de meninas pré-adolescentes, o que socialmente não passa de uma perversão banal e criminoso.

Ridículo é que o autor tenha querido romantizá-la, revestindo-a de aura poética desde a sua primeira razão, a daquele cândido amor de infância, até chegar às descrições excessivas e pseudo-grandiloquentes das "ninfetas" e de seu paroxismo ante a tais. Tamanha é a dose de idealismo que a verdade se entrega, tudo não passa de uma tara qualquer que a personagem (ou seria um arquétipo de um certo alguém...?) luta para justificar com a maior quantidade de verniz retórico.

Estranho é também que os leitores se façam de cínicos em relação à leitura e considerem esse livro um acontecimento inaudito. Não digo assim querendo invocar o menor moralismo, muito pelo contrário. Todo mundo sabe que situações assim existem e que são recorrentes, e não vou fazer aqui juízos de valor moral em se tratando de uma obra ficcional. O meu ponto é que não me surpreendo com qualquer grandeza ou território inexplorado nessa leitura. Atração sexual é fisiológica e, embora em quantidade menor, sempre houve quem se sentisse atraído por meninos e meninas pré-púberes. A psicologia deve definir como um distúrbio, criminoso aliás, mas estou certo de que não haja 10% dos floreios aplicados por Nabokov nessa pulsão. Esses floreios, aliás, chegam ao cúmulo de soar mais incômodos por sua veemência do que pela razão que lhes seria presumível ao adornarem uma prática obscena.

Além do mais, também não me impacta a "malícia" sexual de uma criança. Acho que as pessoas lutaram para se esquecer de que um pouco antes da puberdade a noção de atração e de prazer já se vai construindo. Quantas vezes durante a minha infância eu ouvi meus amigos entre 8 e 12 anos falarem as maiores obscenidades sexuais. Quantas vezes eu não ouvi minhas coleguinhas dizerem gostar de algum menininho e dizerem querer namorar com ele. São resquícios de nossa fisiologia que se vão formando, mas que as crianças ainda mal compreendem e que lhes devem, acima de tudo pela família, ser esclarecidos e instruídos, de modo a que não se realizem de maneira indevida e precoce.

Entretanto, o que se vê aqui é uma narrativa que se pretende realista e que se perde na apologia ridícula de uma condição deplorável. Não se encontra aqui o drama de um homem que carrega uma veleidade, mas o esforço de um sujeito por romantizá-la com uma retórica pomposa e muito chata; não se encontram aqui personagens marcantes, a ex-mulher de Humbert é uma caricatura deplorável, seu amante também, a mãe de Lolita idem. Se comparo as personagens de um romancista como Tolstói (a quem Nabokov mais admirava) às de Lolita sinto vergonha. Tudo que não é Humbert é mesquinho e digno de sátira, sendo que o primeiro não é mais do que uma angústia ambulante que se quer dar as cores do martírio porque nunca consegue se atenuar, já que a sociedade não parece comovida com seu “sofrimento” a ponto de compreender a sua tara. Não bastasse, como eu já mencionei acima, a narrativa soa confusa e prolixa para qualquer que leia o texto sem o filtro das ideias pré-concebidas. Basta tentar...

É preciso recorrer àquela manjada metáfora da nudez do rei, porque ela se aplica muito bem em Lolita. Em todo caso, quem sou eu para apeguegar Nabokov? Ele continuará sendo ícone, e a sua "obra-prima", exaltada, principalmente por aqueles que jamais a leram.

ENTREVISTADO



278

ANTONIO FONSECA DOS SANTOS NETO
Historiador (UFPI), Membro da APL, da ACIPI e do IHGPI

Entrevistadora: Antonia Valtéria Melo Aluarenga

Licenciado em História e bacharel em Direito pela Universidade Federal do Piauí (1975-1981). Mestre em Gestão Universitária (Ufpi, 1998) e Doutor em Políticas Públicas (Ufma, 2014). Professor Associado IV, do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí. Atua principalmente nas áreas de História do Brasil, do Piauí e Moderna. Exerceu as funções de vice-diretor (1993-97) e diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL/Ufpi - 2003-2009). Membro dos Conselhos Superiores da Ufpi, e da Uespi, cumprindo diversos mandatos. Membro do Conselho Estadual de Educação, com vários mandatos e representando o Poder Público. Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 278 – 285 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

ANTONIO FONSECA DOS SANTOS NETO

Membro titular da Academia Piauiense de Letras, da Academia de Ciências do Piauí, do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí, da Academia de Letras, História e Ecologia da Cidade de Pastos Bons, MA, da Academia Passagense de Letras e Artes e sócio honorário da Academia Caxiense de Letras. Obras publicadas em livros, dentre outras: A pátina do tempo – São Luís: cataclisma telúrico e patrimônio mundial (2019); Teresina 160 anos (2012) e Terras: domínio e servidão (2021).

Professor Antonio Fonseca Neto, antecipadamente agradecemos a sua disposição em conversar com os leitores da Revista Humana res, publicação eletrônica, de acesso livre, vinculada ao Centro de Ciências Humanas e Letras da UESPI, criada com finalidade de promover o debate e a reflexão em torno de questões teóricas e práticas nos campos das ciências, das tecnologias e das artes.

279

1 HR- Para iniciarmos nossa conversa, gostaríamos que o senhor compartilhasse conosco um panorama de sua trajetória formativa: o que motivou sua escolha pelas áreas de História e Direito? Por que veio estudar no Piauí? Quais foram os debates e os interlocutores mais marcantes nesse percurso, e como a Universidade se configurava naquele contexto histórico e intelectual? Quais correntes teóricas e experiências acadêmicas mais influenciaram a constituição do seu pensamento e da sua prática docente?

R. Minha formação nas origens ocorre no lugar-meu-berço, Passagem Franca, no sertão maranhense. Um ambiente social semirrural, ainda que sede municipal e de paróquia bastante antigos. Meus pais e avós todos nascidos e radicados em meio de roças e currais. Com um detalhe que não deixo de mencionar: meu pai, aos 17 anos, afastou-se da roça e aprendeu manejar colher de pedreiro, e assim foi trabalhar – casado com uma prima também saída do sítio-roçado original – “dentro da rua”, o que – agora é cabível dizer – permitiu que eu viesse a nascer num lugar semiurbano, com escola, por exemplo. Alfabetizado, além da escola formal, tive duas experiências decisivas a partir dos 12 anos: o contato com a estrutura eclesial na localidade natal e o exercício de emprego, idem, numa casa comercial – o que lá se chamava de quitanda. Na primeira, o contato com o texto formal, o exercício das leituras, o convívio com padres cultos, a audição da beleza cantante das liturgias e cantatas eruditas, descobrindo beleza no vocábulo *humanidade*. No emprego – trabalho fora de casa, por necessidade –, o tirocínio e aprendizado de certa dinâmica da vida social comum. Em tudo, uma tomada de sentido sobre a política, por exemplo, além da observação direta dos acontecimentos se dando na rua de toda gente, uma babel de linguagens. Aos 14 anos – antes do Piauí – fui morar noutra cidade vizinha, Colinas, para realizar o ciclo ginasial, então ingressando numa experiência escolar totalmente diferente do que se vira até então por aquelas bandas, até no Brasil: escola reformada sob a inspiração explícita de Lauro de Oliveira Lima e de Paulo Freire: uma escola educando para a Liberdade. E lembro: no tempo de uma ditadura que afugentava a vida escolar. Uma escola integral e em todo processo e suas pedagogias, a prática da interdisciplinaridade e a descoberta prática da potência do ato de ler e do escrever sobre o que se ver. História? Direito? Não dá para afirmar algo preciso, mas por lá na Passagem existia um “cidadão” dos mais idosos – “vem do outro século” –, que dele diziam e me chamava a atenção saber de tudo sobre a história do lugar. Talvez por causa da vivência junto à Igreja, cedo passei a gostar e achar bonito discurso, Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 278 – 285 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

também da estética dos comícios. Cedo, vi em plena rua o promotor “público” da comarca retirar das mãos do delegado de polícia uma pessoa presa e que a conduzia humilhante e arbitrariamente. Pessoa despossuída, morador da “ponta da rua do Prado”. Fez então o doutor Mundico Saraiva um discurso denunciando aquela prisão injusta e levou o preso para sua casa e depois seguir com ele, “dentro da lei”, para a Delegacia.

A vinda para estudar no Piauí decorreu do cálculo de minha mãe, que entendia que somente pelo estudo se pode melhorar de vida. E por lá o que se poderia cursar, já fizéramos. Aqui em Teresina o ensino médio público, a perspectiva de terminar o ginásio na Escola Industrial e fazer um curso “técnico” – ideia de meu pai, um mestre de obras de pedreiro. Não consegui e fui para o Científico.

Quanto aos debates e interlocutores... Vários. Ainda no Ginásio, em Colinas, aos 14 anos, a escola a que me referi tinha na “dinâmica de grupo”, no debate de tudo, um fator de instigação. Logo fui eleito líder de um grupo de estudos, em poucos dias, o líder de turma, e logo mais, eleito deputado representando a primeira série do curso ginásial no Congresso Estudantil – o Grêmio escolar fora convertido numa réplica da República, neste caso, para exercer a Liberdade que a Ditadura sonhava à República Federal. Congresso Estudantil que, pelos estatutos, fora constituído numa espécie de cogestor na condução escolar. Experiência fascinante, decisiva na forja e tomada de consciência sobre o estado de exceção em que vivíamos. Corria o ano de 1967 passando para 1968 e o desafio eram as novidades do Mural, na forma de recortes atualizados de tudo na política e afins, artigos etc. Um sentido embasante da prática educativa visava ensinar aos jovens sua “cidadania antecipada”. Lá naqueles confins do Maranhão – no sentido de longe da capital estadual –, a prática escolar na área de História e Geografia, por exemplo, tomava o tempo presente como âncora para a compreensão dos tradicionais temas de História Geral e Geopolítica. Uma das formas de obter informações do dia? Os grupos faziam verdadeira corrida – horas altas, frequências em ondas limpas – para sintonizar as transmissões, em português, das rádios Voz da América, de Washington, de Moscou, Havana (“Havana livre des Americas”...). Procedimento que a Ditadura reprimia fortemente. Vindo morar e estudar em Teresina, final de 1969, começo de 1970, fui levado a uma re-ambientação chocante: já no primeiro dia de aulas, percebi um medo terrível e um tipo de silenciamento sugerido por quase todo professor ou “isso pode e isso não pode falar”. Percebi um choque de realidades e isso fortaleceu em mim a atitude da recusa e inconformação... Em poucos dias, estava puxando mobilização para fundar um Grêmio livre – a escola era a estadual São Francisco de Assis, um Anexo do Liceu Piauiense, cujo corpo docente, em maioria, formado por acadêmicos ou recém egressos da Faculdade Católica de Filosofia, alguns deles vistos com desconfiança pela Ditadura. Ali conheci, já professores, Luiz Ubiraci de Carvalho, Salomé Cabral, Robson Santana, Wanderley Sérvio, Irlane Abreu, Aldenira da Paixão, Maria Luiza... Um fato meio singular – parece cômico – que vivi como um dos líderes fundadores e depois presidente do Grêmio da Juventude Progressista: certo dia fui chamado à Diretoria escolar e fui duramente interpelado, e censurado, numa reunião, porque eu teria proposto que o Grêmio tivesse a denominação de “Juventude Progressista” e não de “Frei Heliodoro Maria de Inzago”, ou de um herói nacional !? Ainda um tanto e quanto ingênuo, fiquei meio sem entender por que a implicação com o vocábulo “progressista”. Logo entendi e já três anos depois, e uma “expulsão” por “subversão” e a conclusão do Científico no Liceu-sede, cheguei à Ufpi. Fiz inicialmente vestibular (74) para Geografia – não passei – e depois (75) para História e (77) para Direito. Esse período marcou

e constituiu meu “eu” inconformado ante a repressão de qualquer espécie. A chegada, os cursos de graduação, e tantas outras experiências me concederam haurir muitas luzes que acendem o juízo crítico e outras tantas que se colocam como referentes afins em minha formação. Entre essas outras se coloca a circunstância de precisar trabalhar, desde cedo, para me sustentar propriamente e adjuntar na sustentabilidade do grupo familiar: esse tempo é o tempo do trabalhador-estudante correndo risco e fazendo escolhas no fio da navalha. Na presente estação do meu tempo de vida, acho que já posso dizer que tive a “cabeça feita” pelo aprendizado de contestar o arbítrio da Ditadura e ser engolfado nas legiões vontadosas da democracia e na compreensão irretornável de que, para alcançar esse modo político de viver, a humanidade sonha e nem sempre alcança enquanto gira a geração de cada sujeito em particular.

Não era tão diferente assim o ambiente universitário nesses meus inícios em comparação com a dinâmica do ensino básico: a maioria dos professores e estudantes fazendo de conta que não havia um regime político de exceção, com milhares de brasileiros presos por esse motivo e milhares “expulsos” do Brasil como “brasileiros não patriotas, subversivos...”. Sentimento dominante. Mas também nesse ambiente é que se vislumbra, mais imediatamente, as brechas para o debate e ações mais organizadas das iniciativas de contestação da Ditadura, inclusive e a partir de dentro do Campus. Poucos, comparando-se ao conjunto, mas decisivas falas e gestos dissonantes da “verdade” que hegemonizava a aceitação do mando militar como um certo “normal” na vida do país. Por parte do corpo docente – é o que se pergunta – dos dois cursos, esse pouco marcou a influência primordial de minha formação nesse nível da consciência crítica da realidade em curso: outras pessoas e experiências relacionadas à luta social me impactaram mais decisivamente. Claro que tive alguns ótimos mestres que se fizeram indispensáveis na elaboração – em mim – de necessários acervos de conhecimento e que fortaleceram minhas pegadas na formação própria das chamadas Ciências Humanas ou Humanidades e Ciências Sociais. Bom também que registre.

Hoje tenho clareza de como certas coisas acontecem. A/s correntes de ideias que me engolfaram – e continuam a me engolfar – vejo-me assim nela/s desde as experiências de recusa que vivi em diversas contingências e que não é/são outra/s que a/s que move/m ao ato militante. Li algo de Rousseau na juventude, algo que o relacionava a Marx, que se fez foi uma centelha que iluminou pensar, por exemplo, e buscar entender porque se abominava tanto o que se chamava de “comunismo”, esse monstro cujos adeptos viriam “chupar o sangue” da criança do meu lugar original e de todo o Brasil. Numa aula de francês no Ginásio um professor muito antenado exibiu uma gravura grande e encantadora da “Liberdade conduzindo o povo” como aspiração suprema da elaboração da democracia: que coisa bela, aquele peito oferecendo-se à Liberdade, uma espécie de *eva*, linda, qual todas. O contato com a Igreja, na franja da eclesialidade paroquial, no exato momento (pré-adolescente) e nos desdobramentos dos anos da vivência estudantil nos “anos de chumbo” (padres da radicalidade nas lutas sociais), sinto que forjaram em mim um sentido de trilhar pelas bordas perigosas da caminhada em luta e aguçar a percepção do perigo que se afigura na falésia insinuando o despenhadeiro. Viver a história, conhecer a História, ser aprendiz de sua ciência, fez-me ser quem sou e por que concebo isso assim e não assim. No fluir do tempo que me pertence, as concepções correntes e que há muito se assentaram, faz-me ser histórico no plano de uma hierarquia teológica cristianizada; faz-me um pretense vivente, com razão, afirmando-me entre o ser individual e universal; e faz-me sobretudo sujeito da compreensão de que existo, um ser inserto, nas realidades naturais e

movendo-me por práticas sociais – e históricas. A propósito, se querem saber mais um pouco, eu, um romântico, inspiro-me na poética de Lefebvre, acredito no diálogo radical, abomino qualquer violência, inclusive a da natureza, a ser cuidada, mas enfrentada eu seus desígnios abissais, insondáveis (!?).

2 HR- Como o senhor percebe a evolução das discussões acadêmicas no campo da História desde a década de 1980 até hoje, especialmente no que diz respeito à interdisciplinaridade, a aproximação com as questões sociais e ao diálogo com as Políticas Públicas?

Percebo com a sensação de que, no essencial, não faltam relevantes temas e bons ritmos discursivos e é considerável a expansão de estudos e publicações no campo, expansão ainda mais acentuada com a implantação de dezenas de programas de pós-graduação em História e nas chamadas Ciências Sociais por todo o Brasil: há um frenesi, que, aliás, alcança positivamente o Piauí. Mas ainda que se tenha qualitativa expansão de abordagens em temas conhecidos e novos, trato metodológico, perspectivas auspiciosas, não é seguro afirmar que no período mencionado e até a presente hora – nem é inexorável que o seja –, a novidade seja o aprofundamento qualificado e fundamentado, em termos de revisitas e revisões, das conhecidas e assentadas tradições às quais nos filiamos como comunidade historiográfica. Não há giros que apontem deslocamentos de maior substância no estado da arte das tradições assentadas nas décadas do imediato pretérito. Na década de 1980 – no Brasil mediano – temos uma espécie de culminância, em volume, da elaboração e publicação da matéria historiográfica, tudo no contexto do ascenso da luta contra a Ditadura, com a aparência de tudo se acelerou nesse campo, como que se tivesse rompido um dique de boas matérias acumuladas à espreita da força de uma correnteza para impulsioná-las adiante. A historiografia de inspirações aulicistas, insistentes; a historiografia de pretensão revisionista, antigos temas, novos tratos conceituais-metodológicos, “novos temas, outros objetos”, ..., de tudo se faz em níveis e modos diversos.

A elaboração historiográfica nas fronteiras da interdisciplinaridade é um dado auspicioso e não somente do ato próprio do pensar, mas uma orientação da prática e um requisito do puxar a memória social, discursar o acontecimento, discursar a História. Ora, na prática, no real da vida, esta, e a realidade que engendra, são anteriores aos “disciplinamentos” de qualquer dado historiável. Quando se trava, por exemplo, no campo historiográfico, o diálogo com as Políticas Públicas, temos que confluem a clamar por sínteses pertinentes a história da constituição histórica da esfera pública e a arquitetura estatal. Evidente que certa tradição historiográfica, encomiástica dos áulicos, não concorre para a elaboração e manejo das Políticas Públicas deste tempo, antes deve sua elaboração chamar ao ofício aquela abordagem que se elabore nas fronteiras conceitantes da História, da Ciência Social aplicada à Política, Estatística e mais.

3 HR- O que o senhor considera essencial na formação de historiadores hoje, diante de um cenário de disputas de narrativas históricas?

Considero essencial a formação geral no campo do que tradicionalmente se chama de Humanidades, algo que a escola feita no Brasil há muito abandonou como projeto e aspiração

de um povo elaborando seu destino. Um cataclisma e apagão na formação da pessoa-povo. E evito intencionalmente neste passo o termo “cidadão”. Incrível. Uma temeridade dizer, mas é preciso: a despeito da enorme expansão das instituições formadoras de historiadores, apagou-se, no Brasil, até o senso comum do corebismo pautado na bandoleirice efusiva do toco verde-amarelismo, concenente ao “descobrimento”, grito do Ipiranga, república velha do café com leite, de ontem, pouco ou nada socorrendo o preenchimento da lacuna. As disputas de narrativas ficam à conta das condicionalidades da rudeza das tensões intensas das disputas de poder e de uma espécie da “miséria da política” discursada no dia a dia. Piorou: a estupidez está ensinando que não é mais preciso ler e, pior, com muito apelo, que o que se escreveu e escreve na conotação História não é verdade. É mesmo somente “narrativa”. E como essa é arma diligente do negacionismo em voga e ameaça aos oficineiros de Clio! Imagine a faina deletéria de negacionistas imiscuídos nas fileiras acadêmicas.

4 HR- O senhor exerceu importantes funções de gestão na UFPI, como diretor do CCHL e conselheiro universitário. A partir de sua experiência como gestor universitário, o que o senhor considera essencial para garantir a autonomia e a vitalidade acadêmica das universidades públicas?

A Universidade deste instante está com jeito de que fenece estruturalmente por dentro. Um indício forte é o que na semana passada a mídia empresarial apresentou, com sua ênfase costumeira em assuntos da espécie, o que vem a ser a migração em massa das matrículas no Ensino Superior para a modalidade à Distância, para a virtualidade. Num flagra rápido, parece não se precisar mais da metade da estrutura construída do Campus que com muito custo ao erário, serviu-nos, ontem. Esse processo de virtualização sem qualidade – há avaliações que o demonstram – precisa ser totalmente escrutinado e avaliado. Assim como se encontra, não há que continuar. É imensa e cara a estrutura física da Ufpi, por exemplo. Ainda não sabemos onde vai parar o processo educativo universitário sem a sinergia humana do Campus, feito em espaço da colegialidade viva e de um conhecer dialógico forjado nas ágoras fisicamente habitáveis. Claro, articuladas com a amplidão das redes, até para circunscrever estas aos limites virtuosos da condição de livres e conscientes, além de infensas ao serviço de totalidades imperiais colonial-subalternizadoras. Some-se a isso, de fácil observação, numa sociedade doente de preconceitos vis e em plena voga, a recusa – na Ufpi e na Uespi, por exemplo – a “fuga” em massa de estudantes para matrículas em empresas de ensino que garantem-lhes ficar longe de estudante “cotista”. Processo que se dá com impactante efeito em cursos como o de Medicina, e ainda no Direito. Até os qualificados programas de pós-graduação das públicas, mestrados e doutorados etc., nessas áreas, tendem a certo e problemático esvaziamento, ante a inexorável mercantilização de títulos desse grau universitário, num mercado que vende ilusões em matéria e a serviço da ideologia mercadista, rasa e incompatível às decantações da vida acadêmica que a Universidade propicia. Medicina (ganhos rápidos) e Direito (carreiras de poder na máquina sem voto), titulações que sinalizam prestígio social e chancelas imediatas para realizar carreiras e ofícios vantajosos e imediatos caso ganhos. Mas muito mais que isso é a universidade.

A autonomia somente ganha sentido se for elaboração intencional de uma condução que consulte as legítimas urgências do grande público, da coletividade mediana. Perdeu vigor o exercício da colegialidade, tão cara à dinâmica das universidades há mais mil anos e com ela encontra-se de ânimo a ardência democrática necessária à forja acadêmica e ao próprio ato humanizador. Urge que a Universidade se reelabore orgânica e dinamicamente e calibre suas conexões com o mundão, esta potência única que não espera, para marchar no tempo, que resolvam suas hesitações as nossas amadas escolas de nível superior.

5 HR- O senhor ocupa a cadeira 1 da Academia Piauiense de Letras, além de participar de outras instituições como a Academia de Ciências do Piauí e o Instituto Histórico e Geográfico do Piauí. O que significa para o senhor essa trajetória nas academias?

284

Essas entidades são elaborações da vida social inteligente. Têm elas um papel cultural a cumprir naquilo que estabelecem para si. Nem sempre o fazem a contento. Alguns a querem apenas como inscrites de certa vaidade, uns em face de outros na vida social. São instituições necessárias e disponíveis para alguns enfrentamentos em favor do Piauí. Lugares especiais, em regra e modo, de convivialidade ótima para os que apreciam as manifestações da cultura, as ciências e sua beleza essencial no desencantamento das coisas, na degustação das artes, no dominar a valente natureza. Na arte de escrever, exercício essencialíssimo. Sim, puxar memórias, e assim reverenciar a construção virtuosa da inteligência.

6 HR- Em sua opinião, quais os principais desafios enfrentados hoje pela área de História no ensino superior?

Entre os desafios o mais problemático vem com a estagnação da procura pela profissão-docente-historiador em nível de graduação. Temos quadros docentes estupendamente qualificados, além de atualizados, quando contemplamos como indiciário dessa afirmação as instituições federais, em nível local, a Ufpi e o Ifpi, além da Uespi. Pouco significativo o engajamento de empresa, ainda que de ensino, envolvendo-se com engajamento qualificador de profissionais. E tais desafios se relacionam, nas instituições a que servem, públicas e estatais, como aludimos acima, com o imperativo de se reconstituírem segundo as exigências de atualização que a sociedade requer para seu desenvolvimento, seja o que for que ela diga nessa direção.

7 HR Na condição de historiador que analisa criticamente os caminhos políticos do Brasil e do Piauí, como o senhor avalia o momento político que o país atravessa atualmente? Qual o papel do historiador diante das complexidades e tensões da política nacional contemporânea?

Atualmente, a questão central diz respeito ao estado da engenharia e dinâmica da democracia praticada e aqui falamos nos marcos da chamada Ilustração. Passadas as jornadas valentes do pique mobilizador de energias esperançosas que culminaram na Carta de 1988, uma sequência Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 278 – 285, jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

de eleições em todos os níveis e modalidades imagináveis – na esfera pública a exceção é o Judiciário –, as liberdades formais (ditas) cidadãs expandidas ao máximo, e sinais de movimentos e avanços ao “bom” futuro e suas promissões, eis que as vagas de arraigado obscurantismo do fundo e do limbo das misérias patricias, impõem-se com ferocidade, em potente contramão, com ação concreta e devastadora do que se tem como avanço social-político. Por quê? É intrigante demais a força extrema que os “donos do poder” conservam e utilizam para reproduzir e conservar a desigualdade imposta contra as minorias sociais que subjagam e exploram nas raias da morte. Nesse diapasão, a virtude da liberdade e de alguma democracia não viçam como sinônimo de consecução de melhoria de vida. Tragédia para a democracia. Não se vá longe em amealhar exemplos: Teresina experimenta um dos mais graves dramas de cidade conduzida à inviabilidade, no presente e, examinando-se o chão e outros mobilizadores de sua história – e o contrário –, detecta-se como força determinante desse constructo, que o absolutismo do latifúndio e do reles balcão de tratos escusos, impôs uma cidade insustentável, em cujo labirinto incomum e artificialmente dilatado, sucumbem, em golfos, além das verbas erárias, a possibilidade de se fazer dela a casa comum e de sobrevivência solidária de seus habitantes.

Há de ser relevantíssimo o papel do historiador – mas quem o é? – na constituição dos diques que impeçam essa espécie de “barbárie” contra o encaminhamento da democracia – além do mero enunciado algo vazio – como inerente no processo decisor da vida social em suas variadas dinâmicas. Mas, claro, antes de se definir, pensar e agir como historiador – com a consciência atinente ao ofício –, esse sujeito há de ter assumido plenamente uma condição de conhecedor e prático da história de sua gente, gente múltipla que vive num país, entre muitos, além de diversos. Afinal, a contrário senso, o que não faltam são historiadores a serviço e a socorrer a posição extremada/reacionária nas tensões do hoje e que – repitamos – solapam a democracia, este convite à mansidão dos que almejam uma sociedade em bases de igualdade, justiça e paz.

8 HR Por fim, que mensagem o senhor gostaria de deixar sobre o papel da universidade pública na construção de um Brasil mais justo e consciente de sua própria história?

A universidade pública – deve ser pública – teve e tem papel decisivo para a construção do Brasil justo e consciente de sua própria história. Basta lembrar que delas e sua ambiência e insistência as camadas e mananciais de conhecimento donde emanam os elementos essenciais da consciência histórica. Mas a universidade é uma instituição da sociedade, não é um lugar qualquer extra mundos e realidades. E assim é que se constitui e age em modos como que a própria sociedade que a configura e define, *pari passu*, se realiza. Minha mensagem é a que porta o querer de uma universidade que não congele e fraqueje no esforço de ajustar-se ao que quer dela os interesses coletivos para além dela. Sim, para vários de nós, que inclusive servimos ao povo e a nós mesmos na sustentação do “ela meu provedor da casa privada pelo meu labor”, faça-se cada vez mais pública, sendo esse vetor e consigna de nosso compromisso com o interesse popular defensável.